

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS (LIPED)

FONLANA CHEUNG

**História da fundação do Sindicato Único dos Trabalhadores da  
Educação do Ceará (1983-1991)**

SÃO PAULO  
2021

FONLANA CHEUNG

**História da fundação do Sindicato Único dos Trabalhadores da  
Educação do Ceará (1983-1991)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do professor Dr. Carlos Bauer

SÃO PAULO  
2021

Cheung, Fonlana.

História da fundação do Sindicato único dos trabalhadores da educação do Ceará (1983-1991). / Fonlana Cheung. 2021.

194 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2021.

Orientador (a): Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza.

1. Associativismo. 2. História da educação. 3. História da unificação sindical. 4. Sindicalismo. 5. SINDIUTE-CE.

I. Souza, Carlos Bauer de.      II. Título.

**História da fundação do Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação do Ceará  
(1983-1991)**

Dissertação apresentada à Universidade Nove de Julho (UNINOVE), junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação pela Banca Examinadora formada por:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Presidente: professor Dr. Carlos Bauer – Universidade Nove de Julho (UNINOVE) – São Paulo / SP – Orientador

---

Examinadora: Professora Dra. Rosiley Aparecida Teixeira – Universidade Nove de Julho (UNINOVE) – São Paulo / SP – Titular

---

Examinador: Professor Dr. Rafael Lopes de Sousa – Universidade Santo Amaro (UNISA) – São Paulo/SP – Titular

---

Examinador: Professora Dr. Celso Carvalho – Universidade Nove de Julho (UNINOVE) – São Paulo / SP – Suplente

---

Examinador: Professor Dr. Evaldo Piolli – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas / SP – Suplente

---

Apresentada publicamente em 24 de agosto de 2021.

À memória dos que lutaram  
por uma escola pública, laica e gratuita,  
por uma sociedade justa e igualitária.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço o professor Bauer, que me orientou nos procedimentos teóricos e metodológicos que norteiam o trabalho acadêmico, e pela parceria no desenvolvimento deste trabalho, nesses quatro semestres de estudo e pesquisa, tão breves para um tema de profunda complexidade, como é a história de luta e organização dos trabalhadores da educação, num país, no qual para muitos, a escolarização ainda é uma realidade remota. Grata pela infindável paciência e compreensão, demandadas pelos inúmeros percalços e dificuldades ocorridas, por razões pessoais e conjunturais, agravadas pela atual pandemia de Covid 19.

Aos professores Celso Carvalho, Rose Roggero, Eduardo Santos, Manuel Tavares e José Eustáquio Romão, pelas valiosas lições compartilhadas, sobre as questões e os problemas que envolvem a educação escolar. Também lamento, que o uso de ferramentas digitais e o isolamento social impostos pela pandemia, causaram o distanciamento necessário, mas abreviaram a vivência e os eventos, essenciais para o desenvolvimento do aprendizado.

Aos meus colegas do GRUPHIS, Vanessa, Vivi, Fernanda, André, Claudio, Carin, Isabela, Héliida, por toda a ajuda e aprendizado, mesmo à distância, neste período tão inesperado, difícil, dramático e interminável. Em especial, ao Luís Roberto Beserra de Paiva, que conheci nas lutas do movimento estudantil, me apresentou ao GRUPHIS, e me incentivou à realizar este trabalho; à Maria Crisneilândia Bandeira, me auxiliando e iluminando meus caminhos sempre com uma mão amiga; e ao Sebastião Carlos Pereira Filho, importante quadro do movimento sindical e político, pelos contatos com a militância histórica dos professores da rede pública de educação básica do Ceará, e material de sua pesquisa sobre a fundação da CNTE.

À Gardênia Pereira Baima, José Irenildo da Silva, e Maria Valdecir de Paula, grata pela disposição em partilharem às experiências do movimento dos trabalhadores da educação do Ceará, que culminaram na fundação do SINDIUTE-CE, assim como o material digitalizado de seus acervos pessoais. Impossibilitada de realizar a pesquisa de campo, e apesar da distância, contribuíram generosamente para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos membros da banca, professora Rosiley Aparecida Teixeira, e professor Rafael Lopes de Sousa, pelas correções e aportes apresentados. Além de enriquecer este trabalho, promovem importante intercâmbio institucional e acadêmico, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (PPGE), pela bolsa de estudo concedida, importante conquista do corpo docente e discente, na luta pela democratização da educação.

Aos meus pais, Cheung Yan Lau (em memória) e Thi Thi Min, que fizeram o impossível, para escolarizar os seus filhos, e me ensinaram o gosto pela leitura, e o valor dos estudos. Às minhas irmãs Thilana (em memória) e Fanlana, minhas companheiras de jornada desde sempre.

Por fim, agradeço os companheiros, generosos e solidários, que conheci na militância política e sindical, os quais também ensinaram valiosas lições, na luta por uma sociedade justa e igualitária, para todas e todos.

*A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo  
e que novo não pode nascer; isto é o interregno,  
quando uma grande variedade de sintomas mórbidos passam surgir.*

*Antonio Gramsci (Caderno do cárcere, 1999, p. 275)*

*Podrán cortar todas las flores, pero no podrán detener la primavera.*

*Pablo Neruda*

Filha de imigrantes chineses, nascida em 1967 na periferia da maior metrópole da América Latina, na região industrial do Grande ABC paulista, criança ainda comi frutas nos quintais das casas, brinquei com peixinhos nos riachos do rio Tamanduateí, e na animação da garotada da rua, brinquei de roda, soltei pipa, andei de bicicleta e carrinho de rolimã nas ruas. Dos meus pais veio o gosto pela leitura, me lembro ainda hoje, a mãe com os filhos em volta, contando histórias chinesas extraordinárias, permeadas de dragões, donzelas, estudantes, reis e camponeses; meu pai, de comerciante a ferramenteiro da indústria automobilística, com as suas leituras em sua valiosa biblioteca.

Na escola, fui aprender a falar e a escrever em português, e o horizonte se ampliava por meio da leitura, conduzida por professores, ou na falta deles, um universo incrível e espantoso se revelava, por meio dos livros - que muitas vezes ia buscar em bibliotecas - a escola de 1º e 2º Grau do bairro onde morava, era desprovida de biblioteca e de laboratórios, e na ausência de professores, haviam os estudantes universitários.

Saindo da infância e entrando na idade da crítica, vi a pobreza das pessoas que moravam nas ruas, que crescia junto à riqueza dos arranha-céus, e a luta dos operários durante as greves de 1978, 1979 e 1980, acolhidos no salão da igreja, segundo a Teologia da Libertação, que optava pelos pobres nas trincheiras da América Latina. Vi também, sem compreender, a transferência do “padre francês”, a dissolução do grupo de jovens, o fechar das portas e o cala boca geral.

Na efervescência política da década de 1980, entrei para o movimento estudantil secundarista, e em uma organização política de esquerda, entrava na briga por uma escola pública de qualidade e democrática, pelas Diretas Já e Abaixo a Ditadura, apoio e



solidariedade à luta sindical dos trabalhadores, Fora Imperialismo, e Não ao Pagamento da Dívida Externa; me filiei e colhi assinaturas para o recém fundado Partido dos Trabalhadores.

Bancária na entrada da vida adulta, militei na Oposição Sindical cutista e contra os pelegos históricos, organizei junto aos camaradas, as greves nacionais bancárias de 1985, 1986, 1987. Outras greves vieram, mas já fracionadas entre bancários da rede privada e rede estatal, segundo as negociações com as patronais, organizadas na FENABAN e FEBRABAN.

Como professora de Geografia de Educação Básica da Rede Municipal de Diadema, fui conselheira do CACS-FUNDEB, do CME, e diretora do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema, e atualmente coordenadora do Fórum de Educação de Jovens e Adultos-ABCDMRR. Não estava mais organizada em nenhum partido político, quando professora, mas continuo na luta por uma escola pública democrática de qualidade, por condições de trabalho e salários dignos, na organização e participação de atos e greves reivindicatórias, por uma sociedade igualitária e justa para todos.

Integrando o Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (GRUPHIS), espero contribuir para a preservação da memória de luta, dos que antes enfrentaram batalhas mais brutas e árduas. E para quem viveu o processo de luta pela redemocratização, pela liberdade e autonomia sindical dos trabalhadores, e frente à melancolia provocada pelo atual retrocesso político, econômico e humanitário no Brasil, me vem a frase do saudoso poeta – podem cortar todas as flores, mas não podem deter a primavera.

Fonlana Cheung

## RESUMO

O estudo abordou a História do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará (SINDIUTE), fundado em 15 de dezembro de 1991, com o intuito de representar os trabalhadores das redes públicas estadual e municipais de ensino de educação de 1º e 2º Graus cearense. A gênese deste sindicato único foi o resultado organizativo perseguido por diferentes entidades e associações, durante o processo de redemocratização brasileira, na década de 1980. O debate sobre a unidade entre as entidades, tinha como marco político as diretrizes emanadas da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). A fusão envolveu a APEFCE (1948) que representava os professores de educação física, a ASSEC (1962) os supervisores educacionais, a ASOECE (1962) os orientadores educacionais, a ASSECE (1962), o APEOC/Sindicato (1962), e o SINTECE (1990) os servidores da Secretaria de Educação e/ou Cultura do estado e dos municípios. Embasado numa perspectiva histórico-educacional a pesquisa realizada procurou descrever e analisar o processo de culminou na criação do o SINDIUTE, por meio da pesquisa qualitativa e quantitativa, com a realização de entrevistas semiestruturadas, coleta de depoimentos, o levantamento de documentos das entidades envolvidas, fotografias, artigos de jornais, e a produção acadêmica pertinente a temática estudada.

Palavras-chave: Associativismo; Unificação sindical; Trabalhadores da educação básica do Ceará; História da educação; SINDIUTE-CE.

## **ABSTRACT**

The study approached the history of the Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará (SINDIUTE), founded on December 15th, 1991, with the intention of representing the workers of the state and municipal public school networks of 1st and 2nd grade education in Ceará. The genesis of this unique union was the organizational result pursued by different entities and associations during the process of Brazilian re-democratization, in the 1980s. The debate about the unity among the entities had as its political mark the guidelines issued by the National Confederation of Education Workers (CNTE). The merger involved APEFCE (1948) which represented physical education teachers, ASSEC (1962) the educational supervisors, ASOECE (1962) the educational advisors, ASSECE (1962), APEOC/Sindicato (1962), and SINTECE (1990) the employees of the Secretariat of Education and/or Culture of the state and municipalities. Based on a historical-educational perspective the research tried to describe and analyze the process that culminated in the creation of SINDIUTE, by means of qualitative and quantitative research, with the use of semi-structured interviews, collection of testimonials, survey of documents of the entities involved, photographs, newspaper articles, and academic production pertinent to the theme studied

Keyword: Associativism; Union Unification; Basic Education Workers of Ceará; History of Education; SINDIUTE-CE.

## RÉSUMÉ

L'étude a abordé l'histoire du Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará (SINDIUTE), fondé le 15 décembre 1991, visant à représenter les travailleurs des réseaux d'écoles publiques étatiques et municipales de l'enseignement de première et deuxième année au Ceará. La genèse de cette union unique est le résultat organisationnel poursuivi par différentes entités et associations, au cours du processus de re-démocratisation brésilien, dans les années 1980. Le débat sur l'unité entre les entités et les associations de l'État de Ceará n'était pas facile. Le débat sur l'unité entre les entités a eu pour cadre politique les directives émises par la Confédération nationale des travailleurs de l'éducation (CNTE). La fusion a impliqué l'APEFCE (1948) qui représentait les professeurs d'éducation physique, l'ASSEC (1962) les superviseurs pédagogiques, l'ASOECE (1962) les conseillers pédagogiques, l'ASSECE (1962), l'APEOC/Sindicato (1962) et le SINTECE (1990) les employés du Secrétariat à l'éducation et/ou à la culture de l'État et des municipalités. Basée sur une perspective historico-éducative, la recherche a tenté de décrire et d'analyser le processus qui a abouti à la création de SINDIUTE, par le biais d'une recherche qualitative et quantitative, avec la réalisation d'entretiens semi-structurés, la collecte de témoignages, la collecte de documents des entités impliquées, de photographies, d'articles de journaux et de productions académiques pertinentes au thème étudié.

Mots clés : Associativisme ; Unification syndicale ; Travailleurs de l'éducation de base de Ceará ; Histoire de l'éducation ; SINDIUTE-CE.

## RESUMEN

El estudio abordó la historia del Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará (SINDIUTE), fundado el 15 de diciembre de 1991, con el objetivo de representar a los trabajadores de las redes de escuelas públicas estatales y municipales de 1º y 2º grado de enseñanza en Ceará. La génesis de esta singular unión fue el resultado organizativo perseguido por diferentes entidades y asociaciones, durante el proceso de redemocratización de Brasil, en la década de 1980. El debate sobre la unidad entre las entidades, tuvo como marco político los lineamientos emitidos por la Confederación Nacional de Trabajadores de la Educación (CNTE). La fusión involucró a la APEFCE (1948) que representaba a los profesores de educación física, a la ASSEC (1962) a los supervisores educativos, a la ASOECE (1962) a los asesores educativos, a la ASSECE (1962), a la APEOC/Sindicato (1962) y al SINTECE (1990) a los empleados de la Secretaría de Educación y/o Cultura del estado y de los municipios. Con base en una perspectiva histórico-educativa la investigación buscó describir y analizar el proceso que culminó con la creación del SINDIUTE, a través de una investigación cualitativa y cuantitativa, con la realización de entrevistas semiestructuradas, recolección de testimonios, recopilación de documentos de las entidades involucradas, fotografías, artículos periodísticos, y producción académica pertinente al tema estudiado.

Palabras clave: Asociativismo; Unificación Sindical; Trabajadores de la Educación Básica de Ceará; Historia de la Educación; SINDIUTE-CE.

## LISTAS

### LISTAS DE ANEXOS

I – ANEXO I – CHAPA 2 – “*Construindo*”, chapa de oposição à APEOC no Pleito 1986

II – ANEXO II – Carta de Princípios e Resoluções da Unificação do III Congresso Estadual de Unificação dos Trabalhadores em Educação do Ceará, coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

### LISTAS DE APENDICES

I – ENTREVISTA com **Gardênia Pereira Baima**.

II – ENTREVISTA com **Maria Valdecir de Paula**.

III – ENTREVISTA com **João Irenildo da Silva**.

IV – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO de **Gardênia Pereira Baima**.

V – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO de **Maria Valdecir de Paula**.

VI – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO de **João Irenildo da Silva**.

### LISTAS DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APEC – Arquivo Público do Ceará

APEFCE – Associação dos Professores de Educação Física no Ceará

APEOC – Associação dos Professores dos Estabelecimentos do Ensino Oficial do Ceará

APEOC/SINDICATO – Sindicato dos Servidores da Educação e da Cultura do Estado e dos Municípios do Ceará

APLEC – Associação dos Professores Licenciados do Ceará

APREC – Associação dos Professores Registrados do Ceará

ARENA – Partido da Aliança Renovadora

ASSECE – Associação dos Supervisores Educacionais do Ceará

ASSOECE – Associação dos Orientadores Educacionais do Ceará

ASPEC – Associação dos Profissionais em Educação do Ceará

CADES – Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário

CERMAPCE – Centro de Estudos e Recreação do Magistério Primário do Ceará  
CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores  
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas  
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação  
CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora  
CPB – Confederação dos Professores do Brasil  
CS – Convergência Socialista  
CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular Conlutas  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
ENTOES – Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical  
FAFICE – Faculdade de Filosofia do Ceará  
FASPEC – Federação das Associações dos Servidores Públicos do Estado do Ceará  
FBAPEF – Federação Brasileira das Associações dos Professores de Educação física  
FENASE – Federação Nacional de Supervisores Educacionais  
FENOE – Federação Nacional de Orientadores  
FNDE – Fundo Nacional do Ensino Primário  
FNEM – Fundo Nacional do Ensino Médio  
GRUPHIS – Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social  
IEC – Instituto de Educação do Ceará  
INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos  
IPEC – Instituto de Previdência do Estado do Ceará  
JUC – Juventude Universitária Católica  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado  
MFPA – Movimento Feminista pela Anistia  
MOAP – Movimento de Oposição Aberto de Professores  
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro  
MUDE – Movimento de Unificação e Defesa da Educação da Rede Oficial  
MUP - Movimento de União dos Professores  
MUPE – Movimento de Unificação dos Profissionais em Educação  
MVP – Movimento de Valorização dos Professores  
OPENO – Operação Nordeste

OSI – Organização Socialista Internacionalista  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PC do B – Partido Comunista do Brasil  
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário  
PLAMEG – Plano de Metas Governamental  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PSD – Partido Social Democrático  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
REDEASTE – Rede de Pesquisadores Sobre o Associativismo e Sindicalismo dos  
Trabalhadores em Educação  
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência  
SEC – Secretaria de Educação e Cultura  
SEDUC – Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Ceará  
SEE – Secretaria de Educação do Estado  
SINDIUTE – Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação  
SINPRO – Sindicato dos Professores de Ensino Secundário e Primário de Fortaleza  
SINTECE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Ceará  
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
UDN – União Democrática Nacional  
UEE – União Estadual dos Estudantes  
UECE – Universidade Estadual do Ceará  
UFC – Universidade Federal do Ceará  
UNATE – União Nacional dos Trabalhadores em Educação  
UNINOVE – Universidade Nove de Julho  
UTE – União dos Trabalhadores em Educação  
VT – Virgílio Távora



## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
1.1	OS OBJETIVOS DA PESQUISA .....	22
1.2	O SINDIUTE-CE NA PERSPECTIVA HISTORICO-EDUCACIONAL .....	22
1.2.1	<b>A organização dos trabalhadores</b> .....	23
1.2.2	<b>O Estado moderno, a hegemonia política e os aparelhos privados de poder</b> .....	24
1.2.3	<b>A organização dos trabalhadores e a regulação do Estado</b> .....	25
1.2.4	<b>Os trabalhadores e a estruturação do sistema nacional de educação no Brasil</b> .....	27
1.2.5	<b>A falta de qualificação da mão de obra docente</b> .....	29
1.2.6	<b>As reformas educacionais da ditadura empresarial-militar</b> .....	30
1.2.7	<b>A constituição da categoria docente no período do regime militar</b> .....	31
1.2.8	<b>O ressurgimento da luta sindical no final da década de 1970</b> .....	32
1.2.9	<b>Os congressos de fundação</b> .....	33
1.3	REVISÃO DA LITERATURA .....	35
1.3.1	<b>Duas biografias sobre a história de vida de uma dirigente do SINDIUTE-CE</b> ..	37
1.4	O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA .....	38
1.4.1	<b>A estrutura da pesquisa</b> .....	38
1.4.2	<b>A pesquisa e a pandemia mundial de Covid 19</b> .....	39
2	<b>O CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIAL E POLÍTICO DA FUNDAÇÃO DO SINDIUTE-CE</b> .....	41
2.1	<b>O LONGO PROCESSO DA REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA</b> .....	41
2.2	<b>A VIOLÊNCIA ESTATAL COMO FORÇA PRODUTIVA</b> .....	42
2.3	<b>A PERDA DA HEGEMONIA DOS GOVERNOS MILITARES</b> .....	44
2.4	<b>OS MOVIMENTOS SOCIAIS CEARENSES NO PROCESSO DA REABERTURA POLITICA DO REGIME MILITAR, E A FORMAÇÃO DA MILITÂNCIA POLÍTICA</b> ..	46
2.5	<b>OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA NO MUNDO</b> .....	48
2.6	<b>A PRESENÇA DE NOVOS PERSONAGENS NA CENA POLÍTICA</b> .....	50
2.7	<b>A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE (1988) E A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES</b> .....	51
2.8	<b>O NEOLIBERARISMO E OS SUCESSIVOS PLANOS ECONOMICOS</b> .....	52
2.8.1	<b>O Plano Real (1994)</b> .....	53
2.8.2	<b>O governo Lula (2003-2010)</b> .....	56
3	<b>A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES NO BRASIL</b> .....	59

3.1	O TRABALHO, DEMOCRACIA E UNIDADE.....	59
3.2	A CNTE E A ESCOLA PÚBLICA.....	60
3.2.1	<b>A ANPED, CEDES, ANDE e as Conferências Brasileiras de Educação</b> .....	61
3.3	A CORRELAÇÃO DE FORÇAS NA REPÚBLICA NOVA (1945-1964).....	63
3.4	A CRIAÇÃO DAS CENTRAIS SINDICAIS E A DIVISÃO DO MOVIMENTO....	64
3.4.1	<b>Os processos de redemocratização dos Estados militares na América do Sul</b> ...	66
3.4.2	<b>O PT e a independência de classe</b> .....	66
3.5	AS PRIMEIRAS GREVES DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO NO CEARÁ .....	67
3.6	AS GREVES NA NOVA REPÚBLICA.....	71
4	<b>O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES NO CEARÁ</b> .....	73
4.1	AS ANTIGAS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES E O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO SINDIUTE.....	73
4.1.1	<b>O movimento sindical no período da República Nova (1945-1964)</b> .....	75
4.1.2	<b>O Pacto Intersindical</b> .....	76
4.1.3	<b>O Pacto Unificado Sindical (1957-1964) no Ceará</b> .....	77
4.1.4	<b>O PUS e a Federação dos Trabalhadores do Estado do Ceará (FTECE)</b> .....	78
4.1.5	<b>A luta de classes e o golpe de Estado</b> .....	79
4.2	O CORPORATIVISMO NA DIVISÃO DO MOVIMENTO DOCENTE.....	81
4.2.1	<b>A LDBEN nº 4.024 de 1961 e as associações dos trabalhadores da educação</b> ....	81
4.2.2	<b>A expansão do ensino secundário cearense na década de 1950 e 1960</b> .....	82
4.2.3	<b>A deterioração das condições do trabalho docente</b> .....	83
4.2.4	<b>Os professores secundaristas e as primeiras mobilizações</b> .....	85
4.2.5	<b>As primeiras greves docentes no Ceará, 1967-1968</b> .....	86
4.2.6	<b>O movimento docente se divide</b> .....	87
4.2.7	<b>Dividir para governar</b> .....	88
4.2.8	<b>A repressão e o fim da greve docente</b> .....	89
4.2.9	<b>A APEOC como a única entidade representativa docente oficial</b> .....	90
4.3	AS GREVES E A DIVISÃO DO MOVIMENTO NO CEARÁ (1983-1991).....	90
4.3.1	<b>A rearticulação do movimento docente</b> .....	90
4.3.2	<b>A Oposição à diretoria da APEOC</b> .....	91
4.3.3	<b>A criação do SINDIUTE-CE</b> .....	93
4.4	A FUNDAÇÃO DO SINDIUTE-CE E A MEMÓRIA DA LUTA DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO.....	94

4.4.1 Os professores da década de 1980 .....	96
4.4.2 A hegemonia da pedagogia tecnicista na década de 1980 .....	101
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS .....	114
APÊNDICES .....	122
APÊNDICE I ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	122
APÊNDICE II ENTREVISTAS.....	125

## 1 – INTRODUÇÃO

O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará (SINDIUTE-CE) é criado em 15 de dezembro de 1991, a partir da fusão sistemática de diferentes entidades representativas dos trabalhadores da educação, das redes públicas de ensino estadual e municipais de 1º e 2º Graus do Ceará. Este processo de unificação é coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), como forma de consolidar a unidade conquistada pelos trabalhadores da educação.

A construção e a fundação do SINDIUTE-CE se inserem num processo histórico que se convencionou chamar de transição democrática brasileira, a reabertura política, a "distensão lenta, gradual e segura" iniciada em 1974 no governo Geisel (1974-1979), e prolongada no governo Figueiredo (1979-1985).

A unificação ocorre após a promulgação da então chamada nova Constituição de 1988, que substitui a Constituição de 1967 que legitima o regime militar (1964-1985), instaurado pelo golpe de Estado de 1964. Na nova Constituição se estabelece os direitos à sindicalização, e à greve, dos servidores públicos civis, antes excluídos da estrutura sindical consolidada pelo Estado Novo (1937-1945). Até a Constituição de 1988, ao funcionalismo público era permitido somente se organizar por associações de classes, de caráter assistencialista e recreativa, e atrelado à estrutura do Estado.

A unidade entre os trabalhadores da educação, fragmentada em diferentes associações de classe, verticalizadas por ramos econômico ou categoria profissional, se estabelece ainda no final da década de 1970, e ao longo da década de 1980, com o ressurgimento da luta sindical e greves no Brasil, após a edição do AI-5, em dezembro de 1968. Ainda sob forte repressão policial, e intervenção do Estado ditatorial, professores, especialistas e funcionários se unem na luta sindical e política, pela redemocratização, de suas entidades representativas, e do regime político brasileiro, com a extinção do regime militar (1964-1985).

Partidos como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Partido Operário Revolucionário Trotskistas (PORT), ou Comunidades Eclesiais de Base (CEB), cuja grande maioria de militantes sindicais, do campo, e estudantis, presos, torturados e/ou mortos, vão se reorganizar, após a edição da Lei da Anistia, no. 6.683, de 28 de agosto de 1979.

Entre os anos de 1964 e 1979, os governos militares, sob a Doutrina da Segurança Nacional alinhada com os Estados Unidos, durante a Guerra Fria, promovem o combate aos sindicatos, partidos e outras organizações de esquerda, que se opunham ao regime militar. Por

meio da promulgação de 17 Atos Institucionais, e 105 atos complementares, cassam mandatos e suspendem direitos políticos, jornais de oposição ao regime militar sofrem censura, partidos foram extintos, ou caem na clandestinidade.

Armando Boito Jr. (2006), demarca que nos períodos do Estado Novo (1937-1945) e dos governos militares (1964-1985), os sindicalistas governistas, praticamente monopolizam os postos de direção nos sindicatos oficiais. Os sindicatos combativos que organizam greves, tem as suas diretorias destituídas e substituídas por interventores, ou tem os seus fundos bancários bloqueados, “como costumava fazer Murilo Macedo, o ministro do Trabalho do governo do General Figueiredo” (BOITO, 2006).

Ao longo da década de 1980, os sindicalistas ligados governo militar, pejorativamente chamados pelegos, foram sendo desalojados de centenas de entidades sindicais oficiais, e passam a ser dirigidas por diretorias não governistas, e combativas no plano reivindicativo. Renovadas, essas entidades vão se congregam na Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983, mesmo antes da legislação vigente permitir (Boito, 2006).

Danusa Mendes Almeida (2015, p.326), demarca que “as experiências que emergiram por volta do ano de 1978 no Ceará, como no Brasil, de fato, deram início a uma fase, em que predominou um novo modo de agir coletivo”. Dessas novas experiências de luta sindical, emergiriam novas lideranças da organização dos trabalhadores do Ceará, como contraponto às antigas lideranças oriundas do modelo associativo das décadas de 1970 e 1980, atreladas politicamente e organicamente ao governo de estado, por meio da secretaria de educação do estado do Ceará.

Segundo Maria Valdecir de Paula (2010, p. 66-69), no ano de 1983, se inicia um ciclo de vigorosa mobilização no movimento sindical docente no Ceará, contra às políticas de arrocho salarial, de precarização e perda de autonomia do trabalho docente, na defesa da escola pública e dos direitos dos professores. Por divergências políticas e organizativas, a hegemonia deste movimento é disputada por dois agrupamentos, que em nível nacional se articulam na “Unidade Sindical”, ou nos “Autênticos”, a partir da Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), em 1981.

Os sindicalistas autenticos, reunidos em torno dos metalúrgicos do ABC, o setor emergente das mobilizações e greves que eclodem em 1978-1979, composto de sindicatos, associações e oposições sindicais combativas, provoca a reorganização do movimento sindical durante a década de 1980. Favoráveis à mudanças da estrutura sindical, e à participação das oposições sindicais e dos movimentos populares, na formação de uma central sindical, este movimento é conhecido por Novo Sindicalismo. Este bloco, autodenominado “combativo”, é

formado sindicalistas e militantes de correntes trotskistas, marxistas-leninistas, e da esquerda católica, vão criar o Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, e em 1983, a Central Unica dos Trabalhadores (CUT), no II CONCLAT (1983).

A Unidade Sindical propunha um pacto social, por meio de uma aliança da classe operária com a patronal, e greves prolongadas prejudicam a abertura política proposta pelo regime militar, e fundam a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) (Idem). Nesta posição, se agrupavam as lideranças sindicais tradicionais, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Ancorados na antiga estrutura sindical, são contra a participação das oposições sindicais e movimentos populares, boicotam o congresso da fundação da CUT, em 1983, e meses depois criam o Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), que em 1986, se transforma no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

No Ceará, durante o ciclo de greves entre 1983 a 1991, quadros do PCdoB e MR-8, se aproximam, e se integram à diretoria da Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará (APEOC), historicamente ligada ao Governo do Estado. Em oposição à essa política de colaboração, e frente à falta de democracia e participação da base na organização desta entidade representativa, professores, alinhados ao PT, organizam assembleias, comandos de greve, encontros, congressos, a reforma estatutária da APEOC (Almeida e Paula).

Júlian Gindin e Carlos Bauer, em *Cartografia do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação no estado de São Paulo* (no prelo, s/p) analisam como a fundação do PT, no bojo da reforma política de 1980, e a criação da CUT em 1983, expressariam a força do movimento sindical no período da redemocratização do Brasil (1974-1985). Por sua vez, o aparecimento da CGT em 1986, refletiu as diferentes posições dos agrupamentos políticos nos quais os trabalhadores estavam organizados. A instituição do Colégio Eleitoral no fim da campanha das eleições diretas para a presidência da República, significou um divisor dentro do movimento sindical.

Sebastião Carlos Pereira Filho (2019, p. 154) mostra como as entidades sindicais dos trabalhadores, junto com entidades estudantis, acadêmicas e científicas, em abril de 1987, criaram o Fórum Nacional de Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito – depois, Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP). Desta forma, pretendiam garantir na nova Constituição o direito à uma escola pública e gratuita, por meio da mobilização da população, e coleta de assinaturas para uma Emenda Popular para à Assembleia Constituinte de 1988.

Em janeiro de 1989, era criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), e junto o Fórum Nacional de Unificação. Em 1990 se juntariam à CNTE, a Confederação dos Professores do Brasil (CPB), a Federação Nacional dos Orientadores Educacionais (FENOE), a Federação Nacional de Supervisores Escolares (FENASE) e a Confederação Nacional dos Funcionários de Escolas Públicas (CONAFEP). No ano anterior, criado o Fórum Nacional de Unificação, para assessorar e auxiliar a unificação das entidades dos trabalhadores de uma mesma rede pública de ensino, estaduais e municipais (PEREIRA FILHO, 2019, p. 137)

Foi nesse processo de luta e de reorganização do movimento sindical, em torno da unidade entre os trabalhadores da educação, que o grupo de oposição à diretoria da APEOC, se funde com a Associação dos Professores de Educação Física do Ceará (APFCE), a Associação dos Supervisores Educacionais do Ceará (ASSECE), e a Associação dos Orientadores Educacionais do Ceará (ASOECE), criando o SINTECE em março de 1990, no I Congresso Estadual de Unificação dos Trabalhadores da Educação do Ceará (Almeida e Paula). Seguindo a diretriz da CNTE, ocorriam as fusões para a criação de um sindicato único, como forma de consolidar a unidade conquistada, durante o ciclo de greves iniciado em 1983.

O SINDIUTE-CE é fundado em dezembro de 1991, no III Congresso Estadual de Unificação, a partir da fusão do SINTECE a APEOC/Sindicato<sup>1</sup>, apesar de quase uma década de oposição e disputa sindical. Esta unificação ocorre a partir da paulatina aproximação do PCdoB com o PT e o PTB, e a CUT, já durante as eleições presidenciais de 1989. Em 1991, com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas (URSS), o PCdoB abandona o estalinismo, e rompe com o MR-8, PMDB e PSDB.

Porém, a unificação não se concretiza, após disputa judicial, o grupo ligado ao MR-8, que se mantém em regime de colaboração com o governo, reativa a APEOC, ganha a posse da diretoria, e expulsa o grupo ligado ao PCdoB. O SINDIUTE-CE por sua vez, após mais de duas décadas intermináveis de disputas judiciais com a APEOC, pela base de representação, perde em 2012, e passa a representar somente os professores da rede municipal de Fortaleza, que compunham a grande maioria de seus filiados.

As greves unificadas, de 1983, 1985, 1986 e 1989, que reúnem nas assembleias cerca de 4, 5 mil trabalhadores das redes estadual e municipal de Fortaleza, não ocorrem mais. O que observamos por meio das notícias divulgadas pela imprensa, a representação sindical dos

---

<sup>1</sup> A APEOC, logo após a promulgação da Constituição de 1988, obtém a carta sindical para representar todos os trabalhadores da secretarias de educação e/ou cultura estadual e municipais do Ceará.

trabalhadores da educação, permanece, atualmente, dividida por categorias profissionais, e por rede de ensino, a destarte a APEOC deter a carta de representação sindical, de todos os trabalhadores lotados nas secretarias de educação, do estado e dos municípios cearenses.

O corporativismo na organização e nas bandeiras de luta, dos trabalhadores da educação básica por categorias profissionais, é uma tendencia que prevalece não somente no Ceará, mas em todos os estados da federação.

### 1.1 - OS OBJETIVOS DA PESQUISA

A presente pesquisa resgata a história da fundação do SINDIUTE-CE, sob a perspectiva histórico-educacional, o que significa, para nós, compreender a criação deste sindicato único dos trabalhadores da educação, das redes públicas de ensino de 1º e 2º Graus do Ceará, como uma construção histórica dos trabalhadores. É durante as greves e mobilizações massivas dos trabalhadores da educação, no Ceará, entre os anos de 1983 e 1991, que se constitui o núcleo de trabalhadores que irão organizar, junto com a CNTE, os I, II e III Congressos Estadual de Unificação, que culmina na criação do SINDIUTE-CE.

O estudo sobre o processo de unificação sindical dos trabalhadores em educação no Ceará, culminando na fundação do SINDIUTE-CE em 1991, pressupõe, necessariamente lançar um olhar crítico e contextualizado sobre os desdobramentos do período na urdidura e consolidação política e social deste sindicato. Apresentamos a seguir, os pressupostos teóricos e metodológicos que nortearam esta pesquisa.

Pretendemos também, com esta dissertação, contribuir com os estudos sobre as organizações dos trabalhadores da educação, na história da constituição da escola pública no Brasil. Com a bandeira do sindicato único, a gênese do SINDIUTE-CE se encontra na reorganização das associações e sindicatos dos trabalhadores das escolas públicas, no processo de redemocratização brasileira, após uma ditadura empresarial-militar, ocorrida a partir de um golpe de Estado no ano de 1964.

### 1.2 – O SINDIUTE-CE NA PERSPECTIVA HISTORICO-EDUCACIONAL

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade (Karl Marx, 2011, p. 77-78/1285).



### 1.2.1- A organização dos trabalhadores

A organização dos trabalhadores se constituem na história, como instrumento de resistência contra a exploração capitalista, como são o ludismo entre 1811-1812, e o cartismo entre 1830-1849, na Inglaterra. De movimentos espontâneos, as associações, uniões, ligas, sindicatos, se tornam uma das mais importantes representações da classe trabalhadora, formando em estruturas, e redes complexas de organização, ultrapassando barreiras internacionais em determinados momentos históricos.

Maria Tereza Ferreira Cavalheiro (2017), demonstra que a greve geral de São Paulo, em julho de 1917, resulta das várias rebeliões do operariado urbano paulista, que se inspiram nas ideias revolucionárias da Revolução de Russa (1917). Já organizada pelo Comitê de Defesa Proletária, integrado principalmente por anarquistas, 70 mil paralisam, e exigem o aumento de 35% para os salários mais baixos, redução da jornada diária de 12 para 8 horas, proibição do trabalho de menores de 14 anos, fim do trabalho noturno para mulheres e menores de 18 anos, congelamento de preços dos alimentos e redução de 50% no preço dos aluguéis, entre outras reivindicações.

Entre 1890 até 1914, o Brasil tem 5.940 empresas, com um contingente de trabalhadores que ultrapassa de 200 mil, a grande maioria de imigrantes europeus (Idem). Para Edgar Carone (1979, p. 5)

O fator qualidade deve-se prioritariamente à imigração, ao estrangeiro que vem trabalhar com assalariado rural e urbano – e que traz da Europa a sua experiência de luta e de organização, de pensamento e de reivindicação.

Na greve geral de 1917, trabalhadoras e trabalhadores enfrentam uma força repressiva aprimorada, diferente da aplicada nas greves de 1901, 1906, 1907, ou até no ciclo grevista de 1912 e 1913, segundo Clayton Peron Franco de Godoy (2017, p.120-121). O aparato repressivo mobilizado pelo poder público, foi sendo aprimorado pela república oligárquica, nos dez anos anteriores à eclosão da Greve Geral. Vigilância, uso de agentes infiltrados e de agentes provocadores, processos e audiências públicas, intimidação, violações de domicílio, violência física, assédio, assaltos a organizações, fechamento de associações, detenções persecutórias, além da criminalização, mortes, desaparecimentos, expulsões, deportações, uso do exército e da polícia.

### 1.2.2 – O Estado moderno, a hegemonia política e os aparelhos privados de poder

Em S. Paulo, só não ganha dinheiro quem não trabalha, só é pobre quem é vadio.  
 (“O futuro de São Paulo”, Correio Paulistano, 9 de julho de 1917<sup>2</sup>)

A coerção por meio do aparelho repressivo de Estado, sobre os grupos que não consentem, nem ativa e nem passivamente, e a construção de uma direção consentida, entre grupos aliados na sociedade civil, para Gramsci, constituem a hegemonia política e cultural, de determinada classe, consideram Álvaro Bianchi e Luciana Aliaga (2011). Gramsci se refere à hegemonia como direção e dominação de classe, neste sentido, o consenso permite à classe ser dirigente, enquanto a força torna-a dominante

O critério histórico-político sobre o qual há necessidade de fundar as próprias pesquisas é este: que uma classe é dominante de dois modos, isto é, é "dirigente" e "dominante". É dirigente das classes aliadas e dominante das classes adversárias (...). Pode-se e deve-se ser uma "hegemonia política" também antes da chegada ao Governo e não há necessidade de fundar somente sobre o poder e sobre a força material que ele proporciona para exercer a direção ou hegemonia política. (GRAMSCI, 1975, Q 1, § 44, p. 41<sup>3</sup>).

O Estado moderno, portanto, não se resume ao aparelho governamental encarregado da administração direta, e do exercício legal da coerção, ele também inclui a esfera civil, esfera na qual os aparelhos privados de hegemonia possuem sua sede. Organicamente ligadas, cada uma das esferas possui características próprias, e não se confundem entre si, Estado, sociedade política e sociedade civil, estão em relação de unidade-distinção, na concepção gramsciana (Bianchi e Aliaga, 2011).

Segundo Carlos Eduardo Coutinho (1999), Gramsci percebe que a partir da segunda metade do século XIX, os sindicatos, partidos políticos, todas as diferentes associações que resultam de crescente “socialização da política”, são “aparelhos privados de hegemonia”, formam a nova esfera da auto-organizações do ser social capitalista, a “sociedade civil”, como parte do Estado, em sentido amplo, já que nela têm lugar evidentes relações de poder. Gramsci, ao descobrir essa nova esfera, ao dar-lhe um nome e ao definir seu espaço, cria uma nova teoria do Estado.

Para Gramsci, o Estado se amplia graças à inclusão da sociedade civil; continua a ser um Estado de classe tal como Marx e Engels o definiram, mas seu modo de exercer o poder de classe muda, pois para buscar hegemonia, consenso e legitimação, deve levar em conta outros interesses que não os restritos interesses da classe dominante. A “sociedade civil” é

---

<sup>2</sup> In Godoy, 2017, p.99.

<sup>3</sup> Bianch, e Aliaga, 2011.

uma importante arena da luta de classes: é nela que as classes lutam para conquistar hegemonia, ou seja, direção política, capacitando-se para a conquista e o exercício do governo do Estado (COUTINHO, 1999).

Hegemonia e coerção são componentes da supremacia de uma classe, coexistindo no tempo e no espaço. O fato de o Estado ser menos coercitivo e mais consensual, ou vice-versa, "depende da autonomia relativa das esferas superestruturais, da predominância de uma ou de outra", mas também do "grau de socialização da política alcançado na sociedade em questão" e da "correlação de forças entre as classes sociais que disputam a hegemonia" (GRAMSCI, 1999, p. 131)

### **1.2.3 - A organização dos trabalhadores e a regulação do Estado**

Ricardo Antunes, em *O que é sindicalismo* (1983, p. 50-52), recorda que já desde a Primeira República (1889-1930) o governo, liberal, procura controlar o movimento sindical brasileiro. O então presidente da República, Hermes da Fonseca, que cria uma liderança governista dentro de alguns poucos sindicatos, é o presidente honorário do Congresso Operário de 1912. Em *Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil (Um estudo sobre a Consciência de Classe: 1930 – 35)*, o autor demonstra como o governo, para evitar um levante contra o Estado e às oligarquias cafeeiras, tentou cooptar setores importantes à exportação de café, e seus líderes sindicais, como os ferroviários e portuários, negociando e atendendo as suas reivindicações. Para outros setores secundários à economia, como os trabalhadores das fábricas, a medida adotada pelo Estado era a repressão, coibindo e acabando com os movimentos reivindicatórios.

A intervenção normativa do Estado na organização do movimento sindical brasileiro ocorre na Era Vargas (1937-1945); e começa imediatamente após a Revolução de 1930, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em novembro daquele ano. Após quatro meses, em 19 de março de 1931, o Governo Provisório (1930-1937) expediu a primeira Lei de Sindicalização, obrigando os sindicatos a se registrarem no recém-criado Ministério do Trabalho. Em contrapartida a esse reconhecimento oficial, com as prerrogativas como o imposto sindical, uma série de limitações são impostas à organização e à atuação sindical (BOITO, 2006). Dentro desta estrutura sindical, os servidores públicos civis foram excluídos, lhes permitindo se organizarem somente em associações de classes oficiais.

No Estatuto do Servidor Público Civil, de 28 de outubro de 1939, disposto no Decreto-Lei n. 1.713, em seu Art. 226, proíbe o funcionário público de: “VII. Incitar greves ou a elas

aderir, ou praticar atos de sabotagem contra o regime ou o serviço público”. E autoriza no parágrafo único, “a participação do funcionário na direção ou gerência de cooperativas e associações de classe, ou como seu sócio”.

Sadi Dal Rosso, Hélvia Leite Cruz e Erlando da Silva Rêses, no artigo em *Condições de emergência do sindicalismo docente* (2011), indicam que o primeiro sindicato docente, o Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial do Distrito Federal (SINPRO-RIO), dos estabelecimentos privados, é fundado em 1931, já sob a aprovação e controle do Ministério do Trabalho e do Registro de Professores no Departamento Nacional de Ensino. Paralelo e em oposição a esse sindicato oficial, é fundado o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino do Rio de Janeiro, por professores de tendência anarquista. A proposta era defender os interesses dos professores, inspetores e auxiliares de ensino em um sindicato único, livre do controle do Estado, e laico – sem influência das igrejas. Porém teve uma vida efêmera.

Otavio Ianni, em *A ditadura do grande capital* (2019, p. 331), mostra que durante a ditadura empresarial-militar de 1964-1985, fundada numa coalizão das classes dominantes internas e externas, a violência estatal atua como poderosa força produtiva. O regime militar por meio da máquina estatal, estrutura aparato jurídico e policial, para controlar e subjugar a classe operária, que em período anterior, em 1961-1964, apresentou reivindicações e propostas as quais as cúpulas do populismo ignoraram, ou simplesmente bloquearam.

O peso da ditadura, enquanto expressão da economia política do capital monopolista, atingiu a classe operária sob diversas formas. Houve tanto a modificação arbitrária das condições de contrato de trabalho até a alteração do significado econômico e político do sindicato; tanto a militarização da fábrica como a generalização da violência policial (IANNI, 2019, p. 119).

Assim, o Estado fascista, dissociado de amplos setores da sociedade civil, promoveu a extração de uma taxa extraordinária de mais-valia, posta a serviço do capital monopolista nacional e imperialista. No campo, o trabalhador rural foi expropriado de suas terras e subordinado à acumulação monopolista, pela política agrária governamental que favoreceu o desenvolvimento das relações de produção capitalista, por meio da repressão estatal, e da manipulação da violência privada por parte de latifundiários, fazendeiros ou empresários (IANNI, 2019, p. 147, 275).

No Ceará, em setembro de 1968, a última greve dos professores temporários secundaristas, por pagamento dos salários atrasados, foi encerrada de forma violenta, por forças policiais convocadas pelo governador de estado. O movimento estudantil, universitário e secundarista, em o protesto desde 1967, contra a ampla reforma universitária, imposta

através dos acordos entre o MEC e a USAID, também foi duramente reprimido, meses antes da edição do Ato Institucional número 5 (AI-5), em dezembro de 1968, após, o Clube dos Estudantes Universitários é fechado.

No governo de César Cals, da tríade de coronéis que domina a política cearense durante o regime militar (1964-1985), por ocasião da expansão do ensino de 1º e 2º Graus, promovida pela Lei 5,692/71, investe no aparelhamento da APEOC. Assim, Francisco Brilhante, ex-assessor de gabinete do vice-governador, na condição de professor, assume a presidência da APEOC, por meio de uma assembleia, em 1971, na qual também se realiza a mudança estatutária da entidade, fundada em 1962 para representar os professores secundaristas, a APEOC passa a representar os professores de 1º e 2º Graus dos estabelecimentos oficiais do Ceará (Almeida, 2010, p 228 e 239).

Brilhante permanece na presidência da APEOC, por 15 anos, recebendo as benesses dos governadores e prefeitos, como as doações de uma sede em Fortaleza, e uma colônia de férias. A partir de 1976, por meios das delegacias de ensino da rede estadual, a APEOC constitui filiais em todos os municípios do interior do Ceará (Idem).

#### **1.2.4 – Os trabalhadores e a estruturação do sistema nacional de educação no Brasil**

Ao estudarmos sobre a organização sindical dos trabalhadores da educação básica<sup>4</sup> das redes públicas de ensino estaduais e municipais, constatamos que as sucessivas reformas educacionais para expansão e massificação do ensino, foram assentadas na desvalorização salarial, na precarização das condições de trabalho, no aligeiramento da formação docente, na contratação de professores leigos e/ou com vínculo temporário, e na perda da autonomia docente na condução do processo de ensino e aprendizado.

E como resposta à essas reformas, os trabalhadores responderam com resistência e luta, quando havia condições objetivas para reunir forças, e subjetivas para propor projetos de reformas ou de ruptura na condução das políticas educacionais. Numa sociedade marcada pela profunda desigualdade social, no Brasil, a abolição da escravatura (em 1888) e a fundação da República (em 1889), não significou a organização de um sistema nacional de educação, no

---

<sup>4</sup> Segundo a última LDB/1996, no artigo 21, a educação básica é composta pela educação infantil (crianças de 0 a 5 anos de idade, art. 30), ensino fundamental (ensino de 9 anos, a partir dos 6 anos de idade, art. 32), e ensino médio de 3 anos, propedêutico (art.35) ou de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (art. 36). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Consultado dia 15/07/2020.

qual o governo central assumiria a educação popular, na tarefa de instalar e manter escolas primárias em todas em todas as províncias e os povoados do país.

Demerval Saviani (2006, p. 51-53) aponta que de “modo geral”, na emergência dos estados nacionais no decorrer do século XIX, surgiram da experiência histórica dois “modelos contrapostos”. Em países europeus ou mesmo da América Latina – a Argentina, Chile e Uruguai – implantaram sistemas nacionais de ensino, segundo diretrizes emanadas dos órgãos centrais do Estado, para erradicar o analfabetismo e universalizar a instrução popular. Esse sistema resultou ser capaz de “garantir razoável coesão, assegurando um patamar comum que permitiu homogeneizar o acesso à cultura letrada, o que significou um razoável grau de igualdade de condições de participação de todos na vida social”. (SAVIANI, 2006, p. 53)

Ainda segundo Saviani, o Brasil se seguiu a tendência do modelo dos Estados Unidos da América, de “colocar a educação sob responsabilidade dos órgãos locais em nível municipal, não instituindo nem Ministério da Educação, nem lei nacional de ensino”. Este modelo resultou no acesso bem desigual entre a população, e nos Estados Unidos “tem sido objeto de alerta das autoridades políticas e educacionais”. Sob à direção do Ministério da Educação (MEC), no Brasil a política educacional implementada caracterizou-se pela flexibilização, e pela “descentralização das responsabilidades de manutenção das escolas” de educação básica (SAVIANI, 2006, p. 52).

Desta forma, os municípios foram induzidos a assumirem os encargos da educação fundamental, apelando à sociedade de modo geral, para garantir seja a manutenção física, como administrativa e o próprio funcionamento do trabalho pedagógico das escolas. Seja pelo trabalho voluntário e filantrópico de seus cidadãos, ou das empresas e organizações não governamentais, delineou-se um estímulo à diferenciação de iniciativas e diversificação dos modos de funcionamento e de gestão de ensino escolar. Em contrapartida, a montagem de um “sistema nacional de avaliação” respaldado pela LDB, com a centralização no MEC o controle do rendimento escolar em todos os níveis, apenas acentuou as desigualdades educacionais no Brasil (SAVIANI, 2006, p. 52-53).

Essa tendência à descentralização do sistema educacional, no qual o governo central se responsabilizava somente com a educação superior no país, e com a educação secundária do Distrito Federal, reverteu na constituição de redes estaduais e municipais de ensino de educação básica nos estados da federação brasileira. Esta forma de estruturação do ensino básico, se refletiu na organização dos trabalhadores da educação por estados e municípios, que junto à legislação consolidada pelo Estado Novo, ainda se fragmentaria em associações por categorias profissionais.

Ou seja, em uma mesma rede de ensino, a organização dos trabalhadores estaria fragmentada por diferentes associações de classe: de professores, de especialistas e funcionários, à medida que foram se estruturando as redes de ensino de educação básica nos estados e municípios. E essa tendência à fragmentação, foi superada em diferentes momentos da história de luta e resistência dos trabalhadores, unidos em torno de uma mesma causa, criavam fóruns e centrais para unir as suas entidades representativas oficiais.

### **1.2.5 – A falta de qualificação da mão de obra docente**

Outro problema crônico na educação brasileira, é também a falta de mão de obra docente qualificada, tanto para o ensino primário, quanto para o ensino ginásial, secundário, normal e técnico. No Ceará, segundo levantamento feito por Almeida (2015, p. 143), na criação de 686 vagas docentes para o ensino secundário da rede estadual, via Lei nº 7.257, de 18 de maio de 1964, apenas 403 professores eram habilitados ao cargo, faltando 283.

E embora aprovada a Lei 6.935/63, que dispõe a realização de concursos públicos para o provimento dos cargos de professor do ensino médio<sup>5</sup>, a contratação da mão de obra em regime temporário foi utilizada em larga escala (Idem), no período, e perdura até nos dias atuais, inclusive nas redes municipais. A exemplo, José Irenildo da Silva, um dos nossos professores aposentados entrevistados<sup>6</sup>, apesar de ter habilitação para a docência em educação física, foi contratado pelo Governo do Estado cearense em 1981, e pela prefeitura de Fortaleza em 1982, em regime de trabalho temporário, só se efetivando para o cargo público, após a promulgação da Constituição de 1988. Gardênia Pereira Baima, em sua entrevista<sup>7</sup>, nos relata que na rede municipal de Fortaleza mantém um contingente de 3.200 professores com vínculo temporário, para um contingente de cerca de 16 mil professores.

No Ceará, a expansão das redes públicas de ensino de 1º e 2º Graus, a partir das reformas promovidas pelo regime militar implantado em 1964, segue a tendência da expansão do ensino secundário na década passada, é calcada no sucateamento da escola pública, na contratação de mão de obra temporária e sem nenhum direito, no sistemático atraso no pagamento dos salários, na perda da autonomia docente. E mesmo nos governos

---

<sup>5</sup> O ensino médio era composto por dois ciclos, o ginásial, e o ensino médio, que por sua vez era organizado de forma vertical, em três modalidades, o ensino secundário que dá acesso ao vestibular para o ensino superior, o normal que forma professores para o ensino primário, e o técnico que forma mão de obra para o mercado de trabalho.

<sup>6</sup> Apêndice II, p. 148.

<sup>7</sup>

democraticamente eleitos, após o fim do regime militar em 1985, o sucateamento, a super exploração e controle da mão de obra, a falta de diálogo com o movimento reivindicatório dos trabalhadores, permanecem nas políticas governamentais.

### **1.2.6 – As reformas educacionais da ditadura empresarial-militar**

Com a bandeira do sindicato único, o SINDIUTE-CE foi criado a partir da fusão sistemática de diferentes entidades representativas dos trabalhadores da educação, das redes públicas de ensino estadual e municipais de 1º e 2º Graus do Ceará. As reformas que reestruturaram o ensino em 1º e 2º Grau foi estabelecida pela lei 5.692/71, implantada pela ditadura empresarial-militar (1964-1985).

Para Demerval Saviani (2019, p. 6345), a “Revolução de 1964” significou a ruptura política para a preservação da ordem socioeconômica; e a ideologia do nacionalismo desenvolvimentista foi substituída pela doutrina da interdependência, elaborada pela Escola Superior de Guerra, a partir da Doutrina da Segurança Nacional. O grande capital imperialista já se fazia presente no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que para implantar de imediato as indústrias de bens de consumo duráveis, que exigia grandes somas de investimentos, atraía as grandes empresas estrangeiras.

O capital estrangeiro já recebia grandes vantagens, desde 1955, por meio da Portaria 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), implantada pelo ministro da fazenda da União Democrática Nacional (UDN), partido que abrigava os representantes dos interesses internacionais. As poderosas empresas internacionais, tenderiam a dominar o panorama econômico do país, absorvendo ou colocando sob sua órbita boa parte das empresas nacionais. E para que esse processo desse prosseguimento, foi necessário o golpe militar que interrompesse o governo de João Goulart, “membro das classes dominantes cuja ascensão, porém, se devia aos compromissos com as massas operárias e com a ideologia nacionalista, convertera-se na própria personificação da contradição que agitava o país” (SAVIANI, 2019, pp 6391).

Alexandre Tavares do Nascimento Lira (2010, p. 11) aponta que um dos primeiros feitos da ditadura inaugurada pelo golpe militar, foi reprimir todo um intenso debate em torno da escola pública. Florestan Fernandes e Roque Spencer, Anísio Teixeira e Fernando Azevedo, Paulo Freire, entre outros que se destacaram na Campanha em Defesa da Escola Pública, foram violentamente perseguidos por uma onda de repressão e censura à “liberdade de reunião, expressão e consciência”. As reformas educacionais foram marcadas pela ênfase



tecnicista dos currículos, pela fusão da História e Geografia, e pela prisão e tortura de estudantes e professores.

Para as reformas educacionais implementadas pelo regime militar, foram realizados acordos com a *United States Agency International for Development* (USAID), em convenio com Ministério da Educação e Cultura (MEC), para o Aperfeiçoamento do Ensino Primário. Para o planejamento do ensino secundário, a agência fornecia assessoria aos Conselhos e Secretarias Estaduais de Educação, e ainda previa o treinamento de técnicos brasileiros nos Estados Unidos (LIRA, 2010, p. 212).

Segundo Ruy Mauro Marini<sup>8</sup> (1973), a chegada tardia do Brasil e da América Latina ao mercado internacional, inaugurado pela grande indústria dos países centrais, faz com que as burguesias periféricas se utilizem da superexploração do trabalho, como "vantagem comparativa" para melhorar suas condições competitivas. E ao mesmo tempo em que se acelera o ritmo da expropriação da mais valia sobre os trabalhadores, em detrimento de seus meios de subsistência para reposição da sua força de trabalho, se reproduz um mercado interno seccionado entre uma alta e uma baixa esfera de consumo.

### **1.2.7 – A constituição da categoria docente no período do regime militar**

Amarílio Ferreira Júnior e Marisa Bittar (2006), analisam o impacto das políticas educacionais do regime militar (1964-1985), sobre a categoria dos professores das redes públicas de ensino de educação básica. Com a expansão do atendimento escolar combinada à desvalorização salarial docente, verificou-se a mobilidade social ascendente das classes subalternas, e descendente das camadas médias mais abastadas e até das elites. Com a proletarização e a perda do status social do professorado, tem início à construção de uma nova identidade, “que associariam o destino político dos trabalhadores em educação com a luta sindical das classes trabalhadoras”.

Como indica Luís Antônio Cunha (1991, p. 158), a dinâmica de arrocho salarial se observou na categoria docente, na rede estadual de São Paulo. Em 1967, o salário médio por hora do professor primário equivalia a 8,7 vezes o salário mínimo, em 1979 essa proporção fora reduzida para 5,7 vezes. A queda salarial será mais drástica se considerarmos o período anterior à crise econômica e política de 1954; no Rio de Janeiro (Distrito Federal ou rede

---

<sup>8</sup> A dialética da dependência, disponível em <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod\\_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf)>. Consultado em 11/09/2020.

estadual situada no município da capital) em 1950 era de 9,8 vezes, em 1960 despenca para 4 vezes, e em 1977 para 2,8 vezes, uma redução de 70% em cerca de duas décadas.

“Construindo uma consciência histórica”, “incorporou a tradição de luta operária”, “a categoria de professores público estaduais de 1º e 2º Graus se transformou num dos protagonistas sociais da transição democrática”, “por meio de uma intervenção programática própria”, no período correspondente às décadas de 1970 e 1980, segundo Ferreira e Bittar (2006).

Carlos Bauer e Cassio Diniz (2015, p.45) apontam que o SINDIUTE nasceu do esforço organizativo e da compreensão política de diversos setores docentes, supervisores, orientadores pedagógicos – que se reconheciam enquanto trabalhadores da educação, algo muito particular em uma categoria que geralmente reconhece-se enquanto uma vaga definição de classe média.

Para Edward P. Thompson (2011, p. 10) uma forma institucional assumida pelos trabalhadores, é uma expressão da consciência de classe de um segmento social.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.

Com a bandeira do sindicato único, a gênese do SINDIUTE-CE encontra-se na reorganização e unificação de diferentes federações, confederações, associações e sindicatos, dos trabalhadores da educação dos estabelecimentos públicos, ainda na ditadura empresarial militar. Com o ressurgimento da luta sindical e das greves massivas no final da década de 1970, os trabalhadores da educação compreendiam a importância da democracia e reivindicavam os direitos à livre associação sindical e à greve.

### **1.2.8 – O ressurgimento da luta sindical no final da década de 1970**

Ricardo Antunes (1992, p. 27), mostra como as greves metalúrgicas do ABC paulista, em maio de 1978, iniciaram uma luta profunda contra o arrocho salarial, pilar fundamental da ditadura instaurada no pós-64 fazendo de “letra morta” toda legislação sindical repressiva e na

prática rompendo com a Lei Antigreve<sup>9</sup>. Iniciaram “uma atuação que visava, no limite, romper com a estrutura sindical atrelada ao Estado”.

Os operários, por meio da organização sindical, entravam como classe fundamental na luta pela democratização da sociedade brasileira, preparando o terreno para futuras participações políticas. De uma fase de resistência iniciariam uma nova fase de amplo movimento de massas, seguidos por inúmeras outras categorias, como médicos, bancários, professores, funcionários públicos etc. Ainda com o fim do “milagre econômico” no final da década de 1970, os segmentos médios da sociedade passaram ‘a sofrer com o ônus da exploração, proletarizando-se cada vez mais rapidamente”, constata Antunes (1980, p. 63).

Julian Gidin (2017) demonstra que as greves dos metalúrgicos do ABC paulista ocorridas em maio de 1978, repercutiram de imediato sobre o professorado do ensino de 1º e de 2º Grau das redes públicas estaduais: em junho foram à greve os professores da Bahia, em agosto os do Paraná e de São Paulo. Em 1979 o Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, etc. Em três anos praticamente todos os estados tinham realizado uma ou duas greves.

No Ceará, o ciclo de greves massivas se inicia em 1983, “o ano zero da luta”, “o batismo de sangue”, segundo Rosa da Fonseca, professora da rede estadual, principal liderança do movimento oposição à APEOC que se constituiu a partir do movimento paredista. Em 1983, a inflação atinge o índice de 250% anuais, e o desemprego a 15% da força de trabalho, saques aos supermercados ocorrem na periferia das grandes cidades (Paula, p. 69).

### **1.2.9 - Os congressos de fundação**

Como já mencionamos, o SINDIUTE-CE foi criado a partir da fusão sistemática de diferentes entidades representativas dos trabalhadores da educação, das redes públicas de ensino estadual e municipais de 1º e 2º Graus do Ceará. Este processo de unificação ocorreu entre março de 1990 e dezembro de 1991, nos I, II e III Congresso Estadual de Unificação, coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE).

Segundo Almeida (2015, p. 315) no I Congresso, com o tema *Unir para lutar cada vez mais*, ocorre a criação do SINTECE, com a fusão de antigas associações de classe oficiais: a

---

<sup>9</sup> Lei Nº 4.330, de 1º de junho de 1964, que regula “o direito de greve, na forma do art. 158, da Constituição Federal. Art. 1º O direito de greve, reconhecido pelo art. 158 da Constituição Federal, será exercido nos termos da presente lei”.

APFCE (1948) dos professores de educação física, a ASSOECE (1960) dos orientadores educacionais, a ASSECE (1960) dos supervisores educacionais, e a ASSEEC (1985) dos servidores da secretaria da estadual de educação.

Com o tema *Escola Pública: por que apagar esse direito?* o II Congresso se aprovava a filiação do SINTECE à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à CNTE. No III Congresso, com o tema *Unir, Lutar e Vencer: por uma escola pública do trabalhador, urgente*, a APEOC/Sindicato dos servidores das redes estadual e municipais do Ceará, se fundia com o SINTECE, criando assim o SINDIUTE-CE (ALMEIDA, p. 315-317)

Os congressos ocorreram após a aprovação da nova Constituição de 1988, que estabeleceria em seu artigo 37, os direitos à sindicalização (VI) e à greve (VII) do servidor público civil. O que vai provocar a concessão de cartas sindicais, por parte do ministério do trabalho, para antigas associações oficiais de servidores públicos, inclusive da educação pública.

Esse processo acompanha o de outras categorias que buscavam a transformação e/ou unificação de suas antigas confederações e associações de classe (por categorias) oficiais, estas criadas segundo o modelo associativo corporativista e assistencialista legado da Era Vargas (1930-1945). Assim, o SINDIUTE-CE é criado com o objetivo de superar a antiga fragmentação imposta à organização dos servidores públicos, que eram representados oficialmente por diferentes associações de classe.

Entretanto, não foi um processo sem contradições, pois, apesar dos esforços perseguidos para a unificação no Ceará, e da APEOC/Sindicato ter participado da criação do SINDIUTE-CE, a divisão da representação sindical docente, segue existindo. A direção da APEOC/Sindicato seria assumida pelo grupo dissidente da diretoria, que não aceitou a fusão, entrou com um processo pela disputa da carta sindical emitida pelo Ministério do Trabalho, para representar todos os trabalhadores da rede pública de ensino básico estadual e municipais.

Em 2012, o SINDIUTE perdeu o processo litigioso em última instância do judiciário, porém isso não significou a sua extinção, mas o início de uma nova fase de transformação, cuja tendência é representar os professores municipais, que compõem a maior parte de sua base de filiação (ALMEIDA, 2015, p. 78).

### 1.3 – REVISÃO DA LITERATURA

Para o levantamento da produção acadêmica referente ao SINDIUTE-CE e ao associativismo e sindicalismo dos trabalhadores do Ceará, tivemos por referência o estado da arte elaborado pelos pesquisadores Julián Gindin e Danusa Mendes Almeida, que agruparam os estudos de casos estaduais por região administrativa. Foi realizada também pesquisa por meio digital, no site do Google Acadêmico, e nos repositórios das principais universidades do país.

Em *Os estudos sobre sindicalismo docente na América Latina e no Brasil* (2009), Gindin elenca cinco estudos sobre o movimento associativo e sindical dos trabalhadores da educação pública no Ceará. Almeida em *Mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo de professores públicos no Ceará (1962-1992): a APEOC/Sindicato e o SINDIUTE* (2015), aponta mais três estudos, além dos cinco indicados por Gindin.

No site do Google acadêmico e nos repositórios das principais universidades do Ceará, encontramos ainda um estudo, de 2015, que analisa as transformações e a crise do sindicalismo, no caso da APEOC, a partir da greve de 2011.

Dos oito estudos encontrados, referentes ao associativismo e sindicalismo dos trabalhadores da educação no Ceará no período estudado, quatro estudos foram feitos por militantes do movimento sindical docente cearense. Dentre essas pesquisadoras, algumas têm uma extensa trajetória em movimentos sociais, movimentos estudantis, lutas pela anistia e pelos direitos humanos e das mulheres, inclusive com biografias referentes às mesmas.

Infelizmente, por meio digital, encontramos somente dois trabalhos, um de Almeida (2015) e outro de Maria Valdecir Abreu de Paula (2010). Entramos em contato com a Universidade Federal do Ceará, mas não obtivemos sucesso. Assim, os comentários que não sejam referentes às duas pesquisas citadas, foram estão fundamentados no estado da arte realizado por Almeida (2015).

Maria Valdecir Abreu de Paula (2010), estuda sobre as correntes políticas atuantes na luta dos trabalhadores em educação do Ceará, ao longo da década de 1980, processo no qual surge e cinde a Oposição Sindical, configurando a divisão política do movimento sindical, e na criação de dois sindicatos oponentes, a APEOC/Sindicato (1988) e o SINDIUTECE (1992). Em contato inicial com a militância para as entrevistas semiestruturadas, e em breve pesquisa na internet sobre os dois sindicatos em questão, tal situação de discórdia permanece de tal monta, que acaba influenciando de maneira negativa a organização sindical dos trabalhadores cearenses.

Almeida em sua dissertação de mestrado (2006), faz o estudo de caso sobre a APEOC e o SINDIUTE, entidades representativas dos trabalhadores das redes públicas de ensino de educação básica, ante implantação das reformas educacionais dos governos mudancistas do período de 1987-1998. Em sua tese de doutorado (2015), aprofunda sua pesquisa sobre essas duas entidades, resgatando a história de luta sindical das associações de professores na primeira metade da década de 1960, da implantação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e sobre a criação do SINDIUTE em 1992, durante a realização dos três Congressos de Unificação dos trabalhadores do Ceará, coordenados pela CNTE.

Rosa Maria Ferreira da Fonseca (1991), presidente da chapa Oposição Sindical à APEOC na eleição de 1986, presidenta do SINTECE (1990) e membro da primeira diretoria do SINDIUTECE (1991), em sua pesquisa relaciona as posições e práticas da CNTE, da APEOC/Sindicato e do SINTECE, quanto à organização dos educadores na defesa da escola pública. Sobre Fonseca encontramos duas biografias, que auxiliaram na compreensão do panorama político, econômico em que se encontrava o Ceará, sobre as lutas sindicais durante a reabertura política do regime militar de 1964-1985.

Ivanize Magalhães Ferreira (1995), vice-presidente de Rosa da Fonseca na chapa de Oposição de 1986, faz uma análise sobre os avanços e recuos da luta dos trabalhadores da educação, também com foco na defesa da escola pública.

Maria Laura Moreira (1990), integrante do *Articulação Estadual do Magistério*, grupo que atuou na emergência da luta sindical do magistério público no final da década de 1970, em seus estudos aborda a luta sindical do magistério cearense no período entre 1942 a 1985.

Raquel Dias Araújo (2000), atual tesoureira do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), realiza o estudo sobre a história de luta e contradições do SINDIUTECE (1991).

Willian Gonçalves dos Reis (1992), aborda a luta socioeducativa dos professores das redes municipais de ensino do interior do Ceará, durante o ascenso das lutas sindicais durante a década de 1980.

Ainda prosseguimos na pesquisa com a revisão bibliográfica, e o levantamento da produção acadêmica, referentes ao associativismo e ao sindicalismo dos trabalhadores da educação, em destaque ao movimento sindical docente nas redes públicas de ensino da educação básica, assim como os temas subjacentes. Desta forma almejamos encontrar os subsídios necessários à fundamentação da singularidade da presente pesquisa, versando sobre o instante histórico da fundação do Sindicato Único dos Trabalhadores do Ceará, dentro do contexto histórico.

As revisões bibliográficas, e da produção acadêmica, demonstraram que ainda há poucos trabalhos de pesquisas, referentes ao associativismo e sindicalismo dos trabalhadores da educação.

Neste sentido, destacamos a importante produção desenvolvida pela Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras Sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação (Rede ASTE). São 126 artigos distribuídos nas seguintes publicações: i. —Associativismo e Sindicalismo em Educação: organização e lutas<sup>1</sup> (2.011), organizado por Sadi Dal Rosso; ii. —Associativismo e Sindicalismo em Educação: teoria, história e movimentos<sup>2</sup> (2.013), organizado por Dal Rosso, Márcia Ondina Vieira Ferreira e Julian Gindin; iii. —Associativismo e Sindicalismo em Educação no Brasil – Volume II (2.013), organizado por Carlos Bauer, Maria Inês Paulista e Cássio Diniz; iv. —Associativismo e Sindicalismo em Educação no Brasil – Volume III (2.015) organizado por Carlos Bauer, Vanessa Dantas, Mirian Maria Bernardi Miguel, Luís Roberto Beserra de Paiva e Cássio Diniz (2.015) e, ainda, v. —Associativismo e Sindicalismo em Educação no Brasil – Volume IIII (2.017) organizado por Carlos Bauer, Crisneilândia Bandeira de Oliveira, Luís Roberto Beserra de Paiva, Cássio Diniz, Carin Moraes, Héliida Lança e Mirian Maria Bernardi Miguel.

### **1.3.1 – Duas biografias sobre a história de vida de uma dirigente do SINDIUTE-CE**

Encontramos duas biografias a respeito de Rosa Maria Ferreira da Fonseca, e a leitura destas remeteram ao relato de Thompson (2002, p. 13), no qual analisa suas experiências de trabalho com história oral, em equipes interdisciplinares ao longo de trinta anos. O uso da entrevista de história de vida, conduziram-no a “uma abordagem mais ampla, que funde o interesse pelo passado e pelo presente”.

Ainda nas palavras deste autor, a

[...] melhor pesquisa de história de vida abrange tanto a compreensão e a interpretação das vidas individuais, quanto a análise das sociedades mais amplas. Em outras palavras, ela une, ao mesmo tempo, a evidência da pesquisa qualitativa e quantitativa. (THOMPSON, 2002, p. 13)

Neste sentido, as biografias de Rosa Maria Ferreira da Fonseca, uma das principais dirigentes da Oposição Sindical à APEOC, e a primeira presidenta do SINTECE e SIDIUTECE, foi muito elucidativa para compor o ambiente político e social do Ceará, e de outros movimentos populares além do sindical.

A sua trajetória na militância em diferentes correntes e partidos políticos do campo da esquerda, compreendem o período da implantação da ditadura empresarial-militar, em abril de 1964; o recrudescimento do regime ditatorial com a edição do Ato Institucional n. 5, em dezembro de 1968, como extermínio e quase extinção dos quadros do PCdoB; o processo de abertura política iniciado em 1974 no governo do general Geisel; o ressurgimento da luta sindical de massa do final da década de 1970 e ao longo da década de 1980; início da implantação da Nova República em 1985; a promulgação da nova Constituição em outubro de 1988, a criação dos primeiros sindicatos dos servidores públicos civis, e as primeiras eleições diretas para todos os cargos majoritários, em 1989, e 1994.

#### 1.4 – O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Ao resgatarmos a história da fundação do SINDIUTE-CE, procuramos compreender o processo histórico, e as determinações que configuraram a sua criação, brevemente elencados acima. Esperamos também contribuir com os estudos sobre as organizações sindicais dos trabalhadores em educação, tratando, especificamente, da história da fundação do SINDIUTE-CE.

Com a bandeira do sindicato único, a gênese do SINDIUTE-CE, se encontra num período propício aos processos de reorganização e de transformações das associações, dos sindicatos dos trabalhadores das escolas públicas, e estão imbricados nas características mais gerais do período que se convencionou chamar de redemocratização brasileira.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com três professores aposentados, Gardênia Pereira Baima, José Irenildo da Silva, e Maria Valdecir de Paula, que participaram das mobilizações e greves massivas, e foram membros das diretorias do SINTECE e SINDIUTE-CE<sup>10</sup>. Com o levantamento e revisão da produção acadêmica e literatura correlata ao presente objeto de estudo, e a pesquisa comportou elementos quali/quantitativos, uma vez que trabalhamos com dados de fontes diversas, que foram continuamente triangulados para garantir a objetividade do trabalho.

##### 1.4.1 – A estrutura da pesquisa

Este trabalho está estruturado em cinco (5) seções, como se segue.

Na Introdução, apresentamos o objeto de estudo, o SINDIUTE-CE, e os pressupostos teóricos e metodológicos que nortearam a presente pesquisa.

---

<sup>10</sup> Baima ainda é diretora SINDIUTE-CE, na data da entrevista.



Na seção 2, teve por objetivo contextualizar os antecedentes e as consequências sociais, do período histórico, político e social em que se operou a fundação do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará (1991), ocorrida no dia 15 de dezembro de 1991, durante a realização do III Congresso de Unificação dos Trabalhadores em Educação do Ceará.

Na seção 3, abordamos a mobilização política dos trabalhadores no Brasil, na década de 1980, na luta pela democratização do país, de suas entidades representativas, e pela escola pública de qualidade, culminando na criação da CNTE. Nesta seção, também trabalhamos a questão da criação das centrais sindicais e na divisão do movimento sindical em dois blocos hegemônicos, a CUT e a CGT.

Na seção 4, expomos o movimento dos trabalhadores no Ceará, sob o contexto da República Nova (1945-1964), do populismo e da criação do Pacto Intersindical, do golpe de estado de 1964. Analisamos também a criação das primeiras associações de trabalhadores da educação pública do Ceará, e a resistência docente frente a deterioração das condições de trabalho, e da escola pública. E dentro do processo histórico, mostramos o ressurgimento da greve, após o AI-5, e formação do grupo que funda o SINDIUTE-CE, após uma década de luta, procuramos traçar as formas de organização, e posições políticas dos movimentos que orientaram e construíram a unidade em torno do SINDIUTE-CE. Apresentando e analisando as informações obtidas com as fontes primárias que reunimos e, principalmente, fazendo uso das entrevistas, que foram realizadas no período de novembro a dezembro de 2020, como o auxílio do Gopgle Meet, por conta da pandemia do Corona vírus que nos impediu de realizá-las presencialmente.

O trabalho encerra-se com as suas Considerações finais, seguidas dos apêndices e dos anexos, que contêm as autorizações para publicação e divulgação dos depoimentos, as entrevistas na íntegra e a digitalização dos documentos impressos que nos permitiram contribuir com a construção da história do Sindicato Único dos Trabalhadores do Ceará (SINDIUTE).

#### **1.4.2 – A pesquisa e a pandemia mundial de Covid 19**

O ano de 2020 foi marcado indelévelmente pelo advento da pandemia e a vertiginosa mundialização da Covid 19, com consequências trágicas para amplos setores da humanidade. Segundo relatório da ONU, 235 milhões de pessoas no planeta precisarão de algum tipo de

ajuda humanitária em 2021 - uma a cada 33<sup>11</sup>. Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), o mundo chegou a quase 182 milhões de infectados e quase 4 milhões de mortes<sup>12</sup>.

No Brasil, no encerramento do primeiro semestre de 2021, ultrapassamos meio milhão de vítimas da pandemia e a vacinação avança a passos cambaleantes. Como podemos observar, à curto prazo não há perspectiva para o fim da pandemia, e medidas restritivas do convívio social voltaram a aumentar, como medida preventiva para interromper o contágio do Covid 19 entre as pessoas.

Assim, a pesquisa de campo foi inviabilizada, e para a coleta de fontes primárias relativas à história da fundação do SINDIUTE-CE, recorremos a ferramentas digitais para entrevistar três professores aposentados, que participaram do processo e fizeram parte das diretorias do SINTECE e SINDIUTE-CE.

Encontramos também suspensões e restrições do atendimento, e das atividades presenciais de sindicatos, associações, jornais, bibliotecas, universidades, escolas, etc., o que comprometeu a coleta de fontes primárias referentes ao SINDIUTE-CE. O material que se encontra nos Anexos, foram gentilmente fornecidas pelos nossos entrevistados.

---

<sup>11</sup> Agence France-Presse e Reuters, *Covid-19 deixa 235 milhões de pessoas dependentes de ajuda humanitária, diz ONU*. 01/12/2020. <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/12/covid-19-deixa-235-milhoes-de-pessoas-dependentes-de-ajuda-humanitaria-diz-onu.shtml>>. Consultado em 01/12/2020.

<sup>12</sup> Painel Coronavírus da OMS. Verificado em 03/07/2021. Disponível em: <https://covid19.who.int/>.

## 2 - O CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIAL E POLÍTICO DA FUNDAÇÃO DO SINDIUTE-CE

O presente capítulo tem como objetivo contextualizar o período histórico em que o SINDIUTE foi fundado, trazendo elementos sociais, políticos e econômicos que antecederam e algumas das principais consequências dos seus desdobramentos posteriores na sociedade brasileira.

### 2.1 - O LONGO PROCESSO DA REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA

Uma questão importante da chamada redemocratização brasileira, que destoa parcialmente de vários processos ocorridos dentre os demais países latino-americanos, foi a forma controlada com que os governos civis-militares procuraram conduzi-la, resultando na eleição indireta no colégio eleitoral com a vitória de Tancredo Neves e José Sarney para ocuparem respectivamente a presidência e vice-presidência, em 1985. Autores como Noronha (2009, p.157) avaliam que a transição brasileira segue um padrão mais próximo ao da Espanha pós-franquista do que ao de países vizinhos como Uruguai, Argentina, Bolívia ou Chile.

Para Kinzo, trata-se de um longo período de transição, que tomou 16 anos até a efetivação dos mecanismos de escolha e alternância democráticos.

Tratou-se do caso mais longo de transição democrática: um processo lento e gradual de liberalização, em que se transcorreram 11 anos para que os civis retomassem o poder e outros cinco anos para que o presidente da República fosse eleito por voto popular. Para propósito analítico, pode-se dividir este processo em três fases. A primeira, de 1974 a 1982, o período em que a dinâmica política da transição estava sob total controle dos militares, mais parecendo uma tentativa de reforma do regime do que os primeiros passos de uma transição democrática de fato. A segunda fase, de 1982 a 1985, é também caracterizada pelo domínio militar, mas outros atores civis passam a ter um papel importante no processo político. Na terceira fase, de 1985 a 1989, os militares deixam de deter o papel principal (apesar de manterem algum poder de veto), sendo substituídos pelos políticos civis, havendo também a participação dos setores organizados da sociedade civil (KINZO, 2001, pp.4-5).

Este processo de transição, ou, de lenta abertura política, começou a ser esboçado em meados da década de 1970. Na primeira metade desta década o regime militar viu os ganhos políticos auferidos com o denominado *milagre econômico* (1968-1973) serem corroídos pelos efeitos da crise do petróleo de 1973.

A década de 1980 é marcada pela crise política, articulada organicamente com uma crise econômica, ou seja, por uma crise da representação/direção empresarial, segundo Alvaro

Bianchi (2001, p.9-10), cujos sintomas, além dos econômicos, são a ausência de consenso em termos-chaves do ordenamento político nacional, a proliferação de partidos políticos, os agudos conflitos trabalhistas, e a emergência de uma representação política e sindical autônoma da classe trabalhadora. Segundo Gramsci, a esfera econômica não se separa da política, e “as crises continuadas” do capital, não são uma derivação de distúrbios econômicos singulares, que vão provocar o colapso do capitalismo.

## 2.2 - A VIOLÊNCIA ESTATAL COMO FORÇA PRODUTIVA

O peso da ditadura, enquanto expressão da economia política do capital monopolista, atingiu a classe operária sob diversas formas. Houve tanto a modificação arbitrária das condições de contrato de trabalho até a alteração do significado econômico e político do sindicato; tanto a militarização da fábrica como a generalização da violência policial. (IANNI, 2019, p. 119)

A combinação do sistema federal de planejamento com o sistema federal de repressão, conduziu o processo de acumulação de capital, ao operar sobre a força de trabalho e nas relações de produção. As organizações públicas e privadas, se envolvem nas mais diversas formas de punição, em seus mecanismos de organização e funcionamento; ou princípios de hierarquia, disciplina e desempenho.

A violência política, policial e militar que aparece nas prisões, processos ameaças, sequestros, desaparecimentos, ou assassinatos, de membros e líderes de sindicatos operários, ligas camponesas, igrejas e partidos, também aparece nos locais de trabalho – nas fábricas, fazendas, latifúndios, empresas, escritórios. (IANNI, 2019, p. 85)

Assim, como analisado pelo professor Otávio Ianni (1965, p. 144), a violência do poder estatal atuando como poderosa força produtiva, promoveu a extração de uma taxa extraordinária de mais-valia, posta a serviço do capital monopolista, ao controlar e subjugar com a força policial a classe operária. O “aumento da produtividade” na “modernização” ou “racionalização” das relações de produção, ocorreu na superexploração da força de trabalho operária.

Entre 1970 e 1972, por exemplo, as empresas do setor automobilístico obtiveram aumento na produtividade em até 75%, no entanto, o governo decretou este índice na casa dos 3,5% para o cálculo dos reajustes salariais para a categoria dos metalúrgicos.

O empobrecimento de todas as categorias profissionais podia se observar também ao se comparar o índice de salário-mínimo, que em 1961 era de 132, e em 1976 caía para 92,45; enquanto que o índice per capita em 1961 era de 142,07, subia para 252,71 em 1976.

O advento do regime militar, usou do lema “segurança e desenvolvimento”, para o desenvolvimento econômico com segurança, na medida em que o golpe de 1964,

[...] restringiu, de forma violenta, os direitos civis: as eleições diretas foram proibidas, o governo civil-militar se tornou cada vez mais ditatorial, houve uma expansão das redes de espionagem e repressão – como o Serviço Nacional de informações (SNI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-COD) – entre outras, interferindo em vários setores da sociedade civil, quando as denúncias de subversão acabavam em prisões, mortes. E alguns setores esse controle foi mais intenso, atingindo, especialmente, os sindicatos que passaram a sofrer intervenção direta do Estado (...)

(...) Mesmo em meio a esse novo panorama político de repressão, o que se verificou foi uma manifestação operária, os trabalhadores das fábricas com maior esclarecimento sobre a situação política e econômica do país mantinham-se contestando o regime autoritário do governo e buscavam formas de escapar às perseguições impostas pela ação da polícia e do exército na repressão das manifestações (BAUER, 2012, p. 45).

Tanto na capital paulista, quanto no Grande ABC, na Região Metropolitana de São Paulo, lugar no qual houve o investimento massivo das transnacionais automobilísticas e que se observava o renascer do movimento de resistência dos trabalhadores frente à explosão da inflação dos preços dos seus bens de consumo, que se combinava à vertiginosa queda do poder aquisitivo dos salários, porém, diferentemente,

[...] dos momentos iniciais da retomada do ciclo de greves, a partir de 1978, a segunda metade da década de 1980 viria consolidar uma nova situação, marcada pela ocorrência da unificação da categoria profissional dos professores do ensino básico em grandes jornadas nacionais, unificando pautas econômicas e políticas antes dispersas na ação regionalizada que marcou a ação reivindicatória a categoria (...). À pauta tradicionalmente econômica, assistencial e corporativa do segmento dos professores, incorporaram-se, ao longo dos anos, reivindicações relativas às políticas educacionais que afetam a todo o povo, em particular suas camadas mais pobres, destacando-se os professores como porta-vozes em defesa da educação pública (...). A emergência de um sindicalismo baseado na participação mais ampla das bases dos trabalhadores, as greves com grandes assembleias, a criação dos comandos de greve e outras novidades, acabaram por questionar, não só a ação política da CPB, que passou a assumir um papel reivindicatório mais ativo e de apoio às mobilizações docentes, mas também o modelo sindical de cúpula e centralizado da Confederação (PEREIRA FILHO, 2019, pp. 116-117).

De fato, “milagre econômico”, o extraordinário crescimento econômico observado no período entre 1969 a 1973, foi um processo no qual o grande capital imperialista e nacional, retiravam lucros exorbitantes, subsidiadas por recursos estatais, e apoiados por uma violenta política de arrocho salarial dos trabalhadores do campo e da cidade. Ainda conforme os estudos realizados por Otavio Ianni (1965, p. 97) e Francisco de Oliveira (1977, p. 99), a

expansão da dívida externa foi um mecanismo de “financiar o retorno à circulação internacional do capital da fração do excedente de propriedade das empresas internacionais” e, apenas secundariamente, “financiar a própria acumulação de capital”.

Para o pagamento dos serviços da dívida externa, cada vez mais, os operários e camponeses foram obrigados a trabalhar, para pagar juros e dividendos às empresas e bancos estrangeiros. Em 1979, por exemplo, os serviços da dívida, teriam alcançado a taxa de 68% do valor das exportações, evidenciando a transferência da mais-valia, realizada pelos trabalhadores brasileiros, para o exterior e esse processo continuou em marcha ao longo dos anos subsequentes.

O endividamento do Estado brasileiro serviu a maior inserção e domínio do capital estrangeiro, ao garantir seu alinhamento e novas concessões econômicas, aos interesses dos imperialismos estadunidense, alemão, japonês e de outros centros irradiadores dos interesses do capital. No tripé da economia brasileira, a empresa estatal está situada em atividades de infraestrutura, destinadas a atender às exigências da reprodução do capital privado estrangeiro e nacional. Temos o predomínio da grande empresa estatal e imperialista sobre a nacional, mas é a empresa imperialista que realiza os maiores ganhos.

Apesar das empresas estatais terem o patrimônio líquido e pessoal ocupado bem maiores, o faturamento das empresas estrangeiras alcançou 48% do total, enquanto que as empresas nacionais privadas, tiveram 32%, e as estatais apenas 25,2%, como mostram alguns dados referentes a 1974.

Os ganhos do grande capital foram incrementados, ainda, com o mecanismo do arrocho salarial, quando o salário tem um reajuste menor que a inflação, perdendo seu poder de compra. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), demonstrou, em 1977, com reconhecimento do Banco Mundial, que o então ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto, havia manipulado os índices inflacionários, subtraindo 34,1% do poder de compra dos salários (RUY, 2010).

### 2.3 – A PERDA DA HEGEMONIA DOS GOVERNOS MILITARES

No Ceará se operava uma forte manipulação das informações e as notícias transmitidas nas emissoras de rádio eram reproduzidas dos jornais, seus proprietários mantinham vínculos políticos e econômicos com os governos estadual e federal e, pelo menos, duas empresas radiofônicas eram propriedade de coronéis.

Preocupada em compreender a ambivalência da relação da imprensa com o legislativo cearense, entre anos de 1964 a 1979, Lucile Grangeiro Cortez (2014, p. 208), traz o seguinte quadro dessa interessada afinidade:

A rádio 'Dragão do Mar' pertencia ao coronel César Cals; a Rádio Iracema tinha como proprietário o coronel Aduino Bezerra. A Rádio Uirapurú era de propriedade de José Pessoa de Araújo, um grande amigo do governador, o coronel Virgílio Távora (1963/1966). A Ceará Rádio Clube, filial dos Diários Associados, era dirigida pelo jornalista Manuel Eduardo Campos, na ocasião Secretário de Cultura do Governador. A Rádio Verdes Mares era de propriedade do empresário Edson Queiroz.

Ainda que a ditadura tivesse seus ardis e o expressivo contingente dos aliados estaduais para ludibriar os incautos, com a manipulação dos índices inflacionários, a carestia do custo de vida era sensível às famílias trabalhadoras e o descontentamento popular foi catalisado pela oposição consentida, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Este ampliou significativamente o número de votos nas eleições de 1974 em relação à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), agrupamento partidário da ditadura.

TABELA 1 - Resultados das eleições de 1966, 1970 e 1974.

Senado Federal	1966	1970	1974
Total de Votos da ARENA	7.719.382	9.898.964	10.068.810
Total de Votos do MDB	5.911.361	6.224.525	14.579.372
% válida da ARENA	56,63	61,4	40,83
% válida do MDB	43,36	38,6	59,14
<b>Câmara dos Deputados</b>			
Total de Votos da ARENA	8.731.638	10.867.814	11.866.482
Total de Votos do MDB	4.915.470	4.777.927	10.954.440
% válida da ARENA	63,9	69,4	51,9
% válida do MDB	36	30,5	48
<b>Assembleias Estaduais</b>			
Total de Votos da ARENA	9.005.278	11.442.894	12.184.240
Total de Votos do MDB	5.038.761	4.940.072	11.209.023
% válida da ARENA	64,1	69,8	52
% válida do MDB	35,8	30,1	47,9

Fonte: Resultados eleitorais eleições 1966,1970 e 1974. (ALVES, 1984, p.189)

Os resultados eleitorais indicaram a perda de apoio do regime em amplas camadas da população e os militares passaram a valer-se de artifícios como a Lei Falcão (1976) e o Pacote de Abril (1977)<sup>13</sup> para anularem no curto prazo o progresso do polo oposicionista.

No cenário eleitoral cearense merece destaque a presença da educadora e ativista política Maria Luíza Fontenele, não apenas pela sua intensa militância política, educacional e universitária na luta contra a ditadura militar, mas, por ter tido um importante papel no processo de redemocratização brasileira, quando em 1985, se transformou na primeira mulher eleita para governar uma capital, ao vencer as eleições para a prefeitura de Fortaleza pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

#### 2.4 - OS MOVIMENTOS SOCIAIS CEARENSES NO PROCESSO DA REABERTURA POLITICA DO REGIME MILITAR, E A FORMAÇÃO DA MILITÂNCIA POLÍTICA

Em 1978, por meio de eleição indireta no Congresso Nacional, foi referendado o general João Baptista Figueiredo, nome escolhido pela cúpula das Forças Armadas e que deveria governar nos próximos seis anos e encerrar a série de governantes militares.

Por esses anos, precisamente, em 1975, conforme estuda Ana Rita Fonteles Duarte (2014), tivemos o lançamento do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), no Brasil, originalmente impulsionado por um pequeno núcleo de mulheres paulistas preocupadas em assegurar a defesa daqueles que haviam sido perseguidos e muitas vezes expatriados pela ditadura a partir de 1964, tendo como objetivo inicial a conquista da anistia.

No Ceará esse movimento se estabeleceu em dois núcleos de atuação, sendo um localizado na capital do estado e o outro reunindo os ativistas dos municípios de Tauá e Crateús que lutavam em defesa dos direitos humanos e pelo restabelecimento dos direitos políticos e sociais dos que haviam sido vitimados pela ditadura.

Por sua vez, o

[...] núcleo cearense do MFPA é o terceiro a ser criado, em março de 1976. Sua origem remete às reuniões de familiares de presos políticos no ano anterior, em Fortaleza, para discutir formas de intervenção e defesa de parentes encarcerados pela ditadura. O trabalho de mães, irmãs, esposas, namoradas, atrai outras mulheres sem parentes presos,

---

<sup>13</sup> A Lei Falcão restringia a campanha eleitoral no rádio e na televisão à apresentação do currículo do candidato, no caso do meio televisivo acompanhado de uma foto. O Pacote de Abril criou a figura do senador biônico que alterou favoravelmente ao governo a relação de forças, entre oposição e situação, no interior do Senado.



que viram, na atuação do Movimento, a possibilidade de retomar atividades de militância política interrompidas pela repressão, ou simplesmente, de exercer a solidariedade aos presos, exilados, banidos e famílias. O MFPA juntou-se a outros movimentos criados ou liderados, entre as décadas de 60 e 80, do século XX, na América Latina, especialmente, na região do Cone Sul, por mulheres mobilizadas, sob motivos semelhantes. (DUARTE, 2014, p. 41)

Em 1979, em meio a forte pressão da sociedade civil, com o envolvimento direto e ativo de instituições como a Igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), movimentos sociais, pelos Direitos Humanos, inclusive, com o envolvimento de vários agrupamentos políticos e sociais que ainda se mantinham da ilegalidade e atuavam na clandestinidade pela Anistia, foi autorizado o regresso de centenas de opositores que encontravam-se no exílio, que simultaneamente conferia imunidades para os militares envolvidos em casos de tortura e assassinato de militantes de esquerda e lideranças sindicais e de movimentos sociais.

Para os professores César Barreira, Eudes Baima e Virgínia Bentes Pinto (2014, p. 279), integrantes da Comissão da Verdade das Universidades do Estado do Ceará, destinada a examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas contra docentes e alunos da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e da Universidade Federal do Ceará (UFC), a repressão após o golpe militar de 1964 trouxe graves violações dos direitos humanos aos que ousaram resistir aos descabros da ditadura nos campi universitários cearenses.

Segundo Érico Firmino, na biografia de Rosa Fonseca, primeira presidente do SINTECE (1990) e do SINDIUTE-CE (1991), esta participou ativamente do movimento pela anistia no Ceará. Aos 22 anos, em 1971, a então militante do movimento estudantil universitário, foi presa por dois anos, enquadrada no artigo 14 da Lei de Segurança Nacional, por participar de “organização que exerça atividades perigosas à Segurança Nacional”.

Neste período vigorava o Ato Institucional n. 5, com retirada de direitos elementares da liberdade de organização e manifestação. A União Nacional dos Estudantes, Diretório Central dos Estudantes, e outras organizações estudantis do movimento estudantil, desde o início contra o golpe de 1964, foram impedidas de continuarem atuando já em 1966.

Rosa da Fonseca, à época era representante dos estudantes no Conselho Universitário e foi presa devido a um confronto com Jarbas Passarinho, então Ministro de Educação, numa entrevista televisionada. Nessa entrevista Rosa pediu a palavra e fez várias denúncias sobre a censura e repressão ao movimento estudantil, e das precárias condições da Universidade. Durante 45 dias, Rosa da Fonseca incomunicável, sofreu torturas físicas e psicológicas,

momentos de grande sofrimento e ativismo da família e amigos para sua proteção e salvaguarda, pois neste período foi praticamente dizimada pela polícia política, a militância dos partidos de esquerda.

Após sair da prisão, retoma sua participação em movimentos libertários e reivindicatórios, e em 1976 integra o recém-formada Movimento Feminino Pela Anistia do Ceará. Com os partidos de esquerda na clandestinidade, a Anistia servia de fachada para Fonseca e Fontenele levar a atuação do comitê regional do PCdoB no Ceará, que na época, sem contato com a direção nacional, ficou reduzido a Jorge Paiva e Célia e Fonseca. Assim atuaram em greves e mobilizações de trabalhadores, movimentos de moradia, ambientalista, estudantil, de abuso de poder (Sartori, 2006, p. 43,44).

Apesar do estranhamento e por vezes oposição das outras integrantes da Anistia, Fontenele e Fonseca se impunham, com suas experiências e politização nos movimentos estudantis secundarista e universitário, ligadas à alas esquerda dos grupos da Igreja Católica. Dada a visibilidade desse trabalho em várias frentes, Fontenele se elege Deputada Federal em 1978 pelo PMDB, com 18.113 votos, a segunda com maior votos, de seu partido.

## 2.5 - OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA NO MUNDO

O ciclo de greves se inicia na Scania, a primeira montadora automobilística da região a realizar uma paralisação, em maio de 1978, movimento paredista que se alastra para outras empresas da região, e serão dirigidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos da região do ABC paulista. Pela ótica de Armando Boito (2005), a liderança do ABC, que surgira do interior da própria burocracia sindical tolerada pela ditadura, defendia a livre-negociação e o apoliticismo, mas a dura e violenta repressão empreendida pelo governo, levou à superação desta postura economicista e aproximação com outros setores sociais e políticos que desempenharam importante papel de solidariedade à greve e que se encontra na origem do que se passou a convencionar como novo sindicalismo.

Quando, porém, o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo sentiu-se forte para organizar sua primeira greve, em 1979, a reação da ditadura militar, de um lado, e do movimento popular, de outro, politizaram aquele sindicalismo. A ditadura reagiu com uma repressão dura e violenta e a greve só pode se manter graças ao apoio dos mais variados movimentos populares e democráticos de todo país [...] A proposta de livre-negociação revelou-se uma quimera sob a ditadura: essa não admitia nenhum tipo de sindicalismo – nem mesmo o de tipo norte-americano. A ideia de agir sozinho, dispensando alianças e frentes políticas, revelou-se inviável: não fosse o

apoio ativo do movimento popular e a convivência da imprensa burguesa e de um setor representativo do MDB, a greve de 1979 não teria alcançado a duração e o impacto que alcançou. A partir de então, o sindicalismo do ABC inscreve, gradativamente, a luta contra a ditadura na sua ação e no seu discurso, aproxima-se dos movimentos populares e lança a proposta da criação de um Partido dos Trabalhadores e, posteriormente, da CUT. (BOITO, 2005, pp. 281-282).

Ao longo da década de 1970, no plano internacional, ocorriam processos distintos. A derrota dos Estados Unidos da América na Guerra do Vietnã e os escândalos sobre o governo de Nixon, acabaram por levar os democratas ao poder, com Jimmy Carter (1977-1981), e no final da década desenvolveram-se dois processos revolucionários vitoriosos: a Revolução Iraniana e a vitória da guerrilha Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) sobre Anastácio Somosa Garcia na Nicarágua.

No leste europeu, a classe operária dava sinais de um processo de mobilização, com a eclosão de greves nos estaleiros Lenin em Gdansk, Polônia, e a iniciativa de criação de um sindicato independente, o Solidariedade. Hobsbawn aponta as semelhanças entre este sindicato e o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), na mesma etapa histórica, a não ser,

[...] pela orientação socialista de uma e a ideologia anti-socialista de outro, eram impressionantes as semelhanças entre o Partido dos Trabalhadores brasileiro e o movimento Solidariedade polonês contemporâneos: um líder proletário autêntico – um eletricitista de estaleiro e um operário qualificado da indústria automobilística –, uma assessoria de alto nível de intelectuais e forte apoio da Igreja. São ainda maiores se nos lembrarmos que o PT buscava substituir a organização comunista, que a ele se opunha. (HOBSBAWN, 1995, p. 362).

Na América do Sul, ensejavam-se processos aparentemente contraditórios, mas que ao curto prazo tenderiam para um desfecho de redemocratização regional. Na Bolívia havia chegado ao fim ao governo genocida de Hugo Banzer, por meio de uma mobilização nacional liderada pelas mulheres mineiras, mas diante da vitória da centro esquerda com Siles Zuazo, ocorre um novo golpe que impôs um novo regime militar por mais dois anos. No Peru, o processo de redemocratização demonstrou-se irreversível depois da greve geral (paro nacional) de junho de 1977 e posterior processo constitucional, com forte presença dos setores de esquerda.

Na Argentina, importante país da região, a agonia do regime motivou a perseguição, assassinato e desaparecimento de milhares de pessoas, porém o aprofundamento da crise econômica e política foi respondido com uma arriscada tentativa de um processo de união nacional promovido pela junta militar, encabeçada pelo general Leopoldo Galtieri, com a Guerra das Malvinas, em 1982. A malfadada tática aprofundou a crise política do regime com

a desmoralização da principal instituição, que controlava o estado ditatorial, as forças armadas argentinas. No Uruguai, o regime militar que se estabelecera com o golpe de 1973, foi derrotado nas urnas, na tentativa de autolegitimar-se por meio de uma reforma constitucional em 1980, resultando um processo de distensão política que se efetivaria com as eleições presidenciais de 1985.

## 2.6 - A PRESENÇA DE NOVOS PERSONAGENS NA CENA POLÍTICA

Com a aprovação, em fins de 1979, da Lei Orgânica dos Partidos políticos, os governos militares encerram o bipartidarismo, em vigor desde 1965, permitindo o surgimento de várias agremiações políticas que concorreriam nas eleições de 1982. O objetivo era o enfraquecimento do polo oposicionista com a dispersão dos votos em vários partidos, mas a medida teve como efeito indesejado a criação de agremiações com programas mais avançados e com um perfil classista.

Os setores de esquerda adotaram estratégias distintas. Os maiores agrupamentos que haviam se constituído em torno da tradição stalinista, como é o caso do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do maoísmo, aglutinados pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), condizentes com a tradicional política de conciliação de classes, permaneceram no interior do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com o argumento de que era necessário reforçar a oposição dos elementos críticos da burguesia à ditadura.

Os setores ligados ao sindicalismo combativo, setores progressistas da Igreja Católica, uma miríade de ativistas dos movimentos sociais, camponeses e populares, organizações trotskistas, e ex-combatentes dos agrupamentos que optaram pelo foquismo e pela luta armada contra a ditadura, congregaram esforços no projeto para a criação de uma nova organização política de esquerda que viria a se denominar Partido dos Trabalhadores (PT).

A tradição do velho trabalhismo getulista foi capitalizada por Brizola com a criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), agremiação que acabou sendo entregue a liderança de Ivete Vargas, fazendo com as forças nacionalistas do brizolismo fossem canalizadas para a criação do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

A ala dura do Exército, que discordava do processo de abertura política, reagiu enviando cartas bomba para a sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e organizando um atentado do Rio Centro em 30 de abril de 1981. O fracasso do atentado e a exposição do envolvimento de militares ligados à linha dura, reforçou as tendências pró-redemocratização no seio das próprias forças armadas.

O campo sindical passou por um processo de recomposição profundo, com a rearticulação das alianças entre as organizações, tanto nas direções, com o estabelecimento de vínculos não institucionais entre sindicatos, quanto na formação de oposições sindicais aos interventores, que eram denominados de “pelegos”<sup>14</sup>. A estrutura de organização, representação e financiamento dos sindicatos, institucionalizados durante o Estado Novo, alterada pelos sucessivos governos, permanecia a mesma e a proposta mais progressiva surgida neste tema era a formação de uma central sindical.

## 2.7 - A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE (1988) E A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

No campo educacional, as associações de professores dos diversos níveis de ensino e a Comissão de Professores do Brasil (CPB)<sup>15</sup>, posteriormente transformada na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), desempenharam um importante papel de debate e apresentação de projeto para a educação do ponto de vista dos trabalhadores em educação e dos movimentos sociais.

A Comissão de Educação do Congresso Constituinte teve como relator o professor universitário, então deputado federal, e fundador, do Partido dos Trabalhadores (PT), Florestan Fernandes.

O Congresso Constituinte, apesar de hegemônico por uma articulação suprapartidária conservadora que passou a ser conhecida como “Centrão”, avançou em algumas questões sociais e trabalhistas como a extensão do direito previdenciário aos trabalhadores do campo, a elevação de multa rescisória sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a redução da jornada semanal de 48 para 44 horas, a criação de 1/3 sobre as férias e principalmente o reconhecimento do direito à organização sindical dos trabalhadores no setor público.

Tais avanços deram-se em uma conjuntura marcada pelo descontrole político e econômico do governo e um elevado número de conflitos, no campo e na cidade, que se desdobravam politicamente sobre os trabalhos do Congresso Constituinte.

---

<sup>14</sup>A denominação pelego corresponde ao dirigente sindical descompromissado com a categoria e mais interessado em seus benefícios pessoais, estabelecendo uma relação de troca de favores com o patronato ou o governo.

<sup>15</sup> A CPB filiou-se à CUT em 1988 e, em 1990, passou a denominar-se como Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

## 2.8 - O NEOLIBERARISMO E OS SUCESSIVOS PLANOS ECONOMICOS

Em 1989, já nos estertores do governo Sarney, foi lançado o malogrado Plano Verão, elaborado pelo então ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega. Foi criada outra moeda (Cruzado Novo), acompanhada de uma desvalorização de 14% no câmbio e novamente foram congelados preços e salários. Novo fracasso. O Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), acumulou 1.972,91% em 1989. Neste ano ocorreu a primeira eleição direta para presidente desde a década de 1960, sendo o segundo turno polarizado entre Fernando Collor de Mello e Luís Ignácio Lula da Silva.

A introdução desse modelo eleitoral, em duas etapas, foi uma alteração introduzida no continente como forma de impedir “surpresas” e exigir um maior número de acordos e compromissos do candidato vencedor do segundo turno.

O ano de 1989 é chave para a compreensão de uma mudança qualitativa do cenário mundial, porque é referência para a finalização da Guerra Fria, com a derrubada dos regimes do Leste Europeu e que se concluiria com o esfacelamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991. Com todos os problemas que caracterizavam os estados operários burocratizados e dirigidos pelo stalinismo, é inegável que sua derrota fortaleceu o imperialismo e o avanço do projeto neoliberal em escala global.

Os movimentos sindical e popular ao redor do mundo e mesmo países da periferia capitalista perderam, senão uma referência, ao menos um importante ponto de apoio para contrapor-se às investidas políticas e militares do imperialismo, cujo primeiro grande reflexo foi a Guerra do Golfo.

Neste contexto específico, Fernando Collor de Mello venceu o pleito e assumiu o cargo em um contexto marcado pela hiperinflação. Sua primeira providência foi lançar o Plano Collor I, que se tratou de um confisco das economias da população, justamente, a ação que durante a campanha eleitoral atribuíra a Lula. Onze anos mais tarde, em 2001, o ministro da economia da Argentina, Domingo Cavallo, executou o mesmo confisco que ficou conhecido como “corralito”.

Collor foi o primeiro governante brasileiro a implementar uma agenda neoliberal, com um discurso criticando o tamanho do Estado, atacando o funcionalismo público e a legislação trabalhista, defendendo a privatização de empresas e a liberação de importações.

O fracasso do confisco, e o retorno de nova escalada inflacionária, levou ao lançamento de um novo plano econômico, em 1991, o Plano Collor II, que congelou preços e tentou introduzir alguns mecanismos de controle no mercado financeiro, mas que também se

demonstrou insuficiente para conter a inflação. Ciente de que o movimento sindical era um adversário impossível de ser ignorado, o governo estimulou e investiu na estruturação de uma central sindical concorrente à CUT, em base ao setor pelego.

Em 1991 foi fundada a Força Sindical que se popularizou com o termo “sindicalismo de resultados”, ou uma prática voltada à conciliação com os patrões. A Força Sindical teve amplo acesso às receitas do governo para a promoção de cursos de qualificação dos trabalhadores, que no discurso neoliberal, aumentavam a “empregabilidade” do trabalhador.

A retomada da crise econômica transformou-se em crise política, alimentada pelos escândalos que caracterizaram este governo, que precipitou sua queda em 1992 por meio de um processo de impeachment. Neste ano ainda foi lançado um novo plano econômico, o Plano Marcílio, elaborado pelo economista Marcílio Marques Moreira, que substituíra a poderosa ex-ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Melo.

O movimento estudantil universitário, encabeçado pela UNE destacou-se como um importante sujeito político e ganhou notoriedade como os “cara-pintadas”. Diante do impeachment de Collor, importantes setores empresariais deram apoio a seu vice, Itamar Franco. Setores de esquerda como a direção majoritária do PT, optaram em não defender novas eleições, apostando no processo eleitoral de 1994.

### **2.8.1- O Plano Real (1994)**

Em 27 de fevereiro de 1994, Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, anunciou o Plano Real, que adaptava para o Brasil o Plano Cavallo, pacote econômico implantado na Argentina no governo de Carlos Menem, estabelece a paridade e conversibilidade do peso/dólar.

O real estava ancorado no dólar e sua paridade com o dólar deveu-se em parte ao endividamento do Estado, com ampliação significativa da dívida pública e privatização de empresas estatais e concessão de serviços estratégicos – energia, bancos, transportes, telecomunicações. O Plano Real foi a primeira tentativa bem-sucedida de impor um programa neoliberal no Brasil. Como forma de deprimir os salários, o desemprego estrutural foi estimulado, e o processo de desindustrialização foi intensificado com a abertura do mercado interno, conhecido como reestruturação econômica, na verdade uma política de terra arrasada.

O mercado financeiro ganhou maior autonomia, mas contraditoriamente, o câmbio flutuante, um dos pilares da política neoliberal, não foi implementado, pois a estabilidade do governo e do plano dependiam da artificial equivalência entre real e dólar. Todos estes fatores

permitiram que a inflação permanecesse em patamares muito inferiores ao período anterior, de hiperinflação.

TABELA 3 - A inflação (%) - 1981/2010.

Ano	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Inflação	95,62	104,79	164,01	215,26	242,23	79,66	363,41	980,21	1.972,91	1.620,97
Ano	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Inflação	472,7	1.119,10	2.477,15	916,46	22,41	9,56	5,22	1,65	8,94	5,97
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Inflação	7,67	12,53	9,3	7,6	5,69	3,14	4,46	5,9	4,31	5,91

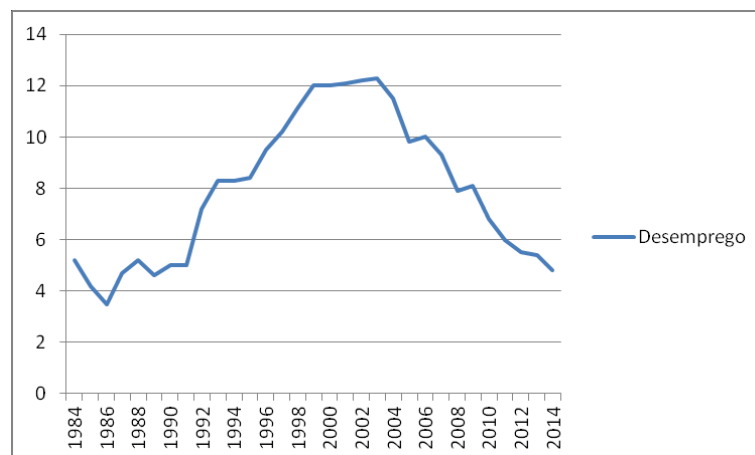
Fonte: Série histórica IPCA 1981/2010. IPEADATA (IBGE/SNIPC)

Essas condições permitiram a estabilização do governo e que o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, fosse eleito presidente em 1994, ainda no primeiro turno. Em 1998, Fernando Henrique foi eleito para um novo mandato.

Em seus dois mandatos houve uma forte fragilização do setor produtivo e expansão dos setores de serviços, com crescente desnacionalização da economia. Alguns grupos nacionais associaram-se a conglomerados internacionais, outros deixaram de produzir e tornaram-se importadores e outros, simplesmente, foram à falência.

O mercado de trabalho sofreu grandes transformações neste contexto, com liberação e expansão acelerada de práticas como terceirização e quarteirização e o incremento da informalidade, que combinado às elevadas taxas de desemprego, reduziu e enfraqueceu a ação sindical, principalmente no setor privado.

GRÁFICO 1 - Índice de desemprego médio - 1984/2014.



Fonte: Brasil fatos e dados.



O setor público sofria com os processos de privatização, terceirização e corte de investimentos públicos em áreas sociais como a Saúde e Educação. O debate e a votação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/1996 - LDB), aprovada em dezembro de 1996, se deu nessa conjuntura, então, francamente, desfavorável aos trabalhadores.

Em 1998, ocorreu a reforma da previdência dos trabalhadores celetistas (público e privados). A Emenda Constitucional 20/98 criou um coeficiente redutor, o Fator Previdenciário (FP) de benefícios, a partir do cruzamento de dados como tempo de trabalho e idade do trabalhador, o que resultou na ampliação do tempo de trabalho e redução do benefício. Essa mesma reforma eliminou a possibilidade de aposentadoria especial para os professores universitários.

Assim que iniciou o segundo mandato, Fernando Henrique pôs fim à paridade real/dólar, que se mostrava insustentável, o que se configurou como um estelionato eleitoral. Desta forma, o câmbio flutuante foi adotado e, obviamente, provocou uma forte desvalorização do real que incidiu sobre toda economia. Em 2000, o Congresso aprovou o projeto encaminhado pelo executivo que instituiu a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelecia limites no orçamento para a folha de pagamento do funcionalismo nos municípios, estados e união.

Internacionalmente os programas neoliberais aplicados também começaram a colapsar – como na Argentina –, mas as maiores repercussões vieram da Ásia e da Rússia, com a crise asiática (1997) e a crise russa (1997), que provocaram a queda no preço das commodities e afetaram a já cambaleante economia brasileira.

O forte desgaste do governo e da sua agenda neoliberal possibilitaram a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, que teve o apoio de amplos setores sociais ligados aos movimentos sociais e sindicais no campo e nas cidades, mas também de bancos e setores empresariais. No primeiro ano de seu governo, Lula fez aprovar uma reforma previdenciária que complementava a de Fernando Henrique, agora no setor público estatutário.

A Emenda Constitucional 41/03 pôs fim ao direito à paridade e integralidade na aposentadoria dos trabalhadores estatutários do serviço público contratados a partir de então, além de estabelecer idade mínima para a obtenção da aposentadoria. Esse ataque motivou que setores do movimento sindical, particularmente do setor público, se deslocassem à esquerda e saíssem da CUT, já que esta passou a desenvolver uma política mais próxima ao governo. Muitos quadros do movimento sindical cutista migraram para o governo, vide o ex-presidente da CUT, Luiz Marinho, que se tornou ministro do Trabalho.

Apesar da tentativa de praticar um governo pautado pela conciliação de classe, como a reforma previdenciária, a não revogação da LRF, a não realização da auditoria da dívida pública e a composição do governo com nomes do grande capital, como Henrique Meirelles ou Luís Furlan, o governo petista foi fortemente atacado pela mídia com o escândalo da compra de apoio político no Congresso Nacional, alcunhado de mensalão<sup>16</sup>, mas Lula reelegeu-se em 2006 para um novo mandato.

### **2.8.2 - O governo Lula (2003-2010)**

No segundo turno de 2002, Luís Inácio Lula da Silva obteve 61,27% do total de votos válidos. No segundo turno de 2006, alcançou 60,83%. Apesar da similitude percentual, aparentando certa continuidade, uma análise mais detalhada demonstra a alteração na composição social do apoio ao governo petista.

Segundo André Singer, em 2006, o subproletariado, que este autor define como uma grande massa empobrecida de trabalhadores sem vínculos formais, aderiu em bloco à campanha de Lula, compensando o afastamento da classe média.

Em 2006, em pleito de continuidade, há relevantes trocas de posição social no interior da coalizão majoritária: em função das opções governamentais tomadas no primeiro mandato de Lula, a classe média se afasta e contingentes pobres ocupam o seu lugar. Isso quer dizer que, embora o processo de mudança tenha começado em 2002, a eleição decisiva do ponto de vista das classes, na qual o subproletariado adere em bloco a Lula e a classe média ao PSDB, é a de 2006”. (SINGER, 2012, p.14).

Se, por um lado, o governo Lula buscou manter um bom relacionamento com a burguesia, por outro, promoveu uma política muito distinta dos dois governos de Fernando Henrique: ações de estímulo ao mercado interno com a ampliação paulatina do poder de compra do salário mínimo; prioridade na geração de empregos e retomada industrial; investimento nas empresas estatais, como a Petrobrás; criação de programas sociais como o

---

<sup>16</sup> O “mensalão” foi como ficou conhecido o principal escândalo do governo Lula em 2005, quando Roberto Jefferson (membro então do Partido Trabalhista Brasileiro, base de apoio do governo) concedeu uma entrevista à Folha de São Paulo denunciando a compra de apoio político no Congresso Nacional por meio de um intrincado sistema que envolvia o Banco Rural e agências de publicidade ligadas a Marcos Valério. O processo envolveu mais de 39 réus, mas foram diretamente responsabilizados José Dirceu, ex-chefe da Casa Civil, Delúbio Soares, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores.

bolsa família; realização de concursos públicos; criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); aprovação da lei do piso nacional do magistério e do 1/3 de jornada (Lei 11.738/2008) para a Educação Básica; ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); criação do Programa Universidade para Todos (ProUni) e a ampliação da rede pública de ensino superior.

Não se tratavam de medidas socialistas ou radicais, mas para um país com tremenda desigualdade social, qualquer programa social ou políticas de ampliação de investimento na educação e saúde pública acabam tendo um forte impacto sobre a vida das famílias trabalhadoras. Na opinião do professor Marcio Pochmann, a atratividade do governo Lula para amplos setores sociais pode ser entendida por uma ampliação, ainda que lenta e paulatina, na recuperação do poder de compra da massa salarial.

No período que vai de 1995 a 2004 a renda obtida por salários perdeu 9% de participação no Produto Interno Bruto (PIB), enquanto a renda de propriedade cresceu 12,3%. Entre 2004 e 2010 essa tendência inverte-se, por exemplo, até 2010,

[...] acumularam-se seis anos seguidos de crescimento da participação dos salários na renda nacional, ao passo que o peso relativo da propriedade tem decaído sucessivamente. Entre 2004 e 2010, o peso dos salários subiu 10,3% e o da renda da propriedade decresceu 12,8%. (POCHMANN, 2012, p. 9).

Essas políticas públicas foram implantadas sem embates, sem polarização de classe. As polarizações, quando surgiram, foram por iniciativa dos setores conservadores, como em relação ao “bolsa família” ou a política de cotas.

Por fim, há que se ressaltar, que fruto do bom momento econômico do mercado mundial que o país vivenciou durante os dois governos Lula, e das políticas de estímulo ao mercado interno, foram criados mais de quinze milhões de empregos formais. Essa política governamental foi denominada por alguns estudiosos (BOITO, 2012, p.3), como “neodesenvolvimentismo”.

O neodesenvolvimentismo: a) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto que aquele propiciado pelo velho desenvolvimentismo, b) confere importância menor ao mercado interno, posto que mantém a abertura comercial herdada de Collor e de FHC c) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local (BRESSER-PEREIRA, 2012) d) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro, e) tem menor capacidade distributiva da renda e f) o novo desenvolvimentismo é dirigido

por uma fração burguesa que perdeu toda veleidade de agir como força social nacionalista e anti-imperialista.

O governo Lula foi a expressão no Brasil de um momento na América do Sul, de reação às políticas neoliberais, que alinhou de forma desigual a Venezuela, Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Peru e Equador em oposição aos interesses dos EUA. Segundo pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ao Ibope no último ano de seu segundo mandato, em 2010, o governo a Lula apresentava um índice de 87% de aprovação entre ótimo e bom (BONIN, 2010).

### 3 – A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES NO BRASIL

#### 3.1 - O TRABALHO, DEMOCRACIA E UNIDADE

A campanha salarial dos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo, Guarulhos e Osasco se dá em um momento decisivo para todos os trabalhadores do país. No momento em que é preciso muita unidade para lutar contra a política econômica do governo que está atacando frontalmente os direitos da classe trabalhadora. Diante disso nossa proposta é: luta e unidade. É preciso ressaltar que esse esforço conjunto não é apenas por causa da campanha salarial. Embora esta seja fundamental, não é somente no período de dissídio coletivo que os Sindicatos devem mobilizar-se para garantir os direitos dos trabalhadores. Pelo contrário: se os Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo, Guarulhos e Osasco estivessem mobilizados apenas para a campanha salarial seria muito difícil mostrar a unidade atualmente consolidada. A participação na greve do dia 21, a mobilização para combater os decretos-lei do arrocho e a luta pela democracia permitem que estejamos firmes e unidos nesta campanha salarial contra o arrocho. Da luta conjunta nasceu nossa unidade, na nossa unidade nascerá nossa vitória. (Antônio Toschi, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco - Revista do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, de outubro de 1983<sup>17</sup>)

Na greve geral de 21 de julho de 1983, cerca de três milhões de trabalhadores de diversas categorias e Estados paralisaram suas atividades, na maior greve geral ocorrida durante o regime militar. Era a segunda das três greves gerais na década de 1980, a primeira foi em 1981, e a última em 1987.

Aquele dia amanheceu como um feriado. Entre os grevistas, a adesão de 255 motoristas e cobradores de ônibus reforçou o clima de paralisação que dominava a cidade de São Paulo. E a cavalaria da Polícia Militar, que tomou o centro da cidade, promoveu uma intensa repressão, com mais de 800 prisões. Apesar da repressão, os trabalhadores conseguiram derrubar os decretos 2036 e 2045 e todo esse processo de lutas contra os decretos levou a um expressivo aumento da participação dos trabalhadores nas assembleias sindicais. (Memória Sindical, 12/06/2019)

Podemos observar nos depoimentos acima, o grau de organização e socialização da política alcançado entre os trabalhadores, no período da reorganização da lua sindical na década de 1980. Entravam na disputa por um projeto político democrático, na correlação de forças entre as classes sociais que disputavam a hegemonia no momento.

---

<sup>17</sup> Memória Sindical, *A greve geral de 1983*. 12/06/2019. <<https://memoriasindical.com.br/formacao-e-debate/21-de-julho-1983-greve-geral/>>. Consultado em 10/10/2020.

### 3.2 – A CNTE E A ESCOLA PÚBLICA

O SINDIUTE-CE foi criado em 15 de dezembro de 1991, no III Congresso Estadual de Unificação dos Trabalhadores em Educação do Ceará, coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Segundo a Carta de Princípios e Resoluções da Unificação<sup>18</sup>, assinada por ambas as diretorias dos sindicatos fusionados, o SINTECE (1990) e o APEOC/Sindicato (1962) se fundiriam para criar o SINDIUTE/CE, “construído como instrumento de unidade organizativa e de luta dos professores, funcionários e especialistas da rede pública oficial estadual e municipal de 1º e 2º Graus do estado do Ceará.”

A Confederação dos Professores do Brasil (CPB), fundada em 1960 (se constituiria na CNTE em 1990), no ano 1983 realizou, em seu XVI Congresso, uma importante mudança estatutária para a democratização de suas instâncias decisórias e a escolha de sua diretoria, ampliando sua base por meio da filiação de associações e sindicatos estaduais.

Também participaria ativamente da campanha das Diretas Já – pelo voto direto para presidente da República, direito suprimido pelo governo militar por meio da elaboração da Constituição federal de 1967.

No ano seguinte, a CPB em seu XVII Congresso teria como tema “Política Educacional e organização dos professores”.

Em 1985, a CPB sob a direção de nova liderança surgida dos movimentos grevistas do final da década de 1970, o que se denominou mais tarde por novo sindicalismo, incorporaria o novo método de mobilizações e paralisações nacionais, antes estaduais e regionais, levantando as bandeiras do ensino público e gratuito, afirmando como sujeito coletivo a identidade do professorado do ensino básico.

No XIX Congresso da CPB, ano de 1986, com o lema ‘A Constituinte e a Constituição que queremos’ com quatro eixos temáticos principais; I. Princípios para uma política educacional, pautados na democratização do ensino, numa matriz curricular que contemplasse as ciências sociais e da natureza, a diversidade regional, e a valorização da pré-escola; II. Política Nacional; III Política sindical e IV. Planos de luta. Como forma de pressão, votava-se ainda uma paralisação nacional, realizada no dia 17 de abril do mesmo ano, tornando-se um marco na ação da CPB e suas filiadas. Ainda participando ativamente da campanha para a o Congresso Constituinte (1987-1988), conseguem eleger da sua diretoria três deputados. (PEREIRA FILHO, 2019, p. 121)

Em 1987 se intensificaram os debates e a formulação de um programa educacional que dominou boa parte das atividades da CPB, com vistas a interferir na Assembleia Nacional

---

<sup>18</sup> Anexo II, Carta de Princípios e Resoluções da Unificação.

Constituinte. Para a Emenda Popular elaborada pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, a CPB angariou 195.186 de um total de 279.013 assinaturas, que teria alcançado a Emenda de n. 49 “Ensino Público e Gratuito”.

No mesmo ano ainda realizou a I Conferência Nacional de Educação, que teve como lema “A escola que interessa à classe trabalhadora”.

Além destas questões, Pereira Filho destaca ainda que “os congressos da CBP, ocorridos de 1988 a 1991, foram fundamentais na construção de uma nova moldura da entidade”, processo que ocorreu permeado de conflitos e contradições, pelo qual podemos observar o embate pela hegemonia da entidade, entre antigas correntes sindicais forjadas e consolidadas no período do regime militar, e as novas forças e organizações dos trabalhadores construídas nos movimentos e lutas no final da década de 1970, causando rupturas e novas alianças no interior da CPB, que se expandiria a ponto de constituir na CNTE em 1990.

A CNTE se constituiu da união com a CPB com a Federação Nacional dos Supervisores de Ensino (FENASE), a Federação Nacional de Orientadores Educacionais (FENOE) a Coordenação Nacional de Servidores do Ensino Público, em torno da unidade entre os trabalhadores da educação e da defesa da escola pública.

Fruto consubstancial deste processo, o SINDIUTE-CE nasceu no III Congresso de Unificação dos Trabalhadores em Educação do Ceará, e a sua gênese se materializava após longo debate entre as entidades e seguindo a orientação da CNTE, que chamava a unificação de todos os segmentos da escola em função do fortalecimento da categoria e na defesa da escola pública.

### **3.2.1 – A ANPED, CEDES, ANDE e as Conferências Brasileiras de Educação**

No campo educacional, conforme analisado pelo professor Saviani (2006, p.41) a autodenominada “Revolução de 1964” deflagrou um processo político que provocou a ruptura com o projeto educacional fundado no ideário renovador, estruturado no Brasil após a “Revolução de 1930”.

Dentre as contradições deste período em que se consolida a lógica reprodutivista na educação, “segundo o espírito do projeto militar do ‘Brasil Grande’ e da modernização integradora do país ao capitalismo de mercado associado-dependente” (SAVIANI, 2006, p.44), a implantação dos programas de pós-graduação, a partir do Parecer n. 77 aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 1969, constituíram espaços importantes para o

incremento da produção científica e do movimento de contra ideologia, especialmente na educação.

Na crítica e na denúncia sistemática da pedagogia dominante, da situação educacional configurada a partir das reformas instituídas pela ditadura militar, gerou estudos consistentes, desenvolvendo uma tendência crítica, embora não predominante. Assim, em meados de 1970 e ao longo dos anos e 1980, esses educadores críticos, se organizam em associações de diferentes tipos e, na organização dos educadores deste período,

[...] pode ser caracterizada por dois os vetores distintos: aquele marcado pela preocupação com o significado social e político da educação, do qual decorre a busca de uma escola pública de qualidade, aberta a toda população; e outro marcado pelo aspecto econômico-corporativo, portanto de caráter reivindicativo, cuja expressão mais saliente é dada pelo fenômeno das greves que eclodiram a partir o final dos anos de 1970, repetindo-se em ritmo, frequência e duração crescentes ao longo da década de 1980 e penetrando nos anos de 1990. O primeiro vetor é representado pelas entidades de cunho acadêmico-científico, isto é, voltadas para produção, discussão e divulgação de diagnósticos, análises, críticas e formulação de propostas para a construção de uma escola pública de qualidade. (SAVIANI, 2006, p. 45)

No âmbito das entidades, defendiam a construção de uma escola pública de qualidade, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPED), criada em 1977, o Centro de Estudos e Educação & Sociedade (CEDES), constituído em 1978, e a Associação Nacional de Educação (ANDE), fundada em 1979.

Essas três entidades reuniram-se para organizar as Conferências Brasileiras de Educação (CBE), tendo a e primeira se realizado em 1980, a qual foi seguida de outras cinco, ocorridas em 1982, 1984, 1986, 1988 e 1991.

O segundo vetor de caráter econômico-corporativo, é protagonizado pelas entidades sindicais dos diferentes estados do país, articuladas em âmbito nacional pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES).

Porém, essas entidades sindicais foram se transformando e incorporando progressivamente preocupações econômico-políticas e, mesmo, especificamente político-pedagógicas, ao analisarmos as temáticas dos últimos congressos dessas entidades.

A CNTE e a ANDES, por fim, vão liderar a organização dos Congressos Nacionais de Educação, inaugurados com o I CNE, realizado de 31 de julho a 3 de agosto de 1996, substituindo a série interrompida das Conferências Brasileiras de Educação (CBE).



### 3.3 – A CORRELAÇÃO DE FORÇAS NA REPÚBLICA NOVA (1945-1964)

Antes da fundação da CUT em 1983, os sindicatos paralelos e oficiais se reuniam Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), criado em 12 de agosto 1962, no 4º Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, com forte influência do PCB e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Com a orientação progressista e nacional desenvolvimentista, unifica a ação de diversas entidades sindicais, criadas ao longo da década de 1960. Contrários à criação de uma central sindical, os líderes anticomunistas<sup>19</sup> já haviam saído no congresso anterior, o III em agosto de 1960, marcado pela disputa e cisão a entre essas duas correntes sindicais.

Ainda em 1947, o governo da República Nova (1945-1964), declara que o PCB é ilegal, e passa a exigir atestado ideológico para os cargos de direção sindical, em pleno processo de reabertura política, após a queda do Estado Novo (1937-1945). Em 1951, a ampliação da sindicalização das massas é impulsionada por Getúlio Vargas (PTB), que retorna ao cargo de presidente da República<sup>20</sup>.

Marini (2013, p. 75), aponta que em 1950, inicia um novo período de acirradas lutas políticas, que culmina, em 1954, o suicídio de Vargas, e que conduzirão o país, em dez anos tormentosos, ao golpe militar de 1964. Neste período, se assiste a deterioração das condições, para a complementaridade existente até então, entre o desenvolvimento industrial, e as atividades agroexportadoras, se convertesse em uma verdadeira oposição. Com crescimento constante do setor industrial, o esforço da burguesia industrial para colocar os recursos econômicos disponíveis e o aparelho do Estado a seu serviço, é consequência dessa luta, rompendo, ou pelo menos transgredindo, as regras do jogo fixadas em 1937.

A eleição de Vargas, quando, pela primeira vez no Brasil, um candidato da oposição chega ao poder, expressa a força ascendente do movimento de massas, que rompe o dique represado pela ditadura, mantido pelo governo forte do marechal Dutra (1945-1950). Nela se apoia a burguesia, para quebrar a resistência das antigas classes dominantes. Vargas, ao propor um amplo programa de expansão econômica, cria uma zona de interesses comuns, a burguesia abria perspectivas de emprego e de elevação do nível de vida para a classe operária e para as classes médias urbanas. A burguesia acentua esta tendência, “através do manejo das direções sindicais (via Ministério do Trabalho) e com o impulso dado às ideias nacionalistas, que lhe permitiram exercer um controle ideológico sobre as massas (Marini, p. 76).

---

<sup>19</sup> Lideram na ocasião, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT).

<sup>20</sup> Idem.

Refletindo essa correlação de forças, Getúlio Vargas não tarda em se definir por uma política progressista e nacionalista, da qual foram frutos: a criação, em 1952, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; a decisão de concretizar o Plano SALTE (programação dos investimentos públicos nos setores de saúde, alimentação, transporte e energia); o Plano Rodoviário Nacional; o Fundo Nacional de Eletrificação; a renovação do equipamento da marinha mercante e do sistema portuário; o monopólio estatal do petróleo (Petrobras) e o projeto de monopólio estatal de energia elétrica (Eletrobras). O envio para o Congresso de um projeto de lei limitando os lucros extraordinários e os pronunciamentos favoráveis à restrição das remessas de lucros foram acompanhados por uma política trabalhista destinada a atrair o apoio operário, algo que Vargas confiou a um jovem e desconhecido gaúcho chamado João Goulart, nomeado como ministro do Trabalho (Idem).

### 3.4 – A CRIAÇÃO DAS CENTRAIS SINDICAIS E A DIVISÃO DO MOVIMENTO

No ano de 1981 reuniu-se a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) com a criação da Comissão Nacional Pró-CUT que reuniu tanto o setor combativo – o sindicato metalúrgicos do ABC, o recém conquistado sindicato dos bancários de São Paulo, o sindicato dos bancários de Porto Alegre, petroleiros de Paulínia, o Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOSMSP), e vários sindicatos e oposições sindicais – quanto os pelegos: metalúrgicos de Santos e de São Paulo (este, presidido por um antigo interventor do período militar, Joaquim dos Santos Andrade) e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) .

Os funcionários públicos encontravam-se proibidos de formar sindicatos, passando-se o mesmo com os docentes das escolas públicas. Estes organizavam-se em associações, como a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), também conquistada recentemente por uma oposição sindical, e que havia dirigido enormes paralisações de centenas de milhares de professores no início da década.

Durante as greves de 1978-1979, o movimento sindical se cindiu em dois blocos hegemônicos antagônicos, a Unidade Sindical defendia a conciliação com os setores empresariais e com a reabertura política proposta pelo regime militar, o Novo Sindicalismo, a independência de classe, a liberdade e autonomia sindical apartada do Estado, e eleições pelo voto popular, para a queda do regime.

O Pacto Social proposto pelo ditadura empresarial-militar, era visto como necessário pela Unidade Sindical, para o pleno restabelecimento da democracia, o que significa refrear as reivindicações mais importantes do movimento dos trabalhadores – na prática esta linha propõe que os trabalhadores fiquem a reboque da pauta política e econômica da burguesia. No

Ceará, integrados à diretoria da APEOC, desde a greve de 1984, o PCdoB e o MR-8, organizações estalinistas, se aliam ao PMDB, na gestão de Gonzaga Mota (1983-1987). Nos governos mudancistas do PSDB, Fausto Arruda, importante quadro do PCdoB, já como presidente da APOEC, do se torna assessor sindical do governador Tasso Jereissati (1987-1992).

A ruptura é inevitável, entre os dias 23 e 25 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo, no II CONCLAT, os setores ligados ao Novo Sindicalismo, fundam a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Neste congresso de fundação, teve a participação de membros da oposição que se forma contra a diretoria da APEOC, logo após a massiva, e longa, greve unificada de julho-agosto, encerrada por acordo de gabinete entre as direções das entidades oficiais dos professores, supervisores e coordenadores.

Em oposição à criação da CUT, o setor dos tradicionais sindicalistas governistas<sup>21</sup>, aliados aos comunistas, Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), criam em 6 de novembro de 1983, a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Em março de 1986 a CONCLAT se transforma na Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

Em janeiro de 1988, a CGT, sob influência de Antônio Magri e Joaquim Medeiros, na negocia acordo com o Centrão, para a manutenção da contribuição sindical na constituição, em ocasião da Assembleia Nacional Constituinte. Contrário à essas propostas, militantes do PC do B se retiram da CGT, indo se organizar na Corrente Sindical Classista (CSC), e posteriormente, se integrou à CUT.

Com a aproximação do PCdoB com o PT desde as eleições presidenciais de 1989, em torno da candidatura de Lula, ocorre o rompimento de Arruda (PCdoB) com o governo de Estado, em 1991, criando as condições necessárias para a fundação do SINDIUTE-CE, com negociações intermediadas pela CNTE. No boicote à unificação e criação do SINDIUTE-CE, Jaime de Alencar, antiga liderança dos professores, do MR-8, na posição de novo presidente da APEOC/Sindicato, perpetua o caráter corporativista e governista da entidade (Almeida e Paula).

Por outro lado, o Novo Sindicalismo propõe para a unidade da classe trabalhadora, a criação de uma central sindical com a participação de oposições sindicais emergentes das lutas, e a organização de greves gerais - posições contrárias as da Unidade Sindical. No movimento paredista dos professores, quadros do O Trabalho, trotskistas, e do recém criado

---

<sup>21</sup> Até a as greves de 1978-1979, os reajustes salariais eram ditadas pelo Ministério do Trabalho dos governos militares.

PT, se reúnem no movimento de oposição sindical à diretoria da APEOC, sob a liderança de Rosa da Fonseca, importante quadro oriundo do movimento estudantil, dos movimentos de anistia e de moradia de Fortaleza, vereadora do PT.

Neste período, as mobilizações sindicais e a luta política pela redemocratização, confundiam-se, e foi comum destacarem-se dos mesmos setores sociais, figuras públicas em ambas as frentes. Desta forma, não foi coincidência que poucos meses após a fundação da CUT, tenha sido realizado um dos primeiros atos públicos massivos exigindo eleições diretas para presidente da República, junto à Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), com a presença de lideranças petistas, cutistas e dos movimentos populares e sociais.

### **3.4.1 – Os processos de redemocratização dos Estados militares na América do Sul**

Além do contexto interno, o estímulo provinha de países vizinhos que também vinham avançando em processos de redemocratização. Em 1983, já depois da fracassada aventura nas Malvinas, o regime militar argentino havia efetivamente se esgotado e estava em andamento a campanha eleitoral que elegeu como presidente, Raul Alfonsín. Esse acontecimento, impactou fortemente o noticiário da época, e o imaginário coletivo.

A Bolívia que havia vivenciado duas ditaduras praticamente seguidas, também havia realizado no ano anterior eleições para presidente.

É importante destacar que as crises políticas tiveram como pano de fundo e comum a crise internacional da dívida externa. Os modelos desenvolvimentistas conservadores e autoritários, como o implementado pela ditadura brasileira, baseados na substituição de importados e ancorados no endividamento externo, naufragaram junto com os regimes que o defendiam.

### **3.4.2 – O PT e a independência de classe**

Iniciada a Campanha das Diretas Já no final de 1983, no início de 1984, o Brasil foi marcado pela organização de atos que reuniram centenas de milhares de pessoas pela aprovação da Emenda Constitucional (EC), que restabelece eleições diretas para presidente da República. Derrotada no Congresso Nacional, iniciou-se um processo de desmobilização das massas, e a criação da Aliança Democrática que congregasse a oposição ao governo, o PTB, PDT, o PMDB (com o PCB e PCdoB integrados) e PFL, no apoio à chapa Tancredo-Sarney, via eleição indireta pelo Congresso Nacional.

O PT seria o único partido de oposição a não participar das eleições indiretas, orientando seus congressistas a não comparecerem ao colégio eleitoral. Segundo Boris Fausto, o processo de transição brasileira manteve intactas questões sociais de fundo que impediram de fato a implantação de uma verdadeira democracia.

A transição brasileira teve a vantagem de não provocar grandes abalos sociais. Mas teve também a desvantagem de não colocar em questão problemas que iam muito além da garantia de direitos políticos à população. Seria inadequado dizer que esses problemas nasceram com o regime autoritário. A desigualdade de oportunidades, a ausência de instituições do Estado confiáveis e abertas aos cidadãos, a corrupção, o clientelismo são males arraigados no Brasil. Certamente esses males não seriam curados da noite para o dia, mas poderiam começar a ser enfrentados no momento crucial da transição. O fato de que tenha havido um parente acordo geral pela democracia, por parte de quase todos os atores políticos, facilitou a continuidade de práticas contrárias a uma verdadeira democracia (FAUSTO, 2001, p.290).

Em janeiro de 1985 a ditadura deixa de existir, mas a incapacidade do novo governo reagir à crise, acabou por intensificar os movimentos paredistas e, paralelamente, a pressão sobre os deputados constituintes eleitos em 1986, incumbidos de remover o entulho autoritário da legislação.

### 3.5 – AS PRIMEIRAS GREVES DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO NO CEARÁ

As primeiras greves da história dos trabalhadores da educação no Ceará, são dos professores secundaristas, realizadas em 1967 e 1968, meses antes da edição do AI-5, editado em dezembro do mesmo ano. As arbitrariedades contidas neste malfadado ato institucional, definiam de forma categórica o momento mais duro do regime, dando poder de exceção, aos governantes para punir violentamente, retirar os direitos políticos e civis, dos que ousassem se opor aos designios ditatoriais.

Sob o clima da Guerra Fria, e sob a Doutrina da Segurança Nacional, dirigentes e militantes sindicais mais combativos, são boicotados e eliminados, e trabalhadores são perseguidos, exonerados e demitidos, por qualquer suspeita de ligação com os partidos da esquerda. O PCB, PCdoB, a Ação Popular (AP), o Partido Operário Revolucionário (PORT) e a Política Operária (POLOP), partidos e corseses da esquerda da revolucionária, entram na clandestinidade com a edição do A-2, que dentre outros, extinguiu o pluripartidarismo, fechando 13 partidos, e instituindo dois partidos, o Aliança Renovadora Nacional (ARENA), de sustentação do governo militar, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), da oposição consentida pelo regime.

É sob a ditadura empresarial-militar, que eclode a greve dos professores secundaristas temporários, pelo pagamento de meses de salários atrasados, e acabou sendo violentamente reprimida, a mando do governador, pelas polícias militares e agentes infiltrados no movimento. O regime é enfraquecido com a crise de 1973, finalizando o milagre econômico em 1974, com o pagamento da dívida pública ao sistema financeiro, com somas aviltantes, e com o início da escalada de inflação

Após o endurecimento do regime, com a tortura, prisão e morte de sindicalistas e estudantes, as greves dos trabalhadores da educação no Ceará retornam em 1983, unificada, com a participação dos professores de 1º e 2º Graus, coordenadores e supervisores. A greve é novamente iniciada por salários atrasados, mas unida agora pela reivindicação do reajuste da inflação, que chega a 230%, no ano da greve.

No contexto nacional, em 1983 temos a fundação da CUT, e no plano estadual o início de um vigoroso movimento sindical docente, de um ciclo de greves que se estende de 1983 a 1990. 1983 foi o “batismo de fogo”, “o ano zero da luta”, segundo Rosa da Fonseca (Paula, 2005, p. 69), principal liderança da Oposição à diretoria da APEOC, e do movimento de unificação que daria origem ao SINDIUTE-CE em 1991.

Nas lembranças do professor Irenildo,

A década de [19]80, aqui no Ceará, foi a década de muitas paralisações, se eu não tô (estou) enganado todo ano tinha paralisação na rede pública, por conta do quadro dramático que era a educação, em função de recursos, em função de pessoal. Tanto é que foram muitas greves na década de [19]80, principalmente.

A maior luta da década de [19]80 foi o piso salarial, o Ceará foi um dos poucos Estados que conseguiu em lei, tanto a Prefeitura de Fortaleza quanto o estado, um piso de cinco salários mínimos para o nível superior (2021.p. 3).

As principais reivindicações na década de 1980, além do piso conquistado na greve de 1986, “era o concurso público, eleição direta para diretor, era material didático, era melhor aparelhamento físico, laboratórios”, “esse documento aqui das resoluções do congresso, vai detalhar bem isso”, nos relatou o professor Irenildo, indicando um documento com as Resoluções do III Congresso de Unificação dos Trabalhadores em Educação do Ceará, ocorrido em dezembro de 1991.

O grupo de oposição à diretoria da APEOC, constitui-se nas mobilizações e greves massivas ocorridas entre 1983 e 1990, dos trabalhadores da rede pública de ensino estadual e municipais de 1º e 2º Graus do Ceará. Professores se mobilizam principalmente pelos atrasos no pagamento dos salários, e pela aprovação de um piso salarial para o magistério, além de

melhores condições de trabalho, frente à corrosão dos salários provocada pela inflação. Em 1983 esta alcança a marca de 230%.

Na primeira fase do governo de estado de Gonzaga Mota (1983-1987), por meio do “Projeto Vencer”, ocorre uma ampliação de matrículas na rede estadual de ensino de 1o Grau, para cumprir a extensão da obrigatoriedade do ensino primário de quatro anos para oito anos, com a inclusão do ensino ginásial de 5a. a 8a série para compor o ensino de 1º Grau, segundo a Lei 5.692/1971. Somente na rede metropolitana de Fortaleza, as matrículas na 1a. série saltam de 75.485 para 163.076, resultando um aumento de 170% (Paula, 2010, p.70). Para atender a esta demanda, além da contratação de professores em regime de trabalho temporário, ou da CLT, entre 1984 a 1985 são realizados os primeiros processos seletivos na rede de ensino estadual, é quando Maria Valdecir de Paula, a Val que vai integrar o grupo de oposição sindical, entra para a rede estadual de ensino.

A greve retorna com força no Ceará em agosto de 1983, agora com a participação massiva dos trabalhadores das redes públicas de ensino estadual e municipal de Fortaleza. As greves docentes retornam ao cenário nacional em agosto de 1978 em São Paulo, impulsionadas pela vitória da greve dos metalúrgicos no ABC paulista em maio de 1978, e se alastraram entre os trabalhadores das redes públicas de ensino por todo país, nos anos subsequentes.

Na década de 1980, com a crise política articulada organicamente com uma crise econômica no Brasil, observamos a queda da formação bruta do capital fixo, as baixas taxas de crescimento do PIB, e elevadas taxas de inflação e desemprego, a escalada dos pagamentos referentes a amortizações e juros da dívida interna e externa, e os déficits fiscais recorrentes, a ausência de consenso em termos chaves do ordenamento político, e a proliferação dos partidos políticos, agudos conflitos trabalhistas, e a emergência de uma representação política e sindical autônoma da classe trabalhadora.

Foi durante as mobilizações e greves na década de 1980 que irá se constituir o núcleo que em 1991 se funda o SINDIUTE-CE, num processo cheio de conflitos e contradições. A instabilidade econômica e política na década de 1980, vão provocar uma crise de hegemonia, ou seja, uma crise da representação/direção empresarial, e o realinhamento das alianças entre os partidos políticos, sindicatos, e outros aparelhos privados de poder.

[...] as classes surgem porque homens e mulheres, em relações produtivas determinadas, identificam seus interesses antagônicos e passam a lutar, a pensar e a

valorar em termos de classe: assim o processo de formação de classe é um processo de auto confecção, embora sob condições ‘dadas’ (E. Thompson, 1981, p. 121).

O núcleo embrionário do SINDIUTE-CE foi constituído por supervisores e orientadores de ensino, e por professores de 1o. e 2o. Graus das redes públicas de ensino estadual cearense e de Fortaleza, durante a década de 1980. A unidade de luta entre os diferentes segmentos de trabalhadores na educação foi construída durante as mobilizações e greves, em oposição às estruturas fragmentadas e compartimentalizadas do movimento sindical, e do trabalho escolar. A professora Baima recorda que:

Nós éramos aqui, uma associação de professores, a APEOC, e tínhamos várias outras associações, cada segmento da escola tinha uma associação. Então a escola era muito departamentalizada, cada um ficava numa sala, era uma sala da direção, uma sala da supervisão, uma sala dos professores, a cozinha para as merendeiras, o porteiro lá no portão da frente, ninguém invadia o espaço de ninguém. Ou seja, a escola era muito departamentalizada, e isso se refletia na organização dos profissionais, então nós tínhamos a Associação dos professores, a Associação dos diretores, a Associação dos supervisores, a Associação dos orientadores, e ainda tínhamos Associação dos Professores de Educação Física (Baima, 2021, p. 10).

Em seu testemunho, a professora faz a análise de um aspecto fundamental na organização sindical dos trabalhadores da educação, quanto à origem da fragmentação da estrutura sindical. De fato, tem origem no pós-revolução de 1930, a estrutura sindical fragmentada imposta aos trabalhadores em seu local de trabalho, seja nas escolas, fábricas, numa região ou país. Fracionava-se assim as organizações horizontais, as centrais sindicais que reuniam trabalhadores de diversas categorias, e de diferentes fábricas, comércios, etc.

Com a reforma sindical promovida entre 1930 a 1943, os trabalhadores em seu local de trabalho foram divididos por categorias profissionais, e organizados em sindicatos, associações, federações e confederações verticais. E ainda sob a égide da unicidade sindical, se tornam entidades com o monopólio da representação sindical, remunerado com a contribuição compulsória dos trabalhadores, prerrogativa concedida pelo Estado por meio da emissão da carta sindical.

O funcionalismo público, excluído da estrutura sindical consolidada no Estado Novo (1937-1945), será proibido de fazer greve e outras mobilizações sindicais, e por lei suas associações teriam o caráter assistencialista, voltado à formação de professores, em regime de colaboração com o Estado. A CPB que foi criada inicialmente como a Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB), fundada em 1962, para agregar as associações estaduais e municipais dos professores primários, na reforma da Lei 5.692/71, passaria a



representar os professores 1o. e 2o. Graus, apresentava um caráter estritamente assistencialista.

A organização vertical dos trabalhadores por categorias profissionais e a unicidade sindical foram instituídas como forma de coibir a liberdade e a autonomia sindical conquistadas pelos operários e outros trabalhadores urbanos, nas duas primeiras décadas do século XX, durante o liberalismo da República Velha. Dirigentes sindicais anarquistas e comunistas, principalmente do PCB (1922), foram presos e exilados durante as ondas repressivas que ocorreram entre 1937 a 1945, no Estado Novo; e interventores federais postos em seus lugares, a liberdade, autonomia e solidariedade são substituídas pela burocracia, subserviência e corporativismo, conforme abordamos na seção 1.

### 3.6 - AS GREVES NA NOVA REPÚBLICA

No quadro traçado por Noronha (2009, p.126) evidencia-se que o auge do ciclo de greves, iniciado no final da década de 1970, ocorre entre 1985 e 1992, período que abarca do início do governo José Sarney até o processo de impeachment de Fernando Collor.

Assim, não é possível dissociar os primeiros anos de regime democrático, e mesmo a formulação da nova Constituição, aprovada em 1988, do intenso processo de mobilização e organização social e sindical protagonizado pelo proletariado brasileiro. A média anual de paralisações, entre 1978 e 2007, constitui os seguintes ciclos grevistas:

TABELA 2 - Ciclos de greves entre 1978 e 2007

<u>O primeiro grande ciclo de greves no Brasil: transições</u>
1978-1984: Militares: abertura e o início do 1º grande período de greves, com 214;
1985-1989: Governo Sarney: o auge do ciclo na transição política sob inflação, com 1.102;
1990-1992: De Collor ao <i>impeachment</i> . Greves na democracia incerta, com 1.126;
1993-1994: O interregno de Itamar: expectativas e incertezas até o Plano Real, com 842;
1995-1998: FHC: resistência e mudança sindical no final do 1º grande ciclo, com 865 ocorrências grevistas.

A normalidade: greves na jovem democracia brasileira

2003-2007: Lula: das greves à presidência - da elite operária ao Bolsa Família, com 322 registros.

As mobilizações não se restringiam aos sindicatos ou movimento estudantil. Ainda na efervescência da década de 1980, surgiram as Comissões Eclesiais de Base (CEB's) muito atuantes nos bairros pobres e periferias das grandes cidades e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Este movimento social de grande envergadura e capilaridade política, distintamente, dos sindicatos de trabalhadores rurais que dirigiam greves nos latifúndios voltados às plantações de cana de açúcar, passou a ocupar enormes propriedades improdutivas, exigindo a reforma agrária e uma política de fomento à agricultura familiar, em contraposição ao agronegócio.

Tal como os demais países da América Latina, a crise econômica seguiu agravando-se, uma vez que o novo governo assumiu sob o compromisso de honrar o pagamento dos juros e serviços da dívida externa, mesmo com a tímida declaração de uma moratória ensejada pelo governo Sarney em 1987.

Em fevereiro de 1986, o governo Sarney havia lançado o Plano Cruzado, que instituiu uma nova moeda (Cruzado), o congelamento de preços e aluguéis, e um mecanismo de indexação automático de reajuste para os salários (gatilho) para quando a inflação alcançasse 20%. O plano objetivava estancar o crescimento inflacionário, mas apesar do apoio inicial junto à população, fracassou. Em julho de 1987 foi lançado o Plano Bresser, que estabelecia novo congelamento de preços e salários, mas agora, também do câmbio. Os salários e preços seriam reajustados pela média do trimestre anterior, mas este plano também fracassou.

No ano seguinte, os trabalhos do Congresso Constituinte chegariam ao seu término, mas a nova carta avançava muito pouco em relação às necessidades do país. Em parte, isso ocorreu porque a Constituição Federal não foi elaborada por uma assembleia eleita especificamente para este fim, mas pelo Congresso. Portanto, os debates e votações foram levados a cabo por políticos tradicionais e não por organizações da sociedade civil, o que lhe conferiria maior representatividade e independência.

## **4 – O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES NO CEARÁ**

### **4.1- AS ANTIGAS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES E O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO SINDIUTE**

Na seção II, descrevemos em nível nacional os acontecimentos, ocorridos entre o final da década de 1970 e a década seguinte, que influenciaram na distribuição de forças entre o antigo sindicalismo, denominado como pelego, e o novo sindicalismo combativo. Destacamos que o I CONCLAT foi um marco com desdobramentos superestruturais que permanecem até hoje, como a formação da CUT e demais centrais sindicais.

Em uma perspectiva geral, associativismo e sindicalismo são estruturas organizacionais que expressam processos profundos de desenvolvimento da consciência e experiência de uma categoria e também traços de sua materialidade, ou seja, de sua localização no modo de produção capitalista.

Essa definição geral de alguns de seus aspectos, quando aplicada a uma forma particular de organização social, cobra a descrição de variáveis infra e estruturais (evolução numérica do conjunto de trabalhadores; embates com a patronal ou Estado; importância da atividade econômica executada por esta categoria ou a essencialidade/exclusividade na prestação de um serviço público; conjuntura política; legislação sindical; processos de pauperização) e superestruturais (consciência de classe; status ou valorização social; balanço das lutas econômicas e políticas, ou seja, a experiência histórica; direção política; identificação com outros setores sociais; e práticas sindicais).

No caso cearense, a forma organizativa que antecede à formação da APEOC, fundada em 1962 para representar a docência no ensino secundário, era a Congregação de Professores, presente em cada um dos três Liceus cearenses, localizados em Fortaleza (ALMEIDA, 2015, p.114). Os professores em regime de trabalho catedrático, tem posse da cadeira, podendo nomear seus substitutos, caso necessário, e por meio da Congregação, escolhiam o diretor do liceu entre seus pares, e selecionavam docentes para a instituição; seus salários e valorização eram muito acima dos praticados na expansão do ensino secundário, a partir da década de 1960.

Com a edição da primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, a LDBEN nº 4.024 de 1961, a expansão do ensino secundário é subsidiado com verba suplementar do governo federal. A expansão do ensino é realizada com o emprego massivo da mão de obra docente, e com a construção de anexos dos liceus em lugares públicos, ou salas cedidas pelas igrejas ou associações comunitárias.

Althusser (s/d, p.88-89) ao dissecar os aparelhos ideológicos de Estado, identificou que a ideologia se expressa materialmente em estruturas, práticas e rituais:

Diremos, portanto, considerando apenas um sujeito (tal indivíduo), que a existência das ideias da sua crença é material, porque as suas ideias são actos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais que são também definidos pelo aparelho ideológico material de que releva as ideias desse sujeito.

Essas práticas e rituais que estão incorporadas a uma superestrutura não são exclusividade dos aparelhos ideológicos do Estado, mas integram o funcionamento de organizações de vários tipos: grêmios, associações, sindicatos, entidades estudantis.

Uma categoria profissional, ao construir e reconhecer-se em uma determinada organização, produz e adota práticas e ritos, em consonância não somente com uma necessidade, mas também com a autorrepresentação que tem de si mesma, sua identidade.

A divisão entre APEOC e SINDIUTE, expressa, não de forma mecânica ou determinista, mas dialética, no campo dos trabalhadores da educação do Ceará. Representa o desenvolvimento local, ou particular, de um processo muito amplo e rico de reordenamento da classe operária brasileira, marcado por unificações e rupturas, que iniciaram e se desenvolveram, a partir da segunda metade da década de 1970.

As alianças do PC do B e o do MR-8, com o sindicalismo tradicional, na corrente denominada Unidade Sindical, em oposição ao Novo Sindicalismo que surgira no ABC Paulista, influi na divisão de dois blocos hegemônicos no movimento sindical do Ceará. O movimento dos professores, a categoria mais numerosa da educação, se dividiu entre essas duas posições, reunidos na APEOC, encontravam-se os grupos do Francisco Brilhante, os sindicalistas tradicionais, do Fausto Arruda do PCdoB e do Jaime de Alencar, do MR-8. Na oposição sindical à diretoria da APEOC, setor emergente do ciclo de greves 1983-1990 reúnem o grupo da Rosa do PCBR<sup>22</sup>, da Gardênia do O Trabalho, e militantes de outras correntes do PT. Esses dois blocos disputavam a hegemonia do movimento dos professores, rivalidade que perpassa aos dias atuais.

Essa divisão no campo sindical também se expressa no projeto político, as correntes do Novo Sindicalismo empenharam-se na construção de um partido dos trabalhadores, sob o signo da independência de classe, e se opôs a participar da transição democrática via Colégio Eleitoral, invés, as correntes da Unidade Sindical, combateram a construção de um partido

---

<sup>22</sup> Rosa da Fonseca foi militante do PCdoB, depois do PCBR, PT, e atualmente integra a corrente Crítica Radical.

operário, e optaram por permanecer na oposição burguesa, e legitimaram junto aos trabalhadores, à eleição indireta para presidente no Congresso Nacional.

Esse quadro é o divisor de águas que vai ordenar e posicionar os grupos e correntes que militavam no movimento sindical docente no Ceará, ao longo das décadas de 1980 e 1990, porém, quais eram as entidades que representavam os docentes cearenses nesse período de reordenamento?

#### **4.1.1 - O movimento sindical no período da República Nova (1945-1964)**

... as classes surgem porque homens e mulheres, em relações produtivas determinadas, identificam seus interesses antagônicos e passam a lutar, a pensar e a valorar em termos de classe: assim o processo de formação de classe é um processo de autoconfeção, embora sob condições “dadas” (E. Thompson, 1981, p. 121).

Marini (2013, p. 75), aponta que em 1950, inicia um novo período de acirradas lutas políticas, que culmina, em 1954, o suicídio de Vargas, e que conduzirão o país, em dez anos tormentosos, ao golpe militar de 1964. Neste período, se assiste a deterioração das condições, para a complementaridade existente até então, entre o desenvolvimento industrial, e as atividades agroexportadoras, se convertem em uma verdadeira oposição. Com crescimento constante do setor industrial, o esforço da burguesia industrial para colocar os recursos econômicos disponíveis e o aparelho do Estado a seu serviço, é consequência dessa luta, rompendo, ou pelo menos transgredindo, as regras do jogo fixadas em 1937.

A eleição de Vargas, quando, pela primeira vez no Brasil, um candidato da oposição chega ao poder, expressa a força ascendente do movimento de massas, que rompe o dique represado pela ditadura, mantido pelo governo forte do marechal Dutra (1945-1950). Vargas, ao propor um amplo programa de expansão econômica, cria uma zona de interesses comuns, a burguesia abria perspectivas de emprego e de elevação do nível de vida para a classe operária e para as classes médias urbanas. A burguesia acentua esta tendência, “através do manejo das direções sindicais (via Ministério do Trabalho) e com o impulso dado às ideias nacionalistas, que lhe permitiram exercer um controle ideológico sobre as massas (Marini, 2013, p. 76).

Getúlio Vargas, refletindo a correlação de forças favorável, se define por uma política progressista e nacionalista, acenando com uma política trabalhista para atrair o apoio operário, e o envio para o Congresso, de um projeto de lei limitando os lucros extraordinários das empresas estrangeiras, pronunciamentos favoráveis à restrição das remessas de lucros.

Em 1952, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; a decisão de concretizar o Plano SALTE (programação dos investimentos públicos nos setores de saúde,

alimentação, transporte e energia); o Plano Rodoviário Nacional; o Fundo Nacional de Eletrificação; a renovação do equipamento da marinha mercante e do sistema portuário; o monopólio estatal do petróleo (Petrobras) e o projeto de monopólio estatal de energia elétrica (Eletrobras).

#### **4.1.2 – O Pacto Intersindical**

No período de redemocratização entre os anos de 1945 e 1964, embora permaneça a estrutura sindical trabalhista do governo de Vargas, nos moldes da integração do movimento sindical ao Estado, o movimento sindical aproveitava os espaços do vai e vem populista, e avançava em suas organizações e melhorias independente do Estado, principalmente depois da conquista na revogação do atestado ideológico para as eleições sindicais em 1952.

No intuito de inibir as intensas greves ocorridas nos meses de janeiro a março de 1946, estas são restringidas ao máximo por decreto-lei 9.070 em 14 março, o governo Dutra (1946-1951) adota a posição dos industriais de São Paulo, legaliza e usa a prática repressiva contra praticamente todas as greves. Dando ao Estado o poder discricionário no julgamento da legalidades das greves, poder inferior somente à Constituição de 1937 do Estado Novo, esta lei iria prevalecer à Constituição promulgada em setembro de 1946, que embora reconheça o direito à greve, não é regulamentada.

Essa retomada na construção de centrais sindicais, se iniciou em 1953 em São Paulo no ventre da Greve dos 300 Mil, com a criação o Pacto de Unidade e Ação (PUA), como consolidação do Comitê Intersindical de Greve criado no vigésimo dia de greve, a partir de comitês de fábricas de empresa nos locais de trabalho, reunindo tecelões, metalúrgicos, madeireiros, gráficos e vidreiros. Em outubro de 1957, cerca de 400 mil trabalhadores paralisam por melhores salários, organizados pelas próprias entidades intersindicais.

As Ligas Camponesas, criadas em 1957 durante as mobilizações do campo, em 1963 conquistam os direitos trabalhistas para os camponeses, com o Estatuto do Trabalhador Rural. Em 1963 era criada Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que se juntou ao CGT, onde já estavam as confederações de trabalhadores na Indústria, nos Bancos e nos Transportes

No início dos anos de 1960, no auge das mobilizações sindicais, além das reivindicações econômicas, estas assumem o caráter político. Militantes do PCB, PTB e das CEBs, tinham uma grande inserção no movimento sindical. Observamos a constituição de organismos intersindicais em âmbito regional e nacional, na efervescência das grandes

mobilizações e greves massivas deste período, marcadas por reivindicações econômicas e políticas.

#### **4.1.3 – O Pacto Unificado Sindical (1957-1964) no Ceará**

Barbara Cacau dos Santos (2013, p 28) mostra que o PCB, defende alianças com os setores progressistas para a construção da democracia, em sintonia com a política populista de Vargas. A tese da “colaboração entre as classes”, adotada internacionalmente pelos partidos comunistas em conformidade com as decisões do Partido Comunista da União Soviética, derrota em 1943, na Conferência da Mantiqueira, a proposta de uma ampla frente de oposição ao governo Vargas.

O PCB cria o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), em abril de 1945, com cerca de trezentos dirigentes sindicais, oriundos de 13 estados diferentes, e visa agrupar e coordenar os diversos dirigentes e estimular a sindicalização em geral. O fortalecimento da unidade operária era um princípio organizativo do sindicalismo anarquista e comunista.

No Ceará, o Pacto da Unidade Sindical (PUS), núcleo de ação política e de mobilização sindical, instituindo a união entre lideranças sindicais, é formado em dezembro de 1957, no I Congresso dos Trabalhadores do Estado do Ceará (ICTEC), no auditório do Palácio do Comércio em Fortaleza. “O PUS surge como proposta de sindicalismo autônomo, e, de forma paradoxal, sob programa de inclinação trabalhista”, projeto ideológico e pragmático, apropriado por diversos grupos políticos e lideranças sindicais, considera Santos (2013, p. 28).

O pacto intersindical é criado como instrumento de defesa e luta dos trabalhadores, pelo reconhecimento dos direitos legais adquiridos no âmbito das relações trabalhistas, e pela conquista da autonomia e liberdade de atuação sindical, afirmada pela própria criação do PUS<sup>23</sup>. As bases de seu programa eram o direito de greve<sup>24</sup>, a fiscalização da atuação governamental nos assuntos referentes aos trabalhadores; a extensão dos direitos trabalhistas aos camponeses; assim como a luta contra a carestia de vida, eram as bases de seu programa (Idem).

---

<sup>23</sup> Segundo a legislação vigente, aos sindicatos era permitido somente a criação de federações, em nível estadual, e confederações nacionais, por categorias profissionais ou por ramos econômicos.

<sup>24</sup> O direito de greve foi restringido fortemente pelo decreto-lei 9.070, datado de 15 de março de 1946, anterior à Constituição promulgada em 18 de setembro de 1946.

...trabalhadores cearenses participaram e legitimaram o Pacto Sindical como instrumento de lutas por seus interesses, sejam em greves conjuntas, reuniões populares em praças suburbanas de Fortaleza, seja em lutas cotidianas nos locais de trabalho (Cacau, 2013, p. 18).

O PUS possibilita a experiência relacional e interativa entre lideranças e trabalhadores acerca da legislação trabalhista vigente, o Sindicatos dos Têxteis e Sapateiros, em Fortaleza, a exemplo, se constituiu enquanto espaço social, responsável por instruir os trabalhadores em seus direitos e encaminhá-los à Justiça do Trabalho. No Sindicato dos Têxteis, no ano de 1956, foram realizada 198 audiências de conciliação, e 378 trabalhadores entraram com recurso, nos sete primeiros meses de 1957, ultrapassavam de mil os processos judiciais que deram entrada no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), e tendem a crescer na década de 1960. Desta forma, ocorre “considerável aumento no número de trabalhadores sindicalizados, condição sine qua non para o acesso aos direitos, e no montante de processos à Justiça do Trabalho”, constata Santos (2013, p 29).

No trabalhismo, o pacto social entre classe trabalhadora e Estado, combinou os ganhos materiais com ganhos simbólicos de reciprocidade. Os ganhos econômicos, combinados com a propaganda estatal, o Estado era visto como o pai protetor que consolidava em direitos, às demandas dos trabalhadores, que retribuem com lealdade. As principais lideranças sindicais reivindicavam a eficiência dos órgãos governamentais, em fazer cumprir e ampliar os direitos dos trabalhadores, como na Justiça do Trabalho, e os desvios e malversação dos fundos dos institutos de Previdência. (Santos, 2013, p. 30-31).

A luta em favor dos direitos, “o trabalhismo, responsável pelo pacto social entre classe trabalhadora e Estado, foi investido por uma lógica, ao mesmo tempo, material e simbólica”, que combina os ganhos materiais, com ganhos simbólicos de reciprocidade, aponta Cacau (2013, p. 30-31). Assim, o Estado se antecipa e “presenteia” os trabalhadores com ganhos materiais, consolidados em direitos do trabalhador, e com numerosos esforços humanos, financeiros e de propaganda estatal, constrói um acordo simbólico de lealdade dos trabalhadores frente ao “pai protetor”.

#### **4.1.4 – O PUS e a Federação dos Trabalhadores do Estado do Ceará (FTECE)**

Dentro da tradição comunista da construção da aliança dos trabalhadores da cidade e do campo, participaram do Congresso de fundação do PUS, com 86 delegados, cerca de 25 sindicatos de Fortaleza, 3 sindicatos de Camocim e 2 sindicatos de Chaval, a Federação dos



Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAC) e a Juventude Operária Católica (Santos, 2013, p. 54)

As lideranças do interior, principalmente da região norte do Ceará, não compareceram ao Congresso após o recebimento de telegramas da Federação dos Trabalhadores do Estado do Ceará (FTECE), que adiam o evento, ou difamam os seus organizadores. Santos, em sua pesquisa, observa que as lideranças sindicais do PUS sofreram inúmeras perseguições e boicotes, em confronto direto com dirigentes da FTECE. Antonio Alves da Costa, presidente da Federação entre os anos de 1950 a 1967, teve co-participação, esteve à frente do processo de implantação da ditadura no Ceará, prestando auxílio aos militares durante as intervenções sindicais (Idem).

O FTICE, ao lado da Federação dos Círculos Católicos e o “Trabalhador Unido”, estes dois últimos orientados pela Arquidiocese de Fortaleza, representava o conservadorismo no movimento sindical. A perpetuação das lideranças da FTICE, à frente da agremiação sindical, para Santos (2013, p. 143) pode supor o consentimento e a aproximação destas com as organizações de classe empresarial, e ainda hoje, a FTICE ocupa salas do Serviço Social da Indústria - SESI.

Santos (2013, p.57) ainda constata que houve significativa destruição de documentos sindicais em Fortaleza, para a proteção da militância sindical, que seria aprisionada no Quartel da 10ª Região Militar, durante os primeiros dias de abril de 1964. Porém, a destruição da maioria da documentação foi, de forma continuada, devido à ação do tempo, e da má conservação do local de arquivo.

#### **4.1.5 – A luta de classes e o golpe de Estado**

No cenário nacional, no processo eleitoral de 1962, se sente o sentimento de vitória das forças progressistas, no Nordeste, também as lutas por reformas sociais de base, se integravam às mobilizações no campo, sob ação das ligas camponesas e na cidade. As elites conservadoras, por outro lado, ameaçadas de perder os espaços tradicionais de poder, reúnem forças para tentar impedir o avanço de grupos ligados ao projeto de desenvolvimento nacional-estatista, e intensificou-se na ação política e no processo de institucionalização da ideologia anticomunista ( Santos, 2013, p.140, 141).

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), regionaliza-se através da Ação Democrática Popular (ADEP), e do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), por meio da ação de seus quadros políticos. O complexo IPES – IBAD, na eleição de 1962, pela sua

costura política, foi determinante para consagração dos candidatos do PSD e UDN no Ceará, que se revezavam no poder, desde a abertura política de 1945, o que, de acordo com Ribeiro (IPES), pela propagação contra a ameaça vermelha (Santos, 2013, p. 141).

A ação do complexo IPES - IBAD foi determinante para consagração de seus candidatos aos postos eletivos em 1962. Conforme Ribeiro, os coordenadores da ADEP beneficiaram a costura política concretizada com o surgimento da “União pelo Ceará”, título dado à aliança entre UDN e PSD cearenses para as eleições de 1962 (Idem).

O governo de Virgílio Távora, eleito em 1962 pela UDN, era, ao mesmo tempo, liberal e conservador, e apesar da imagem conciliadora com o movimento sindical, mas as suas bases aliadas continham um perfil antitrabalhista e anticomunista, além do que, na modernização do Ceará, parte dos investimentos adquiridos para era proveniente de acordos internacionais. Na ocasião do golpe de Estado de 1964, Távora se alia ao novo governo militar, prendendo sindicalistas ligados ao PUS, intervindo em sindicatos e associações (Santos, 2013, p. 157) Em 20 de novembro de 1966, o AI-2 termina com o pluripartidarismo, e extinguindo os treze partidos legalizados à época, e a UDN, junto com o PR e o PL, funda em 4 de abril de 1966, a ARENA.

Apesar do presidente da União dos Servidores Públicos, Dager Serra<sup>25</sup> ter participado da fundação do PUS, segundo pesquisa de Danusa Mendes Almeida (2015) e Maria Valdecir de Paula (2010), as associações oficiais dos trabalhadores da educação pública no Ceará, criadas em 1962, não tem relação nenhuma com este pacto sindical. Talvez pelo fato da APEOC, ASSECE, ASOECE, APFCE não terem em suas diretorias nenhum integrante do PCB, ou pelo fato dessas categorias serem numericamente pequena, dado a estruturação das redes de ensino públicas no Ceará, terem se expandido pontualmente até a reformas educacional de 1971, do ensino de 1º e 2º Graus. São questões para uma pesquisa futura, dadas as dificuldades em realizar a pesquisa de campo, porém, na trajetória da APOEC na década de 1960, podemos perceber elementos do trabalhismo, como do movimento sindical atrelado à estrutura do Estado.

---

<sup>25</sup> Esteve à frente da organização do I Congresso dos Trabalhadores e das negociações com outras entidades para a formação do Pacto Sindical. Além dos bancários, representados por José de Moura Beleza, Valdir de Aquino e Misael Queiroz de Saraiva, podemos destacar as seguintes lideranças como motivadores da formação do PUS: Raimundo Lopes Gondim, do Sindicato dos Têxteis; Carlos Jatahy, do Sindicato dos Gráficos; Pedro Barbosa, do Sindicato dos Metalúrgicos; Pádua Campos, do Sindicato dos Jornalistas; Pedro Paulo Macedo, do Sindicato dos Calçadistas, além de Dager Serra da União dos Servidores Públicos.

## 4.2 – O CORPORATIVISMO NA DIVISÃO DO MOVIMENTO DOCENTE

### 4.2.1 - A LDBEN nº 4.024 de 1961 e as associações dos trabalhadores da educação

O ensino primário e secundário, na década de 1960, foi agitado pelas promessas que a LDBEN/1961 e o PNE/1962, traziam sobre as regulamentações a respeito da formação de professores, principalmente para o ensino secundário, e da formação de orientadores e supervisores de ensino, os especialistas em educação. E pela primeira vez, os recursos federais seriam destinados para suplementar o financiamento do ensino primário e secundário, antes de responsabilidade exclusiva dos estados e municípios, a partir da LDB/1961, por meio do Fundo Nacional do Ensino Primário e do Fundo Nacional do Ensino Médio.

Com a promulgação da LDBEN de 1961, foram criadas as “associações de classes”, “que congreguem funcionários ou empregados”, “dos Estados, dos Municípios”, “sem nenhum caráter político, fundadas nos termos do Código Civil e enquadradas nos dispositivos constitucionais”, e facultadas por lei para “a representação coletiva ou individual de seus associados, perante as autoridades administrativas e a justiça ordinária”, segundo a Leiº 1.134, de 14 de junho de 1950. Essas associações terão “as prerrogativas de órgãos de colaboração com o Estado, no estudo e na solução dos problemas que se relacionem com a classe que representam”, e é permitido a elas, “mediante consignação em folha de pagamento de seus associados, o desconto de mensalidades sociais”, conforme prescrito na legislação acima mencionada.

Assim, além da Associação dos Professores de Educação Física (APEFCE), fundada em 1948 para representar os professores de educação física, em 1962 foram criadas a Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará (APEOC) para representar os professores secundaristas, a Associação dos Supervisores Educacionais do Ceará (ASSECE), a Associação dos Orientadores Educacionais do Ceará (ASOECE) e a APLEC criada por professores licenciados para o ensino secundário, que antes estavam associados como ex-estudantes da Universidade Federal do Ceará (UFC). Para representação dos docentes secundaristas, ainda temos a criação da Associação dos Professores Registrados do Ceará (APREC), ou seja, trabalhavam na rede sob regime de cátedra nos liceus, mas não tinham a formação docente prevista na LDB/1961. (Almeida, 2015).

~~Para a representação dos professores do ensino primário, havia a Centro de Estudos e Recreação do Magistério Primário do Ceará (CERMAPCE), fundado em 1956, com caráter assistencialista.~~

Encontramos também a existência da ASSEEC, ainda na ativa, representando os funcionários administrativos, da alimentação e da limpeza das redes estadual e municipais do Ceará. Em seu site institucional, informa que foi fundado no ano de 1985, porém, esta é a data de registro no cartório também da ASSECE, ASOECE e da APFCE. Não encontramos o motivo do registro do CNPJ de foram tardia, mas pela nomenclatura, se assemelha muito às associações de classe da educação, na qual os trabalhadores das redes de ensino estadual e municipais eram englobadas no termo “estabelecimentos oficiais do Ceará” fundadas em 1962.

O movimento sindical, reivindicatório, entre os trabalhadores da educação se iniciou com os professores, no Ceará e no Brasil, à medida que foram estruturando e ampliando as suas redes de ensino nos estados e municípios. No Ceará, o movimento sindical desponta com os professores do ensino secundário, entre os anos de 1967 e 1968, com a realização de assembleias, passeatas, comissões, e estratégias de divulgação do movimento.

#### **4.2.2 – A expansão do ensino secundário cearense na década de 1950 e 1960**

O surgimento do movimento reivindicatório dos professores da educação da rede pública de ensino no Ceará, se faz no processo de expansão do ensino secundário. No final dos anos 1950 à década de 1960, observamos as primeiras medidas em prol da expansão da rede pública de ensino secundário, cuja demanda aumentava dentro do crescente processo de urbanização e industrialização no Ceará e no Brasil. As classes médias emergentes veem no ensino superior, um meio de ascensão social pelo acesso que dava às profissões graduadas e bem remuneradas, sendo que o ensino secundário é a porta de entrada (ALMEIDA, 2015).

Para o desenvolvimento do Nordeste, em 1952 é fundado o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), efetivadas no chamado Segundo governo Vargas (1951-1954). Logo depois temos a criação da emblemática Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, como instrumentos de intervenção do Estado, no projeto de desenvolvimento econômico e combate às desigualdades sociais, de Juscelino Kubitschek (1956-1960).

Em 1955, têm 803 matrículas no ensino secundário, sendo 333 da rede federal, 3.116 da estadual, e 677 da rede de Fortaleza, e 11.677 eram da rede privada (73.9%) do total das matrículas. Em 1966, havia 55.540 matrículas, 545 da rede federal, 24.547 da estadual, 1.702 de Fortaleza, e 28.746 da rede privada (51.7%) (ALMEIDA, 2015).

Com a PLAMEG I, o plano de metas do primeiro governo Virgílio Távora<sup>26</sup> (1961-1966), se iniciam obras para a modernização do Ceará, com a ampliação do porto do Mucuripe, a transmissão da energia de Paulo Afonso, a criação do Distrito Industrial de Maracanaú, do BEC, da CODEC e da Companhia DOCAS do Ceará.

A ampliação da rede pública de ensino secundário, passando de 264 professores em 1957 para 1.241 em 1966, significou uma renovação da categoria em termos numéricos, mas também foi em termos qualitativos, como veremos acontecer com a expansão do ensino de 1º e 2º Graus na década de 1980, com a implantação da Lei 5.692/71. Almeida (2015, p. 191) demonstra em pesquisa o ingresso de um grupo mais jovem de professores, alguns ligados a movimentos de esquerda, a exemplo de Mércia de Vasconcelos Pinto, professora nos colégios estaduais, e ex-militante do PCdoB, que inclusive foi afastada de suas funções devido a esta ligação partidária. É também o caso das lideranças da oposição à diretoria da APEOC, como Rosa Fonseca, Gardênia Pereira Baima, José Irenildo da Silva e Maria Valdecir de Paula<sup>27</sup>, como exporemos nas seções a seguir.

#### **4.2.3 – A deterioração das condições do trabalho docente**

A expansão do ensino secundário é realizada por diferentes governos e políticas educacionais, entre as décadas de 1955 e 1966, e em onze anos, resulta na constituição de um corpo docente que se caracteriza na heterogeneidade de sua formação, do seu vínculo empregatício, e até na reorganização do seu trabalho. Isso ocorre nas redes federais, estaduais, municipais e privadas, e no que se refere ao vínculo empregatício, encontramos três tipos de regime de trabalho, os dos mestres catedráticos, estatutários, mensalistas, pela CLT, e suplementares, com vínculo temporário ou precário.

Na rede estadual, os docentes secundaristas apresentam diferenças no ingresso, na regulamentação de sua função, e no padrão de vencimentos. Quanto às diferenças relacionadas à formação docente, tem os licenciados, grau obtido nas faculdades de filosofia, ciências e letras; tem os bacharelados em diferentes cursos superiores; e tem os docentes sem formação em nível superior. As diretrizes nacionais para a forma de ingresso, formação docente, e plano de carreira docente, carecem de regulamentação na implantação das redes de ensino (ALMEIDA, 2015).

---

<sup>26</sup> Com o AI-2, Virgílio aderiu à ARENA, e seu vice Figueiredo Correia ao MDB.

<sup>27</sup> Os três últimos professores foram nossos entrevistados.

A primeira LDBEN, de 1961 determina como formação docente para o ensino secundário, os cursos superiores ministrados nas faculdades de filosofia, ciências e letras; e o concurso de provas e títulos como meio para o ingresso nos cargos efetivos do setor público. Esta regulamentação, que precisa ser regulamentada por todas as unidades federativas, faz parte das reivindicações das mobilizações docentes, pelo menos, desde a segunda metade da década de 1960, no Ceará.

A expansão do ensino secundário promovida a partir da LDBEN/1961, e do PLAMEG de Virgílio Távora, ainda foi feita principalmente a partir da criação de salas de aulas avulsas, subordinadas ao Colégio Estadual do Ceará (Liceu do Ceará) da capital, os chamados “Anexos do Liceu”. Os Anexos eram instalados em prédios do próprio governo estadual, ou cedidos pela Igreja, em muitos casos não apresentavam estrutura adequada para o funcionamento de uma escola.

Conforme analisado por Almeida (2015, p. 135), os professores suplementares, não usufruíam dos mesmos direitos dos catedráticos, e eram contratados à hora-aula, sem vínculo empregatício estatutário, nem nenhuma dos direitos da CLT. Seus postos eram tratados por função, e eram nomeados pelo diretor da escola, além de trabalharem em anexos dos liceus, em espaços muitas vezes improvisados, sem recursos necessários para um ambiente escolar adequado.

A implantação dos Anexos acarretou a progressiva queda na qualidade do ensino secundário dos colégios oficiais, a perda do status de “escolas de elite”, e os salários dos professores secundaristas foram sendo rebaixados. Antes da reforma de 1962, para entrar no Liceu e Justiniano de Serpa, era necessária uma prova de seleção muito rígida, via concurso público de provas e títulos, o salário se equiparava ao de um magistrado na década de 1940, com status social de elite. Tinham o Estatuto dos Servidores Estaduais e se organizavam na Congregação, composta por professores catedráticos e pelo diretor, este eleito pelo corpo docente por meio de uma lista tríplice (ALMEIDA, 2015)

Com a reforma de 1962, e a ampliação do ensino secundário por anexos, se iniciou o esquema de indicação de professores suplementares, por apadrinhamento político para o preenchimento das vagas, tal como era feita no ensino primário, e ainda não se exigia a licenciatura acadêmica como requisito. A contratação de professores suplementares já existia, desde a década de 1930, e a forma mais comum de recrutar os suplementares era através do “pistolão político”, e se torna a prática para a instalação dos anexos.

Os professores temporários, chamados de suplementares, não usufruíam dos mesmos privilégios dos catedráticos, e são contratados à hora-aula, sem vínculo empregatício, nem

direito a férias remuneradas, e também não tem o amparo da CLT, tal como os professores das redes privadas. Para efeito comparativo, no ano de 1946, enquanto um catedrático percebia um salário de 2.400 cruzeiros; os suplementares, sem as aulas excedentes (horas extras), recebem por hora/aula, a quantia de 15,00 cruzeiros, o que poderia render, no caso de 12 horas/aula semanal, um rendimento médio de 720,00 cruzeiros mensais, valor esse estipulado desde 1937 e que somente foi reajustado em 1948 (Almeida, 2015, p. 139).

A diversidade de entidades surgidas dentre os docentes secundários, estaria ligada à expansão do número de anexos escolares dos liceus, e à forte fragmentação contratual do professorado que marcou esse processo: além dos professores catedráticos, e os professores registrados. Assim, seguindo à lógica da organização corporativista, em 1962, a partir da Associação de Ex-Alunos da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, surge a APLEC para representar os docentes secundários licenciados, mas que continuavam a trabalhar em regime de trabalho temporário, tanto no ensino público quanto privado (ALMEIDA, 2015, p.115).

A ação da APLEC é voltada contra o exercício da docência por professores não licenciados, segundo diretriz da LDBEN/1961, gerando o embate entre licenciados e os antigos professores catedráticos, que possuíam apenas o registro. Assim, em 1966, é criada a APREC, que logo após conquistarem a regulamentação e regularização da situação funcional dos não licenciados, é dissolvida em 1967.

#### **4.2.4 – Os professores secundaristas e as primeiras mobilizações**

A regulamentação do plano de cargos e salário foi a principal luta dos professores, após a aprovação da LDBEN/1961, conforme o depoimento do primeiro presidente da APEOC, professor Osmírio Barreto (1962-1964). A APEOC ainda junto com a APLEC e o SINPRO, apesar das diferenças no interior da categoria do magistério secundarista cearense, reuniam-se para a celebração da “Semana do Professor” durante a década de 1960, com a organização da APEOC, APLEC e do SINPRO.

A primeira grande mobilização conjunta foi em janeiro de 1964, em função de um edital de concurso para carreira do professor secundarista, que feria os direitos de estabilidade dos professores extranumerários pagos pelo PNE, sendo a maior parcela do professorado. Apesar do SINPRO não representar os trabalhadores das redes públicas, era notória a ligação orgânica entre essas entidades neste período, ao observarmos que o vice-presidente da SINPRO ocupava a vice-presidência da APEOC, sendo que era comum os professores trabalharem em ambas as redes públicas e particulares.

Após a instituição de uma comissão eleita por assembleia, é redigido um memorial em que se reivindica um curso para a efetivação dos extranumerários invés do concurso, o que é acatado pelo governador, além de outras sugestões a respeito de cursos no CADES e sobre editais de concursos (ALMEIDA, 2015, p. 135)

#### **4.2.5 – As primeiras greves docentes no Ceará, 1967-1968**

As greves docentes do ensino secundário, emergem entre 1967 e 1968, num quadro de desvalorização salarial vertiginosa no decorrer da década de 1960, com congelamento de salários de 1964 a 1966, como aponta Almeida (2015). Com os recorrente atrasos do pagamento dos salários (chegando à 10 meses) dos professores contratados via PNE, estes lideram majoritariamente a primeira mobilização do movimento docente, no dia 22 de abril de 1967.

Devido ao imobilismo de suas entidades representativas, e sem a presença destas, um grupo de 400 professores contratados, realizam uma assembleia geral para debater o problema do atraso nos salários, e formam uma comissão para negociar as reivindicações, junto ao secretário de educação. Sem conseguirem estabelecer o diálogo junto ao governo, em agosto de 1967, eclodiu a primeira greve docente, porém esse movimento não é suficiente para resolver a demanda, e nova mobilização é organizada no ano seguinte.

Além dos atrasos salariais dos docentes contratados, havia uma desvalorização continua do poder de compra do salário dos docentes efetivos, uma vez que o último reajuste teria ocorrido antes do golpe militar. De acordo com Almeida (2015, p.197), em 29 de abril de 1968, APLEC e APEOC/SINPRO deflagram em conjunto, um movimento paredista reivindicando o reajuste salarial com equiparação dos salários dos professores do Colégio da Polícia Civil, os quais ainda nem prestavam concurso público para ingresso na carreira.

Os docentes efetivos, ao conseguirem o reajuste, logo abandonam os professores contratados, que permanecem mais 20 dias em greve, encerrada sem nenhuma conquista. Em 17 de setembro, com nove meses de atraso nos pagamentos, os docentes contratados retomam a greve, paralisando suas atividades por mais 17 dias.

A greve dos professores contratados é decretada, uma comissão formada, e instaurada uma assembleia permanente no auditório da ACI, até que o pagamento dos vencimentos em atraso fosse efetivado. Como forma de mobilização, os professores redigiram um manifesto direcionado à população, informando os motivos da greve. Adota-se também as visitas a todas as escolas, para informar os alunos sobre a greve e evitar a presença dos chamados “fura-



greves”. E em resposta ao pronunciamento do secretário de educação, na televisão, a Comissão redige um manifesto que é publicado em um jornal da região.

#### **4.2.6 – O movimento docente se divide**

A APLEC, APREC, APEOC e o SINPRO, não manifestam apoio ao movimento dos professores contratados, pois aderem ao discurso do Governo do Estado, de que o pagamento dos salários atrasados era da responsabilidade do PNE, em nível do governo federal. Sem solução para o problema do atraso dos salários, em 16 de maio, um grupo de professores contratados decide paralisar suas atividades e se encaminhar ao prédio da Secretaria da Educação do Ceará, acampando em frente. No dia 14 de agosto, com as atividades paralisadas no turno da noite, em assembleia é decretada a greve, sem a participação das diretorias das associações. Ao contrário, os jornais revelam o apoio das entidades SINPRO, APLEC, APEOC e APREC, ao secretário da educação, Lúcio Melo, devido à acusação de superfaturamento na compra de equipamentos para as escolas.

Apesar de toda a mobilização e greve em 1967, o movimento não teve êxito, e no ano seguinte, os professores secundaristas contratados fizeram mais assembleias, greves, passeatas, fazendo surgir novas lideranças na organização sindical do magistério, organizadas em torno da APLEC. No início de 1968, a APLEC começou a ser dirigida por um novo grupo de professores ligados ao MDB, alguns com experiência no movimento estudantil, no CLEC, e em setembro passou a apoiar o movimento dos professores contratados.

Nas reuniões semanais de sábado na APLEC, a participação não era só de professores, mas de alunos de cursos de licenciatura. Nessas reuniões, além da defesa dos interesses dos licenciados, discutiam-se o papel político da educação e do educador, na realidade socioeconômica e política do país (ALMEIDA, 2015, p. 195)

Havia também a participação do aparelho repressor nas mobilizações dos mestres secundaristas, e como sabemos, 1968 foi encerrado com a instituição do AI-5, instaurando um período recrudescido de maior repressão na ditadura militar. A entidade encerraria suas atividades por volta de 1973, pois seria considerada um “organismo de esquerda”.

Em paralelo ao movimento dos professores contratados, em janeiro de 1968, a convite do Governo do Estado, a APEOC, e com apoio do SINPRO, elaborou um estudo sobre a situação do salário dos efetivos, para justificar o aumento requerido pelos docentes. Constatando-se que determinadas categorias de servidores públicos que não necessitavam de curso superior, recebiam mais que os professores do ensino secundário e recebiam o segundo

pior salário da Região Nordeste, ficando atrás do Piauí, e com base nesse comparativo, reivindicou-se de 50% a 80% de aumento. Apresentados os resultados, a APEOC e o SINPRO tentam negociar com o governo do estado o aumento para a categoria de efetivos, que só viriam a ser efetivadas após a eclosão de um movimento paredista, comandadas pela APLEC, APEOC e o SINPRO seguindo a tradição de mobilizar em conjunto.

No dia 10 de abril de 1968, em assembleia no auditório do colégio Justiniano de Serpa, com a presença de aproximadamente 128 professores contratados, discutiu-se a criação de uma nova associação docente, a Associação dos Professores do Estado do Ceará, e chegou a ter um estatuto provisório. Por sua vez, no dia 29 de abril de 1968, os professores reunidos no Colégio Justiniano de Serpa, sob a liderança da APLEC, APEOC e SINPRO, ameaçaram instaurar uma greve geral, reivindicando a equiparação salarial com o dos professores do Colégio da Polícia Militar. E assim houve a paralisação das atividades dos docentes do quadro efetivo, junto com os efetivos, entre os dias 29 de abril e 03 de maio.

#### **4.2.7 – Dividir para governar**

O embate entre os mestres efetivos e contratados, é impulsionado pelo Governo do Estado, que concedeu somente aos efetivos, um aumento de 50%, mais adicional de 20% aos portadores de diploma expedido pelas faculdades de filosofia, ciências e letras. Com o acordo, os efetivos retornaram ao trabalho no dia 05 de maio, e a APEOC, APLEC e SINPRO, deixam os contratados sozinhos na greve, pois não haviam recebido o aumento e o adicional sob a alegação de serem responsabilidade do PNE.

Nos parece importante registrar que, no dia 07 de maio de 1968, os professores efetivos paralisam suas atividades para agradecer o aumento concedido pelo governador do estado, o que ocasiona um “mal-estar” na categoria docente. Uma audiência prevista entre o governador e os professores contratados não ocorre, e no dia 08 de maio, em média quatrocentos professores contratados, em assembleia geral, dão continuidade à greve por mais 20 dias.

No dia 23 de maio, os mestres efetivos e os estudantes secundaristas fazem a manifestação de apoio à paralisação dos contratados, mas a greve é encerrada no dia 29 de maio, mediante a *lei esvazia greve* que concede as aulas excedentes dos contratados, aos professores efetivos para “furar a greve”. Assim, no dia 28 de maio, os contratados aceitam o aumento na base de 4 cruzeiros por aula, e retornam às atividades, culpando os efetivos pela derrota do movimento.

Porém, as aulas excedentes também não são pagas aos efetivos, o que acaba por gerar o descontentamento dos mestres efetivos, e o malogro da *lei esvazia greve*. E no dia 17 de setembro um novo movimento grevista foi decretado, com duração de 17 dias. O movimento estudantil foi, ao longo de 1968, o principal protagonista das mobilizações ocorridas em Fortaleza, apoiando vários movimentos dos quais destaca-se o movimento dos professores no mês de setembro.

#### **4.2.8 – A repressão e o fim da greve docente**

No dia 19 de setembro, na terceira paralização da campanha salarial de 1968, estudantes e professores se uniram numa passeata de grande proporção pelas ruas da cidade de Fortaleza, e além do pagamento dos salários atrasados professores, outras bandeiras foram incorporadas, incluindo o repúdio à repressão policial no país, o “imperialismo ianque” e a “irresponsabilidade para com a educação”. Os órgãos de segurança que acompanhavam a greve dos professores, entraram em confronto direto com os estudantes e professores, e para dispersar, tiros foram dados acertando populares, e fechando todo o comércio. À noite, choques da Polícia Militar do Ceará, solicitados pelo Secretário de Educação, impedem os professores contratados de se reunirem em assembleia, para discutir a campanha de mobilizações em favor do pagamento de nove meses de salários atrasados. O movimento paredista docente, finalmente é encerrado sob forte repressão policial.

A APLEC, desde 1968 era dirigida por uma nova diretoria ligada ao MDB, por ter aderido a uma postura mais crítica diante do sistema educacional implantado, passou a ser considerada um órgão da esquerda, e foi perseguida pelo governo. E com o AI-5, a repressão chegou mais forte e instrumentalizada, com o objetivo de coibir qualquer movimento de resistência de iniciativa popular, principalmente dos trabalhadores.

O encerramento de suas atividades se deu de forma gradativa, por meio de boicotes para atingir o seu funcionamento, e inviabilizar o seu trabalho. Medidas como a solicitação da sala ocupada pela APLEC, desde os anos 1950 como uma associação de ex-alunos, na Faculdade de Filosofia do Ceará. E por volta de 1973, não se encontra mais nenhum registro da APLEC, segundo Almeida (2015, p. 2015).

#### **4.2.9 – A APEOC como a única entidade representativa docente oficial**

Em 1970, a APEOC, por meio de uma assembleia, sofreu uma alteração em seus estatutos, passando a representar os docentes de 1º e 2º graus do Ceará – como havia passado a ser denominada a educação básica a partir da aprovação da Lei 5.692/71. Segundo a legislação, fez parte no processo de estruturação da carreira do magistério junto ao governo estadual. Essa fase foi marcada por forte vínculo da direção com a esfera governamental e implementação de uma prática assistencialista e recreativa.

A APEOC passou a ser presidida por Francisco Brilhante, ex-assessor do vice-governador, que desenvolveu ao longo de 15 anos uma administração centralizadora, personalista e muito vinculada aos governadores em exercício.

De acordo com Almeida (2015, p.206) a APEOC, passou a ser o “braço do direito” do governo cearense no movimento docente. O processo de qualificação e licenciamento dos chamados professores leigos, foi levado avante por uma política da APEOC, enquanto entidade de utilidade pública, o que permitiu sua interiorização no estado do Ceará.

Segundo Paula (2010, p.68),

(...) em 07 de abril de 1972, por força da lei 3.992/72, foi reconhecida como entidade de utilidade pública do Município de Fortaleza; em 08 de dezembro do mesmo ano pela lei estadual nº 9.673/72 também é declarada entidade de utilidade pública, no plano estadual.

### **4.3 – AS GREVES E A DIVISÃO DO MOVIMENTO NO CEARÁ (1983-1991)**

#### **4.3.1 – A rearticulação do movimento docente**

Na segunda metade da década de 1970, os encontros nacionais da Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência (SBPC), celebrados em 1977 e 1978, serviram para o início da organização de um setor crítico à direção da APEOC, que originou a Articulação Estadual do Magistério. Esse agrupamento crítico construiu duas organizações: inicialmente o Movimento de Unificação dos Profissionais da Educação (MUPE), em 1978, e, posteriormente, a Associação dos Profissionais da Educação do Ceará (ASPEC) em junho de 1979.

Apesar do surgimento destas entidades, não houve um processo de mobilização e greves docentes como o ocorrido em outros estados. A APEOC inclusive ampliou o número de associados e a representação nas escolas, uma vez que, segundo Almeida (2015, p.234),

houve uma aproximação ainda maior entre a direção da APEOC, representada pelo “professor” Brillhante e o governo do estado, comandado pelo chefe político Virgílio Távora (1979-1982).

A ASPEC refletia em nível cearense o embate dos setores docentes ligados ao novo sindicalismo em nível nacional, cuja estratégia era construir um novo organismo representativo e democrático em oposição à Confederação de Professores do Brasil (CPB). A ASPEC integrou-se aos esforços de criação da União Nacional dos Trabalhadores da Educação (UNATE).

A ASPEC também se diferenciava da APEOC no que concerne aos segmentos representados. Enquanto esta era uma associação dos professores de 1º e 2º Graus das redes públicas do Estado, aquela se propunha a representar também todos os trabalhadores da educação dos três níveis (municipal, estadual e federal) das redes públicas e privadas. Com a dissolução da UNATE em 1983, e a decisão de disputar a direção da CPB em seu interior, a ASPEC seguiu a mesma linha, se extinguiu, e parte de sua diretoria, ligada ao MR-8 e PCdoB, incorpora-se na APEOC.

Outra parte da diretoria da ASPEC, ligada à fundação do PT no Ceará, se integra no movimento de oposição, movimento que emerge e se constitui durante as greves entre 1983. Este movimento paredista é renovado, por professores recém ingressos nas seleções e concursos públicos, realizadas em 1981, 1982, 1983 e 1984, como o foram Gardênia Pereira Baima, José Irenildo da Silva, Maria Valdecir de Paula e Rosa da Fonseca.

#### **4.3.2 – A Oposição à diretoria da APEOC**

Com o agravamento do quadro econômico nacional, em virtude da crise da dívida externa e conseqüente descalabro do custo de vida, em 1983 ocorreu a primeira greve docente no Ceará. Neste momento a categoria docente cearense, que havia realizado sua última greve na década de 1960, retoma essa de luta, historicamente associada à classe operária. Esse momento marca um salto de qualidade entre o período associativista e o sindicalista, tendo como saldo organizativo a formação da Oposição Sindical no interior da APEOC.

A Oposição Sindical destacou-se como dirigente deste movimento, mas em 1984 ocorre a divisão na oposição, sendo que os setores ligados ao MR-8, PCB e PC do B, correntes da Unidade Sindical, se aproximaram da direção da APEOC. A localização destes setores que até então seguiam na oposição, expressa em nível local o reordenamento do quadro sindical nacional, com a fundação da CUT em 1983 e o rompimento com as antigas

lideranças sindicais (PAULA, 2010, p.73). O movimento de integração da ASPEC na APEOC para disputar sua direção, corresponde também à estratégia dos setores do sindicalismo docente cutistas de disputarem por dentro a direção da CPB.

Em 1985 eclodiu uma nova greve e os dirigentes docentes da Unidade Sindical, acabaram sendo incorporados à diretoria da APEOC. Os setores ligados ao PT mantiveram-se na oposição. Além da divisão no seio do sindicalismo, esse realinhamento acompanhava as estratégias nacionais de aceitação ou oposição à transição democrática via o colégio eleitoral.

Em 1986 essa divisão cristalizou-se na composição de chapas à direção da APEOC: a chapa 1 (Educação e Mudança) foi composta por membros da antiga direção ligada ao professor Brillhante – que então não estava mais na direção da entidade por motivos de saúde – e dirigentes que militavam no MR-8 e PC do B; a chapa 2 (Construindo uma APEOC democrática e combativa) era integrada por correntes petistas e cutistas; e a chapa 3, encabeçada pelo professor Newton e que pronunciava-se independente e apartidária. A chapa 1 foi vitoriosa, segundo Paula (2010, p.75), em um processo repleto de irregularidades.

Em 1987 o grupo liderado pela professora Rosa Fonseca, de oposição à direção da APEOC, juntamente com a Associação dos Orientadores Educacionais do Ceará (ASSOECE), a Associação dos Supervisores do Estado do Ceará (ASSECE) e a Associação dos Professores de Educação Física do Ceará (APEFCE) criaram o Movimento de Unificação e Defesa da Educação da Rede Oficial (MUDE). Em 1988, estes setores opositores fundaram o Comando Geral dos Educadores da Rede Oficial.

É importante ressaltar que os supervisores, orientadores pedagógicos haviam participado das greves de 1983 e 1985, com os docentes. A colaboração das entidades destas categorias profissionais, bem como a dos professores de Educação Física, antecede e projeta a futura organização do SINDIUTE no início da década de 1990.

Logo após a aprovação da nova Carta Constituinte, em 1988, com a conquista do direito à sindicalização pelo funcionalismo público, a APEOC fez a solicitação da carta sindical, passando a denominar-se APEOC Sindicato<sup>28</sup>. As eleições para esta “nova” entidade ocorreram em 1989, novamente com a vitória da chapa situacionista. A chapa de oposição foi composta por docentes que integravam o Comando Geral dos Trabalhadores em Educação que além do MUDE agora também contava com o Conselho de Representantes dos Professores (CRP) do município de Fortaleza.

---

<sup>28</sup> Sindicato dos Servidores Públicos lotados nas Secretarias de Educação e Cultura do Estado do Ceará e das Secretarias de Educação e Cultura dos Municípios do Ceará.

Esse arco de entidades de vários setores respondia à necessidade de unificação das lutas pela valorização da educação, e cuja a maior expressão, é a criação da CNTE em 1990. Para a pesquisadora Maria Valdeci Abreu de Paula (2010, p.90), a criação da CNTE trazia um duplo significado:

O primeiro partia do princípio de que as condições de trabalho e salário dos professores, especialistas e funcionários assemelhavam-se às vividas pelos demais trabalhadores e que, portanto, havia a necessidade da unidade e identidade na luta pelas reivindicações. O segundo apontava para a necessidade acabar com o fracionamento dos diversos segmentos que trabalham na escola (professores, supervisores, orientadores e funcionários) e que se organizavam em entidades separadas. A proposta unificava todos no sentido de, por sua decisão democrática, organizar-se em um só sindicato com maior força e poder de pressão.

No segundo semestre de 1989 ocorre a greve docente pelo cumprimento da lei do piso docente, contra o governador Tasso Jereissati e o prefeito de Fortaleza Ciro Gomes, ambos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

A greve ampliou o distanciamento entre a direção da APEOC e o Comando Geral de Greve. Nesse período, o professor Flávio Arruda Filho, importante liderança da categoria e militante do MR-8, oriundo da Oposição Sindical no início da década da década de 1980, e presidente da APEOC desde 1986, integrava o governo de Jereissati. No quadro nacional, Fernando Collor de Mello fora eleito presidente no final de 1989 e deflagrou uma forte campanha contra a CUT, estimulando com verbas do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), a estruturação de uma nova central sindical, a Força Sindical.

#### **4.3.3 – A criação do SINDIUTE-CE**

No ano seguinte, diante da avaliação da impossibilidade de disputar a direção da APEOC, em virtude dos entraves burocráticos e à falta de transparência nos processos eleitorais, foi dado início à formação de uma nova entidade, o Sindicato Unificado dos Trabalhadores em Educação do Ceará (SINTECE) em 1990, que foi aprovado no I Congresso de Unificação dos Trabalhadores do Ceará. De acordo com Paula (2010, p.91), o envolvimento da ASSECE, ASSOECE, APEFCE foi fundamental para esse processo de unificação, uma vez que estas entidades acompanhavam o movimento de suas entidades nacionais, que haviam se integrado ao CNTE: a Federação Nacional dos Supervisores de Ensino (FENASE) e a Federação Nacional de Orientadores Educacionais (FENOE).

A lógica que presidiu o processo de unificações de entidades em nível nacional e em diversos estados, está associada à luta pela criação de um sistema nacional de ensino, que disporia de melhores condições de financiamento para a Educação.

Porém, o rompimento do presidente da APEOC, Fausto Arruda Filho, com Ciro Gomes, em 1991, já então, governador do Ceará, abriu uma crise na direção da entidade ocasionando a aproximação deste setor ao SINTECE e levando à criação do SINDIUTE em 15 de dezembro deste mesmo ano, no III Congresso de Unificação dos Trabalhadores em Educação do Ceará.

Apesar disso, o auxílio do governo estadual à facção pró-Ciro da APEOC, liderada pelo professor Jaime Alencar, resultou em um processo de unificação inacabado, impedindo que esta entidade se unificasse efetivamente com o SINTECE para fundar o SINDIUTE.

#### 4.4 - A FUNDAÇÃO DO SINDIUTE-CE E A MEMÓRIA DA LUTA DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (Thompson, 2011, p. 10)

Nesta subseção abordaremos a história da fundação do SINDIUTE-CE, por meio do registro da memória de três professores aposentados, que foram diretores desta entidade, e que como integrantes do grupo de oposição à diretoria da APEOC, organizaram e participaram das mobilizações e greves massivas dos trabalhadores das redes públicas de ensino de 1º e 2º Graus, ocorridas entre 1983 a 1990.

Nesta análise sobre a história da fundação do SINDIUTE-CE, compreendemos por classe, os trabalhadores da educação que se constituíram no processo de mobilizações e luta na década de 1980, e fundam um sindicato único como ferramenta organizativa. Para Edward Thompson, classe é resultante de um processo histórico e social “que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência”. (Edward Thompson, 2011, p. 9).

Assim, as entrevistas semiestruturadas, amparadas e trianguladas com o levantamento de fontes documentais e bibliográficas, foram realizadas no intuito de contextualizar a história do período demarcado, entre os anos de 1983 e 1991; colher experiências sobre as formas de organização do trabalho escolar e sindical, dos trabalhadores da educação do 1o. e 2o. Graus; e as concepções e as bandeiras políticas e econômicas, que moveram para o movimento de unificação. Se em grande medida a experiência de classe é determinada pelas relações de



produção em que os homens nasceram, ou entraram involuntariamente, “a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”, considera E. Thompson (2011, p. 10).

Considerando que a relação histórica “precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais” (E. Thompson, 2011, p.10), consideramos que o registro da memória de três docentes, nos trazem a visão dos que trabalharam nas escolas públicas de 1o e 2o Graus, e organizaram o movimento sindical, na década de 1980, frente às políticas educacionais implementadas no Ceará. Neste sentido, as interpretações retrospectivas dos entrevistados nos permitiram orientar e limitar a nossa pesquisa acerca da fundação do SINDIUTE-CE, e trouxeram novos elementos para a análise, como expomos no desenvolver deste estudo.

Sobre a fonte oral, Paul Thompson (1992, p. 195) nos demonstra que o valor do passado lembrado pode proporcionar “informação significativa, e por vezes, única sobre o passado”, e “pode também transmitir a consciência individual e coletiva que é parte integrante desse mesmo passado”. Partindo do pressuposto de que toda fonte histórica está impregnada de subjetividade desde o início, a presença viva das vozes subjetivas do passado também pode nos limitar em nossas interpretações, nos permitindo e nos obrigando à “testá-las em confronto com a opinião daqueles que sempre, de maneira fundamental, saberão mais do que nós”.

A construção e a fundação do SINDIUTE-CE se inserem num processo histórico que se convencionou chamar de transição democrática brasileira, a reabertura política institucional iniciada em 1974 no governo Geisel (1974-1979), e prolongada no governo Figueiredo (1979-1985). Com a “distensão lenta, gradual e segura” do regime militar, iniciada em 1974 com as eleições diretas para o legislativo, em janeiro de 1985 a realização das eleições indiretas para à presidência da presidentes da República, apesar das massivas mobilizações pró eleições diretas, e em 1988, Constituição com a promulgação da Constituição em 1988.

As vozes desses três docentes, nos apresenta a visão de um setor dos que trabalha nas escolas públicas de 1º e 2º Graus, e daqueles que organizaram o movimento sindical como forma de resistência à superexploração do trabalho na década de 1980. Neste sentido, as interpretações retrospectivas dos entrevistados nos permitiram dimensionar a importância do SINDIUTE-CE na história da educação brasileira contemporânea.

#### 4.4.1 - Os professores da década de 1980

A partir das entrevistas realizadas com Gârdenia Pereira Baima, José Irenildo da Silva e Maria Valdecir de Paula, como uma amostra dos três perfis socioculturais dos professores da década de 1980. Nossos entrevistados, além de diretores sindicais, trabalharam nas escolas públicas do Ceará, mais especificamente, em Fortaleza, pelo menos, durante toda a década de 1980, até a fundação do SINDIUTE-CE, em 1991.

Gardênia Pereira Baima, nascida em 1962, professora aposentada da rede municipal de Fortaleza, é diretora do SINDIUTE-CE desde a fundação, e diz que

(...) inclusive uma das minhas filhas, a mais nova, nasceu no dia em que a gente organizou o congresso de fundação do SINDIUTE, tem a mesma idade do SINDIUTE. Não sei se foi bom ou se foi ruim, eu não fiquei toda a minha licença gestante em casa, mas ela é super saudável, todas as duas, felizmente (2021, p.128)

Gardênia cursou letras, língua portuguesa, literatura, Universidade Federal do Ceará (UFC), e foi do Diretório Central dos Estudantes, e do centro acadêmico Patativa do Assaré, “Fortaleza sempre foi uma cidade de vanguarda, nós tínhamos um movimento estudantil muito ativo” (2021, p.128)

Eu tenho essa trajetória no movimento estudantil e depois no movimento sindical, participando também de outras atividades, de movimentos sociais, como por exemplo, a conciliação partidária do PT, da fundação do PT, e da Central Única dos Trabalhadores, também aqui no estado do Ceará.

Ingressou na UFC, com boa nota na redação, e sempre teve muita facilidade com oratória, e reflete, “quem lê tem essa facilidade maior com a oratória”. A habilidade de falar articuladamente a fez se identificar com o Magistério, “porquê a sala de aula é esse palco do dia a dia, com o ensino da língua, eu realmente não quis estudar outra coisa, preferindo no que pese as consequências de ser um professor da rede municipal de Fortaleza, salarialmente falando e tal” (2021, p.129).

Participou da criação da rádio universitária,

Os colegas que estavam comigo na época, ainda estão lá na Rádio Universitária, eu saí, procurei outro caminho e acabei na sala de aula, mas não me arrependo, de vez em quando eu vou lá na rádio, eu vou conversar com os colegas sobre o sindicato, concedendo entrevistas e tal, mas eu sempre soube que meu caminho era esse, e eu sou feliz por ter criado 39 anos e meio, de professora aqui na rede municipal de ensino e agora aposentada (2021, p. )

Gosta muito de ler, e esperava ler bastante quando aposentada, mas resolveu continuar na direção sindical do SINDIUTE-CE, “contribuindo ainda com algumas experiências e tal, e sobra pouco tempo para ler, infelizmente”. Está organizando um curso de formação, “ajudando a organizar essas experiências no nosso sindicato”.

Já no terceiro semestre da Universidade, foi trabalhar da rede municipal de Fortaleza, em 1983,

No dia que eu cheguei na prefeitura, quando me apresentei na escola, com o meu memorando, já era uma greve, neste mesmo dia sendo articulado por professores, que depois conseguiram inclusive a direção do SINDIUTE como ele é hoje. Me integrei no movimento, e já fui também para outras instâncias (da CUT e CNTE) (2021, p.141)

Baima ainda considera que, quando entrou, “éramos considerados professores do município de Fortaleza”, “não éramos na época ainda trabalhadores em educação”, “fazemos disso um conceito hoje, de categoria, hoje nós somos trabalhadores em educação, na época nós éramos professores do município de Fortaleza,

(...) faz uma diferença, parece que é nomenclatura, mas não é, faz uma diferença do ponto de vista social, da organização dos trabalhadores, os dois termos, o que é ser professor e o que é trabalhador em educação (2021, p.150).

Sempre estudou em escolas privada, em escolas de freira, Gardênia considera que nunca teve acesso a nenhum debate, “do ponto de vista das relações sociais, das teses que estavam postas para a sociedade debater”, até chegar a universidade. O marxismo, por exemplo, era muito debatido nas aulas de filosofia, “o professor, inclusive era padre”, “um professor bastante inovador, progressista”, “então eu realmente tive acesso a essa leitura de mundo. Recentemente, e emocionada, se encontrou com o professor Manfredo, num curso de formação com Leonardo Boff.

Conheceu “várias correntes que vinham da clandestinidade, que se organizavam agora de forma mais abertas”, como um grupo que se reivindicava da política do Prestes, a corrente trotskista universitária Liberdade e Luta (libelu), que “hoje tem uma intervenção com alguns diretores no meu sindicato, mas já na versão sindical, que é a corrente Trabalho, uma corrente que interna do Partido dos Trabalhadores” (2021, p.133-134).

Antes da universidade, o que percebia da política, era a movimentação da cidade natal da sua mãe, interiorana, era preciso ensinar a escrever, “porque é preciso que as pessoas que moram no sítio votem”, entendia “isso como uma coisa assim bastante progressista”, achava interessante que seu tio, por exemplo, montar uma escola no sítio da família.

Então depois eu passei a ter uma leitura, ter uma visão das coisas, ter mais acesso à leitura, e às formas de organização, e a história, mesmo da política nacional e internacional, pude fazer esse debate também, com outros segmentos que não só de professores.

Gardênia relata que vem de uma família tradicional do Piauí, que sempre esteve na política, seu tio deputado federal do MDB, foi cassado na ditadura, voltou pela Anistia, depois “passou a vida inteira como deputado federal, assim, ao longo da vida”. “Seu filho se elegeu deputado estadual” e hoje é o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, há pelo menos 10 mandatos seguidos; e “seu neto é deputado estadual também”.

Na época nós tínhamos o Mobral, ele montava assim a escola, e eu quando ia de férias, quando estava de férias, e eu ia para lá, eu achava interessante aqueles alunos mais velhos, as pessoas que trabalhavam o dia todo no sítio, à noite pegando lápis, aprendendo a escrever o nome, porque eles votavam né (2021, p.131)

Atualmente, os primos exercem mandato político, e a esposa do primo presidente da Assembleia Legislativa, foi recém eleita prefeita da cidade natal da mãe, ganhou “a eleição do Partido dos Trabalhadores, que perdeu a eleição lá”, nos conta Gardênia. “Teve uma época que a gente preferia, quando estávamos em família, não conversar sobre política”, “mas hoje, se eu lá estivesse, teria feito a campanha pro PT”, “ninguém entende muito, prefere o PT do que a família?

É o primo, é a prima, mas realmente, eu fiz a bem essa diferença, e estou tranquila com todo mundo, mas realmente mantenho a minha filiação partidária, ainda sou filiada ao PT, participei de várias gestões da CUT aqui no estado, e apesar de aposentada, ou também por ser aposentada, ainda estou na luta, ainda estou colaborando muito com este sindicato (2021, p132)

José Irenildo da Silva, professor de educação física aposentado, foi diretor do SINTECE, fundado em 1991, e diretor do SINDIUTE-CE desde a fundação, em 1991, ao início da década de 2010.

Silva é filho de imigrantes camponeses no município de Madalena, Ceará, tinha oito irmãos, e conta que seus estudos na escola primária e secundária ocorreram de forma muito irregular, em supletivos, estudou sempre em cursos noturnos. O curso de Educação Física na Faculdade Castelo Branco no Rio de Janeiro, fez com muita dificuldade, pois trabalhava na Marinha e embarcava frequentemente.

Sobre seu trabalho na Marinha, diz, “eu tenho uma herança militar, era uma péssima referência, que vem da ditadura, mas eu sempre fui meio escamoteado, meio do contra”,

entrei no “período mais duro foi exatamente quando eu entrei, foi 72 (1972)”. Éu já entrei depois, eu peguei um pouco da repressão, mas eu nunca fui, eu era cotado para essas funções, mas eu queria saber mais de estudar, então eles perceberam que não era comigo, então deixaram eu seguir meu caminho, que era estudar”.

Nunca procurei fazer concurso de, para sargento, para tenente, para nada. Muitos colegas meus foram para sargento para tenente, mas o meu negócio era sair fora, seguir minha carreira de professor, e assim eu fiz. Eu tinha uma visão crítica da ditadura... a perseguição (...)

(...) Eu lembro da minha formação na escola de aprendiz em 72, era uma coisa meio camuflada, mas você percebia, porque você percebia os cartazes de procura-se, eles fixavam na frente da sala de aula. Pegavam as pessoas, como é que chama, os barriguinhos, resistentes da ditadura. Eu estudava na marinha (2021, p177).

Quando termina os estudos, sai da Marinha em 1979, volta para Madalena, trabalha em três escolas particulares, e consegue entrar na rede estadual e municipal de Fortaleza em 1982, por indicação de padrinho político por intermédio da família, “logo entrei porque tinha carência de pessoal, aí eu consegui entrar na prefeitura e fiquei até me aposentar”. Trabalhou nas duas redes com contrato temporário de trabalho, e em 1990, 1991, é efetivado por força da Constituição de 1988, nas duas redes públicas, “e aí passei a fazer a militância na área sindical com os companheiros, a Rosa Fonseca era minha referência”.

Maria Valdecir Abreu de Paula (2021, p.156) é professora de filosofia na rede estadual de Fortaleza, e foi diretora do SINTECE (1990-1991), o que após, retorna para ao seu trabalho escolar. Iniciou sua profissão no ensino na educação infantil, no Colégio de Cristo, após se formar no Pedagógico, do ensino médio. Em 1984, no mesmo ano que entrou na faculdade de filosofia, ingressou para a rede estadual por meio do concurso público, trabalhou no ensino primário, e depois da LDB de 1991, no ensino fundamental, e desde 2003 no ensino médio, como professora de filosofia.

Val, como é conhecida no movimento sindical, conta que ao sair do Colégio de Cristo, umas das melhores da cidade, foi trabalhar, “no bairro chamado Pirambu, um dos maiores bolsões de pobreza”, até os dias atuais. Foi “uma mudança bem drástica, e tanto a estrutura da escola, como também da condição dos alunos, e das condições de trabalho, bem diferente”, mas na essência, é a mesma”, reflete, porém, em termos salariais, a rede pública paga mais, com uma “diferença boa”.

Quando eu entrei, era uma situação bem adversa, nós vivíamos aqui, um governo em que acontecia reincidentes atrasos salariais, pelo menos na época (2021, p.154).

As condições de trabalho também eram melhores, para Val, por ter uma liberdade maior para dialogar, discutir. A escola particular, de cunho religioso, muito conservadora, “era extremamente restritiva, principalmente na liberdade do profissional, as coisas já estão pré-moldadas para o professor”, “pelo menos da minha época” “os trabalhadores tinham muitas dificuldades” relata Val. Lembra que muito animada e empolgada, ao passar em primeiro numa seleção com 300 professores, recém saída do curso pedagógico, com “aquela forma romântica em pensar a educação sentiu insatisfação com a estrutura, com as exigências formais e burocratizada.”.

Val se identificou mais com a escola pública, com os colegas, os alunos, sempre teve uma relação bem próxima, ao falar sobre o trabalho do Colégio de Cristo, pensa que dar “aula para uma elite, é uma mudança, são concepções, formas de viver, e perceber o mundo, diferenciada”. Atualmente ensina filosofia na Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Centro de Educação de Jovens e Adultos, “são 32 no Ceará” “um trabalho individualizado” “bem interessante”, para jovens de 18 anos, que não concluíram o Ensino Fundamental e Médio na idade regular, segundo normas do Ministério da Educação.

Desde 1984, ao ingressar na faculdade e na rede estadual, participa do movimento estudantil e sindical, e em 2010, no programa de pós graduação da UFC, desenvolveu a dissertação *Crise, resistência e luta dos trabalhadores da educação: libertar o sindicato ou libertar-se do sindicato? (O caso do SINDIUTE)*.

É um problema bem complexo, bem dinâmico, cheias de pessoas, mais ou menos, sentei para escrever e registrar esse período importante da minha vida, e logicamente, justamente, a história de resistência e de luta dos trabalhadores em educação no Ceará, e continua sendo intensa no Ceará, e no Brasil (2021, p.153)

Val, vem de uma família camponesa do sertão do Ceará, Canindé, “considerada uma das cidades mais quentes do Brasil”. Migra para Fortaleza aos sete anos, com muita dificuldade, e em dois anos seus pais falecem. “Éramos nove irmãos, que por sorte, conseguiram ficar juntos, a partir de uma pessoa que nos acolheu”, recorda.

Então é uma história bem difícil, na infância e adolescência, mas cedo assim, eu fui tocada pelo estudo, pela leitura, e conseguimos assim, a duras penas, com muito sacrifício, me formar e entrar no mercado de trabalho. E por isso, desde cedo, essa minha história de vida difícil me levou para o campo da militância, desde cedo já entrei na militância sindical, e tinha também a militância partidária. Também e apesar de eu não estar mais no sindicato da linha de frente, na direção, mas a gente continua na participação intensa do movimento, não para (2021, p.153)

Apaixonada pela profissão, Val afirma que “se tivesse que retornar, voltaria novamente a ser professor”, uma coisa que sempre diz para os alunos, colegas, família, “porque nós sabemos sim, que quando se abraça a profissão, a gente carrega também o estigma, na questão da não promoção salarial, social. A gente tem que ter muita força de vontade, persistência para continuar” (2021, p.154).

Eu acho que a luta sindical, o engajamento político, me deu muita força para permanecer na profissão, e entender como necessário, tanto a mudança política, como a pedagógica.

Ao aliar a “ação pedagógica à ação política”, Val acredita que os professores teriam outra história para contar”, mas considera que “essa conjugação nem sempre acontece, dada a dificuldade da categoria em si, para ter uma formação inicial e continuada, de boas condições salariais para se apropriar de uma boa literatura, de uma boa vivência cultural”. São condições que “dificulta a própria categoria, para que ela consiga compreender a complexidade da sua própria profissão, e lutar por ela”, considera.

#### **4.4.2 – A hegemonia da pedagogia tecnicista na década de 1980**

Na década de 1980, as escolas de educação básica são organizadas a partir das reformas educacionais implementadas pelas leis 5.540 de 1968, da reforma universitária, e 5.692 de 1971, do ensino de 1o e 2o Graus. Saviani (2019, pp. 7803 de 8618) considera que na década de 1970, da reforma do ensino de 1o e 2o Graus, os esforços para “dotar o Estado de instrumentos capazes de instituir um sistema de ensino público amplo e democrático” do movimento renovador, se metamorfoseiam nas idéias tecnicista.

Autores como Jean Piaget (1896-1980), John Dewey (1859-1952), Maria Montessori (1870-1952), Henry Wallon (1879-1962), relevantes na construção do movimento de renovação nos anos de 1930 e 1940, voltam à baila na década de 1980, com o construtivismo. Sobre os cursos de formação oferecidos pela secretaria de educação de Fortaleza, Gardênia relata:

Eu lembro que somente numa determinada época, nós tivemos aqui a discussão sobre o construtivismo. Você lembra quando foi aí realmente a gente tem um grande debate sobre o trabalho, mas a gente não tem assim nenhum outro momento que a gente tivesse discutido de fato, assim uma linha pedagógica para rede, isso faz muita falta, até hoje eu acho que isso faz muita falta (2021, p. 177).

Irenildo (2021,p. ) também se recorda do construtivismo e de Piaget, nos cursos oferecidos pelo estado e município, e quando perguntado sobre as condições do trabalho docente, se recorda também das salas de aulas no com 40, 50, e às vezes 60 estudantes. Sobre as condições do trabalho docente, diz,

As redes estadual e municipal sempre foram muito parecidas, realidades muito próximas, é muita dificuldade, não tinha material didático, o livro didático veio surgir no final da década de 90 (1990). Na escola era o cuspe e o giz, quando tinha giz; era da base do sacrifício mesmo (...) A infraestrutura de prédios e material didático, chegou na década de 90 (1990) para 2000, no século 21, né (2021, p.178).

Após sair da Marinha e retornar a Fortaleza, Irenildo, como professor de educação física, em 1981 começa a trabalhar em três escolas da rede privada, e em 1982 entra para as redes estadual e municipal, por meio de uma indicação de familiares, em regime de contrato temporário de trabalho. “Quando eu entrei aqui não tinha concurso, era por apadrinhamento”, por indicação dos “cabos eleitorais da época”, costume herdado da Primeira República (1889-1930), e como trabalhador temporário permaneceu até 1990 e 1991, quando se efetivou no cargo de professor, “logo após a Constituição, os estados e as prefeituras regulamentaram a situação”, nos lembrou ainda o entrevistado.

Os professores com formação superior, oriundos da classe média, se proletarizam na expansão do ensino de 1o e 2o Graus na década de 1970, quadro que já se observa na expansão do ensino secundário na década de 1960 nos liceus. A contratação de professores, muitas vezes sem a formação acadêmica necessária, a título temporário e precário, sem direitos dos seus pares catedráticos, efetivos ou concursados, foi uma solução para o barateamento da mão-de-obra docente na expansão da reforma do 1º e 2º Graus, em 1971, do governo Gonzaga Mota (1983-1987).

Ainda hoje, a contratação via concurso público ainda é distante para grande parcela dos professores, com vínculo empregatício precário e sem acesso às carreiras do magistério, apesar das diretrizes da LDBEN de 1961 e 1996, e não somente no Ceará. A rede estadual de São Paulo, por exemplo, ainda opera, em grande parte, por apadrinhamento da direção escolar ou outras vias possíveis de indicação.

Conforme nos foi expresso pela professora Gardenia (2011, p.146), atualmente na rede municipal de Fortaleza, num universo de 16 mil, cerca de 3.200 professores tem o vínculo precário, como temporários:



[...] são contratos individuais entre as partes, cláusula assim draconianas, o professor se faltar um dia, tem esse dia descontado, ele não tem nada que o estatuto do magistério prevê em direitos. Na verdade ele é o professor, a gente chama assim, muita gente diz que é o boia-fria, porque tá(está) dia após dia, realmente quando sai, não tem nenhum direito. Eram celetistas, hoje não são mais, hoje é o contrato entre as partes, e tem toda uma dificuldade no processo de lotação, tem muita rotatividade, tem uma seleção pública que é bastante...não é fácil fazer uma seleção pública, mas não tem caráter de concurso, porque não é vaga efetiva. Nós conquistamos o direito de representar eles, hoje podem ser filiados ao sindicato, nós temos muitos professores substitutos filiados aqui no nosso sindicato.

A contratação de professores temporários, tanto no passado, quanto no presente, se faz de forma política, conforme no relatou a professora Gardênia:

Aqui sempre tem alguns momentos específicos da contratação de professores, porque sempre que a gente fazia a greve, havia ameaça: se vocês não voltarem, nós vamos contratar professores substitutos para o período em que vocês estão de greve. Para abortar qualquer possibilidade de paralisação, e também combinando com isso, uma política institucionalizada mesmo, tanto é que hoje nós temos por exemplo, 3.200 professores de Fortaleza terceirizados, e a ameaça permanece.

Gardenia ingressou para a rede municipal em 1982, sob o regime da CLT, com regime de aposentadoria no instituto de a previdência de Fortaleza. Se efetivou no cargo de professora após 1988, e nos contou também que

[...] hoje toda a rede (de Fortaleza) é concursada, a não ser por professores substitutos que não são concursados, eles fazem seleção pública ou participam por vezes de seleção simplificada por currículo, mas são pessoas que ficam na rede de forma temporária (2021, p.134).

O professor, crescentemente desvalorizado e cada vez mais proletarizado, com a cabeça escolanovista por meio da formação em cursos de educação “progressistas”, se depara com as precárias condições de trabalho da escola tradicional. E esse drama docente ainda se desdobra pelas exigências da pedagogia oficial tecnicista, que o desloca do eixo educativo, tal como uma “máquina de ensinar” que deve se enquadrar ao ritmo do processo pedagógico, ditado por regras pré-estabelecidas.

Mais do que isso, em sua essência, o “adestramento, profissionalização artesanal – não importa em que bases técnicas opera o processo de produção – passa a ser sinônimo de possibilidade de vencer na vida, de higienizar a sociedade do crime, etc.” (Saviani, 2019, pp. 7841 de 8618 )

Sobre o trabalho docente desenvolvido no cotidiano de suas atividades escolares neste período, a professora Gardênia nos lembrou que as

[...] escolas aqui têm uns supervisores escolares, mas assim nós não tínhamos (formação pedagógica), pelo menos quando eu entrei na prefeitura, aqui tinha muito mais uma fiscalização do trabalho, das estatísticas, de quantos a gente aprovou, do que realmente um trabalho pedagógico, nós não tínhamos formação pedagógica, então a gente vinha com a experiência da Universidade (2021, p. 5).

Era um currículo (escolar) padrão, era impossível. Na época era impresso em forma de livreto, e chega aí nas nossas mãos. A gente fazia o plano de aula, e todo fim de mês a gente entregava o plano de aula, o supervisor escolar ajustava alguma coisa, conversava (...) eram (os) mais monitorados na relação aprovação reprovação. Eu acho que havia muita preocupação de quantos alunos foram reprovados, e quantos alunos foram promovidos.

Eu acho que a rede Municipal tinha muito essa preocupação, até hoje acho que ainda tem, porque no Ceará, a gente discute muito estatística. A gente é até considerado uma das melhores aplicações da estatística no Brasil, a mídia fala muito disso, são vários prêmios para a prefeitura (2021, p.135).

Por seu turno, no aspecto mais geral, é importante considerar que, mediante o lema do desenvolvimento econômico com segurança, os governos militares consideraram a baixa produtividade do sistema de ensino como um entrave a ser removido, identificando com o baixo índice de atendimento da população em idade escolar, e os altos índices de reprovação e repetência. A demanda para a preparação da mão de obra para as empresas internacionais, associada à meta da elevação geral da produtividade do sistema escolar, levou à adoção de um modelo organizacional racionalizado, conforme o modelo associado-dependente e o estreitamento dos laços do Brasil com os Estados Unidos

Difundiram-se, então, ideias relacionadas à difusão racional do trabalho (taylorismo, fordismo), ao enfoque sistêmico e ao controle do comportamento (behaviorismo), que no campo educacional, configuraram uma orientação pedagógica que podemos sintetizar na expressão ‘pedagogia tecnicista’ (Saviani, 2019, pp. 6434-6438 de 8168).

Na década de 1980, pedagogias contra-hegemônicas ensaiavam apontar o caminho para uma educação efetivamente crítica e transformadora, “mas não tiveram força para se impor à estrutura de poder que caracteriza a sociedade brasileira”, e na década de 1990 sobreveio o império do mercado com as suas reformas neoconservadoras, segundo Saviani (2019, pp.7857 de 8618).



#### 4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção final, analisaremos algumas características que a nosso ver, sintetizam a rica experiência vivida pelos trabalhadores da educação no Ceará. Ainda que os docentes se destaquem pelo seu número, cabe ressaltar que a criação do SINDIUTE-CE, e as lutas desencadeadas ao longo dos anos 1980, não foram levadas a cabo apenas por docentes. Uma das maiores lideranças, Rosa Fonseca, por exemplo, era orientadora pedagógica, assim como Consuelo Takaoka, que representava os supervisores escolares.

Analisar a experiência da formação do SINDIUTE-CE, remete-nos a um conjunto de processos que ultrapassam em muito a realização dos três congressos de unificação.

Houve um longo período de interregno na organização e mobilização dos docentes cearenses entre as décadas de 1960 e 1980. A ampliação do número de matrículas, impulsionada da LDB de 1961, significou uma desvalorização do professorado cearense, com sua pauperização e perda de direitos, e resultou na deflagração de greves docentes em 1967 e 1968.

Esse ciclo de greves e organização de novas entidades foi bruscamente interrompido pelo endurecimento da Ditadura Militar, com a edição do AI-5, e conseqüente perseguição e eliminação de militantes sindicais e partidários.

Após um hiato de quase 15 anos, em 1983, pelas circunstâncias descritas no capítulo III, o professorado cearense inicia um novo ciclo de lutas que ao longo da década estabelecem uma nova prática sindical. Agora não mais sozinhos, mas contam com a participação de outros setores da educação.

Estes trabalhadores, seguindo exemplo de outras categorias, adotaram a prática de realização de assembleias massivas como forma de deliberação. Nestas assembleias eram debatidas várias questões e definidas tanto as pautas de reivindicação como as formas de ação.

Estas novas formas ou instâncias deliberativas estão em flagrante contraposição à forma tradicional de acordos personalistas, baseado em acertos pessoais e troca de favores. Esse contraste fica evidente no depoimento da professora Gardênia P. Baima:

O presidente da associação, ele resolvia ali fazer com os governos as reuniões, discutiam reajustes, mas de uma forma muito, muito pessoal, inclusive até hoje a APEOC tem esse carimbo sabe. Tanto é que a sede da APEOC tem um subtítulo, é o Palácio da Educação, está lá escrito com letras garrafais, Palácio da Educação. Ou seja, o Palácio do Governo e o Palácio da Educação (que era Associação dos Professores), pode parecer que não tem assim tanta importância, relação, mas de qualquer forma é uma concepção, porque se de um lado tinha um Palácio do Governo, e outro lado tem da Educação, então o palácio era assim algo que era realmente bastante estranho para uma categoria de trabalhadores habitar (BAIMA, 2021, p.143).

A mudança da forma como se “acertavam” as questões “políticas” ocorre porque houve uma mudança substancial não somente na categoria dos professores, orientadores e supervisores, que cresceu numericamente, mas também devido ao agravamento das contradições inerentes ao modelo econômico dependente do Brasil naquele momento histórico. Essas mobilizações evidenciam interesses profissionais coletivos que contribuem para a acelerar a formação de uma nova identidade, a de trabalhadores da educação, como aponta professora Maria Valdeci de Paula:

É nessa luta que começa o processo de organização dos trabalhadores da educação, a luta já existia, mas esse processo da unificação era muito importante, dava um sentido novo à luta, para essa questão do compartimentar vários setores dentro da escola, uma junção, o orientador de aprendizagem, o professor, o professor de educação física, é um núcleo só. Teve um significado muito grande, e também a nomenclatura, eu sempre digo, os trabalhadores da educação, eu acho muito importante, porque a palavra “trabalhadores”, a gente fazia muita discussão na época, ela retirava aquele caráter sacerdotal do professor, aquele ser que precisa ser abnegado, que precisa dar aula por amor pela profissão, que não pode pensar no dinheiro, e pensar só na profissão (PAULA, 2021, p.167).

A superação da visão do educador enquanto um “sacerdote” é refletido na exigência do reconhecimento do trabalho desempenhado e sua devida remuneração, mas também aponta novos elementos que transcendem a mera questão salarial, como debates de qual deve ser o papel da educação na construção da cidadania crítica como meio para alcançar uma sociedade mais justa e fraterna. Ou seja, a mobilização desses atores sociais inaugura um programa que expressa a necessidade de transformação de mundo.

Em sua entrevista, a professora Maria Valdeci de Paula destaca a importância do “casamento” entre a ação política e a ação pedagógica, que deveriam ser exercidas *pari passu*:

Eu sempre disse que eram duas coisas que deveriam andar juntas, que os professores de uma maneira geral, se aliassem a ação pedagógica à ação política, nós teríamos outra história para contar, mas essa conjugação nem sempre acontece, dada a dificuldade da categoria em si, para ter uma formação inicial e continuada, de boas condições salariais para se apropriar de uma boa literatura, de uma boa vivência cultural, dificulta a própria categoria, que ela consiga compreender a complexidade da sua própria profissão, e lutar por ela. (PAULA, 2021, p.154).

Essa concepção esteve calcada em uma perspectiva marxista, que compreendia o “trabalho” como o elemento produtor de riquezas e o elemento mais dinâmico na sociedade capitalista. A Oposição sindical no interior da APEOC, defendia o “trabalho” enquanto princípio pedagógico, como afirma o professor José Irenildo (SILVA, 2021, p.188) ao

comentar as diferenças entre as teses nos congressos que antecederam a criação do SINDIUTE-CE:

Enquanto as duas teses queriam reivindicar mais direitos, mas salários, mais, mais, mais; a nossa reivindicava isso também, mais educação transformadora, que é o projeto da escola do trabalhador. E já mais adiante, durante a década de 90 (1990), 2000, é tanto que o SINDIUTE tinha um jargão, preste bem atenção isso revela muita coisa, até hoje a escola, o SINDIUTE é nossa escola de luta.

Então, a criação do SINDIUTE-CE se insere em um contexto de transformação em diferentes níveis: de como os trabalhadores da educação articulam-se, percebem-se e quais objetivos estabelecem para seu trabalho.

A atividade sindical levada a cabo pelos diversos setores da educação cearense, particularmente, os de Fortaleza, evidencia um momento de ruptura, não somente no campo político e sindical (mais perceptível), mas também com a concepção tecnicista imposta pela Ditadura Militar.

Os trabalhadores da educação cearenses determinam e manifestam suas demandas coletivas, empregando a democracia interna nos debates realizados nas assembleias, que é implementada com critérios de representatividade, pautas de reivindicações e formas de negociação e pressão. Em oposição a tal tendência, oferecem resistência a antiga direção assistencialista burocrática, personificada no professor Brillhante, e, posteriormente, reforçada pelo ingresso de militantes das organizações stalinistas que atuavam na Oposição Sindical: MR-8, PC do B.

Em nível nacional, o movimento sindical dos setores ligados à educação, que havia se iniciado pouco depois da greve dos metalúrgicos do ABC, teve como corolário, em 1989, a criação da CNTE, que além de ser uma entidade mais dinâmica e atuante que a CPB, congregou os diversos segmentos no conceito de “trabalhadores da educação”.

Esse movimento nacional foi construído de baixo para cima, mas dialeticamente se desdobrava no sentido inverso, estimulando e induzindo localmente projetos de unificação de distintos segmentos que atuavam no espaço escolar.

Para além da incidência do movimento unificador encabeçado pela CNTE sobre as entidades locais – a CNTE enviou ao Ceará representantes de três estados para mediar o processo de unificação ao longo de vários anos: Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte –, há que se destacar no próprio contexto cearense, no qual os embates entre a direção da APEOC e a Oposição, que ao longo da década de 1980, evidenciaram a desigual inserção destas direções nos municípios do interior e na capital.

Se por um lado, a Oposição encontra maior apoio dentre os professores da capital, por outro a APEOC obteve sua hegemonia nos municípios do interior, uma vez que tanto o estatuto, quanto a relação com governantes de espectro conservador, facilitavam a manipulação de eleições sindicais. Assim, ao longo da década estabeleceu-se uma dicotomia entre a representatividade do professorado da capital e do interior.

A professora Maria Valdeci de Paula recorda em sua entrevista que em vários municípios do interior cearense, os docentes eram filiados às vésperas das eleições e que o processo eleitoral transcorria com o emprego de cédulas distintas para cada chapa, devendo o eleitor devolver as cédulas não utilizadas. Esse processo permitia o controle sobre qual chapa recebeu efetivamente o voto do professor.

Como em Fortaleza havia o processo de fiscalização, em todas as eleições a oposição ganhava aqui em Fortaleza, mas perdia no interior, somos mais de 180 municípios, e a APEOC tinha implantação em todos eles. O sindicato é um sindicato grande, ainda hoje é, eu nem sei te dizer, mas eles têm uma arrecadação milionária, é um sindicato grande, então tem muita estrutura material e apoio político. (PAULA, 2021, p.169).

A fragilidade do vínculo empregatício, nesse contexto, oferecia uma forma segura de controle sobre o processo eleitoral. Como destacou o professor João Irenildo da Silva, o preenchimento dos cargos docentes durante a década de 1980 era totalmente realizado por indicação de um padrinho, estando o professor à mercê do chefe político local.

Aqui era contrato temporário, depois que a gente se tornou efetivo, por força de lei complementar de estado e prefeitura, mas quando eu entrei aqui não tinha concurso, era por apadrinhamento, os cabos eleitorais da época (SILVA, 2021, p.176).

A professora Gardênia (2021, p.135) recorda que durante os momentos de greve, era comum a ameaça de contratação de professores substitutos.

O transcurso dos processos político-sindicais que pautaram a atuação dos trabalhadores da educação cearense durante a década de 1980 até a criação do SINDIUTE-CE, constituem evidências materiais do desenvolvimento destas tendências que se entrecruzam no tempo e no espaço e expõem as relações de forças e as disputas dos diferentes projetos de organização e de práticas sindicais de diversos agrupamentos.

A divisão persistente entre APEOC e SINDIUTE-CE demonstra que o processo de unificação não se consumou, ou seja, diversos elementos da velha estrutura associativista do período anterior, estavam suficientemente enraizados, ou conseguiram fazer as adequações

necessárias, para impor sua permanência, mesmo que à custa de apoio externo à categoria, como apoio de setores das elites políticas (Tasso, Ciro) e do próprio judiciário cearense.

A pesquisa demonstrou que apesar da pauta central das mobilizações dos docentes, ao longo da década de 1980, ter como principal móvel mobilizador as demandas econômicas, ela transcendia esse tema.

O professor José Irenildo (SILVA, 2021, p.182) destaca que compunham a pauta das lutas da década de 1980 demandas como o “concurso público, eleição direta para diretor, [...] material didático, [...] melhor aparelhamento físico, laboratórios”.

Os concursos públicos e a estabilidade no emprego do servidor público foram consagrados na Constituição de 1988, e a eleição para diretor de escola, igualmente foi incorporada à administração escolar. A aprovação destas duas demandas no decorrer dos debates constitucionais, demonstra que os trabalhadores da educação cearenses atuavam em consonância com um movimento nacional.

Duas reivindicações, o piso salarial do magistério e o plano de carreira, eram pleitos que apesar de focarem na questão da remuneração e bem-estar do professor, vinculavam-se à melhoria da qualidade de ensino, uma vez que estimulavam a dedicação exclusiva do professor à educação e o investimento em sua formação.

Estas duas últimas demandas foram conquistadas em uma greve de três meses e depois foram desconsideradas pelo novo governo que assumiu, já com Tasso Jereissati, com o argumento de inconstitucionalidade. Curiosamente, este foi o mesmo argumento utilizado pelos governos do PSDB em 2008 contra a lei 11.738, a lei nacional do piso do magistério.

Os embates com o PSDB, que se “vendia” como “capitalismo moderno” encarnado em um empresariado urbano, não se limitou à questão do piso. Com Ciro e Tasso os professores enfrentaram o famigerado “Provão”, uma iniciativa de intimidação e desmoralização dos professores com provas avaliativas.

Outra intervenção promovida pelos governantes do PSDB foi o Telecine, uma tentativa de subversão da sala de aula ao taylorismo mais abjeto e imposição da polivalência, na qual todos os professores deveriam lecionar todas as disciplinas, independente de sua formação. Cabe adicionar à lista de ataques de Ciro Gomes, a redução em 50% da jornada de trabalho dos educadores, com a proporcional redução salarial.

Neste caso os trabalhadores da educação conseguiram demonstrar que a medida, além de significar um ataque aos direitos dos docentes, deixou milhares de alunos sem aula. Apesar do recuo de Ciro Gomes, vários processos de reparação dos prejuízos, seguem abertos. Os



ataques do PSDB à educação e aos trabalhadores da educação, foram fundamentais para compreender a divisão no seio da burocracia da APEOC.

A década de 1980 evidenciou novas práticas sindicais. Quais foram elas? A que mais claramente chama atenção são as assembleias. Nas mobilizações do início da década de 1980, a “assembleia” como arena de debates e disputa política.

Destacam-se nestas assembleias a polarização entre a antiga direção sindical pelega e a Oposição Sindical. Enquanto a primeira defende a prática tradicional de reunião com o governo e sua sensibilização, a Oposição defende a negociação com pressão sobre os mandatários.

Destas assembleias surgiram estratégias de luta como acampamentos nos jardins da Assembleia Legislativa do Ceará, greves de fome, paralisações pontuais, panfletagem de feiras, igrejas, rodoviárias e ocupação da delegacia de ensino. São nas assembleias que surgem as “figuras públicas” os oradores que se destacam e que acabarão por tornarem-se dirigentes políticos ou sindicais.

É interessante observar que os professores iniciaram uma organização intermediária entre o “chão da escola” e as assembleias. Enquanto estas eram espaços deliberativos, as “zonais”, organizadas por bairros ou regiões, estabeleciam uma rede entre escolas que impulsionavam as atividades em seu raio de atuação.

Estas iniciativas não estão dissociadas das lutas políticas que caracterizaram a conjuntura nacional na década de 1980: a luta contra a ditadura; redemocratização da sociedade; disputas eleitorais estaduais; o processo constitucional; e, finalmente, a eleição presidencial de 1989.

Cabe ressaltar que vários quadros que atuavam no movimento docente lançaram-se como candidatos a cargos políticos, como a orientadora pedagógica e dirigente sindical Rosa Fonseca, ex-vereadora em Fortaleza.

A pesquisa demonstrou que a pauta e atividade da categoria docente sustentavam-se sobre um tripé: demandas relacionadas à pauta econômica e condições de trabalho; outras associadas propriamente à questão educacional como às condições de ensino e formação profissional; e por último, uma pauta política, vinculada à democratização da sociedade e das instituições.

Dentre as entrevistas, percebemos a importância da experiência prévia dos professores no movimento estudantil universitário. As professoras Gardênia e Maria Valdecir militaram neste segmento, bem como uma das dirigentes citadas, Rosa Fonseca.

O professor José Irenildo, não mencionou nenhuma militância durante o curso universitário, muito possivelmente porque era militar, mas explicava o maior engajamento dos docentes em relação aos funcionários, em virtude do nível de formação.

Consideramos que mais que a educação formal, foi um elemento importante a experiência universitária em um momento de efervescência política, que atuou como um espaço de formação e preparação de quadros para o movimento sindical. Um exemplo da importância da universidade enquanto espaço de formação da vanguarda que militava na Oposição Sindical, é que muitas vezes se reuniam nos campos universitários.

O setor público foi um dos setores que mais avançou do ponto de vista da organização sindical no período pós-ditatorial. Para além dos petroleiros e categorias como os trabalhadores do Correio e dos bancos públicos, a Educação e a Saúde, são setores que se destacam nesse período. Essa organização é uma expressão material das lutas e debates desenvolvidos pelos trabalhadores, mas não é linear, enfrenta os interesses da burocracia sindical.

Há diversos “sindicatos fantasmas”, principalmente no setor privado, que existem apenas para chancelar convênios coletivos. Em nossa opinião, não é possível entender o desenvolvimento do projeto de unificação dos trabalhadores da educação no setor público no Ceará, sem levar em conta os interesses da burocracia sindical, particularmente, da direção da APEOC na passagem das décadas de 1980 para 1990.

Como deixa claro a professora Maria Valdeci, a defesa da unificação dos trabalhadores da educação em um único sindicato, não era a defesa da unicidade sindical imposta pela legislação trabalhista do varguismo, e reforçada pela Ditadura Militar, mas uma unidade obtida a partir da autonomia sindical. Uma unidade que expressasse o entendimento do conjunto dos trabalhadores sobre a comunhão de interesses.

[...] era o sindicato único que congregasse os setores educação, porque se você tá dentro de uma escola, tem o professor, o orientador, o supervisor, o professor educação física, são agrupamentos profissionais, que se confundem, que tem identificações, então a CNTE começa a discutir no plano nacional, essa possibilidade (PAULA, 2021, p.165).

A unificação foi obtida no III Congresso de Unificação, quando foi fundado o SINDIUTE-CD, mas a resistência de um setor da antiga direção da APEOC, encabeçada pelo professor Jaime, aliada aos interesses da elite política que não via com bons olhos a formação de uma entidade mais atuante e independente, levou a que a unificação jamais se concluísse.

Cabe lembrar que depois da fundação do SINDIUTE-CE, a APEOC moveu diversos processos questionando sua representatividade e seu funcionamento. A carta sindical do SINDIUTE-CE demorou anos para ser obtida, e quando o foi, destoava do objetivo no momento de sua fundação: restringia-se apenas à rede municipal da capital.

Segundo os entrevistados, houve sequestro da base, com transferência compulsória dos filiados para a APEOC, e foram necessárias diversas estratégias jurídicas e financeiras para a manutenção do funcionamento da entidade, até a obtenção da carta sindical. Assim, a própria fundação e existência do SINDIUTE-CE, não pode restringir-se ao III Congresso, mas a um longo período de disputa e enfrentamento com a direção da APEOC e com as autoridades governamentais.

Se você for fazer um comparativo entre o plano de cargos carreira do município de Fortaleza, cuja luta tem a digital do SINDIUTE, das grandes mobilizações que foram feitas, e você compara com os da rede estadual, da APEOC, a gente vê que é disparo, a diferença salarial e as próprias condições, elas são bem inferiores, direitos que nós perdemos ao longo da história e que os professores da rede municipal conseguiram manter. Eu acredito que em função da luta que a gente desenvolveu na década de [19]80 (PAULA, 2021, p.166).

A conclusão que chegamos é que o caminho trilhado na superação das dificuldades organizativas e das adversidades políticas que se colocaram como obstáculos na construção do SINDIUTE-CE valeu a pena, trazendo a valorização profissional e uma maior quantidade de conquistas obtidas pelos trabalhadores da educação em que sempre almejou representar.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D. M. **Mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo de professores públicos no Ceará (1962-1992):** a APEOC/sindicato e o SINDIUTE. Tese (Doutorado em Educação). UFSCar, São Carlos, 2015.
- ALMEIDA, D. M. **Movimento docente e gestão democrática na escola:** estudo de caso dos sindicatos APEOC e SINDIUTE no período de implantação das reformas dos governos mudancistas (1987-1998). Dissertação (Mestrado em Educação). UECE, Fortaleza, 2004.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado.** Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. 3ªed. Lisboa: Editorial Presença, s/d.
- ARAÚJO, R. D. **O movimento estudantil nos Tempos da Barbárie:** a luta dos estudantes da UECE em defesa da universidade Pública. Dissertação (Doutorado em Educação). UFC, Fortaleza, 2000.
- ARAÚJO, Raquel D **O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará: uma história de luta e contradições.** 2000. 000 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFC, Fortaleza, 2000.
- ARAÚJO, Raquel Dias. **O movimento estudantil nos tempos da barbárie:** a luta dos estudantes da UECE em defesa da universidade pública. 2006. 286f. Tese (Doutorado em Educação) – UFC, Fortaleza, 2006
- BARREIRA, César, BAIMA, Eudes e PINTO, Virgínia Bentes. **A repressão após o golpe militar de 1964 e a resistência universitária** – às graves violações dos direitos humanos. In: Ainda 1964: história política e sensibilidades. Osmar Maia Diógenes, Daniel Gonçalves, Paulo R. F. O. Marques (organizadores). Fortaleza: MALCE: INESP, 2014.
- BAUER, Carlos. **A natureza autoritária do Estado no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2012.
- BAUER, Carlos. **Contribuição para a história dos trabalhadores brasileiros.** Volume II – A hegemonia vermelha. São Paulo: Edições Pulsar, 1995.
- BAUER, Carlos; DINIZ, Cássio. **História e consciência de classe na educação brasileira:** Lutas e desafios políticos dos trabalhadores em educação de Minas Gerais (1979-1983). São Paulo: Editora Sundermann, 2015. 206p
- BOITO JR, Armando. **Sindicalismo e Estado no Brasil.** São Paulo: disciplina: USP, São Paulo, s/d.  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5521333/mod\\_resource/content/1/BOITO%20JR.%20C%20Armando.%20Sindicalismo%20e%20Estado%20Brasil\\_texto%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5521333/mod_resource/content/1/BOITO%20JR.%20C%20Armando.%20Sindicalismo%20e%20Estado%20Brasil_texto%20%281%29.pdf)
- BRASIL. Constituição (1967) **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1967. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm)> Acesso em 18 de agosto de 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivII\\_03/Constituicao/Emendas/Emc\\_antecor1.988/emc01-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivII_03/Constituicao/Emendas/Emc_antecor1.988/emc01-69.htm)>. Acesso em 18 de agosto de 2.019.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1.891**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm)>. Acesso em 20 jan. 2.018

BRASIL. **DECRETO N.º 72.495, DE 19 DE JULHO DE 1.973**. Estabelece normas para a concessão de amparo técnico e financeiro às entidades particulares de ensino e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1.970-1.979/decreto-72495-19-julho-1.973-421414-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 15 jan. 2.019

BRASIL. **DECRETO N.º 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm)>

BRASIL. **Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1.961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1.960-1.969/lei-4.024-20-dezembro-1.961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 01 fev. 2.020.

BRASIL. **Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1.971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1.960-1.969/lei-4.024-20-dezembro-1.961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 01 fev 2.020

BOITO Júnior, Armando. **A presença do sindicalismo na histórica política do Brasil**. Coletânea de trabalhos do autor reunidos em “O Sindicalismo na Política Brasileira”. Campinas: UNICAMPA, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005. 309p

BOITO Júnior, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV / São Paulo. Disponível in: <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>. Acessado em 21/04/2020.

BOITO Junior, Armando. **Sindicalismo e Estado no Brasil**. USP, edisciplinas, s/d. Disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5521333/mod\\_resource/content/1/BOITO%20JR.%20C%20Armando.%20Sindicalismo%20e%20Estado%20Brasil\\_texto%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5521333/mod_resource/content/1/BOITO%20JR.%20C%20Armando.%20Sindicalismo%20e%20Estado%20Brasil_texto%20%281%29.pdf)

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17.pdf>. Acessado em: 15/10/2020. 20:00.

CORTEZ, Lucile Grangeiro. **A ambivalência da relação da imprensa com o legislativo cearense (1964-1979)**. In: Ainda 1964: história política e sensibilidades. Osmar Maia

Diógenes, Daniel Gonçalves, Paulo R. F. O. Marques (organizadores). Fortaleza: MALCE: INESP, 2014.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

DAL ROSSO, Sadi. **Elementos para a teoria do sindicalismo no setor da educação**. In: Associativismo e sindicalismo em educação. DAL ROSSO, Sadi (org). Brasília: Paralelo 15, 2011. P. 17-28. 368p.

ROSSO, Sadi Dal; CRUZ, Hέλvia Leite; RESES, Erlando da Silva. Condições de emergência do sindicalismo docente: Conditions for the emergence of teachers' labor unions. Pro-Posições, Campinas, v. 22, n. 2, p. 111-113, ago. 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072011000200009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072011000200009&lng=pt&nrm=iso)>. Consultado em 30/08/2019.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Movimento feminino pela anistia**: memória, gênero e afeto na (re)construção da luta contra a ditadura brasileira. In: Ainda 1964: história política e sensibilidades. Osmar Maia Diógenes, Daniel Gonçalves, Paulo R. F. O. Marques (organizadores). Fortaleza: MALCE: INESP, 2014.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo. Imprensa Oficial, 2001. p. 324p.

FERNANDES, Florestan. **A constituição como projeto político**. In Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, 1º semestre de 1989. P. 47-56. Disponível em <https://doi.org/10.1590/ts.v1i1.83319>

FERREIRA JÚNIOR, A. **Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros**. 1998. Tese (Doutorado em História Social). USP, São Paulo, 1998.

FERREIRA JÚNIOR, A. **Movimento de professores e organizações de esquerda na ditadura militar**. In I Seminário sobre Associativismo e Sindicalismo Docente. UFRJ, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em <https://1library.co/document/zpn9830y-movimento-de-professores-organizacoes-esquerda-durante-ditadura-militar.html>. Consultado 22/05/2020

FIRMINO, Érico. **Rosa da Fonseca**. Coleção Terra Bárbara. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. Fortaleza, 2017. I Seminário sobre Associativismo e Sindicalismo Docente, realizado nos dias 21 e 22 de abril de 2009 no Rio de Janeiro.

FÓRUM UNIFICADO DAS ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS DO CEARÁ (FUASPEC). **Formado por mais de 40 entidades representativas dos servidores públicos do estado, sindicatos e associações**. Fortaleza, CE: Facebook, página criada em 13 de maio de 2013. Disponível em <https://www.facebook.com/Fuaspec/about>

FÓRUM UNIFICADO DAS ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS DO CEARÁ (FUASPEC). **O Fórum em defesa do SUS e pelo Concurso Público já!** Fortaleza, CE: 13 de junho de 2014. Disponível em <https://forumfuaspec.blogspot.com/>

GOMES, Aurísio Gomes. **Rosa da Fonseca, a rosa que fala e luta**. Monografia (Bacharelado no Curso de Comunicação Social). Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza, 2013.

GIDIN, Julián. **Os estudos sobre sindicalismo docente na América Latina e no Brasil**. In I Seminário sobre Associativismo e Sindicalismo Docente. UFRJ, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em <http://redeaste.irice-conicet.gov.ar/sites/default/files/Gindin.pdf>. Consultado 22/05/2009

GIDIN, Julián & Bauer, Carlos. **Cartografia do sindicalismo dos trabalhadores em educação do Estado de São Paulo**. (No prelo)

HARVEY, David. **O “novo imperialismo”**: acumulação por desapossamento (Parte II). In Revista Lutas Sociais do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS). N. 15/16. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais PUC-SP. São Paulo, 2006.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. (1914-1991). Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019, 356p.

IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

IANNI, Octavio. **Tendências do pensamento brasileiro**. In Tempo Social, Revista de Sociologia. USP, São Paulo, n. 12 (2), novembro 2000. Pp. 55-74. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12334>. Consultado em 30/04/2020.

IPEADATA. **Série histórica do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA). Indicadores macroeconômicos**. Fonte IBGE/SNIPC. Disponível in: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acessado em: 19/04/2020.

LIMA, Tânia M. B. de. **A política educacional no Ceará, da mudança no discurso ao discurso da mudança (1987-1990)**. Dissertação (Mestrado em Educação). UFC, Fortaleza, 1994. Disponível em [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/49098/1/1994\\_dis\\_tmblima.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/49098/1/1994_dis_tmblima.pdf). Consultado dia 26/04/2020.

KINZO, Maria Dalva G. **A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição**. Revista São Paulo em Perspectiva, 15(4) 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000400002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400002). Acessado em 20/04/2020. 8:10h.

LIRA, Alexandre T. N. **A legislação de educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985)**: um espaço de disputas. Tese (Doutorado em História Social). UFF, Niterói, 2010.

MARINI, Rui Mauro. **A dialética do desenvolvimento**. 10. ed. México: Editora Era, 1990. Postscriptum. In Revista Latinoamericana de Ciências Sociales, Flacso. Santiago de Chile, n° 5, junho 1973. Versão digitalizada conforme publicado em Rui Mauro Marini: Vida e Obra.

Editora Expressão Popular, 2005. Disponível em [www.centrovictormeyer.org.br](http://www.centrovictormeyer.org.br). Acesso em 10.10.2020

MARINI, Rui Mauro. **A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil**. In Problemas e perspectiva do desenvolvimento brasileiro, São Paulo: Editorial Vesper, dezembro de 1971. Disponível em

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros**. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini\\_2004\\_entrevista\\_semi-estruturada.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf) Acessado em 26/10/2020.

MOREIRA, M. L. **História da luta sindical do magistério cearense (1942-1985)**. 1990. Dissertação. (Mestrado em Educação). UFC, Fortaleza, 1990.

NORONHA, Eduardo G. **Ciclos de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. São Paulo: n. 76, abr. 2009, p.119-168. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a05.pdf> <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a05>. Acessado em: 17/04/2020. 08:55h.

OLIVEIRA, F. M. C. A. **Economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977.

PAULA, M. V. A. de. **Crise, resistência e luta dos trabalhadores em educação do Ceará: libertar o sindicato ou libertar-se do sindicato? (O caso do SINDIUTE)**. 2010. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFC, Fortaleza, 2010.

PEREIRA FILHO, Sebastião Carlos. **Da Confederação de Professores do Brasil (CPB) à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE): história da organização político-sindical dos trabalhadores em educação brasileiros (1983 a 1991)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2019.

PESSOA, Márcio Kleber Moraes. **A crise do sindicalismo e o caso do Sindicato APEOC: uma análise a partir da greve de 2011**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 2015.

POCHMANN, Marcio. **Nova Classe Média? o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. 127p.

RUY, Carolina. **A manipulação de 1973. Memória Sindical**. 2010. Disponível em: <https://fsindical.org.br/memoria-sindical/a-manipulacao-de-1973/>. Acessado em 21/04/2020. 09:02h.

SANTOS, Barbara Cacau dos. **“Trabalhadores cearenses, uni-vos!”: o Pacto de Unidade Sindical em Fortaleza (1957-1964)**. Dissertação (Mestrado). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará



SAVIANI, D. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**. Campinas, SP: HISTEDBR, 2006.

SAVIANI, D. **A história das ideias pedagógicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, D. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Bertrand Brasil S.A., 1988.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa, 1: A árvore da liberdade**. Trad. Denise Bottmann. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 255p.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: Historia Oral**. Trad. Lolita Lourenço de Oliveira. 2ªed. São Paulo: Editora paz e Terra, 1998. 385p.

## ANEXOS

## ANEXO I – Carta de Princípios e Resoluções da Unificação

III CONGRESSO ESTADUAL DE UNIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO  
CEARÁ

CARTA DE PRINCÍPIOS E RESOLUÇÕES DA UNIFICAÇÃO

O III Congresso Estadual de Unificação dos Trabalhadores em Educação resolve criar o SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO CEARÁ - SIND-UTE/CE, fórum organizativo que, doravante começará a ser construído como instrumento de unidade organizativa e de luta dos professores, funcionários e especialistas da rede pública oficial estadual e municipal de 1º e 2º Graus do Estado do Ceará.

O processo que começa neste III Congresso Estadual de Unificação demandará um período transitório em que se concluirá, na base de cada entidade, a incorporação no Sindicato Único, cuja conclusão passa pela deliberação das instâncias máximas de cada entidade. Este esforço se estenderá aos sindicatos municipais de base e outras associações de trabalhadores em educação com os quais buscaremos promover discussões.

A partir deste III Congresso Estadual de Unificação até a conclusão do processo, o Sindicato Único se corporificará na Direção Paritária e Colegiada, aqui eleita.

As direções e delegados das entidades ficam comprometidas, face à soberania deste Congresso, não estando autorizadas a nenhuma iniciativa no sentido de manter, após 30 de setembro de 1992, as entidades que começam a se fundir.

Com esta compreensão o III Congresso Estadual de Unificação dos Trabalhadores em Educação do Ceará aprova as seguintes resoluções:

1. Até 30 de setembro de 1992 haverá incorporação das entidades, a discussão e aprovação dos Estatutos do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará - SIND-UTE/CE.
2. A Direção Colegiada provisória reger-se-á, provisoriamente por um Regimento Interno aprovado pela maioria simples de seus membros, submetida à Assembléia Geral.
3. A instância máxima de deliberação do SIND-UTE/CE, até a aprovação do Estatuto será a Assembléia Geral da categoria para a qual deverá ser feito um esforço para assegurar prazo de convocação e as condições materiais para a participação dos companheiros(as) da capital e do interior do Estado.
4. A organização de base a nível regional, municipal e zonais de

- 2 -

Fortaleza será definida provisoriamente no Regimento Interno provisório do SIND-UTE/CE.

5. O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará SIND-UTE/CE será respaldado financeiramente pelas entidades na proporção de seus recursos financeiros.

6. Até 24 de janeiro de 1992 a APEOC convocará Assembleia Geral para discutir o processo eleitoral, os Estatutos e os encaminhamentos da unificação.

7. Até 30 de setembro de 1992 compete à APEOC e ao SINTECE:

- tomar as medidas jurídicas e estatutárias tendo em vista a incorporação ao SIND-UTE/CE.

- respaldar financeiramente as atividades do SIND-UTE/CE, na proporção de seus recursos.

8. Constituem-se tarefas da Diretoria Colegiada provisória eleita neste III Congresso Estadual de Unificação dos Trabalhadores em Educação do Ceará:

a) Conduzir a luta dos trabalhadores em educação implementando o plano de lutas aprovado neste III Congresso Estadual de Unificação...

b) Elaborar os Estatutos e o Regulamento Administrativo do SIND-UTE/CE e efetuar o seu registro.

c) Assessorar as entidades no processo de incorporação ao SIND-UTE/CE.

d) Desenvolver a discussão sobre as Centrais Sindicais junto à categoria.

9. É a seguinte a Diretoria Colegiada provisória eleita, formada por 18 (dezoito) cargos efetivos e 8 (oito) suplentes:

- Secretarias: 1) de Organização; 2) de Finanças e Administração; 3) de Formação Política; 4) de Imprensa e Divulgação; 5) para Assuntos Sindicais; 6) para Assuntos Educacionais; 7) para Assuntos Funcionais; 8) para Assuntos Regionais e 9) para Assuntos Metropolitanos.

- Diretoria Colegiada Provisória do SIND-UTE/CE eleita e empossada no III Congresso Estadual de Unificação dos Trabalhadores em Educação do Ceará, realizado em Fortaleza (Seminário da Prainha), no período de 13 a 15 de dezembro de 1991:

## APÊNDICES

### APÊNDICE I - Roteiro das entrevistas

Roteiro de entrevistas contextualizadas com os ativistas sindicais e políticos que participaram do processo de fundação do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará (1991).

Entrevista realizada em (data) com (nome) quem é ou quem foi fulano (DATA , LOCAL E ANO)

#### ENTREVISTA

Para começo de conversa gostaríamos de agradecer sua disposição de colaborar com a construção do meu trabalho acadêmico que está empenhado em recuperar a história dos movimentos políticos, associativistas e sindicais dos trabalhadores em educação, como também em procurar preservar a memória dos seus ativistas.

Solicitamos que, após a sua revisão, autorize a utilização do seu nome próprio e a divulgação dos resultados escritos desse registro nas pesquisas acadêmicas, artigos e livros que deverão fazer referências ao seu nome.

#### BLOCO I – QUESTÕES PESSOAIS

1. Conte-nos um pouco sobre você: Quando e em que cidade você nasceu? Tem filhos? No seu cotidiano o que mais gosta de fazer? Como os amigos gostam de chamá-lo?
2. Descreva um pouco sobre sua escolarização, onde estudou? Possui formação universitária? Se sim nos fale um pouco sobre escolha do seu curso universitário, em que instituição você estudou e como se deu o seu processo de formação acadêmica? Se participou do movimento estudantil ou outros movimentos sociais do período?
3. No seu período de estudante já trabalhava? Você sentia alguma diferença em relação com os colegas que não tinham qualquer relação objetiva com o mundo do trabalho?
4. Houve algum tipo de enfrentamento com os golpistas de 1964 que marcou sua vida de estudante?
5. Quando e como se deu o seu ingresso no mundo do trabalho? Na educação como e quando se deu esse ingresso?

6. Se professor: Quais eram as principais características do trabalho docente nesse período? Você lecionava para qual etapa do ensino fundamental?

## BLOCO II: A MILITÂNCIA POLÍTICA E SINDICAL

1. Você nos poderia falar do início de sua militância política, das organizações que participou e a importância dessas no seu processo de formação humana e na compreensão crítica da realidade sócia? Sua presença na história da educação está profundamente marcada pela trajetória do movimento dos professores brasileiros e suas perspectivas de organização associativistas. Conte-nos um pouco sobre a sua militância sindical, como ela começou e quais foram os principais embates que, por ventura, tenha participado?

2. Fale um pouco sobre a criação do **SINDIUTE-CE**: Quais eram os principais desafios que estavam colocados para a organização associativista dos professores cearenses? Como você avaliava a conjuntura em que **SINDIUTE-CE** foi criado?

3. Quais foram às atividades organizadas pelo **SINDIUTE-CE** nos seus primeiros anos de existência que marcaram a história dessa entidade? Houve campanhas de filiação ao **SINDIUTE-CE**, qual era o seu mote? Nas origens do pelo **SINDIUTE-CE** foram realizados congressos, quais eram as principais tendências políticas que atuavam no interior da associação?

4. Conte-nos um pouco sobre o processo de constituição de um sindicato possuía em sua base apenas professores e que com a criação do **SINDIUTE-CE** passou a agregar diversos e distintos profissionais da Educação?

5. Em linhas gerais, na sua leitura qual foi à importância do **SINDIUTE-CE** no interior do movimento sindical Cearense no processo de organização e desenvolvimento da **CNTE**? Em sua opinião, qual é o papel que essa entidade tem desempenhado na história dos trabalhadores em educação Cearense? As entidades sindicais dos trabalhadores em educação também tiveram um importante e decisivo papel na fundação e consolidação política da **CUT**. Qual é o balanço histórico que você faz dessa trajetória?

6. No momento de construção do pelo **SINDIUTE-CE**, os professores se consideravam trabalhadores ou prevalecia à concepção de que constituíam uma pretensa classe média da sociedade?

#### IV BLOCO TEMÁTICO – CONTEXTUALIZAÇÃO E QUESTÕES PARA SEREM UTILIZADAS NA SEÇÃO SOBRE A FUNDAÇÃO DO SINDICATO UNIFICADO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO CEARÁ

1. A realização do congresso de fundação do SINDIUTE-CE constituiu-se no resultado de um amplo processo de preparação, discussão e o envolvimento de parcela considerável dos ativistas sindicais da área da educação cearenses.
2. Do ponto de vista organizativo, como se deu a preparação deste congresso fundacional? Quando o congresso foi realizado? Qual foi o local e com quais condições de infraestrutura se deu a realização do congresso? Qual foi o temário congressual?
3. Em seus aspectos políticos, quais foram os principais passos que foram dados para garantir a realização do congresso? Quantos delegados aproximadamente foram eleitos e quais foram os critérios de representatividade adotados pelos organizadores do congresso? Quais foram as entidades que assumiram a responsabilidade pela convocação e a organização do evento? Qual era o número aproximado de trabalhadores que essas entidades representavam na base?
4. Quais foram as correntes políticas e o que suas teses defendiam no debate congressual? Houve a publicação de um caderno com as propostas que seriam discutidas ao longo de suas atividades?
5. Quanto a organização do congresso: Houve a realização de eventos prévios, congressos ou encontros regionais, assembleias preparatórias ao encontro estadual?
6. Como os delegados foram eleitos? A democracia e a proporcionalidade das representações foi garantida?
7. As forças políticas que eram contrárias a criação do sindicato único participaram do evento? Quais eram as suas principais consignas? É possível dimensionar o número ou a porcentagem dos trabalhadores em educação que se envolveram nas discussões defendendo ideais e propostas para a organização e a efetivação do sindicato?
8. Enfim, fim qual foi o seu papel/ envolvimento nesse processo? Existe alguma questão ou posicionamento que gostaria de registrar nesse depoimento?

Por fim, existe algum poeta, canção, verso, pensamento ou frase que você ache importante constar como epigrafe dessa entrevista?

**APÊDICE II** - Entrevista com Gardênia Pereira Baima, 12/02/2021 e 04/03/2021.

**Fonlana Cheung, Carlos Bauer & Rosiley Teixeira (C, B & T)** - Gardênia, fale um pouco sobre você, sobre sua origem, família, filhos, gostos.

**Gardênia Pereira Baima (GPB)** - Boa tarde, prazer colaborar com você, com a sua pesquisa, com a universidade, o meu nome é Gardênia Pereira Baima, eu sou professora da rede Municipal de Fortaleza, aposentada. Nasci no dia dois do sete de [19]62, desde então moro em Fortaleza a vida inteira. Tenho duas filhas, uma com 30 anos e a outra com 28, inclusive uma das minhas filhas, a mais nova nasceu no dia em que a gente organizou o congresso de fundação do SINDIUTE, tem a mesma idade do SINDIUTE, não sei se foi bom ou se foi ruim, eu não fiquei toda a minha licença gestante em casa, mas ela é super saudável, todas as duas, felizmente. E aí estou na direção do SINDIUTE como falei, desde a fundação, aqui nós somos hoje um Sindicato de professores do município de Fortaleza, mas era algo maior, tinha uma base estadual, mas depois foi dividida.

Então Fortaleza sempre foi uma cidade de vanguarda, nós tínhamos um movimento estudantil muito ativo, eu fui inclusive do centro acadêmico Patativa do Assaré, que era do curso de letras da Universidade Federal do Ceará, onde eu cursei letras, português, literatura, e fui também do Diretório Central dos Estudantes aqui da universidade. Depois migrando para o mercado de trabalho, me tornando professora do município, eu também participei da construção da iniciativa de organização dos trabalhadores da educação, aqui no nosso município.

Então eu tenho essa trajetória no movimento estudantil e depois no movimento sindical, participando também de outras atividades, de movimentos sociais, como por exemplo a conciliação partidária dos PT, da fundação do PT, e da Central Única dos Trabalhadores também aqui no Estado do Ceará.

Você me perguntou se eu gosto de ler, é obrigatório, até porque eu estudando português e literatura, eu teria que gostar, é do ofício, mas eu gosto de ler sim, e agora achei que ia ler bastante agora aposentada. Mas resolvi continuar na direção sindical do nosso sindicato contribuindo ainda com algumas experiências e tal, e sobra pouco tempo para ler, infelizmente, mas agora estamos até organizando curso de formação, eu vou tá também ajudando a organizar essas experiências no nosso sindicato, pode ser que agora eu tenho um tempo maior pra leitura.

C, B & T - Então foi pelo gosto da leitura que você escolheu o curso de letras?

GPB- É, inclusive eu tive a minha nota do curso, quando eu prestei o vestibular, o que me levou para o curso foi a redação, então eu sempre tive muita facilidade com oratória, e é claro que quem lê tem essa facilidade maior com a oratória e tal, então, assim, como eu sempre falei articuladamente, muito tal, eu me identifiquei com o Magistério, porque a sala de aula é esse palco do dia a dia, com o ensino da língua, eu realmente não quis estudar outra coisa, preferindo no que pese as consequências de ser um professor da rede municipal de Fortaleza, salarialmente falando e tal, que pese tudo isso, eu fiquei, eu tive a oportunidade de participar inicialmente, também da, quando eu estava no curso de letras, da criação da rádio universitária daqui da Universidade Federal do Ceará. Fiz a seleção, fui para a rádio universitária. Os colegas que estavam comigo na época, ainda estão lá na Rádio Universitária, eu saí, procurei outro caminho e acabei na sala de aula, mas não me arrependo, de vez em quando eu vou lá na rádio, eu vou conversar com os colegas sobre o sindicato, concedendo entrevistas e tal, mas eu sempre soube que meu caminho era esse, e eu sou feliz por ter criado 39 anos e meio, de professora aqui na rede municipal de ensino e agora aposentada.

C, B & T - Então quando você foi diretora do sindicato você continuou trabalhando como professora?

GPB - É, tempo eu estava na sala de aula, tempo eu estava liberada a depender das negociações com a prefeitura, das liberações. Mas ficou muito assim, não, eu não fiquei todo tempo liberada para o sindicato, apenas em uma gestão eu não participei, fiquei apenas na base, mas às vezes em que eu estive na direção, metade do tempo de todos esses anos, eu passei tanto na sala de aula, como em algumas vezes liberada para exercício do mandato sindical. Não só para o SINDIUTE, mas também para CUT aqui no Estado do Ceará.

C, B & T - Você entrou na universidade em qual ano? Como era o clima político?

GPB - Eu entrei na Universidade em 81, e porque aqui, nós tínhamos, bom, o vestibular aqui era, na época, era assim, eram questões alternadas, era a somatória, não era ABCD, era uma somatória, então quando a gente entrava, quando a gente fazer o vestibular, e era proferido o resultado, a gente entrava no semestre seguinte, então quando eu fiz o vestibular em 80, eu entrei no primeiro semestre de 80. Mas aí nós já estávamos numa época do movimento



estudantil, já tinha sido redesenhado o Diretório Central dos Estudantes, já estava assim, entendeu? A organização dos centros acadêmicos funcionava inclusive dentro da Universidade, no prédio da Universidade eram cedidas salas para o centro acadêmico funcionar, o centro acadêmico no curso de letras, era o Centro Acadêmico Patativa do Assaré, que é um poeta popular, conhecido internacionalmente, que é daqui da região do Cariri. Eu fui diretora do Centro Acadêmico Patativa do Assaré por algum tempo e depois eu fui para o Diretório Central dos estudantes.

E aí, o logo eu fiz, eu já bem no terceiro semestre da Universidade, eu fui para a Prefeitura de Fortaleza. Então no dia que eu cheguei na prefeitura, quando me apresentei na escola, com o meu memorando, já era uma greve, neste mesmo dia sendo articulado por professores que depois conseguiram inclusive a direção do SINDIUTE como ele é hoje, e aí eu já me integrei no movimento, e já fui também para outras instâncias e tal, e eu fui finalmente militar organizada na prefeitura, com os trabalhadores da educação, que antes eram denominados professores, não éramos na época ainda trabalhadores em educação, como é, como fazemos disso um conceito hoje de categoria, hoje nós somos trabalhadores em educação, na época nós éramos professores do município de Fortaleza, faz uma diferença, parece que é nomenclatura, mas não é, faz uma diferença do ponto de vista social, da organização dos trabalhadores, os dois termos, o que é ser professor e o que é trabalhador em educação.

C, B & T - Essa vivência no centro acadêmico, instrumentalizou você na militância sindical? Como que é, em termos da política e da consciência?

GPB - Eu sempre estudei em escola privada, eu estudava em escola de freira, e eu nunca tinha tido acesso realmente a nenhum debate, do ponto de vista, assim, das relações sociais, das teses que estavam postas para a sociedade debater, o marxismo, por exemplo, era muito debatido na universidade. Então eu não tive acesso a isso, até que eu entrei na universidade, e nas aulas de filosofia o professor, inclusive era padre e ainda está entre nós, um professor bastante inovador, progressista e tal. Ele discutia na filosofia, o marxismo, então eu realmente tive acesso a essa leitura de mundo, quando eu entrei, realmente, na universidade.

Porque eu venho de uma família do Piauí, a família da minha mãe é uma família do Piauí, e ela foi pioneira indo para o Estado do Ceará, servidora federal, casou com meu pai que é de Fortaleza. E eu vim de uma família assim, tradicional, inclusive que sempre esteve na política, ainda hoje meu primo foi deputado federal, estadual, uma família com uma certa

tradição. Tive um tio deputado federal cassado na ditadura, hoje o filho dele é o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, há pelo menos 10 mandatos seguidos. O meu tio era do MDB, aí foi cassado, depois voltou pela Anistia, passou a vida inteira como deputado federal, assim, ao longo da vida, até que seu filho se elegeu deputado estadual. Hoje seu neto é deputado estadual também.

Então assim, o que eu tinha, o que eu percebia da política, era tudo uma movimentação na cidade da minha mãe, era uma cidade interiorana, e em Teresina, onde meu tio era deputado estadual. Há toda uma movimentação no sentido de, ensinam a escrever, porque é preciso que as pessoas que moram no sítio votem. Então eu entendia isso como uma coisa assim bastante progressista, achava interessante que meu tio por exemplo lá no sítio, ele montar assim uma escola.

Na época nós tínhamos o Mobral, ele montava assim a escola, e eu quando ia de férias, quando estava de férias, e eu ia para lá, eu achava interessante aqueles alunos mais velhos, as pessoas que trabalhavam o dia todo no sítio, à noite pegando lápis, aprendendo a escrever o nome, porque eles votavam né. Então assim, a experiência que eu tive inicialmente com a política, antes de entrar na universidade, foi essa.

Então depois eu passei a ter uma leitura, ter uma visão das coisas, ter mais acesso à leitura, e às formas de organização, e a história, mesmo da política nacional e internacional, pude fazer esse debate também, com outros segmentos que não só de professores.

Então isso tudo foi uma experiência muito interessante, porque hoje eu continuo com os primos, que estão exercendo mandato, assim, recém-eleita, inclusive a esposa desse meu primo, que é presidente da Assembleia Legislativa de Teresina, é recém-eleita prefeita da cidade onde a minha mãe nasceu e tal, inclusive ganhou a eleição do Partido dos Trabalhadores, que perdeu a eleição lá.

Então assim, teve uma época assim, que a gente preferia quando estávamos em família, preferimos não conversar sobre política, porque eu sempre fui do Partido dos Trabalhadores, e eles sempre foram assim de uma outra opção partidária, e eram muito contraditórios, sempre foi assim, pelo menos a cidade onde a minha mãe nasceu, é uma cidade menor do Piauí e tal. Mas hoje, eu lá estivesse, teria feito a campanha pro PT né. Então, ninguém entende muito, prefere o PT do que a família? É o primo, é a prima, mas realmente, eu fiz a bem essa diferença, e tô tranquila com todo mundo, mas realmente mantenho a minha filiação partidária, ainda sou filiada ao PT, participei de várias gestões da CUT aqui no estado, e apesar de aposentada, ou também por ser aposentada, ainda estou na luta, ainda estou colaborando muito com este sindicato.

C, B & T - Então a sua grande influência começou com esse professor de Filosofia e aí você também começou a se articular lá dentro dos movimentos estudantis?

GPB - O professor Manfredo é um padre, um grande professor aqui da Universidade Federal do Ceará, inclusive quando a gente trouxe recentemente o Leonardo Boff para uma conversa conosco aqui, num curso de formação que nós fizemos, eu tive o prazer de revê-lo, ele é muito amigo do Leonardo Boff, esteve conosco nesse curso de formação. Eu fiquei bastante emocionada ao revê-lo, depois de mais de 30 anos, eu vendo mais uma vez, então foi uma feliz coincidência.

C, B & T - E você lembra dos agrupamentos políticos que tinha na Universidade, no movimento estudantil?

GPB - Eu lembro da Libelu, que era Liberdade e Luta, tinha um grupo que era prestista, que se reivindicava da política do Prestes, que eram algumas pessoas que faziam parte do Centro Acadêmico né. Tinha assim, eram várias correntes que vinham da clandestinidade, que se organizavam agora de forma mais abertas e tal. Agora no meu curso mesmo, tinha os prestistas, e tinham as pessoas que se reivindicavam do trotskismo, que era o grupo da Liberdade e Luta, que hoje tem uma intervenção com alguns diretores no meu sindicato, mas já na versão sindical, que é a corrente Trabalho, uma corrente que interna do Partido dos Trabalhadores.

C, B & T - Podemos falar de você com professora, antes de falarmos do movimento sindical, como um testemunho de época, de como os professores eram. Neste sentido, como era o trabalho pedagógico? Você começou a trabalhar em 1981, ainda estava em regime militar, como era?

GPB - Quando eu entrei, já havia uma abertura, porque a minha carteira foi assinada no mês de maio de 82, e nós já vivíamos uma abertura. Nós já não tínhamos mais nenhuma, aqui pelo menos, eu não vivi isso, nós já não tínhamos mais nenhuma censura estabelecida. Inclusive na universidade, nós fizemos greve por conta do aumento da tarifa do restaurante universitário, que era onde eu também almoçava, porque de manhã eu estava na Universidade, e à tarde eu ia dar aula numa escola da prefeitura. Então eu utilizava o restaurante universitário, eu

particpei dessas greves e tal. Ainda também como atividade do Centro Acadêmico. Então nós não tínhamos não, nenhuma censura, eu não vivi nenhuma censura, assim, à época não. Nem como estudante, nem como professora, eu acho que quando eu ingressei aqui na Universidade, já havia realmente uma abertura, já havia um movimento.

Eu lembro que havia na cidade, na época, um movimento pela Anistia, que era impulsionado aqui pela professora Maria Luiza, que foi a primeira prefeita do PT no Brasil, mulher, era a Maria Luísa. A professora Rosa Fonseca, que foi vereadora por aqui em Fortaleza também, e era a presidenta do nosso sindicato. Foi presidenta por longos anos no nosso sindicato, ela organizava aqui em Fortaleza o movimento de mulheres e o movimento pela Anistia.

Então eu lembro que já podíamos contar com uma certa abertura, e várias pessoas já voltavam à Fortaleza, pessoas que estavam morando fora do Brasil e tal. Eu não tenho lembrança de nenhum tipo de censura Essa época não a partir de 80 aqui não tivemos nenhum incidente nem nada nenhuma coisa que lembrasse de não poder me organizar de não poder falar de militar não tinha

C, B & T - E você entrou por concurso, a maioria já era concursada, ou tinha uma parte que era contratada?

GPB - Aqui no estado, aqui no município, a gente era contratado, não tínhamos concurso. O concurso partiu muito tempo depois, eu fiz concurso para rede estadual e cheguei a pensar em assumir, mas como era para uma cidade muito longe, tá bom eu já tinha cem horas na prefeitura, já tinha universidade e resolvi não assumir o concurso do Estado. Então abri mão do concurso do estado, e me mantive na prefeitura. E depois de muitos e muitos anos, e depois de muita luta pela ampliação da carga horária, e aí me aposentei com 200 horas na prefeitura de Fortaleza.

C, B & T - Então era todo mundo contratado, vocês conseguiram o concurso quando você lembra?

GPB - O concurso eu acho que, salvo engano, depois 88. E hoje toda a rede é concursada, a não ser por professores substitutos que não são concursados, eles fazem seleção pública ou participam por vezes de seleção simplificada por currículo, mas são pessoas que ficam na rede de forma temporária.

C, B & T - E você lembra do trabalho pedagógico, qual linha você acha que adotavam? Ou vocês eram mais livres para adotar uma linha pedagógica também?

GPB - As escolas aqui têm uns supervisores escolares, mas assim nós não tínhamos, pelo menos quando eu entrei na prefeitura, aqui tinha muito mais uma fiscalização do trabalho das estatísticas, de quantos a gente aprovou, do que realmente um trabalho pedagógico, nós não tínhamos uma, nós não tínhamos formação pedagógica, então a gente vinha com a experiência da Universidade que a gente tinha ali.

Eu lembro que somente numa determinada época, nós tivemos aqui a discussão sobre o construtivismo. Você lembra quando foi aí realmente a gente tem um grande debate sobre o trabalho, mas a gente não tem assim nenhum outro momento que a gente tivesse discutido de fato, assim uma linha pedagógica para rede, isso faz muita falta, até hoje eu acho que isso faz muita falta.

Porque eu fui por algum tempo alfabetizadora e a gente realmente não tinha essa formação, até porque o curso que eu fiz na universidade, ele necessariamente não me qualificou para alfabetização, e a gente ia de fato ia aprendendo com a experiência né. Eu gostei muito de ter sido alfabetizadora, participei de todos os projetos da escola, tive oportunidade de participar também, por um tempo, como professora de educação de jovens e adultos, aqui nós chamamos de EJA. E assim participei de várias etapas aqui, de várias modalidades do ensino de EJA, alfabetização de primeiro ao quinto ano e tal. Mas realmente eu senti muito falta de uma formação, mas assim de educação mais voltado para questão pedagógica.

C, B & T - Você poderia dizer que as pedagogias que vocês adotavam eram bem ecléticas?

GPB - É, não tinha uma linha, eu não ouvi alguém reunindo os professores para falar, “nós vamos trabalhar nesta linha, vamos pensar Paulo Freire, vamos pensar numa linha pedagógica”, entendeu, eu não vi isso aqui.

C, B & T - E o currículo, como era o currículo oficial?

GPB - Era um currículo padrão, era impossível. Na época era impresso em forma de livreto, e chega aí nas nossas mãos, e a gente fazia o plano de aula, e todo fim de mês a gente entregava

o plano de aula, o supervisor escolar ajustava alguma coisa, conversava e tal, mas não tinha uma que amiúde assim que acompanhava, não tinha. Foi realmente feito com as experiências mesmo, do dia a dia da sala de aula, vocês eram mais monitorados na relação aprovação reprovação. Eu acho que havia muita preocupação de quantos alunos foram reprovados, e quantos alunos foram promovidos né.

Eu acho que a rede Municipal tinha muito essa preocupação, até hoje acho que ainda tem né, porque no Ceará, a gente discute muito estatística. A gente é até considerado uma das melhores aplicações da estatística no Brasil, a mídia fala muito disso, são vários prêmios para a prefeitura e tal.

Sobre o desempenho aqui, de premiação para os professores que tivessem o melhor desempenho, na verdade isso é uma avaliação de desempenho né, é o início de uma política que a gente sempre questionou. A estatística, isso seria muito bom para gente ir para mesa de negociação, e dizer, bom, nós somos os melhores professores, as estatísticas são uma verdade, então cadê isso no nosso salário? Isso animava bastante o diálogo numa mesa de negociação, mas realmente a formação, ela me fez falta né, porque a gente que tá fora da sala de aula, a gente quer aprender mais, mas sempre então eu acho que a formação permite esse aprendizado.

Hoje a Prefeitura de Fortaleza faz a formação, mas ainda há algo que os professores acham, às vezes, um pouco monótono, mas a formação é obrigatória hoje né. Hoje ela é obrigatória, por conta da LDB e ela conserta bem, por isso ela é obrigatória e tal. Eu acho que até que a gente fica bem, porque antes a gente não tinha nenhuma formação, assim organizada com monitoramento, com acompanhamento.

Hoje a gente tem inclusive, um terço da nossa carga horária que é destinada a formação, e a gente faz a formação por polos, na escola. São polos que se reúnem aqui por regionais, por determinadas regiões da cidade, e a prefeitura oferece cursos de formação aos trabalhadores em educação. Então isso nós consideramos até uma conquista, uma conquista do nosso debate ao longo desses anos, mas eu acho que isso vai acontecer, dessa discussão da estatística.

Quando a gente faz a formação, é claro que a gente enriquece o dia a dia da escola, mas ainda há aqueles que acham que deveria ser melhor direcionada. As pessoas procuram, por exemplo, o que já está na sala de aula e tem uma certa experiência, poderia ser formador, porque iria trazer a experiência da sala de aula para os demais. E às vezes alguém que entra na prefeitura, torna-se logo formador com experiência só da universidade, não têm a vivência da escola. Então essa é uma coisa muito falada pelos professores e a gente tem repassado isso

para Secretaria Municipal de Educação, eu acredito que eles ainda consultam nossa opinião sobre a formação. Mas o mais importante é que ela acontece, isso é uma conquista nossa.

C, B & T - Então vocês como sindicato, vocês negociam os temas da formação com a secretaria?

GPB - A formação está sempre na nossa preocupação, então ela está sempre né. Quando a gente vai negociar, a gente não quer negociar só salário, a gente quer negociar a situação da escola, a gente quer negociar a condição da implementação dessa formação, se tem condição ou não de implementar, o que é formação, propor então avaliação sobre formação, nós também fazemos.

A gente acha interessante fazer, porque os professores fazem essa leitura da formação que a prefeitura propicia, então está sempre em debate. Na medida do possível, como a gente vai fazer com a Secretaria da Educação uma discussão mais pedagógica, da formação, dos itens com a qual a gente se preocupa.

C, B & T - E quais são os temas que os professores têm pedido?

GPB - Aqui na verdade, o que eles pedem de fato, são experiências concretas para sala de aula né, porque eles acham que às vezes a formação ela é muito teórica. Por isso eu acho importante, por exemplo, que quem está dentro de uma sala de aula, por exemplo, da educação infantil, pode estar na formação como monitor para colocar quais são as experiências, as vivências de uma sala de aula, de um professor que tem 15 e 20 anos de magistério. Então assim, os temas diversos distribuídos por área, também por área específica, também formação para educação infantil, formação para o ensino fundamental e tem formação para as áreas específicas.

Mas o que a gente discute sempre, é se fosse melhor ser menos teórico e mais prático na formação, essa é a discussão que os professores levantam. Mas eu volto a dizer, o importante é que agora nós temos pelo menos um caminho da formação, que antes quando eu entrei na prefeitura de Fortaleza, não havia.

C, B & T - Durante o regime militar a gente tinha uma dinâmica na escola, após regime a gente tem outra dinâmica, ou mudou somente na LDB?

GPB - Eu acho que já faz um tempo que a prefeitura, eu acho que desde a LDB, a prefeitura começou a se preocupar com essa questão da formação. No que pese, os orientadores e os supervisores terem assim uma participação dentro da escola, é importante escutar as famílias, e o supervisor muito mais com os professores. Aqui nós temos o coordenador, que é um professor entre nós.

Sempre houve essa preocupação com a formação, então hoje nós estamos assim, com isso institucionalizado. É mais tranquilo dizer que hoje a formação, ela hoje está institucionalizada, e nós temos um terço da nossa carga horária destinada a nossa formação.

Eu falei do piso, quando veio a lei do piso, a questão da carga horária e foi destinado um terço para a formação dos professores, que foi no governo do presidente Lula. Então a lei do piso, ela é um tripé, ela tem a questão salarial, e a questão da formação, e ela diz respeito a direitos que estão postos hoje na educação, e já ameaçados, como a paridade entre aposentados e professores da ativa. Na conquista da lei do piso, e a formação, ela veio nessa embutida nessa proposta do piso nacional do magistério, porque Lula entendeu na época que o piso não era só o salário do professor. A discussão era mais ampla, o governo na época entendeu, isso então a lei do piso não é só sobre a faixa salarial, ela vem com o debate da qualificação e essa formação ela tem esse objetivo de qualificar cada vez mais, nós no ensino,

C, B & T - Você lembra se antes tinham ensino mais tradicional, e agora não?

GPB - É um grande debate, mas a gente pode avaliar os resultados, então assim eu consigo ver que antes da gente tinha menos condição, menos formação, e hoje nós temos uma situação um pouco diferenciada, porque nós conseguimos construir uma legislação nacional que está mais lapidada. Construímos um parque escolar maior, mais amplo, nós temos mais recursos hoje para educação, que não tínhamos antes.

Por exemplo, aí na capital, antes era por exemplo, era uma parte da Secretaria da Saúde, então isso evoluiu hoje, a gente compreende a creche não só como cuidar, mas ela entende que também tem uma função pedagógica, na instrução na vida do aluno desde bebê. Então isso é interessante, nós ampliamos com essas modalidades, também dos trabalhadores, a condição dos trabalhadores em Fortaleza. Hoje nós temos os professores, os assistentes da educação infantil, que estão junto com professor na sala de aula, é um espaço diferenciado.

Antes tínhamos um professor a cada vinte alunos, hoje nós temos um professor e uma de um assistente da educação infantil, começaram com o número mais reduzido de alunos. Temos a legislação municipal, temos o Conselho Municipal de Educação discutindo, isso



então é claro que as coisas evoluíram, não é escola ainda que nós queremos, mas é uma escola que contém dentro dela hoje, uma trajetória de luta de uma categoria que se dispôs a lutar por uma educação de qualidade e social.

Eu acho que hoje a esta marca a escola tem, esta construção da escola, sobre o significado da escola, da importância dos trabalhadores da educação unificados, da sua condição de trabalho, da sua formação, da sua situação previdenciária em debate e em discussão.

Então tudo isso, eu acho que você começa a discutir, desde que o professor entra na escola, o professor entra na escola com o concurso, até o dia quando ele se aposenta, vamos discutir a reforma da Previdência. Então eu acho que quando a gente faz esse debate, mas tanto, temos muito que conversar na hora do intervalo, que passou a ter outro nome, antes era recreio, e agora é intervalo.

Então muda tudo, só não muda a nossa vontade de ter essa escola que nós queremos, essa escola realmente laica, pública, gratuita, de qualidade social. Então não é um chavão, é realmente um projeto.

C, B & T - Parabéns, por que o piso salarial, e um terço da jornada em formação, ainda não é uma realidade para todos os professores do Brasil.

Sim, existem municípios que ainda não reconhecem, eu falei, aí não implementa a lei do piso. Nós já estamos com ela, e temos municípios que ainda não experimentou essa legislação, pelo contrário, dividiu a categoria, a carga horária dos professores para 100 horas, e pagamento de metade do salário. Ou então que o piso é só para início de carreira, por isso que foi importante os planos de cargo e carreira, e aqui no município de Fortaleza nós temos o nosso, é possível fazer carreira.

Essa discussão que estamos fazendo agora, porque nós estamos fazendo a discussão sobre a Reforma da Previdência, inclusive porque está tramitando aqui em Fortaleza, na Câmara Municipal, esse projeto de lei.

Mas pelo nosso plano de cargo e carreira, é possível estimular a qualificação dos professores para que ele faça sua pós-graduação, o seu mestrado, seu doutorado. Porque nós temos aqui uma carreira de fato, que pode ser ameaçada por esta Reforma da Previdência, mas que ainda é legislação, e nós vamos lutar para mantê-la certamente.

C, B & T - Vocês nunca adotaram um sistema de ensino privado?

GPB - Aqui há uma, eles estão ensaiando fazer isso, mas ainda assim, ainda não há aqueles vouchers, ainda não tem esse sistema voucher, eles discutem isso com a prefeitura. Eles chegam a fazer debate, é que a gente se mobiliza bastante pra que isso não fosse implementado, mas já tem algumas fundações que já trabalham em conjunto com a prefeitura de Fortaleza, e que já ajudam a coordenar alguns segmentos aqui dentro das escolas e tal, essa política ele já tentou desenvolver, mas ainda não é uma realidade fechada aqui para os municípios.

C, B & T - Os sindicatos são contrários a esse tipo de convênio?

GPB - Somos contrários, nós achamos que o dinheiro público é para educação pública e o governo tem que fazer esse debate, o governo tem que fazer essa, o governo tem que pensar na educação como investimento, não é como despesa, então a gente acha que a população brasileira já paga muitos impostos, e isso tem que reverter em serviço público, então somos contra a tese do Estado mínimo, a desresponsabilização do Estado, diante dos serviços básicos, como a educação e saúde, segurança, por exemplo. É papel do Estado, é dever do Estado a manutenção e a ampliação do sistema de ensino.

C, B & T - Tem muita doença ocupacional, do tempo que você começou a trabalhar para os dias de hoje?

GPB - Bastante, alguns professores inclusive readequados. Aqui nós temos professores readequados, estão fora de sala de aula, estão com doenças funcionais adquiridas. Nós temos muita gente com doença locomotora, mas muita gente com doença psiquiátrica, tem muita gente com doença vocal. Então esses professores hoje estão assumindo outras tarefas na escola, e estão fora de sala de aula, e muitos deles inclusive agora, estão sendo aposentados por invalidez, o que redimensiona muito o salário, diminuiu o muito salário dos professores.

Então é uma situação muito grave que estamos vivendo aqui, e as condições sociais de violência dentro da escola, elas têm trazido muita, muita consequência física e mental para os professores. Nós temos muitos, muitos casos mesmo de síndrome do pânico, a síndrome de Burnout, é uma realidade, assim as pessoas pensam muito na desistência de estar na escola, de estar na sala de aula.

Assim, a gente tem trabalhado muito com os professores, a possibilidade da recuperação, mas quando isso não é possível, eles acabam mesmo na vala da aposentadoria por invalidez, que é um grande problema que a gente tá discutindo agora. Porque a prefeitura queria fazer mesmo uma triagem, quem fica quem não fica sai, e sai por invalidez. E a gente tem mantido os professores em algumas condições dentro das escolas, não sei por quanto tempo, mas temos feito essa função, essa negociação com a Prefeitura de Fortaleza, e nós temos conquistados esta possibilidade, do professor ficar em grupo de aprendizado que é praticamente o reforço, outros vão para a gestão, exercendo realmente outras atividades da escola, numa biblioteca. Mas essa questão nos preocupa, porque pode ser que ela tenha um prazo para ser resolvida, e nós estamos muito assim apreensivos. Começou a nova gestão, vem novas ideias, vem outras concepções sobre as coisas, e quanto menor o orçamento, mais o prefeito se preocupa em diminuir a rede. Então é um debate sempre presente nas nossas mesas de negociação as questões dos professores readequados.

C, B & T - E na época quando vocês eram contratados, como se dava a situação com as pessoas que tinham essas doenças profissionais.

GPB - Nós éramos contratados como celetistas, aí depois a gente tem a transformação do nosso contrato para estatutário. Então quando éramos celetistas, nós tínhamos a previdência própria, mesmo como celetista, e depois estatutário, claro que essa previdência permaneceu até hoje. Com essa questão aí nós tivemos muitos problemas, porque a previdência municipal, ela de uma certa forma um pouco disso.

C, B & T - Agora vamos falar sobre o processo de formação do grupo da Oposição, dos professores rumo aos congressos de fundação do SINDIUTE. Em 1983, foi a primeira greve dos professores após a instauração do regime militar, foi a Oposição que preparou a greve?

GPB - Eu entrei na prefeitura em maio de 82, quando eu entrei, me apresentei na escola, e os professores estavam saindo para se reunir para a primeira paralisação, então nós tivemos essa primeira atividade de paralisação já e 82.

C, B & T - E era só professor?

GPB - Nós éramos aqui, uma associação de professores, a APEOC, e tínhamos várias outras associações, cada segmento da escola tinha uma associação. Então a escola era muito departamentalizada, cada um ficava numa sala, era uma sala da direção, uma sala da supervisão, uma sala dos professores, a cozinha para as merendeiras, o porteiro lá no portão da frente. Ou seja, a escola era muito departamentalizada, e isso se refletia na organização dos profissionais, então nós tínhamos a Associação dos professores, a Associação dos diretores, a Associação dos supervisores, a Associação dos orientadores, e ainda tínhamos Associação dos Professores de Educação Física.

C, B & T - E essa primeira paralisação que você participou em 82, foi só de professor?

GPB- Foi só de professores, e em 83 foi a greve mesmo. E dali para frente, participei de muito movimentos, com mais tempo de paralisação e tal, mas ainda éramos uma Associação de professores e nos tornamos sindicato em 88, com a nova constituição.

C, B & T - E quando a posição começa a se formar, foi na greve de 83, a Oposição ajudou a organizar a greve de 83?

GPB - Foi um pouco antes, porque quando aqui surgiu uma modalidade de ensino chamada Telecine, que era a televisão dentro da sala de aula e o monitor, houve concurso para esse pessoal. Teve concurso e entrou muita gente à época que vinha de outros movimentos, e assim, isso incrementou muito na organização e na mobilização dos professores.

Eu lembro que a ex presidenta do nosso sindicato, que também já foi vereadora aqui da cidade, e já vindo na prefeitura como orientadora educacional, ela entrou mais ou menos em meados de 81, 82, e foi reunindo gente que já tinha alguma vivência em algum lugar do movimento estudantil, e aí as coisas começaram a acontecer. Nós tínhamos inicialmente uma oposição sindical na APEOC. A APEOC era uma associação, e nós tínhamos uma oposição dentro da nossa associação, porque se fazia a leitura de que o presidente da associação... (A entrevista foi interrompida por problemas técnicos, e combinamos de prosseguir em entrevista no dia 04/03/2021)

Entrevista dia 04/03/2021.

O Fausto foi até candidato a prefeito de Fortaleza pelo Partido Comunista do Brasil, e ele tem uma relação mais estreita com a CTB, mas à época que era o professor Brilhante o presidente da Associação dos Professores do Ceará, não existia luta, não existia atividade de rua, não existia instância democrática de se organizar, porque tá sem reunir, não existia a base, não tinha nenhuma intervenção da Associação, era uma Associação muito voltada para às questões assistencialistas. O professor Brilhante que a conduzia, do ponto de vista da política, era bastante conservador, ainda era o professor que reivindicava dar aquela aula de paletó. Então assim não tinha nenhuma manifestação da base, nada funcionava assim democraticamente. O presidente da Associação, ele resolvia ali fazer com os governos as reuniões, discutiam reajustes, mas de uma forma muito, muito pessoal, inclusive até hoje a APEOC tem esse carimbo sabe. Tanto é que a sede da APEOC tem um subtítulo, é o Palácio da Educação, está lá escrito com letras garrafais, Palácio da Educação.

Ou seja, o Palácio do Governo e o Palácio da Educação (que era Associação dos Professores), pode parecer que não tem assim tanta importância, relação, mas de qualquer forma é uma concepção, porque se de um lado tinha um Palácio do Governo, e outro lado tem da Educação, então o palácio era assim algo que era realmente bastante estranho para uma categoria de trabalhadores habitar. Ter um Palácio à sua sede, então eu acho que é bastante simbólico, é uma concepção que de repente revelava o que pensava e como pensava, o então Presidente e a sua Diretoria da APEOC, realmente é um pensamento bastante conservador.

C, B & T - Como se fosse uma extensão do Palácio do Governo?

GPB - Exatamente, então era de Palácio para o Palácio, as negociações, as discussões, a construção para uma política de educação, realmente ainda hoje o Palácio da Educação está, ainda permanece.

C, B & T - Você se lembra da relação que a APEOC tinha com o Governo do Estado, você lembra das ações que o Brilhante tinha com a Secretaria, para planejar plano de carreira, etc.?

G.P.B - O professor Brilhante realmente era aquele professor conservador, tinha uma relação muito próxima com o Governo do Estado, tinha livre trânsito de ser recebido, de conversar. Como não tinha de fato o movimento de base, não tinha instância, não tinha assembleia, ele ficava ali realizando as atividades institucionais da associação.

O fato é que depois o Brilhante não está presente na mudança das associações para sindicatos, da mudança das eleições, aí assumiram também o sindicato da APEOC, o professor Fausto Arruda e o professor Jaime de Alencar. Até hoje a viúva do professor Jaime Alencar, a Penha, está na tesouraria da APEOC. Eles assumiram o Fausto Arruda, que era um professor bastante conhecido, filho inclusive de parlamentar, de vereador e tal, tinha realmente, digamos assim, política. Não vou nem ficar com a discussão se era melhor política, ele realmente era bastante conhecido na cidade, tinha uma relação com o MR-8, que era um segmento do MDB, eram os ditos progressistas do MDB. Era uma ala do Partido, mas ele realmente tocou muito a questão de uma forma ainda com resquícios da associação antidemocrática. Tanto é que aconteceram muitas greves, nós já estávamos no processo de fusão das associações. Quando o professor Fausto, de acordo com o encaminhamento da CNTE, e foi inclusive pelo professor Jairo, que era também majoritário da sua direção, hoje falecido, mas a sua esposa ainda continua na direção da APEOC, era presidenta na sequência, a Presidenta da APEOC, a professora Penha.

Então, quando o Fausto Arruda manifestou acordo em fazer a fusão, de todas as associações, e transformar a APEOC no maior sindicato, que seria do Estado, muito fortalecido. E como a dita Oposição vinha junto nesse processo, que tinha uma professora na época bastante influente, que era da Oposição, a professora Rosa Fonseca, que foi vereadora da cidade, que veio do movimento estudantil, que foi presa política, conhecida, muita assim corajosa, com um discurso muito atuante, poder de persuasão grande, uma liderança de fato. Então quando a professora Rosa, que hoje está desfilada de todos os sindicatos, ela não acredita mais no sindicato, ela faz outra leitura hoje do mundo, que eu respeito mas discordo, hoje ela organiza uma sociedade alternativa no sítio e tal, aqui no Ceará, numa cidade aqui próxima de Fortaleza, mas quando assim, o Fausto Arruda demonstrou a possibilidade de fazer esse sindicato, trazendo todo mundo, inclusive já tinha dado baixa no CNPJ da APEOC.

Nós já tínhamos tido três anos de maturação desse processo, de fusão das entidades, já há três anos vinha para Fortaleza, uma comissão da então CNTE, que estava nascendo, para fazer este processo de organização aqui no estado do Ceará, o professor Rui, que é da Bahia, e hoje é deputado estadual. Mas a ideia é da direção da CNTE, que começou com Francisco das Chagas, que foi para o MEC dos governos Lula e Dilma, que hoje mora no Rio Grande do Norte, que é a cidade dele, e também passou por secretaria de educação. Então, essas pessoas quando eram da Confederação, e o Professor Milton também da Paraíba, também participou desta articulação, era uma comissão da CNTE que vinha para cá, para organizar por três anos, veio esta fusão.

Quando a fusão já estava quase concretizada, com todos os CNPJ das associações dado baixa, o professor Jaime se insurgiu politicamente, manifestando desacordo nesta fusão. Levantou novamente o CNPJ da APEOC, que foi aí que aconteceu a grande divisão, do ponto de vista da organização dos trabalhadores daqui do Ceará, da educação, uma grande divisão, porque não foi todo mundo de volta para a APEOC. A direção da APEOC, parte dela voltou assim a reorganizar com a APEOC, depois se transformou em sindicato a APEOC. E as associações dos orientadores, dos supervisores, e professores de educação física e a Oposição, até então que era o Movimento de Unificação de Defesa da Educação, MUDE, que depois veio se transformar no embrião do SINDIUTE, que era o SINTECE, Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Ceará, todas essas associações, em vez de seguirem a APEOC na reorganização de seu CNPJ, desviaram o caminho e entenderam que era melhor fazer a fusão que a CNTE estava propondo, sem a APEOC, ainda que fosse sem a APEOC.

Foi um processo muito simbólico, assim, porque o professor Fausto tinha tido a intenção de fazer a fusão, foi ele quem deu baixa no CNPJ da APEOC, ele era então o presidente da APEOC na época. Parte da direção estava com o Professor Fausto, outra parte se rebelou como o professor Jaime, que acabou consolidando a APEOC separado das outras entidades.

E foi até simbólico, isso virou notícia na cidade em todos os jornais, porque simbolicamente, assim, o Professor Fausto foi retirado da presidência da APEOC, teve ação judicial, foi inclusive o oficial de justiça na sede da APEOC para tirá-lo da presidência da APEOC, e ele reagiu, e saiu da direção da APEOC de uma forma bem abrupta. Não foi um processo muito democrático nem muito tranquilo, houve reação.

Daí então, o Professor Fausto ficou mais um tempinho em Fortaleza, mas foi morar em outros lugares do Brasil, e hoje não mora mais aqui no Estado do Ceará.

C, B & T- Saiu do movimento?

GPB - Não, estava no Rio de Janeiro ainda com algumas tarefas, organizando jornais, eu acho que ele era do Jornal A Hora do Povo, jornal que já circulava nas bancas. Então assim, o professor Jairo depois de algum tempo faleceu, mas a professora Penha que era a sua esposa assumiu a presidência da APEOC, e lá está até hoje, hoje como tesoureira da APEOC.

C, B & T - Sobre o processo de formação da Oposição, como foi se dando, e as formas de luta. Eu li a tese da Danuza Almeida, e a dissertação da Valdeci de Paula, mas eu não tive

acesso a dissertação da Rosa da Fonseca. Então gostaria de perguntar em relação à organização, por exemplo, em 1983, foi a primeira grande greve dos professores após a instauração da ditadura. Então eu gostaria de perguntar, com o projeto “tempo de mudança”, o governo do estado tomou a iniciativa de contratar bastante professores, ou é da Prefeitura de Fortaleza?

GPB - No estado e Fortaleza hoje, por exemplo, nós ainda temos essa política aqui de terceirização.

C, B & T - Em 83 já era terceirização?

GPB - Aqui sempre teve, tem alguns momentos específicos da contratação de professores, porque sempre que a gente fazia a greve, havia ameaça, se vocês não voltarem, nós vamos contratar professores substitutos para o período em que vocês estão de greve. Para abortar qualquer possibilidade de paralisação, e também combinando com isso, uma política institucionalizada mesmo, tanto é que hoje nós temos por exemplo, 3.200 professores daqui de Fortaleza terceirizados, e a ameaça permanece.

C, B & T - Desculpa é terceirizado, ou é vínculo precário?

GPB - Vínculo precário, é que a gente chama de terceirizado mas não, são contratos aqui em Fortaleza, são contratos individuais entre as partes, cláusula assim draconianas. O professor se faltar um dia, tem esse dia descontado, ele não tem nenhuma assim nada que o estatuto do magistério prevê em direitos. Na verdade, ele é o professor, a gente chama assim, muita gente diz que é o boia-fria, porque tá dia após dia, realmente quando sai, não tem nenhuma, né. Eram celetistas, hoje não são mais, hoje é o contrato entre as partes e tem toda uma dificuldade no processo de lotação, tem muita rotatividade, tem uma seleção pública que é bastante, é uma seleção pública assim, não é fácil fazer uma seleção pública, mas não tem caráter de concurso, porque não a vaga efetiva. Nós conquistamos o direito de representar eles, hoje podem ser filiados ao sindicato, nós temos muitos professores substitutos filiados aqui no nosso sindicato.

GPB - Você lembra quando vocês conquistaram essa representação?



Tem tempo, não muito tempo, mas já faz algum tempo, me falha a memória, faz alguns anos, mas não tantos.

Para o estado essa realidade foi mais rápida, do concurso, para o município não. Nós éramos mesmo contratados, depois celetistas, depois transformados em estatutários.

Porque assim quem vem do concurso, vem de uma universidade, porque o título é obrigatório, então assim, é claro que tinha algo a mais, um acréscimo já de quem vinha do movimento estudantil. Mas a massa o professorado, realmente era mais organizada, e era muito disposta a luta, sabe, e a Oposição à direção da APEOC, animava muito esta luta.

Contagiava a cidade, porque nós somos geograficamente organizados por bairros, aqui no bairro, por exemplo, onde eu fui trabalhar, eram nove escolas uma do lado da outra. Então geograficamente no município, isso facilitava a gente tá se organizando, aí nós construímos algo chamado zonal. Zonal eram reuniões por bairros que congregava professores de várias escolas, dali no entorno de cada bairro, e esses e mais inclusive, eles organizavam as assembleias, as greves, então assim, nós passamos a ter uma organização de bairro real, que congregava muita gente, por que eram Zonais das regionais, e assim, esses jornais até hoje aqui no SINDIUTE nós fazemos, quando temos um embate maior, nós achamos importantes. Não são instâncias de decisão, mas são instâncias de organização e mobilização. Então esse advento da criação de Zonais partiu dessa época, de 83 pra cá nós começamos a organizar esses zonais, e eles permanecem até hoje.

C, B & T - A Valdeci de Paula pediu para eu perguntar para você, qual é o índice de sindicalização que vocês têm hoje?

GPB - O SINDIUTE tem aproximadamente, nós temos aproximadamente 11 mil sócios, de uma base efetiva de uns 13 mil. Então assim, nós temos um percentual bem elevado de sindicalização, aqui no município, proporcionalmente aqui no Ceará, é, proporcionalmente o sindicato aqui de capital, numa região urbana, a gente tem realmente um nível de sindicalização bastante expressivo.

C, B & T - Você diz 13.000 efetivos por quê? São 13 mil efetivos e o resto são os 3.200 contratados?

GPB - Aqui no sindicato nós temos os professores substitutos, que estão na rede por um período. Apesar de que aqui os substitutos, como eles têm renovando assim, essa política do

professor substituto, nós temos professores substitutos com 10 anos na rede. Então eles já se integram às manifestações sindicais e permanecem em filiados.

C, B & T - Então os 11 mil sócios são em cima de 16 mil professores?

GPB - É, considerando esses professores que têm rotatividade na rede

C, B & T - E esse alto índice de sindicalização, já ocorre na fundação de vocês em 1991, ou foi uma construção?

GPB - Foi uma construção, porque nós éramos, no SINTECE, e no início do SINDIUTE, nós éramos um sindicato estadual e municipal. Depois nós migramos para municipal, que somos hoje, mas de lá para cá, nós passamos por vários processos judiciais movidos pela APEOC, para que a gente não tivesse a representação sindical, que finalmente algum tempo atrás nós conquistamos, a chamada carta sindical. Já tem uns oito anos.

Antes da carta nós éramos reconhecidos, porque nós tínhamos a filiação. Então nós temos além do SINDIUTE, e esse foi um processo também que aconteceu quando a gente estava nessa disputa com a APEOC. Nós tínhamos a possibilidade de que a qualquer momento, teríamos as portas fechadas, porque a APEOC alegava representação e a carta sindical. Então nós criamos, de um tempo pra cá, vários sindiutes, à medida em que você criava, eles obstruíram juridicamente, e aí a gente criava a outro, e aí eles obstruíam, e a gente criava outro.

C, B & T - Quando você diz criar, é oficializar no cartório?

GPB - É oficializada no cartório, claro que tinha a abertura sindical, mas eles obstruíam, então esse processo aí, de obstrução do nosso funcionamento foram anos, mas nunca deixamos de funcionar por um dia, porque nós constituímos a União dos Trabalhadores em Educação, que é a UTE, como nós tínhamos esse problema com a APEOC.

E aí isso o governador dizia, bom, “quem é o sindicato? Quem representa então?” Para não ter problema com nossas consignações, nós criamos saúde a UTE, que é a União dos Trabalhadores em Educação, para qual nós também fazemos parte. Tem eleição, que tem CNPJ, e que funcionou durante todo esse tempo junto ao SINDIUTE sem nenhum problema, é uma associação com pessoas que também, em determinado momento, principalmente à

época antes da carta sindical. Era bastante assim reconhecida, tanto na mesa de negociação e sempre foi respeitada pelos governos e tal. Como congregava vários sindicatos, bancários e tal, tinha uma associação, aí nesse processo de mutação, entre a associação e criação de sindicatos de servidor público, isso foi muito comum no Brasil, muitas associações que vinham sendo embriões de sindicatos.

C, B & T - A carta sindical fez alguma diferença para vocês, mudou a atuação de vocês?

GPB - Ela nos dá uma segurança jurídica, ela nos garante juridicamente a representação, isso é muito importante, mas nós nunca deixamos de funcionar porque não tínhamos carta sindical.

C, B & T - Os governos sempre receberam vocês?

GPB - Sempre, a vida inteira, a mesa de negociação no município de Fortaleza foi SINDIUTE.

C, B & T - E para o estado, vocês não conseguiram uma mobilização suficiente?

GPB - Não, porque até os professores, eu acho que a base fez muito a sua escolha, sabe, os professores do estado fizeram a trilha da APEOC, e os professores do município fizeram a trilha do SINDIUTE. Até porque as lideranças mais conhecidas, mais exponenciais à época, eram do município, por exemplo, a professora Rosa, era do município de Fortaleza. Então assim, até porque tinha uma certa influência nas escolas municipais.

A professora Valdeci, por exemplo, é professora do Estado, ela permanece filiada como todos ainda permanecem filiados ao SINDIUTE. Porque nós não temos mais intervenção estadual, como ela é uma sócia antiga, permaneceu, mas a representação e as negociações e a mesa de debate que o estado tem, é realmente com a APEOC.

Então ainda que por exemplo, tenhamos sócios ainda como a professora Valdeci, que o desconto não é consignado, o desconto é banco, via conta bancária, nós ainda temos alguns poucos professores, que tem ainda uma relação com o SINDIUTE e que são do Estado, porque tem um plano de saúde antigo. Nós não temos mais disso aqui, mas tivemos uma época um plano privado, e eles ainda são dependentes desse plano, e não quiseram se desvincular. Mas são poucos professores, bem poucos.

O fato é que realmente houve essa separação, quem era do estado foi para APEOC, e quem era do município foi para o SINDIUTE, e há professores que são dos dois, mas são poucos e oriundos da década de 80.

Ainda tem aqui o sindicato que é o SINDFORT, que é o Sindicato dos Servidores Municipais, que também filia professor, mas essa questão também foi resolvida com eles. Depois da nossa carta sindical, porque eles também foram brigar na justiça pela representação da Educação, então assim sempre foi muito confuso essa questão da disputa de base, mas a carta sindical resolve isso.

O Sindicato dos Servidores de Fortaleza, reúne os servidores de todas as instituições, só que é um fenômeno, porque ele é um sindicato com 14.000 sócios, inclusive eu fui filiada há muitos anos. Mas cada base tem um sindicato ou uma associação, então ele funciona meio como uma federação. Só não é uma federação porque o sindicato tem uma vida própria, por exemplo, existe hoje o sindicato da guarda, existe hoje o sindicato da limpeza pública, existe hoje o sindicato dos professores, que é o nosso. Quer dizer, cada segmento se auto construindo, mas mesmo assim as pessoas continuaram sócias e agregadas ao SINDFORTE. Então tem dupla filiação aqui e lá, alguns professores, porque tem algumas ações judiciais lá, que não são tantos hoje, que são bem poucos.

C, B & T - Esse processo que você está descrevendo ocorreu na década de 80 ou 90?

GPB - 90, porque na verdade, quando o SINDFORT surgiu, que foi mais ou menos na mesma época que o SINDIUTE, a gente fazia um trabalho bem parceiro assim junto, nós sempre fazíamos atividades conjuntas, sempre para mobilizar os professores. Aí teve uma época que realmente eles resolveram disputar a base, e foram para os tribunais, mas depois da nossa carta sindical, isso ficou resolvido.

C, B & T - Vou fazer agora umas perguntas bem específicas sobre a greve de 1983 porque a greve de 1983 foi a primeira grande greve, diz que na Assembleia chegou a reunir cinco mil professores e funcionários?

GPB - É, a gente reunia mesmo, fazia assembleia na concha acústica, fazia assembleia no ginásio esportivo, realmente era muita gente, foi o ano inteiro.

C, B & T - Você lembra dos professores do ensino primário, eles participavam, os professores de primeiro grau?

GPB - A participação era muito ativa, porque em Fortaleza, nós tínhamos até o 9º ano, o estado sempre teve prioritariamente o 2o. Grau, como a gente chamava à época. Então nós tínhamos a maioria de professores, realmente do 1o. Grau. O município tinha digamos da alfabetização ao 5º ano, vários municípios do interior nem 2o. Grau tinham. Então assim, os professores que tinham o pedagógico, que geralmente estavam lecionando no primeiro grau, tinham uma participação bem atuante realmente, aliás uma atuação determinante.

C, B & T - Por que eles eram maioria na mobilização, nessas greves de 1983?

GPB - Aqui do município sim, e neste período o estado também, porque à época o estado não tinha ensino médio. Hoje não, hoje a situação é bem diferenciada, porque tem as escolas de tempo integral, existe o concurso, os professores, não tem mais aqui em Fortaleza, o ensino básico, isso daí é por conta do município, só tem de nível médio hoje. É diferente, mas na época não, era todo mundo junto, e os professores que realmente muitas vezes, nem tinha o nível superior, tinha o terceiro normal, ou o quarto normal. E na época eram determinantes, eram muito lutadoras.

C, B & T - Nessa greve de 83, era rede Municipal Estadual junto? Eu estava lendo que infelizmente no auge da mobilização, a APEOC, e as associações dos supervisores e orientadores eles resolvem assinar o acordo com o governador, e aí ele saem da greve, você lembra disso?

A Associação dos supervisores escolares sempre foram de luta, eles fazem uma parte da direção do SINDIUTE, nós herdamos deles os sócios e o patrimônio, era a professora Consuelo Tanaka.

C, B & T - Então você não se lembra da participação deles na greve de 1983?

GPB - Eu lembro que quando eu entrei no município em 82, a Consuelo já tinha uma atuação importante com os supervisores, eles tinham uma sede própria. Depois essa sede veio se congrega ao patrimônio, que se tornou o patrimônio do SINDIUTE, além dos sócios que

vieram automaticamente. Então sim, a APEOC fez sim um acordo espúrio contra a vontade da base, defendida em Assembleia, que não deveria ser feito o acordo. A assembleia votou não, e a presidência da APEOC, o Fausto de Arruda, decidiu assinar o acordo, e aí foi quando a base se revoltou. Teve vários episódios que se enquadraram nesse não reconhecimento que a base decidiu por parte da direção da APEOC, tanto é que o Professor Fausto Arruda foi encurralado no prédio pelos professores, que só queriam deixar ele sair quando ele refizesse o acordo.

### **Entrevista com Maria Valdecir de Paula, a Val - dia 02.02.2021, via Google Meet**

C&B&T - Boa tarde Val, quero primeiro agradecer à disposição em ajudar na pesquisa. Gostaria de começar perguntando de você, quando começou a estudar e se formou como professora, e se você tem filhos, gosta de poesia, fala um pouco de você por favor.

Minha formação, sempre gostei da filosofia, são minhas duas paixões, filosofia e literatura. Antes da filosofia, eu já dava aula, a minha formação no nível médio era o que a gente chamava de pedagógico. Consegui, fui para filosofia em 84, fiz um concurso na rede estadual e estou empregada desde 84, trabalhei com educação básica, em educação infantil e depois para o ensino fundamentada, e atualmente no ensino médio, na educação de jovens e adultos, no Centro de Educação de Jovens e Adultos, aqui na cidade, para os jovens de 18 anos, que não concluíram o Ensino Fundamental e Médio no momento certo. E esses centros desenvolvem esse trabalho, é um atendimento individualizado para os estudantes, é um trabalho bem interessante. Nós temos aqui em Ceará, 32 Centros de Jovens e Adultos, em que o objetivo é justamente trabalhar com esses estudantes.

Estou desde 84, eu já participava do movimento estudantil, e assim que eu entro na educação, eu já me pego no movimento sindical, desenvolver uma história como você deve ter visto na minha dissertação, ou trabalho. É um problema bem complexo, bem dinâmico, cheias de pessoas, mais ou menos, sentei para escrever e registrar esse período importante da minha vida, e logicamente, justamente a história de resistência e de luta dos trabalhadores em educação no Ceará, e continua sendo intensa no Ceará, e no Brasil.

Em 2003, eu começo a lecionar na disciplina de filosofia no ensino médio, eu vou da educação infantil, e para o ensino médio.

C&B&T - Pode nos contar a sua origem?

Minha origem é do sertão, numa cidade chamada Canindé, considerada uma das cidades mais quentes do Brasil, eu veio para Fortaleza aos sete anos, a muita dificuldade. Em dois anos meus pais faleceram, e éramos nove irmãos, que por sorte, conseguiram ficar juntos, a partir de uma pessoa que nos acolheu.

Então é uma história bem difícil, na infância e adolescência, mas cedo assim, eu fui tocada pelo estudo, pela leitura, e conseguimos assim, a duras penas, com muito sacrifício, me formar e entrar no mercado de trabalho. E por isso, desde cedo, essa minha história de vida difícil me levou para o campo da militância, desde cedo já entrei na militância sindical, e tinha também a militância partidária. Também e apesar de eu não estar mais no sindicato da linha de frente, na direção, mas a gente continua na participação intensa do movimento, não para.

Eu comecei a trabalhar em Fortaleza, na educação infantil, em escola privada, o Colégio de Cristo

C&B&T - Percebeu se há muita diferença entre o trabalho no ensino privado e o público?

No aspecto da estrutura, é bem diferente na escola onde eu trabalhava, era uma das melhores escolas da cidade, o Colégio de Cristo, e fui trabalhar, quando passei no concurso, fui trabalhar no bairro chamado Pirambu, um dos maiores bolsões de pobreza, até hoje é, mas naquela época, já era Então era uma mudança bem drástica, e tanto a estrutura da escola, como também da condição dos alunos, e das condições de trabalho, bem diferente, mas na essência, é a mesma.

Eu sempre fui muito apaixonada pela minha profissão, se tivesse que retornar, voltaria novamente a ser professor, uma coisa que eu sempre digo aos meus alunos, colegas, para família, porque nós sabemos sim, que quando se abraça a profissão, a gente carrega também o estigma, na questão da não promoção salarial, social. A gente tem que ter muita força de vontade, persistência para continuar.

Eu acho que a luta sindical, o engajamento político, me deu muita força para permanecer na profissão, e entender como necessário, tanto a mudança política, como a pedagógica. Eu sempre disse que eram duas coisas que deveriam andar juntas, que os professores de uma maneira geral, se aliassem a ação pedagógica à ação política, nós teríamos outra história para contar, mas essa conjugação nem sempre acontece, dada a dificuldade da categoria em si, para ter uma formação inicial e continuada, de boas condições salariais para

se apropriar de uma boa literatura, de uma boa vivência cultural, dificulta a própria categoria, que ela consiga compreender a complexidade da sua própria profissão, e lutar por ela.

Eu não sei hoje, porque eu não tenho esse dado comparativo, mas na época, as condições salariais da escola pública eram melhores do que as da rede privada, até se engana quem acha que era superior.

Na época foi melhor, eu tive uma diferença boa, mesmo que, quando eu entrei, era uma situação bem adversa, nós vivíamos aqui, um governo em que acontecia reincidentes atrasos salariais, pelo menos na época. Mas para mim foi uma mudança muito boa, tanto do ponto de vista desta questão salarial, como também nas condições de trabalho.

Eu sempre me identifiquei mais, do ponto de vista de ter uma liberdade maior para dialogar, discutir. A escola particular, principalmente a que eu trabalhei, era extremamente restritiva, principalmente na liberdade do profissional, as coisas já estão pré-moldadas para o professor, pelo menos da minha época, era uma escola de cunho religioso, muito conservadora, eu sentia as dificuldades, os trabalhadores tinham muitas dificuldades.

Eu entrei, eles fizeram uma seleção, no Colégio de Cristo, eram 300 professores, e eu em primeiro lugar, muito animada, muito empolgada e recém-saída do curso pedagógico, mas me senti insatisfeita com a estrutura. Eu senti, quando eu entrei, aquela forma romântica em pensar a educação, e quando você se depara com as exigências formais e burocratizadas, você sente as dificuldades. Você dá aula para uma elite, é uma mudança, são concepções, formas de viver, e perceber o mundo, diferenciada. E na escola pública não, eu me identifiquei mais, tanto do ponto de vista da relação dos colegas, como na relação com os alunos, eu sempre tive essa relação bem próxima.

C&B&T- Você disse que o ensino público te dava mais liberdade e autonomia, como se refletia, por exemplo, vocês tinham reuniões pedagógicas?

Tínhamos reunião pedagógica, de você debater, é lógico que você há um processo de liberdade de discussão, embora a gente seja espremido aquelas condições de trabalho, quando se depara com as necessidades, com que a gente tem para oferecer aos alunos, e as limitações que são impostas pelas instituições, e pelo Estado. Essa parte é interessante, porque você sofre mais, você tem que suprir as carências dos alunos, você tá trabalhando com a estrutura da escola, e os recursos que você tem que procurar encontrar, e não encontra. Mas mesmo assim, do ponto de vista do debate, da discussão eu achei bem melhor.



C&B&T - Quando você entra na rede estadual, já havia mobilizações? Como era a relação da APEOC com a Oposição?

Eu entrei em Julho de [19]84, na primeira assembleia de agosto, quando eu entrei era um momento de grande efervescência do movimento sindical os professores estavam no processo de mobilização muito intensa, então eu entrei nesse processo.

Já comecei assim, com o grande conflito, existia a direção do sindicato da Apeoc, e uma base muito participativa, de oposição, era um contraste muito grande entre a direção do sindicato, e a base da categoria. E essas divergências se refletiam nas assembleias. Então as assembleias que eu participei, já eram assembleias muito tumultuadas, com muitos conflitos e muitas divergências.

Sempre foi assim, havia a direção do sindicato, já de caráter bem conservador, e uma base assim de luta, que se configurava na época, pela posição da direção da APEOC com o movimento sindical de oposição, que tinha como uma das protagonistas, a professora Rosa da Fonseca. Ela já era uma direção muito forte, quando eu entrei, inclusive logo na minha entrada, a minha identificação automaticamente foi para o movimento de oposição, de luta, onde me identifiquei, já entrei identificada com essas posições, pela análise que fazia da época.

C&B&T - A base era bem participava?

Eram assembleias muito numerosas, muitas delas sem o empenho da direção, não havia uma mobilização, não havia um empenho do sindicato na Assembleia, a gente já percebia logo de início, que a mobilização era feita pela base, e pela oposição. E as assembleias eram sempre bem numerosas, eu me lembro de assembleias, em 86, 87 com sete mil professores, então eram assembleias bem representativas e bem participativas.

Teve a greve, nós estávamos no governo de Gonzaga Mota, nesse governo, os professores começaram a ter atrasos de salários bastante significativos, de dois, três meses de atraso. E os professores, recebiam algo chamado gonzaguetas, você recebia uma espécie de cheque, que você deveria descontar comprando nos mercados, então eram as gonzaguetas, eu não sei se você chegou a ver na dissertação da Rosa.

Apesar das questões que sempre permeou, eu senti, já no início, a discussão da qualidade da escola pública, condição de trabalho, essas eram uma constante nos debates, mas os professores estavam espremidos pela coisa básica, que era uma questão de sobrevivência,

que se configura na questão salarial. Então essa discussão salarial dos professores, dessa desvalorização, e dos salários atrasados, tomavam o centro dos debates. Era uma discussão que a gente sempre faz no movimento, no sentido de que, eu acho, esse debate evoluiu bastante, ele aumentou, os professores hoje têm uma visão, até pelo próprio acúmulo do movimento, deu aos trabalhadores da educação uma maior consistência, no sentido de ver o contexto nacional.

O Gonzaga Mota, representava ainda o que a gente chamava de movimento dos coronéis, um remanescente da época da ditadura, era o governo dos coronéis. Então é o governo que terminou exaurindo, do ponto de vista da condução da gestão, e do Estado, o estado estava praticamente em falência, no final do governo do Gonzaga Mota.

Em meados da década de oitenta, entra no cenário político do Ceará, o novo grupo dos empresários, representado na pessoa do Tasso Jereissati, hoje senador, mas na época era representante da indústria local. Então se configura e se propaga, através do Tasso Jereissati e de seus apoiadores, de que o Ceará precisava de uma mudança, então há essa mudança, do governo Gonzaga Mota para o governo Tasso Jereissati

Mas é importante que o movimento, quando o governo de Gonzaga Mota termina, nós organizamos uma greve de três meses. Quando terminam os três meses de greve, o movimento estava, era uma greve massiva com adesão majoritária da categoria. O governo pressionado, o governo conseguiu aprovar uma vitória, que foi comemorada em todo Ceará, o piso da categoria trabalhadores da educação, na minha dissertação pontuo isso.

A tabela para o piso salarial era, no nível ensino médio, três salários mínimos, graduação, três salários e meio, e tinha uma graduação crescente, conforme a formação, conforme existia no Estatuto do magistério. Acho que no Brasil, foi uma luta pioneira, acho que foi o centro da discussão, já da necessidade de ter uma política salarial vinculada, legalmente instituída, para que os trabalhadores não ficassem à mercê do povo do prefeito, do governador de plantão, do estado e do município de Fortaleza.

Foi uma luta muito interessante, quando do processo do Gonzaga Mota, com a entrada do Tasso Jereissati, com essa proposta de mudança que ia livrar o Ceará da política dos coronéis, com a Chapa da Renovação. Tanto é que ele conseguiu trazer para ele, setores progressistas do Ceará, como por exemplo, o PCdoB, que era uma ala progressista, e é, ele aderiu ao governo do Tasso.

O Tasso Jereissati, conseguiu a adesão massiva dos professores, eu também coloco na dissertação, ele às vésperas da eleição, escreve uma carta aos professores, eu coloco na íntegra essa carta, onde promete que o primeiro ato do governo dele, era respeitar o piso salarial

aprovado, conquistado pela luta. Mandou uma carta que recebi, na minha casa, todos os professores receberam essa carta em suas casas, eu recebi.

Tasso Jereissati é eleito, com votação expressiva, e o primeiro ato do governo dele foi arguir a inconstitucionalidade do piso salarial, depois entra o Ciro Gomes como prefeito, que era do mesmo grupo nessa época. Então eles arguíram a inconstitucionalidade do piso, então a luta travada no sentido de instituir o piso.

C&B&T - Você se lembra do racha da oposição?

Fausto era do MR-8, mas quando eu entro em 84, eu não me lembro do Fausto como da oposição, a minha experiência com ele já é dentro APEOC. O pastor Arruda era do MR-8, movimento de esquerda. O Jaime de Alencar, se eu não me engano, Jaime também era da UNIFOR, ele apoiou a greve dos estudantes da Unifor, ele foi demitido, então ele tinha um viés.

Quando Brilhante os convida, eles entram na APEOC, se pressupõe que seria para dar uma renovada, e abrir a entidade para o aspecto mais democrático, no funcionamento de suas instâncias. Mas não foi assim, eles entraram e se acomodaram à estrutura da associação, mantiveram os estatutos, e toda aquela estrutura burocrática de organização sindical, que inviabiliza um processo mais democrático. Tanto é que as reiteradas participações da oposição nas eleições para associação, e posteriormente para o sindicato, foram todas elas inviabilizadas, porque no estatuto da entidade, ele coloca, eu acho que ainda coloca hoje, condições quase que intransponíveis para uma posição chegar. Eu vou mandar para você, a dissertação da Rosa, onde ela relata que, eu acho, que para o tempo do recorte que você tá pesquisando, ele vai lhe ajudar bastante, porque vai lhe dar um pouco sobre o que aconteceu no cotidiano e das pendências burocráticas.

C&B&T - Vocês se engajaram na luta pela redemocratização do Brasil?

Eu entrei em 1984, finzinho da ditadura, no momento da reabertura, mas mesmo assim, eu tenho muitas lembranças das nossas passeatas, das nossas manifestações, elas sempre eram monitoradas, tenho muito em mente, a presença da polícia militar, ou quando a gente fazia passeata, e os cordões cercando a passeata, feita pela polícia. Ainda estava os

remanescentes desse processo mais rigoroso da ditadura, mas eu entrei em 1984, felizmente no processo de redemocratização.

C&B&T - Então ainda tinha repressão policial?

Tinha repressão policial sim, aliás quando eu entrei, não era mais a ditadura, mas a repressão aos movimentos, elas continuaram, nós sofremos muita repressão, às condições de negação do governo, foram realizadas ocupações nas delegacias de ensino, nesse período da década de 80. Eu participei, nós ficamos três dias dentro da Delegacia Regional de Ensino, no final da década de 80, 87, 88, por aí, já no governo Ciro Gomes, ele implementa o provão à categoria.

A categoria foi submetida ao provão, porque ele tinha um caráter puramente de intimidação aos professores, não havia sentido pedagógico, uma perspectiva de valorização. Há uma demarcação, onde a Oposição e a base da categoria, se colocou contra o provão, enquanto a direção da APEOC se posicionou favorável.

Enquanto a gente entrava na justiça, pedindo a anulação do provão, a direção da APEOC orientava os professores a fazerem o provão. No dia do provão, a gente com a liminar pela suspensão do provão, e a direção da APEOC chamando para fazer o provão

Nós não fizemos, e a consequência foi a retenção dos cheques, os professores que não se submeteram ao provão, iriam ter seus cheques retidos, e mais uma vez se entrou na Justiça, tentando recuperar esses cheques. Foi um momento até bem interessante, conseguimos a liminar e íamos à secretaria da educação para apresentar a liminar para a secretaria educação, porque o governo teve a intenção de reter. Em função disso os professores ocuparam a delegacia regional de ensino

E no final, também no governo Tasso, ele vai e volta, o governo Tasso, além da questão da negação do piso, da promessa do piso, depois da arguição de inconstitucionalidade do piso, o governador também tomou a medida da redução da carga horária em 50%, de mais de 6 mil professores. Você que tinha um salário, foi redução de jornada com redução de salário juntos. Nesse período os professores, aí foi um momento de radicalidade muito grande.

C&B&T - Vocês não eram concursados com a jornada específica?

Independente disso, foi uma situação arbitrária que o governo fez, da redução da jornada, os professores antigos trabalhando, e eles foram reduzidos. A justificativa do governador era que existia excesso de professores na rede, estava inchada, e que essa redução era para organizar a máquina. Só que os alunos ficaram sem aulas, eu fui retirada, eu tinha 40 horas semanais, fiquei 20 horas, e os alunos ficaram sem professor, e milhares de alunos ficaram sem professores. Foi um caos, houve uma revolta, tanto é que os professores se submeteram a uma greve de fome, eu particularmente participei.

Nós fizemos uma greve de fome de sete dias, acampados, na minha dissertação conta um pouco isso, acampados nos jardins da Assembleia Legislativa. Foi um momento assim tão interessante, o Paulo Freire nessa época, ele vinha para cá receber um título de cidadão cearense, e quando Paulo Freire tomou conhecimento da greve, ele foi visitar o acampamento, e até me parece que ele se recusou a receber o título. Nós tivemos também o apoio do bispo Dom Lorscheider, então foi um movimento que repercutiu nacionalmente, ao fim e ao cabo desse movimento, os professores conseguiram a restituição da carga horária.

Foi um momento tão traumático na luta da categoria, que às vezes me emociono, quando eu lembro, que numa dessas mobilizações, que nós tiramos de ir para as igrejas, feiras, a rodoviária, distribuir o panfleto, pedindo o apoio da população, para que a população pudesse apoiar. Um grupo de professores chegou a ir, a gente estava na rodoviária, quando no ato da distribuição, passou uma pessoa, e chamou: de vagabundo: - vão trabalhar vagabundos! O professor Almir Ramalho, ele entrou num grau de revolta tão grande, que ele enfartou, ele enfartou ali mesmo, nós tivemos que levá-lo ao hospital Antônio Prudente, quando ele chegou, já estava sem vida. Até hoje me emociono muito, porque existem fotos nos jornais, inclusive uma foto comigo, com a gente na pedra fria do Antônio Prudente, o professor estendido e a gente do lado.

A dificuldade era porque o Antônio Prudente era um hospital particular, e aí não tinha como retirar o professor, porque tinha que pagar os custos do hospital, então foi um momento extremamente traumático na luta dos professores. O professor literalmente perdeu a vida, por uma situação extremamente adversa, a redução da jornada de trabalho com redução de salário sem motivo aparente. Tanto é que o governo teve que voltar atrás, sob a justificativa de que tinha excesso de profissionais, se configurou, foi desmentida pelos fatos, na medida que milhares de alunos ficaram sem aulas.

C&B&T - Como se resolveu essa situação?

Houve uma liminar, inclusive os professores foram reintegrados, até hoje essa situação é em forma de liminar, por exemplo, os professores que vão se aposentar, no meu caso, os professores têm que entrar para que seja aposentado com as 40 horas, eles têm que dar uma declaração abrindo mão desse processo, dessa liminar, foi uma forma do governo e o sindicato achou para regularizar e não prejudicar a aposentadoria dos professores. Eu acredito que se um processo desse houvesse continuado, os professores seriam ressarcidos, seriam indenizados, mas a forma como a direção do sindicato APEOC conseguiu resolver, foi no sentido de fazer essa declaração, então você vai fazer essa declaração, abrindo mão desse processo para aposentar com as 40 horas semanais, como é de direito.

Interessante que nesse momento, com essa questão do corte, até o encaminhamento político se dividiu, a Oposição sindical entrou na justiça com grupo de advogados, e a direção do sindicato entrou com advogado diferente. Alguns professores entraram e conseguiram, mas no geral, hoje os professores que vão entrar, essa declaração é emitida pela assessoria jurídica do Sindicato da APEOC, eles encaminham isso, conseguiu a restituição, foi dado ganho de causa, tanto para quem entrou no particular, mas no geral, o encaminhamento jurídico foi encampado pela direção do sindicato APEOC.

C&B&T - Nessas greves, a APEOC organizava essas mobilizações, ou era só a Oposição?

As assembleias eram chamadas pela APEOC, porque não existiam assembleias chamadas pela Oposição, mas eram assembleias muito conflituosas, era uma posição do sindicato, sempre de segurar, era aquela política: - vamos tentar negociar, não vamos radicalizar. E existia um movimento de base bastante convencido, de que a alternativa que se tinha era a construção de um movimento de pressão.

Em vários momentos, as conquistas que nós tínhamos, eu digo isso com toda a experiência vivida, as conquistas que nós tivemos que ao longo das lutas, todas elas foram adquiridas a partir de uma pressão. O governo só entendia a pressão do diálogo da greve, quando a categoria tomava posição, o governo chamava para negociar, e a duras penas, sempre foi uma um galde, muito tenso, porque éramos um movimento clamando pelas reivindicações, e o governo negando. E existia a direção do sindicato, na minha percepção, que entrava como um freio, com o meio de campo tentando amortecer.

C&B&T - O Fausto tinha um cargo no governo?

Ele entrou como assessor no governo, logo em seguida, e depois ele rompe, ele sai. Eu não sei exatamente os motivos porque ele rompe, ele recebeu uma pressão violenta da categoria, é aquela coisa das contradições, e da falta de coerência. Na medida em que você é um líder sindical, você entra no governo, o governo nega o piso salarial que a categoria conseguiu a duras penas, arguiu a inconstitucionalidade, e você vai ser um assessor num governo deste, para amparar e assessorar esse governo? São coisas que acontecem na história sindical, e da política brasileira, incompreensíveis, que no plano da racionalidade a gente vai entender, quando a gente aprofunda, a gente consegue compreender a faces políticas, mas no geral assim, é incompreensível, como as coisas que a gente está vivendo hoje.

O Fausto desapareceu, a última vez que ele veio para Fortaleza, ele apareceu aqui no SINDIUTE, porque o setor liderado pelo Fausto Arruda, veio para a unificação, e o grupo liderado pelo Jaime, ele não veio. Eu acho assim, que apesar de todo o processo de unificação, das discussões, existia no núcleo interno da APEOC, uma disputa bem acirrada entre os dois. Esta disputa interna da APEOC, hoje eu faço esta avaliação, que ela repercutiu muito, ela jogou um peso muito grande no processo de unificação.

As divergências eram as acusações mútuas de corrupção, a velha máxima da luta contra a corrupção, primeiro o Fausto acusa o Jaime, e a Penha, que ainda hoje está no sindicato, se tornou a esposa do Jaime. Fausto afastou os dois da direção do sindicato, nesse processo de afastamento, ocorre o processo de unificação, mas só que depois, o Jaime consegue uma ação judicial de retorno, e aí é a vez dele expulsar o Fausto. Nesse processo, que aconteceu internamente na direção da APEOC, teve uma repercussão no processo de unificação mais geral, no que pese as divergências da oposição também com a direção da APEOC.

C&B&T - Houve uma mudança qualitativa no trabalho, após a redemocratização em 1985?

Hoje nós estamos fazendo uma discussão, o governo está colocando de volta, e na ordem do dia, o discurso da organização sindical, a quebra da unicidade, na época nós, na Constituição de 1988, onde a delega o direito a sindicalização dos servidores públicos. A organização dos professores, dos trabalhadores da educação, dos supervisores, dos orientadores, era em forma de associação. Essas associações, na década de 80, elas no Brasil

inteiro, você já deve ter lido sobre isso, elas desenvolveram o processo de avanço, de mobilização, importante.

Quando surge o direito à sindicalização dos servidores públicos, existia uma base em organização muito forte, só que essa base de organização forte, a discussão que a educação particularmente fazia, era que, pelo menos o setor mais progressista, era contra a unicidade sindical, e sim pela autonomia sindical, a Convenção 87 da OIT, que a CUT defendia, que os movimentos progressistas defendiam, e que nós defendíamos também.

A discussão aqui no Ceará, eu não sei se houve em outros estados, mas a discussão aqui no Ceará, é muito complexa, porque nós defendemos a autonomia e a liberdade sindical. Construir um sindicato único dos trabalhadores em educação, pode até parecer uma contradição, mas o processo que se gestou, que foi feito para se chegar a essa construção, era o objetivo, a categoria tinha esse anseio, de ter um sindicato único. Não era o sindicato único que fosse ao encontro da unicidade sindical, muito pelo contrário, era o sindicato único que congregasse os setores educação, porque se você tá dentro de uma escola, tem o professor, o orientador, o supervisor, o professor educação física, são agrupamentos profissionais, que se confundem, que tem identificações, então a CNTE começa a discutir no plano nacional, essa possibilidade.

C&B&T - Quando ela faz essa discussão ela é incluso eles trazem a concepção do funcionário como educador também, então eu gostaria de saber se nessas greves, os funcionários do apoio, o pessoal da cozinha, da limpeza, do administrativo, eles participavam dessas mobilizações?

Eu acho que essa discussão não se concluiu, porque no momento a discussão, ela agregava assim, antes a organização nacional dos professores, se chamava CPB, Confederação dos Professores do Brasil, era restrita aos professores. A Confederação, junto com a federação dos orientadores, era a FENOE, a federação dos supervisores, no plano nacional começaram a entender, que era importante trabalhar uma nova organização, que congregasse o conjunto dos setores da escola, inclusive os funcionários de escola. Então por isso, o sentido do nome de CPB para CNT, porque enquanto o CPB, Confederação do Professor do Brasil, CNT seria a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação. Essa nomenclatura, trabalhadores da educação, particularmente para mim, tem um significado muito grande, o objetivo era congregar em um mesmo sindicato, professores, orientadores, supervisores, professores de educação física, e funcionários de escola.



Houve a unificação no plano nacional, e a CNT orientou que os estados também começassem o seu processo de unificação, porque no plano nacional os estados irão fazer a sua unificação, isso aconteceu, eu não sei se houve nos outros estados, porque eu acredito que nos outros estados foi tranquilo. Mas aqui no Ceará não foi, não pelos orientadores, supervisores, e professores de educação física, porque eles estavam integrados e identificados com o movimento de oposição, então eles defendiam a unificação.

C&B&T - A ASSEEC, a associação dos funcionários, por que ela não participou da unificação?

Eu acho que a ASSEEC, se não me engano, tem que confirmar, veio a se constituir depois, tem que ver a data da fundação da associação dos servidores, dos funcionários da Secretaria de Educação, acho que até era restrito. Eles tinham até uma sala dentro da Secretaria de Educação, eu não sei se ainda existe hoje, mas eles não vieram, acho que nem eram constituídos, não eram organizados, o que tinha eram a ASSEC, ASOEC, que eram no plano estadual, dos orientadores, coordenadores.

As grandes lideranças eram a professora Illa, da ASOEC, associação dos orientadores, e a professora Consuelo Takaoka, que era presidente da associação dos supervisores. Elas integraram, as duas representantes, a primeira diretoria do SINDIUTE-CE, no III Congresso de unificação. Duas grandes lutadoras, estavam interligadas com a identidade delas nacional, que também aprovava o processo de unificação, como ele se deu.

No primeiro momento, com muita fragilidade dos funcionários de escola, mas depois começaram a se integrar, mas hoje a gente vê, as controvérsias da década de 80, até a unificação repercutiram, porque hoje existe associação dos funcionários. Muitos funcionários de escolas se identificam com a ASSEC, eles não têm muita identificação nem com a... Não é que não existam funcionários filiados a APEOC, eles podem se filiar, mas existe a ASSEC como entidade, que no processo de negociação salarial com o governo Estado e sobre as condições de trabalho, e ela está lá representada, tem o Fórum Dos Servidores Estaduais, e ela lá representada.

Acho que alguns sindicatos conseguiram fazer essa significação mas consistente, aqui no Ceará na década de 80, hoje em dia nós temos uma espécie de pluralidade sindical Por que qual que é o quadro nós temos a pior que congrega mas ele tá ali a mente os professores da rede estadual de ensino os funcionários da escola ele representa tanto professor estadual e também de vários municípios do Estado, tem o SINDIUTE que se configurou como um

sindicato restrito a rede municipal de Fortaleza, e existe o SINDIFOR, dos funcionários do município que também congrega os funcionários das escolas, inclusive tem professores filiados ao de Cindy for. E temos a ASSEC.

Então aqui ficou a pluralidade na unicidade, embora a APEOC detenha hegemonia, do ponto de vista da rede estadual, mas se hoje tiver as lutas sindicais aqui em Fortaleza, elas são dirigidas pelo SINDIUTE, as negociações são feitas pelo SINDIUTE. O SINDIUTE tem a carta sindical para (representação) no município, mas, no final da década de [19]80, até a unificação em 1991, o objetivo era que o sindicato único dos trabalhadores da educação congregasse a APEOC, a ASSECE, a ASOECE e a APFCE, esse objetivo mas que ele não se configurou.

Enquanto o SINDIUTE se configurava pelo processo político dinâmico e riquíssimo no I, II e III Congresso de unificação, com debates, capital e municípios do interior, mas quando a Constituição de [19]88, ela acontece, no processo de discussão da unificação, no fervor do debate, a APEOC, após a aprovação da Constituição, no mês seguinte, já foi pedir a carta sindical, passando por cima de qualquer discussão que já estava acontecendo, inclusive com a negociação e coordenação da CNT. Assim a APEOC adquiriu de forma burocrática carta sindical, o governo por sua vez, iria negociar somente com o sindicato oficial. A tentativa no começo, era que o governo recebesse os dois sindicatos, reconhecesse a liberdade do professor se filiar no sindicato que se sentisse mais representado.

Do ponto de vista da luta, da dinâmica da luta concreta real, era o SINTECE, e depois SINDIUTE, que tinha esta força da categoria. A APEOC tinha a representação legal, e a Oposição, depois SINTECE e SINDIUTE, tinha uma representação real uma representação política acho que eu poderia ser identificada com o Sind-Ute pelas lutas, pela própria concepção de luta, de atuação, de resistência, de confronto com o governo, com a política conservadora do governo, insiste a totalmente, de um lado tinha APEOC, da política da boa convivência, os representantes dos governos eram até homenageados na sede do sindicato. Enquanto tinha outro setor, uma categoria cama do por luta, existe no Ceará, há uma categoria muito disposta a lutar quando ela é chamada quando ela é convocada à luta.

Se você for fazer um comparativo entre o plano de cargos carreira do município de Fortaleza, cuja luta tem a digital do SINDIUTE, das grandes mobilizações que foram feitas, e você compara com os da rede estadual, da APEOC, a gente vê que é disparo, a diferença salarial e as próprias condições, elas são bem inferiores, direitos que nós perdemos ao longo da história e que os professores da rede municipal conseguiram manter, Eu acredito que em função da luta que a gente desenvolveu na década de 80.

C&B&T - O Fausto e o Jaime quando na APEOC, não mudam a prática da associação?

Pelo contrário, eles se identificaram, diziam que iam entrar para fazer um trabalho diferenciado, no entanto eles entraram na política do Brilhante, que era a política mais conservadora, eles continuaram com as mesmas práticas. As assembleias eram muito acirradas de muitas disputas e segurar na mesa, para falar. Aquela velha história, alguns achavam que deveria ir para ação direta, para mobilização direta, para uma pressão mais direta, e outra que não, Que a greve não ajudava muito que a negociação a discussão com governo a sensibilização esse caminho era o caminho que deveria seguir mas nós sabemos que temos farto material para explicar da Luta dos trabalhadores deste país que todas as conquistas só aconteceram por movimento depressão de luta de suor e morte nós, sabemos que houve.

Em 84, eu sinto que houve uma abertura no processo de mobilização dos trabalhadores com a questão até do direito de greve da sindicalização houve uma estrutura uma sustentação maior de uma regulamentação, de um amparo de uma legislação que deu aos trabalhadores um espaço maior de luta Mesmo a questão da unicidade sindical más associações que eram combativas que se transformaram em sindicatos continuaram combativas isso deu o impulso.

Eu acredito que a construção do PT e da CUT, são dois elementos importantes nesta conjuntura, inclusive a própria Rosa da Fonseca, ela chegou a ser presidente da central dos trabalhadores. Então eu tenho uma referência muito grande da CUT nesta época. Eu acho que na década de 90 houve um processo de regressão do ponto de vista da atuação sindical, mas eu participei de lutas muito importantes.

Não lembro de ter ocorrido greve geral, havia o movimento muito forte dos têxteis, dos comerciários, eu lembro de lutas que essas categorias travaram, muito importante. O movimento dos petroleiros da seção do Ceará era muito atuante. Muitas vezes eu participei de reuniões e plenárias sindicais que a CUT chamava, com a representação de vários sindicatos, com a participação de várias categorias, foi um movimento muito rico.

Antes da constituição de [19]88, existia um ascenso muito grande dos movimentos sindicais da iniciativa privada, da iniciativa pública os trabalhadores se organizavam nas associações, mas com muita luta.

É nessa luta que começa o processo de organização dos trabalhadores da educação, a luta já existia, mas esse processo da unificação era muito importante, dava um sentido novo à

luta, para essa questão do compartimentar vários setores dentro da escola, uma junção, o orientador de aprendizagem, o professor, o professor de educação física, é um núcleo só. Teve um significado muito grande, e também a nomenclatura, eu sempre digo, os trabalhadores da educação, eu acho muito importante, porque a palavra trabalhadores, a gente fazia muita discussão na época, ela retirava aquele caráter sacerdotal do professor, aquele ser que precisa ser abnegado, que precisa dar aula por amor pela profissão, que não pode pensar no dinheiro, e pensar só na profissão.

A nomenclatura de trabalhadores, ela tem esse sentido para entender que eu professora Val, sou uma trabalhadora igual ao trabalhador, da construção civil, petroleiro, a merendeira, professor de educação física, enquanto uma categoria de trabalhadores, que a gente tem que reivindicar direitos.

Eu acho que até hoje infelizmente ainda tem assim pouco, esse caráter de que o professor, tanto é que a nossa categoria com a mesma formação, acho que ganha muito menos do que qualquer trabalhador com a mesma formação no Brasil, que é uma das grandes reivindicações que nós temos, que é a equiparação, da qualidade salarial do professor de nível superior com outras profissões de categorias. Mas entender que justamente quem trabalha na educação, tem que ter conviver com essa discriminação salarial. Então essa discussão teve muito sentido para mim, eu acho que quando eu entrei, eu digo sempre, que eu entrei no momento de grande Ebulição, eu entrei já com a panela fervendo, e eu entrei já no embalo da luta e nunca mais sai.

Eu acredito que a década de 80, muitos professores que participaram daquela luta, já se aposentaram, saíram, mas eu acredito que o hoje, principalmente quando vejo as assembleias do SINDIUTE, eu vou, participo. Eu estou até hoje filiada ao SINDIUTE, mas uma filiada fundadora, eu tenho uma identificação muito forte, sou filiada também à APEOC, na época a gente se desfiliou, mas depois voltei a me filiar. Hoje o que eu faço, coloco na minha dissertação, a esperança, o desejo, é que houvesse o trabalho de unificação das lutas, a partir de propostas, eu acho que ainda é possível, mas se não é possível, que a luta continue.

Mas eu acho que na década de 80, grandes lideranças, grandes lutas foram travadas, e a organização sindical existente deve muito daquele período, uma semente que foi plantada, e que hoje repercute. Hoje a gente ainda vive os entraves com a APEOC, são entraves significativos, mas embora ainda não de forma unificada, a unificação não se configurou, a realidade muitas vezes, a história não é feita do jeito que a gente quer.

C&B&T - Antes de falarmos dos congressos de unificação, como eram as eleições para a diretoria da APEOC?

Eu faço questão de mandar a dissertação da Rosa para você, ela é primorosa para falar dessas eleições, eram eleições muito difíceis, no estatuto da APEOC diz que o presidente da chapa, ele é também presidente da comissão eleitoral, ele é presidente de tudo, então ele é presidente da chapa que vai concorrer, mas ele também é presidente da comissão eleitoral, para dizer quem pode, quem não pode, E o estatuto se mantém do mesmo jeito. E a APEOC nessa época, quando tinha chapa de oposição, o movimento de oposição era muito forte em Fortaleza, no interior nós tínhamos dificuldade, participei muito dos processos de mobilização na época, porque não tínhamos estrutura material para chegar ao interior do estado. Tinha alguns interiores que eram localizados, que a gente tinha mais, como Crateus, Crato, alguns municípios, onde a oposição conseguiu se implantar e houve um belíssimo trabalho de formação sindical, eu lembro que eu passei três dias na década de 80 na UFSCAR de Crato, fazendo trabalho de Formação sindical com os professores, enquanto a posição.

Eu me lembro de uma das eleições da Apeoc, no interior, a Rosa conta Na dissertação dela, os professores foram compulsoriamente filiados da noite para o dia, a partir da folha de pagamento dos municípios. Os prefeitos decretavam do dia para a noite, que os professores iam ser filiados, e no ato da eleição os professores entravam, eram duas cédulas, cada chapa era uma cédula, mas quando eles saiam, eles tinham que entregar as duas cédulas que não tinham votado. Então era uma coisa de controle, a votação no interior era esmagadora para a APEOC, enquanto na capital (a oposição ganhava).

C&B&T - O fato deles (da APEOC) terem a presidência da entidade, o que determinava nas eleições, os fiscais e mesários eram deles?

Era um deles, tinham também identificação com os prefeitos conservadores do interior. Havia uma comunhão, pode-se dizer assim, entre Apeoc e os prefeitos do interior do estado. Então uma eleição dessa, que os trabalhadores são sindicalizados compulsoriamente de um dia para outro. Filiados de um dia para outro, em seguida os professores têm que entrar com três cédulas, três chapas, para saber que eles não votaram nas chapas, que votaram na chapa da situação, era uma eleição totalmente controlada, camisa de força, não tinha cristão no mundo que pudesse ganhar eleição desta forma.

Como em Fortaleza havia o processo de fiscalização, todas as eleições a oposição ganhava aqui em Fortaleza, mas perdia no interior, somos mais de 180 municípios, e a APEOC tinha implantação em todos eles. O sindicato é um sindicato grande, ainda hoje é, eu

nem sei te dizer, mas eles têm uma arrecadação milionária, é um sindicato grande, então tem muita estrutura material e apoio político.

Aqui no Governo do Estado, tanto do Tasso quanto do Ciro, eles poderiam muito bem, que a gente reivindicava, enquanto a justiça não se define qual era o sindicato da categoria que o representava, você viu na minha dissertação, o processo político bem amplo bem complexo, que eu tentei escrever na minha dissertação. Nós reivindicávamos que o Governo do Estado recebesse os dois sindicatos, era a mesma pauta, as reivindicações eram as mesmas, no sentido de respeitar, mas o governo do estado Só recebia a APEOC.

C&B&T - Mas enquanto oposição, os governos recebiam vocês?

Enquanto oposição e SINTECE, nós conseguimos participar de algumas audiências, mas muitas que participamos eram separadas, na época do Ciro Gomes e do Tasso Jereissati, tanto é que diziam que iriam receber o sindicato legal. Nós conseguimos entrar nas negociações muitas vezes em função das greves, quando se tirava o comando de greve, e esse comando era eleito na assembleia, e nós conseguimos entrar no processo de negociação pela força da representação da categoria, tivemos muitas audiências com o Ciro e Jereissati, e depois elas foram rareando.

Chegou uma época que APEOC entrou com processo jurídico muito viciado, se você der uma olhada com a lupa do jurídico, qualquer pessoa que for ler, vai ver que o advogado da APEOC, pegou todos os processos e sumiu por dois anos, dizendo que havia perdido, e depois o sindicato entra com a OAB, e ele devolve. Era uma coluna, esse processo reivindicando que o SINDIUTE tinha feito todo o processo de unificação, a categoria tinha referendado, portanto era um sindicato que era legítimo. A confederação nacional enviava para o governo do estado, que o sindicato que representava no Ceará era o SINDIUTE, que tinha participado da unificação na década de 80, mas mesmo assim, o governo não reconhecia.

Muitos professores do estado se filiaram ao SINDIUTE, teve uma época que a APEOC, uma das funções políticas que ela fez, o governo do estado pegou todas as consignações dos professores que se filiaram ao SINDIUTE, e transferiu para APEOC, numa forma bem abrupta. Os professores que tinham decidido, como eu, que o sindicato que eu queria me afiliar era SINDIUTE, e junto com a Secretaria de Educação, que tinha o código, e a gente reivindicava o código, mas só que em determinado momento, essas filiações que estavam consignadas, acho que na época do SINTECE, elas foram todas transferidas para APEOC, numa canetada jurídica, o advogado disse que aquelas consignações eram diferentes.

Era a violência contra os professores que se rebelaram, tanto é que depois disso, SINDIUTE foi mantido pelos professores que iam à sede do sindicato, pagar com boleto, e junto ao Bradesco, o banco, o sindicato conseguiu abrir o código onde os professores pagavam as suas consignações. Hoje eu ainda desconto pelo Bradesco, pela conta do salário que eu recebo, que o Bradesco automaticamente, eu nunca tirei por uma relação mais afetiva, mas hoje o SINDIUTE não atua mais no âmbito da rede estadual, eu sou uma das órfãs do processo de unificação que depois a gente foi para APEOC.

Hoje eu me relaciono com os diretores da APEOC, nunca fui adepta desta relação de animosidade, eu sempre entendi que é divergência política, é divergência política, e não tem nada a ver com as questões pessoais. De uns tempos para cá, aqui nós temos um movimento da EJA, na educação de jovens e adultos, o supletivo, e a gente chama o sindicato para ele chegar junto e tentar. Mas na época, ficou assim, os professores ficaram impedidos de contribuir para o sindicato via Secretaria da Educação.

C&B&T - Você fazia parte da oposição, então vocês decidem que é melhor fundar uma instituição, para que vocês pudessem representar melhor?

Nós não decidimos que era preciso criar uma outra instituição, nós decidimos que nós aqui no Ceará, iríamos encaminhar a determinação do congresso nacional, da CNTE, que nós participávamos, eu participei de muitos congressos. Eu não sei se é o congresso de [19]90, que delibera o processo de unificação, transforma CPB em CNTE, CD libera entre os estados as associações devem começar o processo de unificação.

Então teve o primeiro congresso, que a pior que não participou, no segundo congresso, nós pedimos ajuda da CNTE, e a CNTE Institui uma comissão de 3 representantes para acompanhar o processo de unificação. Eu me lembro que no segundo congresso, chegou o momento da deliberação, se criaria o sindicato ou não, a própria posição da CNT era que era cedo, era prematuro já que havia a negação da APEOC, mesmo considerando um equívoco político, a postura da APEOC, que não deveria ser criar. Naquele momento o congresso deliberou pela criação do SINTECE, que era o Sindicato dos trabalhadores em educação. Se criou o sim SINTECE com essa nova diretoria, só que a CNTE começou a fazer a discussão, dizendo assim que esse processo não estava concluso, que era importante que nós pudessemos avançar mais nesse processo, no sentido de agrupar em torno de um só sindicato, a APEOC.

A CNTE vem com a posição que se deve unificar as entidades, que as entidades do estado do Ceará devem unificar as suas associações, em um sindicato único dos trabalhadores

em educação. Só que a CNTE se depara com um grande conflito, as grandes divergências locais, ela tenta mediar ela essas divergências, ela achava que em função da recusa da APEOC, era importante a gente avançar. Só que se criou o SINTECE, e na sua direção reconheceu que o processo não estava concluso, eu particularmente tinha muito essa posição, que nós deveríamos apostar, pedir a mediação da CNTE, para que fizesse um diálogo entre o SINTECE e a APEOC, e assim foi feito, e a APEOC veio.

Foram vários encontros que nós fizemos aqui, e do segundo para o terceiro congresso, a CNTE conseguiu, e nós, todo mundo tentando. A Rosa coloca na dissertação dela, que ela acha que houve essa divergência, mas aí no terceiro Congresso, a CNTE estava aqui, havia representação do SINTECE, e representação da APEOC. Fausto Arruda, que era o setor que estava em disputa com Jaime Alencar no sindicato, veio, eu acho que a maioria da diretoria da APEOC estava neste congresso, que foi mediado e discutido pela CNTE.

Nesse terceiro congresso, finalmente se aprovou, com as resoluções e tudo, o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação, cuja proposta, uma delas, foi que a partir de então, as entidades iriam unificar os seus patrimônios, porque existia a ASOECE, que tinha uma sede, o SINTECE tinha um programa de filiados, tinha a ASSECE também, e a APEOC. E foi feito isso, foi dado baixa, esse processo burocrático ele foi feito, e com a CNTE. Só que nesse período depois do congresso, o Jaime retorna com força judicial a APEOC, e ele não reconhece, aí ele entra na justiça, dizendo que foi uma fraude, e não era para ter sido, e do ponto de vista jurídico e da burocracia, ele foi amparado, ele ganhou, e nós entramos. Não é que ele ganhou, ele reivindicou, e o SINDIUTE reivindicou, e anos a fio, acho que até hoje o processo está lá, sob judice.

A justiça não decidia quem era o sindicato formal, só que essa discussão política e burocrática, ela tem repercussões na dinâmica da luta da categoria. É como eu digo, até coloco na minha dissertação, tivemos que desprender grande energia, para a questão de dinheiro, advogados, para a questão do sindicato que representa. Muita energia colocada nisso, e isso de uma certa forma, atrapalhou o processo de organização dos trabalhadores na luta, porque os professores ficaram divididos, e os professores ficaram aturdidos diante de tantas divergências e disputas, eles não conseguiam compreender, e a APEOC sempre utilizava assim, que eram os divisionistas, que não queriam a luta, que queriam unificação a ferro e a fogo.

Pelo menos o plano local de Fortaleza, a construção do SINDIUTE se configurou como legítima, porque é um sindicato que existe até hoje, mas não conseguimos fazer essa unificação em todo estado, porque a APEOC, que se você for ver, você pegar o estatuto da



APEOC, nomenclatura dele é assim, Sindicato dos Professores da Secretaria de Educação e da Secretaria de Cultura do Estado e de todos os Municípios do Estado do Ceará, não só dos professores, mas ele pegou de todos os municípios. Eu não sei como está hoje, havia uma briga muito séria entre a FETAM, a Federação dos sindicatos municipais do estado do Ceará, que agrega os sindicatos dos professores municipais, e havia uma disputa muito séria entre a APEOC e a FETAM, pela disputa de base.

Mas no grande período, acho que na minha dissertação tem os ofícios endereçados ao governo do estado, aos juízes do processo, a CNTE referendando o SINDIUTE como o sindicato que viveu, que organizou todo o processo político de debate na categoria, e portanto, tinha legitimidade de ser reconhecido como sindicato dos trabalhadores.

C&B&T - você foi diretora do SINTECE e SINDIUTE?

Eu fui diretora do SINTECE, na condição de secretária geral, no terceiro congresso eu não compus a direção do SINDIUTE, participei e fiquei na base.

C&B&T - Como você classificaria a breve atuação do SINTECE, chegou a fazer uma campanha salarial, mobilizações?

Sim, as lutas concretas mesmo, eram encaminhadas pelo SINTECE, nós tínhamos muita força no município, mas quando se tratava das negociações com o governador do estado, aí a questão do entrave da legislação sindical impedia, ele não nos considerava como sendo representante. Os governos, eles poderiam receber, vendo a representação da categoria, no processo de organização, da aceitação do SINDIUTE, poderiam receber. Mas os governos resolveram entrar na linha da legislação, porque para eles era interessante, porque era melhor negociar com APEOC, era um sindicato que ia pro recuo, que não ia para confrontar, do que com o SINDIUTE. Numa dessas revistas o Ciro Gomes chegou a dizer que o SINDIUTE foi a pedra do sapato dele, Para eles era interessante dividir para dominar que é mais fácil desencadear o processo tanto é que tivemos perdas históricas no governo Cássio no governo Ciro no governo Sírio acho que na década de 90 ele tentou eu não sei exatamente o ano mais um ensino não sei se você já ouviu falar o ensino pela televisão você nem se não sei se você já ouviu falar Então da noite para o dia dos professores tiveram que tem uma televisão dentro da sala de aula eles diziam que e eu ajeitar se dar aula de todas as disciplinas de português matemática Então você era professor de história professor então Professor teria que dar aula

de todas as disciplinas então foi um constrangimento grande porque muitos professores saíram da sala chorando porque eram aulas de matemática. Eles não eram formados para isso então houve um movimento de oposição muito sério do Sintese e do Sind-Ute que a gente foi contra o Telecine o que foi instituído compulsoriamente no governo do Ciro Gomes.

C&B&T - Vocês combatiam esta forma de ensino?

Combatemos e depois o Telecine foi retirado, porque não tem sentido, antes existia de forma experimental em algumas escolas, então se o aluno quisesse, era uma sala, era mais experimental, mas depois ele resolve universalizar, não tem sentido. Até hoje eu analiso o material didático, eram módulos, era muito bom, mas a implementação, nas práticas do professor da noite para o dia.

C&B&T - Você sabe quem preparava esse material?

Não eu não sei quem preparava o material, era um material bem preparado, aqui tinha a TVE, mas eles eram de uma produção aqui local.

C&B&T - Esse projeto terminou por qual razão?

Pressão da categoria pelo fim do Telecine, era uma das nossas bandeiras, das nossas reivindicações. A gente até dizia que se o governador quisesse, poderia deixar uma sala em cada escola, para os alunos que quisessem, com o professor que quisesse, mas não compulsoriamente universalizar. O que para nós na época, foi notório que houve uma precarização da educação, na medida em que os professores não tinham uma formação adequada para polivalência, tem que ter uma polivalência, da 5a. até a 8a. série, e esses professores não tinham polivalência.

Tinha uma televisão dentro de cada sala de aula, e eram dois fantochinhos: - agora é aula de matemática, e a bonequinha explicava, era uma explicação de uns 10 minutos. Terminavam uma explicação, ficava professor diante dos alunos com material didático para tirar dúvidas. Então a aula na televisão, era totalmente inoperante, não tinha condição dela ser uma aula que o aluno pudesse entender, terminava e os alunos falavam: - professor não entendi nada. Teve situações em que o aluno hostilizou o professor, dizendo que ele não entendia nada, era um professor de língua portuguesa, e ele não conseguiu desenvolver a aula

de matemática, ele saiu chorando da sala de aula, então houve um estresse. Você exigiu da noite para o dia, que o professor que tenha formação em história, que ele vai dar diversas. Era um professor e uma televisão e matemática geografia história português tudo Para aquele professor da 5ª a 8ª série.

C&B&T - Então essa foi a grande batalha do SINTECE nesse período?

Com ele foi, com o Tasso, foi a arguição de inconstitucionalidade do piso, a redução da carga horária de 50% de mais de 6 mil professores. Com o Ciro, foi o provão e o Telecine, foram duas lutas que a gente implementou contra o governo Ciro Gomes. Ele sempre foi, o Ciro Gomes, aquele jeito explosivo, nada conciliador, sempre foi, as audiências eram terríveis, dele bater na mesa, da gente dialogar, eu participei de várias, dele se irritar e terminar audiência e sair, se retirar, era nesse nível.

**Entrevista - João Irenildo da Silva (JIS), 05/03/2021 e 07/03/2021**

05/03/2021

Minha escola primária e secundária, na minha época era escola primária e secundária, depois veio o primeiro e o segundo grau, agora Ensino Fundamental e Médio, e por aí vai né. Então, o ensino que corresponde hoje ao Fundamental e Médio, foi muito irregular, sempre em cursos noturnos, esse supletivo e essas coisas. A faculdade eu fiz no Rio de Janeiro à noite, apesar de ter muita dificuldade de estudar, porque eu era da Marinha, vivia embarcado, você imagina a dificuldade de estudar, mas mesmo assim consegui me formar no final de [19]80.

Aí vim para Madalena para tentar ensinar aqui no Ceará. O pessoal que naquela época, naquela época não tem concurso, logo entrei porque tinha carência de pessoal, aí eu consegui entrar na prefeitura e fiquei até me aposentar.

C, B & T - Você entrou pela prefeitura e pelo Estado, por concurso ou por contrato?

JIS - Aqui era contrato temporário, depois que a gente se tornou efetivo, por força de lei complementar de estado e prefeitura, mas quando eu entrei aqui não tinha concurso, era apadrinhamento, os cabos eleitorais da época.

C, B & T - E você conseguiu entrar por algum contato?

JIS - Foi por indicação de família que conseguiram me indicar e eu entrei, estado e prefeitura.

C, B & T - E quando você conseguiu ser efetivar?

JIS - Em 90 e 91, logo após a Constituição, os estados e prefeituras regulamentaram a situação da pessoa que hora digamos temporário. Eram mecanismos que adivinham da Constituição de 88, que abriu essa possibilidade.

C, B & T - Você fez qual faculdade e por que você escolheu ela?

JIS - Eu fiz educação física na faculdade Castelo Branco, hoje Universidade do Realengo, era da faculdade particular.

C, B & T - E o que você lembra dessa época de estudante? Como era a política, como que o movimento estudantil estava.

JIS - Eu tenho uma herança militar que era uma péssima referência, que vem da ditadura, mas eu sempre fui meio escamoteado, meio do contra. Em 82 entrei na prefeitura E aí no mesmo ano entrei para o estado. Em 91 foi alterada a legislação estadual e municipal que efetivou, que entrava na situação de contrato temporário, que na verdade não tinha efetivo, só existiam os chamados contratos temporários.

C, B & T - O que você quis dizer que você era meio do contra?

JIS - Assim a ditadura, a perseguição, eu peguei um pouco, final da década de [19]70, aí veio abertura, as eleições em [19]82, Tancredo Neves e por aí vai.

C, B & T - pela Marinha Então você presenciou muita coisa?

JIS - É que eu já entrei depois, olha eu peguei eu peguei um pouco da repressão, mas eu nunca fui, eu era cotado para essas funções, mas eu queria saber mais de estudar, então eles perceberam que não era comigo, então deixaram eu seguir meu caminho que era estudar.

Nunca procurei fazer concurso de, para sargento, para tenente, para nada. Muitos colegas meus foram para sargento para tenente, mas o meu negócio era sair fora, seguir minha carreira de professor, e assim eu fiz.

Eu tinha uma visão crítica da ditadura.

C, B & T - E como era esse processo de recrutamento para essas funções de repressão?

JIS - Que eu lembro da minha formação na escola de aprendiz em [19]72, era uma coisa meio camuflada, mas você percebia, porque você percebia os cartazes de procura-se, eles fixavam na frente da sala de aula. Pegavam as pessoas, como é que chama, dos barriguinhos, resistentes da ditadura. Eu estudava na marinha.

C, B & T - E quando você percebe que esse período mais duro dá-se da dura militar, começa a não ter mais esses presos políticos?

JIS - O período mais duro foi exatamente quando eu entrei, foi [19]72, em [19]75 até [19]80 se estender um pouco né, a abertura foi depois de [19]80, final da década de [19]70 para [19]80, abertura lenta e segura.

C, B & T - Aí quando você se torna professor você sai da Marinha?

JIS - Eu saio no final de [19]79 início de [19]80, aí volto para o Ceará no final de [19]80, em dezembro de 1980, e em [19]81 eu já comecei a trabalhar em escola particular aqui em Fortaleza. Em [19]81 eu trabalhei em duas ou três escolas particulares. Em [19]82 é que eu entrei na prefeitura e no estado aqui.

E aí passei a fazer a militância na área sindical com os companheiros, a Rosa Fonseca era minha referência.

C, B & T - Quando você entra em 81, você chega a participar da paralisação?

JIS - A década de 80 aqui no Ceará, foi a década de muitas paralisações, se eu não tô enganado todo ano tinha paralisação na rede pública, por conta do quadro dramático que era a educação, em função de recursos, em função de pessoal. Tanto é que foram muitas greves na década de 80, principalmente né.

C, B & T - Conta um pouco sobre as condições de trabalho de vocês das escolas. Tinha diferença entre a rede estadual e municipal?

JIS - As redes estadual e municipal sempre foram muito parecidas, realidades muito próximas, é muita dificuldade, não tinha material didático, o livro didático veio surgir no final da década de [19]90. Na escola era o cuspe e o giz, quando tinha giz, era da base do sacrifício mesmo.

C, B & T - E as salas eram muito cheias, como se dava a relação com os estudantes?

JIS - Sempre foram cheias, no mínimo eram 40, 50, às vezes 60, no Fundamental e Médio. A infraestrutura de prédios e material didático, chegou na década de [19]90 para 2000, do Século 21 né.

C, B & T - E que metodologia vocês utilizavam, você lembra?

JIS - Se preparar, se reciclar, cursos, o que estava muito na moda era o, como é que se chamava, o nome, Piaget e por vai, o construtivismo né.

C, B & T - Vocês tinham reuniões pedagógicas toda semana?

JIS - A gente tinha um apoio do pessoal das equipes técnicas, os supervisores e orientadores, semanalmente tinha os planejamentos, ou mensalmente pelo menos.

C, B & T - Você considera que começa a ida da ditadura, com a Nova República, Você considera que houve mudanças na organização escolar?

JIS - A diferença maior veio a partir da década de 2000, em termos de gestão, e foi a passos lentos, não foi de uma hora para outra né. A eleição direta, por exemplo, a eleição direta para diretores era uma reivindicação da década de [19]80 né, só veio no final da década de [19]90.

Mas depois é readaptada, não era só eleição, era concurso também para, só concorria para eleição só quem tivesse um grau de aprovação no exame.

Pelo menos era assim aqui no Ceará, não sei como. São Paulo por exemplo, não sei se é até hoje, os diretores são concursados né, não sei se ainda é.

C, B & T - São concursados, não tem eleição não.

JIS - É diferente de uma região para outra.

C, B & T - Sim, depende da luta como se ocorreu, poderia pensar. Então você acha que com a transição democrática em [19]85 não vai ter mudança, é só mais para o final da década de [19]90?

JIS - Sim.

(A entrevista neste momento é interrompida por uma queda de energia elétrica)

05/03/2021

JIS - A gente vem, nós, a maioria da diretoria, e que bancou as propostas, o ordenamento e as reivindicações, e as lutas, nós tínhamos uma maioria na diretoria. Agora nós viemos dessa, como eu diria, dessa herança sindical, a fundação da CUT, da luta política partidária, a Maria Luiza chegou a ser prefeita na década de [19]90.

Nós tínhamos uma posição bem diferente da chamada esquerda aqui, em torno do PT, PCdoB, etc.

C, B & T - Desculpa Erenildo, quando você fala nós, é nós quem? É a Crítica Radical?

JIS - A posição política da maioria da diretoria, ninguém agia individualmente, eu fazia parte de um grupo que ficou conhecido como Crítica Radical. Agora a ruptura do grupo com a política, com o sindicato, com partidos, aconteceu só em 2002, 2000 a 2002, certo?

Enquanto à esquerda, a chamada esquerda, lutava por mais direitos, que também nós reforçávamos, mas através de uma reflexão mais profunda, o grupo Crítica Radical, quem

defende principalmente, não era só a Rosa, mas eu estou citando a Rosa, porque ela é assim o expoente no SINDIUTE, na educação.

Uma reflexão mais profunda, que a gente chama a teoria, que é a crítica categorial do valor de associação, o valor é pouco conhecido. Aliás quem lê de uma maneira geral, não tá nem aí, nunca deu, mas é uma reflexão profunda que explica a crise do sistema capitalista hoje.

A impossibilidade de gerar valor, de se valorizar, a transubstanciação do trabalho, valorizar a transubstanciação do trabalho, isso tem fundamentado em alguns autores que a gente teve acesso a um livro internacional, Robert Kurz, Samy Apk. Os autores em Chicago, mas Chicago nos Estados Unidos estiveram duas ou três vezes, a Rosita Kurz, que era companheira do Roberto Kurz, e de outros companheiros que tinham, ou tem, porque não morreram, uma crítica mais bem fundamentada da crise do sistema capitalista.

Isso levou a romper com a política, por que para essa concepção, que não está só no Crítica Radical, o sistema está levando a humanidade e o planeta para a barbárie. A substituição do trabalho humano pela tecnologia, isso aconteceu na década de [19]70 para [19]80, a chamada Terceira Revolução Industrial, a microeletrônica, então está eliminado os postos de trabalho. Mais recente já no século 21, a revolução que chamam de 4.0, que é da nanotecnologia, da robótica, da cibernética, e por aí vai né. Então essa compreensão nos levou a pensar mais profundo, e sindicato, política, partido, não vai resolver o problema de ninguém não, nem dos professores.

Aí caiu fora do sindicato, dos partidos, agora é óbvio que não fica só nisso, teria que aprofundar a reflexão, organizar o movimento social que enfrente essa realidade, e cale e construa um novo movimento social apontar perspectivas. (...) então, em síntese é isso, nós viemos desta compreensão imanente ao sistema, aos sindicatos, aos partidos de esquerda.

Não é tão simples de explicar isso, mas se você tiver a oportunidade eu até recomendaria você tentar falar com a Rosa, ela já operou, tá melhor, e ela vai poder fundamentar melhor essa reflexão.

C, B & T - Seria ótimo eu poder a entrevistar! Inclusive eu não consegui ter acesso a dissertação dela.

JIS - Eu não sei se você se interessa em entrar nessa reflexão com a gente.

Agora a dissertação dela, é na linha na época que fundamenta um pouco esse projeto da escola para o trabalhador, é um princípio educativo. A educação ter como princípio



educativo o trabalho, e o trabalho tá indo para o brejo pelo jeito. Então essa tese dela caducou, entendeu, nessa perspectiva.

Mas foi um período, na década de [19]80, na década de [19]90, e no começo de 2000, quando eu estive na direção, tem muita luta. Coerência também como os nossos princípios, tanto é que até hoje nós somos muito respeitados na categoria.

C, B & T - Vocês ainda são reconhecidos, como você percebe esse reconhecimento?

JIS - Tem depoimento né, quando tem as manifestações, até mesmo greve, que amarraram hoje né. O pessoal diz que só existia sindicato na época que vocês estavam na direção ali.

C, B & T - Irenildo, você estava comentando sobre a concepção teórica de mundo que vocês têm sobre a sociedade capitalista da Crítica Radical.

JIS - É a crítica categorial do valor de associação, o valor é o que valoriza o dinheiro, e a dissociação é o papel da mulher da importação 10' ..., pelo menos de 300 a 400 anos para cá.

C, B & T - Quando você fala de valor, é uma categoria marxista que vocês adotam?

JIS - O Marx não a aborda uma linha sobre essa questão, praticamente zero, o Marx tem algumas passagens em que ele faz a reflexão, faz análise do valor, mas muito pouco. São outros autores, e principalmente o Robert Kurz é que pega esta questão.

A crise, a terceira revolução começa na década de [19]70 e vai até [19]80, [19]90, com a substituição do trabalho vivo, do trabalho humano, pela máquina.

C, B & T - Irenildo, então me fala sobre a visão de vocês na década de 80, que levaram vocês a pensar em fundar um sindicato.

JIS - A visão que a gente tinha na década de [19]80, eu vou te passar a visão do projeto da escola noturna do trabalhador, essa era a nossa visão, o trabalho como um princípio educativo, que era a tese da Rosa, a tese de mestrado dela na UFC. Tá tudo aqui nesse documento, depois a gente vê como eu passo para você.

C, B & T - Quais eram as reivindicações na década de [19]80, ainda não era isonomia nem plano de carreira?

JIS - Concurso público, eleição direta para diretor, era material didático, era melhor aparelhamento físico, laboratórios. Esse documento aqui das resoluções do congresso, vai detalhar bem isso. Essas resoluções do congresso vão poder dar um quadro bem preciso disso.

C, B & T - Obrigada! Mas o seu cotidiano, como era, tinham diferenças entre os professores?

JIS - Era equiparado, todos tínhamos o mesmo direito, não tinha discriminação nenhuma, pelo menos aparentemente.

C, B & T - Você atuou no ensino primário?

JIS - Atuei, você vê Fundamental e Médio já são mais na década de 90, nova LDB de 91? Depois da ditadura?

C, B & T - E você lembra se tinha muita diferença entre os salários dos professores primários e do ginásio? Vocês já tinham isonomia?

JIS - A maior luta da década de [19]80 foi o piso salarial, o Ceará foi um dos poucos estados que conseguiu em lei, tanto a Prefeitura de Fortaleza quanto o estado, um piso de cinco salários mínimos para o nível superior.

C, B & T - O salário era regrado de acordo com a formação?

JIS - Certo, mas quando entrou o Tasso em [19]98, ele acabou com a lei do piso.

C, B & T - Mas ele nunca chegou a ser implementado?

JIS - Chegou, eu recebi pouco tempo, foram três ou quatro meses.

C, B & T - Isso pela prefeitura?

JIS - Pela prefeitura recebemos até [19]88.

C, B & T - Podemos falar agora sobre as mobilizações que tiveram na década de 80, gostaria de saber como vocês se organizavam na década de [19]80. Apesar da APEOC, Por exemplo, ser uma associação na década de [19]80, como você avalia a sua atuação? Elas tinham uma atuação limitada ao caráter das associações da época, ou elas tinham atuação sindical, como que era?

JIS - Associações de uma maneira geral, não só aqui, mas em outros estados, eram associações que atuavam como sindicatos, ao arripio da lei, passavam por cima da lei. Agora a maior dificuldade eram as direções das entidades, como a APEOC que era dominada, o estatuto ligado ao governo, então a maior dificuldade eram os chamados pelegos, que eram aliados dos governos.

C, B & T - Você participou da greve de [19]83?

JIS - Participei, fizemos grandes greves, talvez as maiores greves feitas até hoje, que a gente conseguiu, foi na década de [19]80, [19]83, [19] 84.

C, B & T - É nesse ano que você conhece a roda da Fonseca? Fala um pouco como foi.

JIS - Foi na greve de [19]83, eu entrei em [19]82. A Rosa tinha um grupo, ela era organizada no chamado PRC, eu acho que era PRC. Com a eleição da Maria Luiza em [19]86, [19]85, [19]86, houve problemas enormes, rompeu tudo, aí a gente passou a se organizar o PRO, um partido clandestino, Partido Revolucionário Operário. Daí eu conheci a Rosa nessa época, [19]83, [19]84, [19]85.

C, B & T - Agora na greve de 1983, teve cerca de cinco mil pessoas nas assembleias, mas ocorre que a APEOC, à revelia da decisão da Assembleia, o que acontece que a APEOC junto com associação dos supervisores, junto com a associação dos orientadores, eles assinam um acordo interromper a greve, é isso?

JIS - As associações que eram dos professores de educação física, dos supervisores, a ASOEC dos orientadores, que eram de uma menor representação, a grande maioria era a APEOC, a

associação dos professores. Quem terminava dando a direção, digamos assim, era a APEOC, a direção da APEOC, muitas vezes o movimento dos professores passava por cima dos diretores, estes chegaram assinar, acabar com a greve passando por cima da vontade da assembleia, então eram grandes as assembleias, três, quatro mil pessoas ou mais.

C, B & T - O MUDE foi fundado em 1987, junto com a Oposição e as associações, não foi?

JIS - O MUDE já foi o primeiro movimento que tentou superar a fragmentação em essas entidades, o Movimento Unificado da Educação, o codinome.

C, B & T - E a Takaoka era de qual associação?

JIS - A Consuelo Takaoka era da associação de supervisores.

C, B & T - E a Associação dos orientadores?

JIS - Era a Hilda que era da diretoria, Maria Hilda Castro, que era presidente da associação dos orientadores, e tira outras companheiras que participavam.

C, B & T - E a Associação dos Professores de Educação Física, era você que participava?

JIS - Participava, era o Joaquim o presidente, e eu participava.

C, B & T - Você lembra da associação dos funcionários Públicos, dos servidores públicos?

JIS - Antes destas grandes mobilizações, associação de servidores que funcionava mais como uma agência bancária, para pagar dinheiro, então não tinha ligação nenhuma com os movimentos dos servidores. Agora mais ou menos na mesma época, na década de 80, tinha Associação dos Servidores da Educação do estado, a ASSEEC, a Associação dos Servidores da Secretaria da Educação, que era, teve outros presidentes, mas o...

C, B & T - Você lembra dessa Associação dos Servidores da década de 80?

JIS - Os servidores participava, eles eram desmobilizados mas participavam.

C, B & T - Eles eram desmobilizados de que maneira?

JIS - Os servidores historicamente era muito passivo, todos, se bem que os professores também, mas todos entravam através dos cabos eleitorais, dos padrinhos políticos. Eram os que menos tinham interesse em se mobilizar e reivindicar, o professor que dava o volume, dava o tom. Os professores também, quase todos indicados, mas jogavam pro orientação dos seus padrinhos. Os professores eram mais combativos, participavam mais ativamente das reivindicações, das mobilizações, das greves.

C, B & T - O que você atribui a esta falta de participação dos funcionários da escola?

JIS - Além da questão do apadrinhamento político, mas também o nível de formação, da despoliticização, e da falta de conhecimento. Porque era o nível médio a maioria, enquanto os professores, a grande maioria tinha nível superior.

C, B & T - Mas e as professoras primárias que eram formadas no nível médio, elas participavam das mobilizações?

JIS - Participavam, mas foi diminuindo muito com os anos a partir de [19]80, que a partir de [19]80, [19]86, não entrou mais ninguém de nível médio né, não entrava mais nenhum médio, tanto na prefeitura quanto no estado, pela LDB de 5.092, de 91 né? A pós ditadura era de [19]96?

C, B & T - Sobre esse aspecto, pela sua vivência como professor, como você avalia que com a Nova República, houve diferença no trabalho pedagógico dos professores?

JIS - Eu acho que sim, o pessoal que vinha da universidade, venha com um nível maior de informação, mas crítico, então sem dúvida que isso repercutia na qualidade ensino também, embora nessa linha da escola do trabalhador.

C, B & T - O que seria uma escola para o trabalhador?

JIS - Sem fazer a crítica, há crises promovidas, que hoje está mais claro né.

C, B & T - A Oposição foi fundada em 1983? Eu tinha quais grupos políticos?

JIS - A Oposição surgiu com as primeiras greves, a primeira greve foi em [19]83, e era basicamente formada por militantes filiados, mas não só, do PT, do PC do B, que eram os principais na época. Mas só veio se configurar como um grupo de Oposição, e que teve muita influência e adesão das pessoas da categoria.

O grupo Crítica Radical ainda não era a Crítica Radical, era o pessoal da Rosa, era o grupo da Rosa. Então isso se caracterizou muito com a eleição da Maria Luiza, e nos anos seguintes, nas eleições estadual e municipal.

E na eleição do SINDIUTE, teve um caso que eu não sei se já te passaram, houve três congressos de unificação, na década de [19]90 para tentar unificar, que criou o SINTECE, mas a APEOC ficou de fora. Aí houve um congresso da CNTE, tirou uma resolução de mandar uma representação regular aqui no Ceará, para tentar unificar com a APEOC. Nisso houve o segundo e o terceiro, o terceiro é que houve a unificação com a APEOC, só que está unificação houve uma enorme dificuldade do aparelho do Estado, da Justiça, dificultar e impedir. É tanto que a APEOC terminou levando vantagem, digamos assim que permaneceu separada do SINDIUTE.

O SINDIUTE hoje trata do município, que fere a resolução de fundação, que era o SINDIUTE como sindicato o único dos trabalhadores da educação.

C, B & T - Essa estrutura sindical da APEOC era muito grande, me fala um pouco sobre a Oposição sindical de como ela trabalhava, qual estrutura vocês tinham?

JIS - 30.... Tinha dificuldade de estrutura e recursos, e havia municípios do interior maiores, tipo Juazeiro, tipo Crato, então existia companheiros que se alinhavam à Oposição aqui de Fortaleza.

C, B & T - E vocês se reunião aonde, vocês cotizavam para alugar um lugar, a CNTE dava uma ajuda, aliás a CPB, a CUT?

JIS - Era a CPB, e a partir dos anos [19]90 era a CNTE. A CNTE ajudava em apoio político, no sentido de alertar, de conversar, mandaram representante para cá em Fortaleza, tanto que houve os três congressos.

C, B & T - Então a Oposição sindical não tinha sede?

JIS - Não tínhamos sede, fazíamos reuniões nos órgãos públicos, da Universidade Federal, era praticamente na Universidade Federal às reuniões da Oposição.

C, B & T - Vocês eram acolhidos pela Universidade?

JIS - Informalmente, era ocupando os espaços, mesmo. Se a gente inclusive não construísse arrecadando o dinheiro, houve decisões da Justiça cancelando os filiados. Então a gente conseguiu conquistar importantes vitórias sem recurso nenhum, foi a base de rifa, de bingo, são dificuldades que pouca gente enfrenta, isso na década de [19]90 conseguimos conquistas importantes. É claro que hoje tem sindicatos com milhões, e não tem luta nenhuma.

C, B & T - O primeiro congresso foi em 1990, que fundou o SINTECE, se apresentou três teses, você lembra quais eram as principais referências das teses, quem defendia?

JIS - A tese majoritária que foi vitoriosa, se ela desenvolveu em vários momentos, de assembleias, de congressos. Era a assembleia do grupo da Rosa, que na época não era Crítica Radical ainda.

O outro grupo era do PT, ligado ao pessoal do movimento Trabalho, não sei se ainda existe esta corrente, eu acho que está toda espatifada. E a terceira tese era dos chamados independentes, do PC do B, e por aí vai.

C, B & T - Você se lembra quais eram as principais diferenças entre as teses?

JIS - Eram tantas, mas advinham dessa visão, igual a gente ainda tivesse na imanência da luta sindical, já apontava a perspectiva de uma luta transcendente, digamos assim, de superar o sistema. A principal diferença era essa.

Enquanto as duas teses queriam reivindicar mais direitos, mas salários, mais, mais; a nossa reivindicava isso também, mais educação transformadora, que é o projeto da escola do trabalhador. E já mais adiante, durante a década de [19]90, 2000, é tanto que o SINDIUTE tinha um jargão, preste bem atenção isso revela muita coisa, até hoje a escola, o SINDIUTE é nossa escola de luta. Na nossa época, era nossa escola de luta e de reflexão, essa reflexão elas

aboliram, quando assumiram o sindicato, o grupo que tá lá hoje. Reflexão, luta e reflexão, e nós pensávamos, e continuamos, cada vez mais, que só a luta não dá nada não.

C, B & T - Vamos voltar para o ano de [19]83, você participou da fundação da CUT?

JIS - No congresso da fundação não, mas nos anos seguintes participei de vários congressos estaduais e nacionais da CUT, em Campinas em Minas Gerais, em vários lugares.

C, B & T - E como você avalia a participação do movimento dos professores no processo da reabertura política?

JIS - Essa questão da reabertura política, eu penso, pelo menos eu, a Rosa é diferente. A Rosa tinha uma militância política mais forte, foi vereadora, eu não tinha esse envolvimento partidário.

C, B & T - Mas a Oposição sindical não se posicionava?

JIS - Se posicionava no sentido de reforçar as resoluções, de uma maneira geral.

C, B & T - E no campo sindical, a oposição defendia mudanças na estrutura sindical?

JIS - Defendia, nós sempre defendemos, acho que a principal bandeira do movimento sindical era o fim da unicidade, sua bandeira central o fim da unicidade. Além das questões relacionadas à Carta del Lavoro, no caso do trabalho na Itália, no que a legislação brasileira trabalhista é muito forte nessa questão da presença do Estado.

JIS - E você acha que essas questões fizeram com que o MR-8 e o PC do B saíssem da oposição para se aproximar da APEOC?

JIS - O MR-8 e o PC do B, na minha visão, eles eram muito oportunistas, a ação deles era se aliar com o governo, com o poder para receber privilégios, cargos, e esses tipos de coisas. Tanto é que o Fausto Arruda, que era o coordenador de (...), foi assessor do Tasso Jereissati, em [19]86. Já te falaram do Fausto Arruda?



C, B & T - O Fausto Arruda ele rompe com o Tasso, ele vai se aproximar do SINTECE para unificação, você sabe qual foi a divergência que fez romper?

JIS - 39..... Que eu sei da posição dele de se aproximar da unificação, sendo que a unificação aconteceu no terceiro congresso com a posição dele, de fortalecer a unificação.

C, B & T - E você sabe qual foi o motivo do rompimento dele com o governador?

JIS - Eu até sei, mas não posso precisar muito, era basicamente isso, a linha de atuação dele aparentemente, não tinha nada a ver com as posições do PMDB do Tasso.

C, B & T - E o Jaime de Alencar se manteve alinhado ao governador?

JIS - O Jaime de Alencar continuava alinhado ao governador, exatamente, tanto é que na carreira antes dele morrer, ele era o conselheiro do Conselho de Educação aqui do Ceará.

C, B & T - Como você avalia a atuação sindical da APEOC na década de [19]80, e na década de 90?

JIS – (...) do professor Brilhante, era basicamente isso, era um braço do governo na categoria, só iam pra luta, nas mobilizações, nas greves, por que eram forçados, senão a categoria passava por cima. Mas era um braço do governo na categoria, como foi o Jaime, como foi o Fausto Arruda, depois ele morreu (...)

C, B & T - Ainda sobre as greves e mobilizações da década de [19]80, o prefeito e o governador recebiam a Oposição na mesa para negociar?

JIS - Tem 40 anos né (risos), mas sempre, a oposição sempre se fez representar nas mesas de negociação, com a Rosa, outros membros, sempre se fez representar. E depois que criou o SINDIUTE, e a APEOC foi brigar na justiça para permanecer. Não tinha o que fazer, por um bom tempo na década de [19]80 principalmente, e no início de 2000, quem dirigiu a multa no Ceará foi o SINDIUTE. A APEOC só servia para arrecadar o dinheiro, E cumprirá a ordem do governo para desmobilizar, para atrapalhar.

C, B & T - A APEOC, enquanto associação ela tinha algum imposto que conseguia retirar dos funcionários?

JIS - Que eu saiba, era só a contribuição sindical do associado, e autorizado o desconto. Eles conseguiam cassar o direito do SINDIUTE em arrecadar dinheiro dos sócios. Entretanto, nós conseguimos driblar o estado e a APEOC, criando outra associação, com o nome fantasia, para poder arrecadar o dinheiro. Isso nós conseguimos da prefeitura, do estado não. Na prefeitura, era a UTE, União dos Trabalhadores em Educação (...) de Minas. Era através da UTE, mas não foi assim de uma hora para outra, e nem, a gente conseguiu, foi muito demorado, 10 anos para conseguir um (...) significativo. A arrecadação era feita pela UTE, na prefeitura.

C, B & T - Você que participou do movimento desde a década de [19]80, como você avalia, qual foi a grande diferença de vocês conseguirem atuar como o sindicato? Trouxe mais facilidades para mobilização?

JIS - Eu acho que não, não sei se estou errado, precisaria consultar outras pessoas, mas acho que não tinha diferença, do ponto de vista ideológico e prático, a luta como Oposição e também como sindicato. Como associação e como sindicato, a luta era mesma, grandes mobilizações e greves, e por aí vai.

O que embasava, o que sustentava, o que dava suporte teórico, eram essas ideias embrionárias ainda, da crítica categorial da emancipação humana, no sentido de superar essa lógica aí. Sempre teve, a partir de um certo momento, mais bem fundamentado.

E a nossa ruptura se deu no âmbito de 2000, já são quantos anos? 20 anos, 21 anos que a gente rompeu com o sindicato e com o partido. A luta agora é para construir uma alternativa emancipatória, em que, a lógica com base a essa crítica categorial do valor de dissociação.

C, B & T - A minha última pergunta é, você quer falar mais algumas coisas sobre os congressos, que ficaram marcados na sua memória?

JIS - Eu avalio que foram lutas memoráveis, que repercutiram com muita firmeza e com muita coerência, eu não me arrependo, mas se eu tivesse que fazer hoje, faria diferente.

Eu acho que o maior legado que a gente poderia ter deixado, e que não conseguiu até hoje ainda, era para contribuir para a categoria levantar a cabeça, e apostar numa alternativa de educação, que não seja a educação do mercado.

A grande maioria que já se formou numa escola, não tem emprego, não vão poder trabalhar, que pelo menos essa educação fosse por uma pessoa que ia, que ela usasse; as pessoas, os jovens, a criança, os idosos.

Então a grande lição que fica para mim, é não ter podido contribuir nesta perspectiva, de uma escola pública voltada para pessoas, para a realidade das pessoas, e não o mercado como é hoje. A escola existe do ponto de vista ideológico do estado, para formar mão de obra barata, que funciona não, que não vão ter emprego a maioria.

C, B & T - E qual a importância dos congressos para a organização dos trabalhadores?

JIS - São só 20 anos que eu estou fora(risos), e as peças vão saindo da garantia, e começa a memória falhar, mas o congresso que me chamou mais atenção, que me tocou mais, foi o III Congresso de Unificação. A gente teve essas teses, e essa que foi aprovada que eu vou passar para você, que teve a maioria, nas três teses, nós tivemos em torno de 60% dos votos.

Com todas as dificuldades, com toda a arbitrariedade, com toda a desgraça que nos impunham, à nós, individualmente, perseguição, eu seguia a responder processos da secretaria de educação. Então, você chegar no congresso e a categoria, aquele segmento que estava ali representado te dar 60% de votos.

Eu não lembro mais de quantos eram, mas eram em torno de 500 delegados, aí tinha forças políticas, tipo o PT, o partido dos trabalhadores, tipo o PC do B, tipo MR-8, tipo independentes, e a gente receber a imensa maioria esmagadora. Esmagadora não, mas era maioria bem acentuada, em torno de 60%.

Dos congressos da CUT estadual e nacional, eu participei de quase todos também (...). Era aquela turminhazinha do PT, como fala, a Articulação, fazia o que queria.

C, B & T - Sim, mas e na década de [19]80, atuava no Ceará?

JIS - A CUT já estava aqui em [19]83, a Rosa foi a primeira presidente estadual aqui.

C, B & T - E você lembra das greves gerais na década de [19]80?

JIS - As greves na época do Sarney, teve movimentos, mas não decolaram, foram greves que não atingiram minimamente grandes massas, em alguns estados eram mais, outros menos.

C, B & T - E o fato da Oposição sindical agrupar duas correntes, isso atrapalhava, isso ajudava, como que era no movimento?

JIS - Acho que a gente convivia relativamente, dentro das divergências, convivia sim. Mas chegava, digamos assim, que sempre contava com uma certa solidariedade, uma questão maior, as divergências ficaram de lado, essas questões de princípio, de defesa, bom acho que é isso!

## UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE

### Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Gardênia Pereira Baima

Gostaríamos de convidá-la para participar voluntariamente da pesquisa a “História da fundação do Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação do Ceará” (SINDIUTE-CE). Este estudo tem como objetivo analisar questões que permeiam as transformações ocorridas na história do associativismo e sindicalismo dos trabalhadores da educação das redes públicas de ensino de Educação Básica, no Ceará, durante a década de 1980 e início de 1990, que culminará na fundação do SINDIUTE-CE em dezembro de 1991.

Os resultados desta investigação poderão contribuir para o aprofundamento de estudos e iniciativas destinadas a valorização e o desenvolvimento educacional no Brasil.

A coleta de dados dessa investigação consiste na realização de entrevista com professores que se formaram e lecionaram no início do período da hegemonia da pedagogia reprodutivista e tecnicista, da história da educação brasileira, considerando questões relacionadas ao objetivo desta investigação. Também é resguardada ao professor a garantia de receber esclarecimentos sobre a metodologia desta pesquisa, antes e durante o seu curso.


Acredito ter sido suficientemente informada a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, para ter ciência do estudo da “História da fundação do Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação do Ceará”. Os resultados desta investigação poderão contribuir para o estudo “História da fundação do Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação do Ceará”.

Ressalto que ficou claro para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizadas, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos necessários no percurso do estudo. Após o término da pesquisa, as gravações permitidas serão devolvidas aos participantes que tiverem interesse de recebê-las.

Concordo voluntariamente em participar desta pesquisa, tendo clareza de que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades se for esse o meu desejo, como também autorizo a divulgação pública do meu nome próprio no corpo do trabalho e em suas referências.

Está pesquisa não resultará em nenhuma despesa financeira aos participantes, assim como também não haverá nenhuma compensação financeira pela sua participação. Informamos que este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi elaborado em duas vias. Se forem necessários maiores esclarecimentos, me coloco a disposição dos participantes deste estudo por meio do telefone: 55 11-4661 3649 ou e-mail: [carlosbauer@uni9.pro.br](mailto:carlosbauer@uni9.pro.br)

Carlos Bauer, Rosely Teixeira e Fonlana Cheung, responsáveis por esta pesquisa.



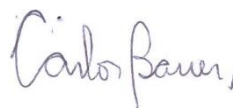
---

Gardênia Pereira Baima - entrevistada



---

Fonlana Cheung – entrevistadora



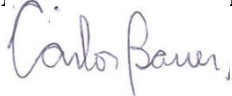
---

Carlos Bauer, responsável pela pesquisa

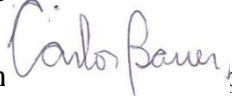
**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE**

**Programa de Pós-Graduação em Educação – PPG**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**



Prezada Maria Valdecir de Paula

Gostaria  para participar voluntariamente da pesquisa a “História da fundação do Sindicato Unico dos Trabalhadores da Educação do Ceará” (SINDIUTE-CE). Este estudo tem como objetivo analisar questões que permeiam as transformações ocorridas na história do associativismo e sindicalismo dos trabalhadores da educação das redes públicas de ensino de Educação Básica, no Ceará, durante a década de 1980 e início de 1990, que culminará na fundação do SINDIUTE-CE em dezembro de 1991.

Os resultados desta investigação poderão contribuir para o aprofundamento de estudos e iniciativas destinadas a valorização e o desenvolvimento educacional no Brasil.

A coleta de dados dessa investigação consiste na realização de entrevista com professores que se formaram e lecionaram no início do período da hegemonia da pedagogia reprodutivista e tecnicista, da história da educação brasileira, considerando questões relacionadas ao objetivo desta investigação. Também é resguardada ao professor a garantia de receber esclarecimentos sobre a metodologia desta pesquisa, antes e durante o seu curso.

Acredito ter sido suficientemente informada a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, para ter ciência do estudo da “História da fundação do Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação do Ceará”. Os resultados desta investigação poderão contribuir para o estudo “História da fundação do Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação do Ceará”.


Ressalto que ficou claro para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizadas, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos necessários no percurso do estudo. Após o término da pesquisa, as gravações permitidas serão devolvidas aos participantes que tiverem interesse de recebê-las.

Concordo voluntariamente em participar desta pesquisa, tendo clareza de que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades se for esse o meu desejo, como também autorizo a divulgação pública do meu nome próprio no corpo do trabalho e em suas referências.

Esta pesquisa não resultará em nenhuma despesa financeira aos participantes, assim como também não haverá nenhuma compensação financeira pela sua participação.

Informamos que este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi elaborado em duas vias. Se forem necessários maiores esclarecimentos, me coloco a disposição dos participantes deste estudo por meio do telefone: 55 11-4661 3649 ou e-mail: [carlosbauer@uni9.pro.br](mailto:carlosbauer@uni9.pro.br)

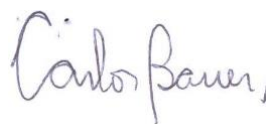
Fonlana Cheung, Carlos Bauer e Rosely Teixeira, responsáveis por esta pesquisa.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Maria Valdecir de Paula', written over a horizontal line.

Maria Valdecir de Paula- entrevistada

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Fonlana Cheung', written above a horizontal line.

Fonlana Cheung – entrevistadora

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Carlos Bauer', written in a cursive style.



**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE****Programa de Pós-Graduação em Educação – PPG****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado José Irenildo da Silva

Gostaríamos de convidá-la para participar voluntariamente da pesquisa a “História da fundação do Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação do Ceará” (SINDIUTE-CE). Este estudo tem como objetivo analisar questões que permeiam as transformações ocorridas na história do associativismo e sindicalismo dos trabalhadores da educação das redes públicas de ensino de Educação Básica, no Ceará, durante a década de 1980 e início de 1990, que culminará na fundação do SINDIUTE-CE em dezembro de 1991.

Os resultados desta investigação poderão contribuir para o aprofundamento de estudos e iniciativas destinadas a valorização e o desenvolvimento educacional no Brasil.

A coleta de dados dessa investigação consiste na realização de entrevista com professores que se formaram e lecionaram no início do período da hegemonia da pedagogia reprodutivista e tecnicista, da história da educação brasileira, considerando questões relacionadas ao objetivo desta investigação. Também é resguardada ao professor a garantia de receber esclarecimentos sobre a metodologia desta pesquisa, antes e durante o seu curso.

Acredito ter sido suficientemente informada a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, para ter ciência do estudo da “História da fundação do Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação do Ceará”. Os resultados desta investigação poderão contribuir para o estudo “História da fundação do Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação do Ceará”.

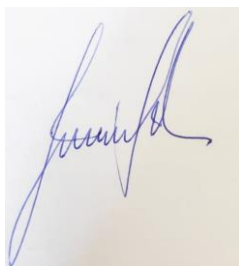
Ressalto que ficou claro para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizadas, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos necessários no percurso do estudo. Após o término da pesquisa, as gravações permitidas serão devolvidas aos participantes que tiverem interesse de recebê-las.

Concordo voluntariamente em participar desta pesquisa, tendo clareza de que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades se for esse o meu desejo, como também autorizo a divulgação pública do meu nome próprio no corpo do trabalho e em suas referências.

Está pesquisa não resultará em nenhuma despesa financeira aos participantes, assim como também não haverá nenhuma compensação financeira pela sua participação.

Informamos que este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi elaborado em duas vias. Se forem necessários maiores esclarecimentos, me coloco a disposição dos participantes deste estudo por meio do telefone: 55 11-4661 3649 ou e-mail: [carlosbauer@uni9.pro.br](mailto:carlosbauer@uni9.pro.br)

Fonlana Cheung, Carlos Bauer e Rosely Teixeira, responsáveis por esta pesquisa.



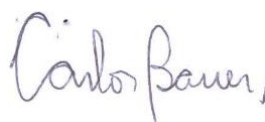
---

José Irenildo da Silva- entrevistado



---

Fonlana Cheung – entrevistadora



---

Carlos Bauer, responsável pela pesquisa

